

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

**CLEITON RICARDO ZIZA**

**DILEMAS ÉTICOS EM OPERAÇÕES MILITARES: ESTUDO SOBRE A CAPACITAÇÃO  
DO SOLDADO DO EXÉRCITO BRASILEIRO**

**Porto Alegre**

**2021**

**CLEITON RICARDO ZIZA**

**DILEMAS ÉTICOS EM OPERAÇÕES MILITARES: ESTUDO SOBRE A CAPACITAÇÃO  
DO SOLDADO DO EXÉRCITO BRASILEIRO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Érico Esteves Duarte

**Porto Alegre**

**2021**

### CIP - Catalogação na Publicação

Ziza, Cleiton Ricardo  
Dilemas éticos em operações militares: estudo sobre  
a capacitação do soldado do exército brasileiro /  
Cleiton Ricardo Ziza. -- 2021.  
255 f.  
Orientador: Érico Esteves Duarte.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Dilemas éticos. 2. Capacitação. 3. Operações  
militares. 4. Exército brasileiro. I. Duarte, Érico  
Esteves, orient. II. Título.

**CLEITON RICARDO ZIZA**

**DILEMAS ÉTICOS EM OPERAÇÕES MILITARES: ESTUDO SOBRE A CAPACITAÇÃO  
DO SOLDADO DO EXÉRCITO BRASILEIRO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 16 de julho de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Orientador: Prof. Dr. Érico Esteves Duarte – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman  
UFRGS

---

Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi  
UFRGS

---

Prof. Dr. Oscar Medeiros Filho  
Exército Brasileiro

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Érico Esteves Duarte, pela confiança depositada, sempre indicando a direção a ser tomada.

Agradeço ao Comando Militar do Sul pela oportunidade e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela elevada qualidade do ensino oferecido.

Agradeço aos meus pais, Henrique e Celita, pelo incentivo aos estudos e pela educação baseada em valores.

Agradeço a Maurem, aos meus filhos Lucas e Sophia, que incentivaram, compreenderam e acreditaram na conclusão deste trabalho.

## RESUMO

As operações militares passam por uma transformação significativa, particularmente nas últimas décadas, com a crescente participação das Forças Armadas em conflitos em ambiente urbano. Os militares atuam em um cenário complexo e indefinido, onde a identificação do oponente é prejudicada pela participação cada vez maior de civis no teatro de operações, fazendo com que o militar se depare cada vez mais com dilemas éticos. A presente tese tem como objetivo principal analisar a capacitação dos soldados para enfrentar dilemas éticos em operações militares. Para isso, foi aplicada, em 08 organizações militares, pesquisa quantitativa em 328 cabos e soldados do efetivo profissional e entrevista com 15 comandantes de subunidade, trazendo a percepção positiva quanto ao preparo dos cabos e soldados. As instruções e as regras de engajamento, por serem reconhecidas na pesquisa como relevantes para a capacitação dos cabos e soldados, implicam que o esforço de aperfeiçoamento do preparo deve ser direcionado a este tipo de atividade. Desta forma, sugere-se mudanças nos Programa-Padrão do Exército com introdução de novas abordagens. A inserção do estudo de caso nas instruções torna-se uma importante ferramenta no preparo dos cabos e soldados do Exército Brasileiro, pois possibilita a reflexão sobre a tomada de decisão, contribuindo para o desenvolvimento da competência moral necessária para as ações em operações. A doutrina militar do Exército Brasileiro está em constante processo de atualização de acordo com as novas exigências do contexto na qual estão se desenvolvendo as operações militares. A capacitação dos cabos e soldados deve acompanhar as mudanças, de maneira que a tropa esteja em condições de ser empregada conforme o esperado pela sociedade frente aos novos desafios.

**Palavras-chave:** Dilemas Éticos. Capacitação. Operações Militares. Exército Brasileiro.

## **ABSTRACT**

Military operations are undergoing a meaningful transformation, particularly in recent decades, with the Armed Forces participation in conflicts in an urban environment. The military operates in a complex and undefined scenario, where the identification of the opponent is hampered by the increasing participation of civilians in the operations' theater, causing the military to increasingly faces ethical dilemmas. This thesis has as its aims analyze the training of soldiers to face ethical dilemmas in military operations. For this, quantitative research was applied in 08 military associations to 328 soldiers of the professional staff and interviews with 15 subunit commanders, bringing a positive perception towards the preparation of the soldiers. The instructions and rules of engagement, as they are recognized in the research as relevant for the training of soldiers, imply that the effort to improve the preparation must be directed towards this type of activity. In this way, changes in the Army's Standard Program are necessarily required, with the introduction of new approaches. The inclusion of a case study in the instructions is an important tool in the preparation of Brazilian Army soldiers, as it enables reflection on decision-making, contributing to the development of the moral competence necessary for actions in operations. The Brazilian Army's military doctrine is in a constant process of updating in accordance with the new requirements of the context in which military operations are taking place. The soldiers' training must keep up with the changes, so the troops will be able to strive as expected by society in the face of new challenges.

**Keywords:** Ethical Dilemmas. Training. Military Operations. Brazilian Army.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Tipos de Dilemas.....	76
Tabela 2 – Estágios de Kohlberg.....	91
Figura 1 – Ética Militar.....	160
Gráfico 1 – Amostra Localização.....	177
Gráfico 2 – Quantidade de Soldados Pesquisados.....	178
Gráfico 3 – Escolaridade.....	182
Gráfico 4 – Tempo de Serviço no Exército Brasileiro.....	182
Gráfico 5 – Percepção dos soldados para enfrentar situações difíceis.....	183
Gráfico 6 – Percepção dos soldados sobre a importância das instruções.....	184
Gráfico 7 – Frequência da instrução para o preparo dos soldados.....	185
Gráfico 8 – Frequência das regras de engajamento para o preparo dos soldados.....	186
Gráfico 9 – Percepção dos soldados sobre as suas ações para o sucesso de uma operação militar .....	187
Gráfico 10 – Percepção geral da preparação dos soldados para enfrentar dilemas éticos .....	193
Gráfico 11 – Intensidade da contribuição das instruções para enfrentar dilemas éticos .....	194
Gráfico 12 – Importância atribuída às instruções militares .....	195
Gráfico 13 – Percepção se o soldado agiria conforme o grupo .....	196
Gráfico 14 – Participação do soldado em instruções com possibilidade de discutir dilemas éticos .....	197



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>ÉTICA MILITAR</b> .....	<b>24</b>
2.1	ÉTICA .....	26
2.1.1	Ética, Moral e Valores.....	27
2.1.2	Ética na História.....	31
2.1.3	Ética Pós-Moderna e Contemporânea .....	37
2.2	ÉTICA NAS FORÇAS ARMADAS .....	43
2.2.1	O Soldado e a Guerra .....	43
2.2.2	A profissão militar .....	47
2.2.3	A Ética na Profissão Militar.....	50
2.2.4	Deontologia Militar.....	57
<b>3</b>	<b>DILEMAS ÉTICOS EM OPERAÇÕES MILITARES</b> .....	<b>59</b>
3.1	OPERAÇÕES MILITARES CONTEMPORÂNEAS: NOVOS DESAFIOS .....	62
3.1.1	Tipos de Dilemas Éticos.....	72
3.1.2	População Civil e as Operações Militares .....	78
3.2	EDUCAÇÃO MILITAR.....	82
3.2.1	Desenvolvimento Moral.....	85
3.2.1.1	A abordagem de Jean Piaget .....	86
3.2.1.2	A abordagem cognitivo-desenvolvimentista da educação moral de Lawrence Kohlberg .....	88
3.3	INSTITUIÇÕES TOTAIS .....	92
3.4	PREPARAÇÃO DOS MILITARES PARA DILEMAS ÉTICOS .....	97
3.4.1	Ética das Virtudes .....	104
3.4.2	Crítica Situacionista.....	105
3.4.3	Desengajamento Moral .....	107
<b>4</b>	<b>A CAPACITAÇÃO DO SOLDADO BRASILEIRO</b> .....	<b>114</b>

4.1 O EXÉRCITO BRASILEIRO E SUAS MISSÕES .....	116
4.1.1 A Evolução das Operações Militares no Brasil.....	121
4.1.2 Particularidades do Emprego das Forças Armadas Brasileiras em Operações de GLO	126
4.2 A FORMAÇÃO DOS SOLDADOS BRASILEIROS PARA OPERAÇÕES DE GLO	134
4.2.1 A Formação do Militar do Exército Brasileiro .....	137
4.2.2 O Ensino e a Ética no Exército Brasileiro.....	144
4.2.3 A Capacitação do Soldado para Dilemas Éticos.....	154
<b>5 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO.....</b>	<b>163</b>
5.1 PESQUISA EM ORGANIZAÇÕES MILITARES.....	165
5.2 PESQUISA COM SOLDADOS .....	171
5.2.1 Amostra .....	171
5.2.2 Procedimentos .....	176
5.2.3 Questionário.....	177
5.2.4 Resultados .....	179
5.3 PESQUISA COM COMANDANTES DE SUBUNIDADE .....	185
5.3.1 Amostra .....	186
5.3.2 Procedimentos .....	187
5.3.3 Perguntas da Entrevista.....	189
5.3.4 Resultados .....	190
5.4 ANÁLISE PRELIMINAR DOS RESULTADOS .....	197
<b>6 RESULTADO E DISCUSSÃO .....</b>	<b>200</b>
6.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO.....	201
6.2 DISCUSSÃO SOBRE O ENSINO DA ÉTICA NO EXÉRCITO BRASILEIRO .....	209
6.3 PROPOSTAS DE MUDANÇAS NO ENSINO DA ÉTICA NO EXÉRCITO BRASILEIRO	223
6.4 DESAFIOS DA CAPACITAÇÃO ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES MILITARES.....	228
<b>7 CONCLUSÃO .....</b>	<b>231</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>241</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*Eu estava participando pela primeira vez de uma operação militar no Complexo de favelas do Alemão. Desde que incorporei ao Exército como soldado, esperava por este momento. A motivação de participar de uma operação real, após vários meses de treinamento, era alta.*

*A missão do pelotão era realizar o controle de uma via de circulação secundária. Para cumprir a missão, foi montado um posto de controle. O comandante do Grupo de Combate determinou que eu ficasse mais a frente balizando o caminho para que os veículos parassem e fossem revistados.*

*Tudo transcorria normalmente. A população local já estava acostumada com a presença de militares e seguiam as suas atividades cotidianas. Uma moto em alta velocidade descendo a ladeira, ao fazer a curva, se deparou com o posto de controle e abruptamente parou antes de entrar na área de revista. Os dois ocupantes que estavam na moto foram surpreendidos com o posto de controle montado pelo Exército.*

*Os dois ocupantes aparentavam ser integrantes do tráfico de drogas e o que estava no carona portava um fuzil. O homem com o fuzil se assustou ao avistar a tropa e realizou disparos.*

*Próximos a moto, algumas pessoas que circulavam, ao ouvir os disparos, começaram a correr em direções diferentes e outras pararam para ver o que estava acontecendo. Algumas delas começaram a filmar com seu celular. É um horário de grande circulação de pessoas, inclusive crianças.*

*Eu tenho que tomar uma decisão imediatamente: revido à ameaça atirando na direção dos homens da moto, de forma a proteger os militares que estão tentando se abrigar dos disparos, correndo o risco de acertar pessoas inocentes que estão na área de fogo; ou eu não atiro e corro o risco de ser atingido, ferirem alguém do meu pelotão ou algum cidadão da comunidade. Tenho poucos segundos para tomar uma decisão e o que acontecer provavelmente estará nas redes sociais em questão de minutos.*

A narrativa apresentada é uma adaptação de uma situação real vivenciada por um militar e possível de acontecer outras vezes durante operações de Garantia da Lei e da

Ordem (GLO). Os dilemas éticos impõem dificuldades para as escolhas, mas quando envolvem vidas, tornam a tomada de decisão muito mais complexa.

A expansão do emprego do Exército Brasileiro em Operações de Manutenção de Paz no exterior e nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem no Brasil impõe desafios de efetividade operacional devido aos novos e variados cenários de emprego. A realidade operacional aloca cada vez maior poder de fogo e empregos não convencionais, o que implica em maiores riscos de consequências potencialmente estratégicas e políticas de decisões e ações nas pequenas frações de emprego.

Frente aos novos desafios do século XXI, a participação do vetor militar ficou mais complexa, porém a dimensão humana continua sendo fator decisivo para o cumprimento das missões e conquista dos objetivos institucionais permanentes, como afirma o General Enzo (PERI, 2013)<sup>1</sup>. Na profissão militar, é desenvolvido um conjunto de valores que acompanham o militar em toda a sua vida. Esses valores são imprescindíveis à Instituição, nas quais o indivíduo, com suas virtudes e suas fraquezas, constitui o elemento a impulsionar as capacidades militares do Exército.

O Estatuto dos Militares (BRASIL, 1980) orienta o soldado brasileiro a pautar sua conduta por princípios éticos e valores permanentes da Instituição que contribuem para o seu desempenho nas operações militares. Nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem, o soldado representa o Exército Brasileiro, pois a imagem de um militar de farda o vincula à instituição. Particularmente nas operações de fronteira, o soldado representa mais que a Instituição, representa o país. Uma ação fora dos padrões éticos da sociedade pode afetar a imagem da Instituição e do Brasil.

Estudar a ética militar, de maneira que se verifiquem as possibilidades de aperfeiçoamento da capacitação dos cabos e soldados do efetivo profissional para enfrentar dilemas éticos como a apresentada no início do texto, contribui para que os militares tenham condições de se preparar adequadamente.

Carl Von Clausewitz (1984), em seu livro intitulado “Da Guerra” faz diversas considerações sobre os atributos necessários ao soldado para combater. Segundo o autor, os elementos morais estão entre os mais importantes na guerra. Dentre os

---

<sup>1</sup> Comandante do Exército de 2007 a 2015.

atributos, ele cita as virtudes militares como fundamentais. Para Clausewitz (1984, p. 211), “as qualidades militares de um exército baseiam-se no indivíduo que está impregnado do espírito e da essência da sua atividade (...) que mergulha completamente a sua personalidade na tarefa que lhe é atribuída”. Mostra assim a importância da moral e dos valores na personalidade do soldado. Ainda segundo Clausewitz (1984, p. 213), “a necessidade de virtudes militares torna-se tão maior quanto maior for o teatro de operações e quando outros fatores tenderem a complicar a guerra e a dispersar as forças”.

Casey Junior (2009) destaca que é de vital importância que tenhamos o cuidado de entender as questões éticas enfrentadas pelos soldados para que possam ser adaptados programas adequados às necessidades. Compreender os desafios contemporâneos e os dilemas éticos que deles surgem auxilia na construção de instruções direcionadas para o preparo ético dos militares.

As discussões sobre educação ética encontram suporte teórico nas análises contidas em *Ethics Education for Irregular Warfare*. (CARRICK; CONNELLY; ROBINSON, 2016). Complementa e expande o trabalho apresentado em um volume anterior sobre *Ethics Education in the Military* (ROBINSON; DE LEE; CARRICK, 2008). Além disso, outros autores como Martin L. Cook, George R Lucas Jr. e Peter Olsthoorn trazem contribuições específicas sobre o tema por intermédio de publicações no *Journal of Military Ethics*, revista especializada em ética militar.

Dentre as publicações sobre o tema, podemos destacar também *Ethics in Canadian Forces: Making Tough Choices* (CANADIAN DEFENCE ACADEMY, 2006), que aborda especificamente a aplicação de atividades específicas para o ensino de ética nas Forças Armadas Canadenses. Esta publicação, assim como a maioria dos estudos, tem por base a formação dos oficiais. Dos poucos estudos sobre os soldados, se destaca o de Kenneth R. Williams (2010), que foi direcionado aos soldados dos Estados Unidos que realizam o treinamento inicial ao entrar nas Forças Armadas.

No Brasil, a respeito da capacitação dos soldados, o estudo desenvolvido por Moacir Fabiano Schmitt (2014), na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, descreve e explica o processo de capacitação do soldado do Exército Brasileiro e as implicações para a legitimidade da Força em Operações de Pacificação, enquanto

empregada em ações de Garantia da Lei e da Ordem durante a Operação Arcanjo. O trabalho traz a percepção da população do Complexo do Alemão quanto ao emprego dos soldados na Operação Arcanjo.

Sobre a importância do estudo da temática militar, ressalta-se que pesquisar os militares é importante para a sociedade porque as Forças Armadas fazem uso da violência, que é provavelmente uma das forças mais imprevisíveis e impactantes da dinâmica social (SOETERS; SHIELDS; RIETJENS, 2014). Os militares usam autoridade delegada pelo Estado para legitimar a força e violência obrigando as pessoas a fazerem coisas que provavelmente não fariam sem as instruções das Forças Armadas (SOETERS; VAN FENEMA; BEERES, 2010).

Além disso, as Forças Armadas de uma sociedade usam recursos coletivos, como o dinheiro dos contribuintes, e contrata cidadãos que poderiam ter recebido seus salários em outras partes da economia, em circunstâncias menos ameaçadoras. Por todas essas razões, os eleitores e contribuintes têm todo o direito de saber o que as organizações militares estão fazendo (SOETERS; SHIELDS; RIETJENS, 2014).

Estudar as características típicas das organizações militares pode trazer ensinamentos e as recomendações úteis para outras organizações (SOETERS; VAN FENEMA; BEERES, 2010). Particularmente o estudo da capacitação para enfrentar dilemas éticos traz contribuições aos Órgãos de Segurança Pública, particularmente aqueles mais em contato com a população e que enfrentam os mesmos desafios das tropas das Forças Armadas atuando em Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Existe um debate que surge na literatura sobre os estudos relacionados às Forças Armadas que traz discussões sobre as formas de violência que ocorrem nas operações militares relacionados aos atores militares e não militares com os quais têm que cooperar. Debates sobre os conflitos das primeiras décadas do século XXI, como eles ocorrerão e quais serão os prováveis efeitos sobre suas organizações e as sociedades estão entre as questões-chave a serem estudados (DANDEKER; 2009).

Neste contexto, a presente tese se propõe a responder ao seguinte problema de pesquisa: como aprimorar a capacitação do soldado para enfrentar dilemas éticos em operações militares? Para responder ao referido problema, pretende-se confirmar ou

rejeitar a hipótese de que mudanças nos conflitos exigem mudanças na capacitação do soldado.

A originalidade da presente tese reside em contribuir para a capacitação de cabos e soldados do efetivo profissional para dilemas éticos. A ética e os valores militares são assuntos discutidos na literatura civil e militar. Porém, a efetiva aplicação da ética na prática cotidiana do militar, assim como a efetiva preparação ainda carece de estudo. Particularmente sobre a formação do soldado brasileiro, pouco estudo existe sobre o seu preparo para dilemas éticos. O objetivo deste trabalho é justamente estudar um campo da área militar da qual se dá significativa importância, mas que é pouco estudado sobre sua efetividade e adequação de resultados na prática diária e muito menos em operações militares.

Espera-se assim não apenas expandir o conhecimento no sentido acadêmico, mas também produzir conhecimento aplicado sobre o desenvolvimento e treinamento militar direcionados para a ética. Desta forma, será possível apresentar sugestões de mudanças na capacitação com o objetivo de preparar cada vez melhor os combatentes brasileiros para os desafios contemporâneos nas operações militares.

A pesquisa possui quatro elementos de recorte. Primeiro, delimitou-se a pesquisa a situações relacionadas a dilemas éticos em operações militares em Organizações Militares Operacionais pertencentes ao Comando Militar do Sul, particularmente as que estão localizadas no Estado do Rio Grande do Sul. Segundo, teve-se como foco os dilemas éticos de operações militares em que há contato do militar com a população civil. O envolvimento de civis nos conflitos exige dos militares novas habilidades para evitar efeitos colaterais, que podem comprometer uma operação militar (BRASIL, 2018a).

Terceiro, o estudo tem como foco as Operações de Garantia da Lei e da Ordem e as ações referentes às atribuições subsidiárias das Forças Armadas na faixa de fronteira, ou seja, patrulhamento, revista de veículos, pessoas e embarcações e prisões em flagrante delito (BRASIL, 1999). Os dois tipos de operações citadas caracterizam-se pela atuação as Forças Armadas em área urbana e rural com razoável circulação da população civil.

O quarto recorte refere-se ao período estudado. Busca-se como espaço temporal a ser estudado o período compreendido entre o ano de 2011 até 2020. O ano de 2011

marca o início das operações denominadas “Ágata”. Operação em que o Exército Brasileiro atuou na missão de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em região de fronteira do Brasil. No ano de 2020, a Operação Ágata completou a 12ª edição.

A pesquisa delimita-se ao estudo dos cabos e soldados do “efetivo profissional” do Exército Brasileiro, ou seja, aquele militar que cumpriu o serviço militar obrigatório e engajou, quer dizer, permaneceu nas Forças Armadas. A escolha se deve ao fato de o soldado do “efetivo variável” não ser habitualmente empregado nas operações militares enquanto cumprindo o serviço militar obrigatório. A maior participação de cabos e soldados do efetivo profissional em operações militares se deve a maior tempo de treinamento para este tipo de missão.

Além disso, ressalta-se que o estudo não contempla os Oficiais e Sargentos das Forças Armadas por fazer parte de sistema de ensino diferente do soldado. As diferenças vão do tempo de formação e grade curricular até a infraestrutura para formação. Aliado a esse fato, destaca-se que existem poucos estudos específicos sobre a capacitação dos soldados, diferente do que acontece com os demais militares. Optou-se assim pela pesquisa de uma amostra que trouxesse maior contribuição para o Exército Brasileiro, pelo fato de existirem poucos estudos acadêmicos sobre a capacitação dos cabos e soldados do efetivo profissional.

O Plano Estratégico do Exército 2020-2023 (BRASIL, 2019a) busca uma crescente profissionalização do componente humano. Aliado à modernização do Exército, a aquisição de novos equipamentos e a evolução da doutrina de emprego, este trabalho torna-se um meio de aperfeiçoamento do preparo de soldados para enfrentar os dilemas éticos em operações militares. Neste sentido, o estudo possibilita que seja formulada uma proposta de inserção de novas abordagens que atendam às novas exigências e sejam capazes de preparar os cabos e soldados para enfrentar esses dilemas quando empregados em operações militares.

Em de 8 de agosto de 2018, a Portaria Nº 133-EME (BRASIL, 2018b), aprovou a Diretriz de Implantação do Programa Estratégico do Exército de Proteção da Sociedade, que destaca que a arte da guerra se depara com novos desafios. Percebe-se assim que os conflitos contemporâneos impõem dificuldades aos militares, requerendo novas capacidades de combate para evitar efeitos colaterais à sociedade. Tais características



reforçam a necessidade de se estudar a capacitação do soldado para os novos desafios nas operações militares.

Compreende-se o desafio de realizar uma pesquisa sobre um assunto pertinente às Forças Armadas. As Organizações Militares e a profissão que elas cumprem são únicas. Os militares estão sujeitos a exigências muito particulares, incluindo ter que permanecer em operações, longe da família, por tempo indeterminado. Estes homens e mulheres realizam juramento de sacrificar suas vidas a serviço do Estado, para propósitos mais elevados, e ao fazê-lo sofrem consequências, às vezes, até depois de uma missão terminar. As Forças Armadas também são únicas porque frequentemente conduzem suas tarefas em uma atmosfera de sigilo (SOETERS; SHIELDS; RIETJENS, 2014).

Além das características da profissão, as Forças Armadas são provavelmente mais complexas porque, mais do que outras organizações, são um mundo por si só, uma instituição dentro da sociedade em geral em que seus habitantes trabalham e vivem juntos. Obter acesso, especialmente se não for um integrante da instituição, geralmente impõe dificuldade. Por outro lado, sendo de dentro da corporação, pode também não ser fácil fazer pesquisa, porque a organização pode querer algum controle sobre a difusão da informação. Além disso, preocupações de segurança nacionais ou regionais podem afetar a difusão dos resultados da pesquisa. Estudar os militares também é difícil porque seu impacto e presença podem ser sentidos ao longo de um contínuo de escala. Pode variar desde as causas da guerra até as histórias dos soldados. Fontes de dados podem variar de bancos de dados longitudinais, internacionais e sofisticados até histórias de soldados. Métodos de estudos militares são verdadeiramente dinâmicos (SOETERS; SHIELDS; RIETJENS, 2014).

Outro fator que impõem dificuldade a pesquisa diz respeito às referências bibliográficas sobre o assunto. Por ser assunto bem específico do campo militar, parte dos estudos tende a ter domínio do pensamento militarizado. Observa-se que grande número dos estudiosos que escrevem sobre o assunto têm um histórico direto em instituições militares ou se especializaram em estudos militares e de segurança. Nesse sentido, devido à centralidade do assunto nas Forças Armadas, alguns conceitos úteis

para o estudo são baseados no conhecimento marcial e experiência de autores militarizados (MICHAEL; KELLEN E BEN-ARI, 2009).

Ademais, o proponente da tese ser Tenente Coronel do Exército Brasileiro, possui 28 anos de serviço. No decorrer da carreira, serviu em Organizações Militares operacionais, participando da formação dos recrutas e da capacitação de militares para operações de Garantia da Lei e da Ordem. Dentre os cursos realizados no Exército e em instituições civis, o curso de Psicopedagogia Institucional e Clínica e o curso de Psicopedagogia e Orientação Educacional, em estabelecimento de ensino civil e militar respectivamente, formaram a base do pensamento sobre o desenvolvimento moral do indivíduo.

Foi instrutor da Escola de Sargentos das Armas (EsSA) e da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Na AMAN, trabalhou na seção psicopedagógica e atuou no desenvolvimento e avaliação atitudinal de cadetes. A experiência na aplicação de dinâmicas de grupo e pesquisas em cadetes contribuiu para a aplicação da pesquisa de campo nos militares. Desta forma, a experiência do proponente da tese no desenvolvimento e capacitação de militares de carreira em escolas de formação militar pode ser expandida para aplicação em outro segmento de militares que participa de operações militares.

O fato do pesquisador ser militar da ativa tende a trazer implicações importantes na pesquisa, algumas positivas e outras negativas. Apesar de existir uma tendência de proteção da imagem da Instituição, existe um compromisso com a busca de resultados que possam trazer algum tipo de benefício às Forças Armadas, o que só pode ocorrer através de isenção na análise e divulgação dos resultados. A busca pela neutralidade na pesquisa torna-se um desafio imposto pela busca de resultados significativos, mas que condizem com a realidade, de maneira que traga contribuições futuras.

Tendo em vista a pesquisa possibilitar que resultados sejam aplicados de forma prática na capacitação dos militares, algumas das barreiras citadas anteriormente tendem a serem transpostas. Sendo o pesquisador profissional militar, contribui para o conhecimento aprofundado da cultura dentro das Organizações Militares, trazendo um melhor entendimento das possibilidades e dificuldades de aplicação dos conceitos estudados.

Destaca-se também que apesar do assunto estar relacionado a capacitação do soldado para operações militares, não está relacionado a capacitação técnica ou operacional. Desta forma, não há implicações que afetem a segurança nacional ou regional por conta dos estudos. Pelo contrário, os ensinamentos que por ventura acontecerem tendem a aperfeiçoar a capacitação, com possibilidade de serem expandidos para outras forças de segurança, como a Polícia Militar, por exemplo, com as suas devidas adaptações e adequações às particularidades de cada Instituição.

O estudo torna-se relevante pela própria importância do emprego de soldados em regiões de fronteira, seja em Ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), Operações Conjuntas ou ainda combinadas do Brasil com os países vizinhos. Particularmente nas operações na fronteira do país, há uma visibilidade internacional e projeção de força do Brasil perante os países fronteiriços, crescendo assim de importância o estudo da formação do soldado brasileiro.

A complexidade estratégica em que as tropas atuam é criada pela interação de várias dinâmicas, que deriva da política de segurança adotada por alguns países que depende de uma política pró-ativa estratégica de redução de risco através de compromissos militares em áreas com estados falidos ou falhos. A atuação das Forças Armadas, nestes casos, ocorre em um ambiente de guerra civil e outros conflitos internos, no qual há empoderamento de organizações não-estatais violentas (OSINGA; LINDLEY-FRENCH, 2010). Cenário semelhante é o que enfrentam os militares, quando atuando em ações de GLO, o que torna complexa a atuação carecendo assim de estudos para o emprego mais eficaz num ambiente tão conturbado.

A presente pesquisa busca investigar e apontar as possibilidades de aperfeiçoamento do ensino e do preparo da tropa para operações militares do Comando Militar do Sul, particularmente no sentido de introduzir novas formas de abordagem do tema ética possibilitando uma melhor preparação para atuar em um ambiente cada vez mais complexo. Dessa forma, possibilita, particularmente aos cabos e soldados do efetivo profissional, uma nova visão do tema, utilizando enfoques que aperfeiçoam uma formação sólida e consistente utilizada pelas Forças Armadas a muito tempo. Portanto, o desenvolvimento do tema ética no preparo da tropa para ações de Garantia da Lei e da Ordem e Operações Conjuntas na área de fronteira do CMS alinha a formação dos

soldados aos Objetivos Estratégicos do Exército (BRASIL, 2019a), ao Livro Branco de Defesa e a Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2020a).

Confirmando-se a hipótese levantada de que existe necessidade de aperfeiçoamento da capacitação do soldado com a finalidade de prepará-lo melhor para os desafios contemporâneos das Operações Militares, pretende-se propor soluções. Uma nova abordagem didática, buscando o aperfeiçoamento da capacitação dos Recursos Humanos de forma a se obter condutas cada vez mais pautadas pela ética e pelos valores morais, comportamento este mais adequado às novas exigências do emprego de militares em operações. A conduta normativamente correta dos militares em operações, principalmente na região de fronteira, contribui para a harmonia, confiança e respeito mútuo entre as Forças de Segurança dos países fronteiriços. Cresce assim a importância do cuidado da Força Terrestre no preparo de sua tropa em Operações para a manutenção das boas relações internacionais do Brasil.

Quanto à receptividade da pesquisa dentro das Forças Armadas, Jans (2014) defende que a pesquisa, sendo realizada por um pesquisador pertencente à Instituição, tende a ter uma maior aceitação dos resultados. A fonte da pesquisa é um fator que afeta a atenção dos profissionais que recebem os resultados. A maioria das culturas dá maior confiança às perspectivas de iniciantes de dentro da Instituição. Mais do que de pesquisadores de fora, mesmo que "especialistas" (JANS, 2014).

Para chegar à resposta do problema de pesquisa e atingir o objetivo de analisar a capacitação dos soldados para enfrentar dilemas éticos em operações militares, foram traçados objetivos específicos com base em hipóteses formuladas de forma a contribuir para o esclarecimento e análise pretendida. Como primeiro objetivo específico, pretende-se estudar o papel da ética na formação dos soldados buscando verificar se a ética é relevante na formação e no emprego atual do soldado.

Além disso, pretende-se verificar a necessidade de aperfeiçoamento da formação do soldado para enfrentar os dilemas éticos em operações militares. Partindo da hipótese de que existe necessidade de aperfeiçoamento da formação do soldado para enfrentar os dilemas éticos em operações militares, surge a necessidade de verificação se as atividades desenvolvidas atualmente que atendem às novas exigências do mundo contemporâneo para operações militares.

Para se atingir esses objetivos, foi adotada uma metodologia de forma a buscar aplicação prática dirigida para a solução do problema de pesquisa. Ou seja, se buscou novas abordagens para a instrução militar, possibilitando melhor preparar o soldado para enfrentar dilemas éticos do mundo contemporâneo, particularmente em operações militares.

A pesquisa é predominantemente qualitativa, buscando-se soluções e explicações para os objetivos propostos para o trabalho. Realizou-se ainda pesquisa quantitativa para fins de investigação sobre a percepção dos soldados sobre o seu preparo. Por fim, buscou-se traçar uma percepção sobre a ótica dos militares responsáveis pela formação dos soldados. Esses levantamentos permitiram desenvolver um panorama da atual formação do soldado no campo da ética e confirmar ou não a hipótese de que existe necessidade de aperfeiçoamento da formação do soldado para enfrentar os dilemas éticos em operações militares.

A pesquisa realizou uma revisão bibliográfica, através de doutrina, artigos científicos, publicações normativas e documentos sobre o assunto. Desta forma, pretende-se justificar o emprego de uma nova abordagem didática na instrução militar dos soldados, particularmente no campo da ética e da moral.

Foi realizada uma pesquisa exploratória, com coleta de dados e posterior análise para fins de verificação da percepção do soldado quanto ao seu preparo e entrevista com militares responsáveis pela formação de maneira que se obtenha um olhar diferenciado quanto ao preparo dos soldados. A pesquisa, após aprovação do Conselho de Ética, foi realizada em oito Organizações Militares situadas no Estado do Rio Grande do Sul. Foi aplicado um questionário para que os soldados respondessem e os dados fossem tabulados. Também foram realizadas entrevistas com os comandantes de subunidade que trabalham na formação dos soldados. Responderam ao questionário 328 cabos e soldados do efetivo profissional e foram entrevistados 15 comandantes de subunidade.

Soeters (2000) aponta a dificuldade de realizar pesquisa dentro das Forças Armadas, esta tendência é reforçada dificuldade de analisar objetivamente, por exemplo, valores, relacionamentos e caráter. O tema da tese está diretamente ligado a dificuldade referenciada pelo autor, porém a tese não se propõe a realizar qualquer tipo de aferição sobre ética nos seres humanos, mas sim analisar a percepção dos soldados e de seus

comandantes para enfrentar dilemas éticos, particularmente ligados aos novos desafios da profissão militar.

Dentre os aspectos a considerar, Jans (2014) afirma que há três características particulares sobre como a cultura é moldada em organizações militares. Primeiro, a adoção de regras e normas explícitas e implícitas é fortemente moldada por "o que funciona", especialmente em tempos de crise (Schein, 2010). Essas regras são passadas para os novos membros como uma estrutura pronta para interpretar e interagir com o ambiente e, assim, tornar-se profundamente incorporada, mesmo que a realidade organizacional mude significativamente.

O segundo fator que distintamente molda a cultura nas organizações militares é o seu sistema de carreira. O sistema de carreira contém vários recursos que moldam e reforçam formas particulares de olhar o mundo (JANS; SCHMIDTCHEN, 2002). A carreira militar exige que os membros adotem valores particulares e depois recompensem o desempenho na medida em que personificam os valores da Instituição. O avanço na carreira depende, portanto, da demonstração de valores em ação, com o resultado de que os responsáveis reforçam ainda mais o processo, criando formas institucionais consistentes com seus valores (JANS, 2014).

Por fim, a terceira característica cultural refere-se às práticas de carreira como conhecimento da cultura institucional, na qual a experiência molda a "expertise" e o caminho que é definido dentro da profissão militar (JANS, 2014).

No mundo contemporâneo, enfrentamos dilemas éticos cada vez mais complexos. No Exército não é diferente, o soldado se depara cada vez mais com novos desafios e complexidades potencializados pelas novas tecnologias e pela presença da mídia. Ocorrem em ambientes com a presença da população civil, concentrada em núcleos urbanos, o que reduz a possibilidade de identificar o oponente, requerendo novas capacidades de combate para evitar efeitos colaterais (BRASIL, 2018b).

Para se estudar a capacitação do soldado para estes novos desafios, inicialmente no capítulo dois a discussão teórica aborda conceitos para o entendimento de todos os componentes que influenciam na esfera comportamental, particularmente àqueles relacionados a dilemas éticos. Além disso, também são pontuados aspectos da ética na filosofia, tanto na antiguidade, base da ética desenvolvida no Exército Brasileiro, como a

ética pós-moderna, de forma apresentar um novo enfoque ao tema. Abordar as teorias éticas poderá contribuir para o entendimento de como os militares compreendem o desenvolvimento moral e ético dos integrantes das Forças Armadas.

O capítulo dois também aborda aspectos da ética na profissão militar. Desta forma, se pretende mostrar a importância do tema para as Forças Armadas e como a ética faz parte da profissão militar. O uso da força requer uma conduta que seja pautada pela ética e pela moral, particularmente em operações de GLO.

O capítulo três aborda os dilemas éticos em operações militares. Para melhor compreensão dos dilemas éticos enfrentados pelos militares, são apresentados inicialmente os principais desafios em operações militares contemporâneas. Posteriormente, são apresentados alguns dos tipos de dilemas éticos existentes e se restringe o tipo de dilema em estudo. Devido as Operações de GLO serem em ambiente urbano, a presença de civis em operações faz com que os dilemas envolvendo combatentes e não combatentes em operações militares seja um desafio frequente para os militares.

Ainda no capítulo três, são abordados aspectos da educação militar direcionada para a ética. São apresentadas teorias que, quando analisadas no contexto militar, podem trazer contribuições referentes a mudança de comportamento e desenvolvimento do caráter do militar. As correntes de pensamento de Piaget (1977) e Kohlberg (1958) são abordadas de forma a se verificar como as teorias de desenvolvimento moral se enquadram dentro da formação militar. Além disso, são abordadas a teoria das instituições totais, a teoria da ética da virtude e crítica situacionista, de maneira a se traçar um panorama de fatores que podem interferir no comportamento do militar, particularmente durante as operações militares. Em complemento as teorias dominantes no contexto militar, são apresentados considerações sobre o desengajamento moral, possibilitando uma nova visão sobre o preparo dos militares.

No capítulo quatro, é apresentada a atual capacitação dos soldados do Exército Brasileiro. Inicialmente é realizada uma síntese da evolução do emprego do Exército Brasileiro, destacando as principais operações militares em que o Exército Brasileiro foi empregado. É enfatizado o aumento da participação das Forças Armadas em Operações de GLO no Brasil.

Ainda no capítulo quatro é apresentada a formação do soldado do Exército Brasileiro e as ações de capacitação ética dos militares. São apresentadas as atividades desenvolvidas no preparo dos cabos e soldados, com ênfase no preparo para enfrentar dilemas éticos em operações de GLO.

O capítulo cinco traz de forma detalhada informações sobre a aplicação da pesquisa dentro das Organizações Militares. São apresentadas as dificuldades e facilidades encontradas para aplicação da pesquisa. É apresentada a pesquisa aplicada aos cabos e soldados do efetivo profissional e a entrevista realizada com os comandantes de subunidade, assim como o resultado e principais considerações realizadas.

O capítulo seis traz a discussão sobre os resultados obtidos, assim como sobre os principais formas de preparação dos militares para enfrentar dilemas éticos em operações militares. São apresentadas também considerações sobre nova forma de abordar o assunto e as possíveis aplicações no Exército Brasileiro.

Por fim, são apresentadas sugestões de inserção de novas técnicas de ensino na capacitação dos cabos e soldados. São apresentadas propostas de mudanças dos documentos que regulam as atividades de ensino dos cabos e soldados do efetivo profissional visando aperfeiçoar a capacitação para enfrentar dilemas éticos em operações de GLO.

A partir desta tese, pretende-se contribuir com conhecimentos sobre os valores militares e o preparo do soldado para os dilemas éticos, de maneira que a sua formação seja cada vez mais qualificada e consolidada. Num ambiente onde as operações militares se desenvolvem cada vez mais em áreas comuns a população, onde a cobertura da mídia e a exposição às câmeras de celulares é constante, a postura ética e a tomada de decisão adequada em situação de crise são fatores decisivos para o sucesso da missão. Desta forma, o estudo sobre a capacitação do soldado para dilemas éticos tende a trazer contribuições significativas para a formação do soldado brasileiro.



## 2 ÉTICA MILITAR

As crises são recorrentes e muitas vezes inevitáveis na história, podem ser observadas nas relações internacionais, nas diversas profissões e na vida cotidiana, trazendo uma reflexão sobre a diplomacia entre os países e sobre as relações interpessoais. Não importa quão bem estabelecido e funcionando algum modo de vida moral seja, o contexto social em que está funcionando poderá sempre sofrer mudanças significativas. Conflitos e divergências surgem e novas questões são colocadas e, no decorrer da tentativa de apreender e formular soluções, os atores podem ter que reconhecer a necessidade de novos recursos morais e éticos para intermediar as relações (MACINTYRE, 2015).

O mesmo acontece com a ética militar, pois a constante transformação da sociedade e dos conflitos exige uma adequação às novas exigências. Na operações militares não é diferente, particularmente nas últimas décadas, com a crescente participação das Forças Armadas em conflitos em ambiente urbano. Para isso, o Exército Brasileiro estabelece como condicionante para cumprir a sua missão a qualificação moral e profissional dos seus integrantes (BRASIL, 2014).

A doutrina militar do Exército Brasileiro está em constante processo de atualização e o ensino possui a característica de acompanhar as mudanças. As transformações aumentaram e acontecessem cada vez mais rápido, o que fez com que os desafios sejam cada vez maiores.

Nas Forças Armadas, o assunto se concentrava no estudo da liderança militar e era direcionado particularmente aos que ocupavam cargos de comando e chefia. Nos últimos anos, expandiu-se para todos os integrantes, abordando mais profundamente temas atinentes à ética militar. Desta forma, o ensino direcionado para o comportamento adequado expandiu de instruções de liderança, para comandantes de fração, para o ensino de ética, para todos os militares.

A partir de 2010, o Exército Brasileiro implementou o ensino por competências nas escolas de formação (BRASIL, 2010). A competência está relacionada com a transformação dos recursos cognitivos, psicomotores e afetivos em comportamentos que geram resultados práticos (BRASIL, 2011a). Boyatzis (1982) afirma que o conceito de

competência se refere a um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes. As Instruções Reguladoras do Ensino por Competências do Exército Brasileiro (BRASIL, 2017a) complementa que a competência é a capacidade do indivíduo de mobilizar conhecimento, habilidade, atitudes, valores e experiência. Desta forma, discrimina que o componente afetivo se refere a atitudes, valores e experiência.

As atitudes, os valores e a ética dizem respeito às reflexões sobre as condutas humanas. Particularmente a ética, no contexto militar, traz à tona a reflexão sobre a relação entre nossa condição humana e os limites do uso da violência. No contexto da educação, a ética propõe o trabalho que possibilite o desenvolvimento da autonomia moral, condição para que a reflexão influencie no comportamento do indivíduo (BRASIL, 1998).

Os novos cenários onde acontecem as guerras, aliados à crescente e cada vez mais rápida transmissão das informações, transformaram a ética militar em um campo estratégico para a influência da opinião pública, trazendo desafios para o campo político e militar dos conflitos (CANADIAN DEFENCE ACADEMY, 2006)<sup>2</sup>. A crescente participação das Forças Armadas em Operações de Paz e em Operações de Garantia da Lei e da Ordem evidenciou a necessidade de aprimorar o estudo sobre a legislação nas diversas instituições de ensino sob o título de Ética Profissional Militar (BRASIL, 2020a)<sup>3</sup>.

Visacro (2018) pontua a participação de atores não estatais, ameaças híbridas e menor grau de previsibilidade como alguns dos novos desafios em conflitos. Desta forma, o desenvolvimento de competência moral e do caráter são fundamentais para as atuais exigências dos conflitos. A moral, com base na ética e nos valores, deve servir de suporte para o desenvolvimento e treinamento de habilidades necessárias para atuar em operações militares contemporâneas.

Mesmo quando confrontados com a má vontade, a ignorância orgulhosa e a destruição organizada que caracterizam o conflito internacional, algumas decisões são comprovadamente melhores que outras. As guerras, por mais

---

<sup>2</sup> A Canadian Defence Academy tem por atribuição promover o desenvolvimento profissional dos membros das Forças Armadas Canadenses. Possui diversos estabelecimentos de ensino para a Educação Militar.

<sup>3</sup> No capítulo 3, o assunto será abordado de forma mais detalhada.

terríveis que sejam, seriam piores na ausência de ética militar (RHODES, 2009, p.1).

Desta forma, ao se estudar o papel da ética na formação dos soldados, torna-se necessário inicialmente revisar os principais conceitos sobre o assunto, assim como compreender como a ética é aplicada desde a antiguidade até os dias atuais. Estudando os conceitos se torna mais fácil a compreensão dos assuntos apresentados, facilitando o entendimento do que se propõe a tese.

A seguir, são apresentadas as principais teorias sobre a ética que influenciam a profissão militar. O pensamento e reflexão sobre a ética de filósofos serve de base para teorias que atualmente influenciam a formação e o comportamento dos militares.

Por fim, são apresentadas características da profissão militar que tornam a ética um aspecto relevante para o cumprimento da missão das Forças Armadas. O componente moral se apresenta como fator fundamental para uma conduta adequada dos militares nas operações, particularmente frente às novas exigências dos conflitos.

## 2.1 ÉTICA

A ética surgiu na Antiguidade, sendo abordado por diversos filósofos ao longo da história. O assunto também é tema de estudos na pós-modernidade, sendo aqui neste capítulo abordado esta perspectiva para se ter uma compreensão geral de como a ética é debatido o tema na atualidade.

Para a discussão das principais correntes da ética e sua relação com as Forças Armadas, é feita uma revisão dos principais teóricos nesse campo, tendo como foco principal a ética e os valores morais. Busca-se uma ligação da ética com a carreira militar, de forma a se compreender mais sobre o comportamento do soldado. Desta forma, são pontuados conceitos que auxiliam na compreensão do tema e como eles contribuem para o desempenho e escolhas realizadas na tomada de decisão por parte do militar, particularmente quando em operações, ao enfrentar dilemas éticos.

Prosseguindo no estudo da ética na formação dos soldados, torna-se necessário inicialmente introduzir o assunto ética no campo militar. Para isso, são abordadas as peculiaridades que envolvem a profissão militar.

O estudo aborda a aplicabilidade das ideias sobre ética na profissão militar. Como essas ideias se relacionam com as Forças Armadas de hoje, como o caráter da guerra mudou e o que se espera do soldado nas operações militares contemporâneas.

### **2.1.1 Ética, Moral e Valores**

Canivez (1991) defende que as sociedades existem para garantir a sobrevivência dos seres humanos e, mais do que isso, uma existência digna com acesso a tudo que seja necessário para o seu pleno desenvolvimento. Nesse caso, a moral pode contribuir para se atingir este objetivo. Segundo Vázquez (2001, p. 69) “a função social da moral consiste na regulamentação das relações entre os homens para contribuir assim no sentido de manter e garantir uma determinada ordem social”.

Nesse sentido, pode-se definir a moral como o conjunto de princípios, crenças ou regras que orientam o comportamento dos indivíduos nas diversas sociedades (NALINI, 2015). O conteúdo da moral depende de um contexto social específico, varia de sociedade para sociedade e de cultura para cultura, porém está presente em todas as culturas e no comportamento de cada pessoa em relação a outra (VÁZQUEZ, 2001). Segundo Vázquez (2001, p. 63), “a moral é um conjunto de normas aceitas, livre e conscientemente, que regulam o comportamento individual e social dos homens”.

O indivíduo, ao se relacionar com os outros, se defronta com a necessidade de pautar o seu comportamento por normas que julgue apropriadas. Estas normas são aceitas intimamente e reconhecidas como obrigatórias; de acordo com elas o ser humano compreende como deve agir em sociedade (VÁZQUEZ, 2001).

O progresso moral se caracteriza por um aumento do grau de consciência e da responsabilidade pessoal no comportamento moral. O ato moral supõe um sujeito dotado de consciência moral, isto é, da capacidade de interiorizar as normas ou regras de ação estabelecidas pela sociedade (CANIVEZ, 1991).

Vázquez (2001, p. 58) diz que o progresso moral é determinado “pela elevação do caráter consciente e livre do comportamento dos indivíduos ou dos grupos sociais e, por conseguinte, pelo crescimento da responsabilidade destes indivíduos ou grupos no comportamento moral”.

Porém, a interiorização destas regras só acontecerá no momento em que o indivíduo se considerar pertencente a sua comunidade e com alguma função dentro dela. Quando se sente pertencente a um grupo social, ele tem mais facilidade de aceitar as normas e leis, pois entende que são necessárias para a sobrevivência do grupo (CANIVEZ, 1991).

Este homem com consciência moral compreende que os seus direitos e deveres não podem estar acima dos direitos e deveres daqueles com os quais necessita viver. Temos, assim, segundo Sung e Silva (1995, p. 17), “a ética como uma reflexão teórica que analisa e crítica ou legitima os fundamentos e princípios que regem um determinado sistema moral”.

Moral é o conjunto de comportamentos e normas que você, eu e algumas das pessoas que nos cercam costumam aceitar como válidos; ética é a reflexão sobre por que os consideramos válidos e a comparação com outras morais de pessoas diferentes (SAVATER, 1996, p. 57).

A ética pode ser considerada uma disciplina normativa, não no sentido de criar normas, mas sim buscando descobri-las e elucidá-las. Ao se estudar ética, busca-se mostrar às pessoas os valores e princípios que devem nortear a existência humana. Neste sentido, a ética desenvolve e aprimora o comportamento moral e influencia a conduta humana. (NALINI, 2015).

Pode-se notar, como pontua Vázquez (2001, p. 157), que as ideias de bom e de mau mudam historicamente de acordo com as diferentes funções da moral efetiva de cada época. Essas mudanças refletem-se sob a forma de novos conceitos e novas doutrinas éticas.

Grande parte das atitudes tomadas no cotidiano estão pautadas pela incorporação de princípios e regras que regulam a forma particular de viver de um indivíduo e do grupo ao qual pertence. Ter de escolher supõe que preferimos o mais adequado para nós, ou seja, aquele que é mais valioso moralmente na nossa maneira de ver o mundo e aceitável pela sociedade.

Essas escolhas muitas vezes se deparam com dilemas éticos. Para enfrentar estes dilemas, o comportamento moral nos acompanha nas diversas decisões que tomamos no nosso cotidiano. Muito provavelmente, as condutas tomadas estarão

baseadas em valores, sendo fundamentados pela reflexão ética (CANADIAN DEFENCE ACADEMY, 2006). Algo só terá valor se tiver um significado para o homem, se servir para algum fim ou satisfazer alguma necessidade humana.

Não há valores em si, mas sim propriedades atribuídas à realidade pelos seres humanos a partir das relações que estabelecem entre si e com a realidade. Valorizar significa atribuir um significado de acordo com as necessidades, os desejos, as condições e circunstâncias em que se vive. Segundo Vázquez (2001, p. 141), o valor não é propriedade dos objetos em si, mas propriedade adquirida graças às relações do homem como ser social.

O indivíduo pertence a uma época e, como ser social, se insere na teia de relações de determinada sociedade, encontra-se imerso em uma dada cultura da qual sofre influências. A sua apreciação das coisas ou os seus juízos de valor se conformam com as regras, critérios e valores que descobre pessoalmente e que, após a experiência, ganham uma significação social.

Cada ser humano posiciona-se diante de um conjunto de valores que não foram criados por ele isoladamente, mas no contexto das relações com os outros seres humanos. É dentro de um contexto social que o homem desenvolve suas potencialidades e também sua moralidade.

Cada ser humano possui valores, é preciso possuir critérios e estabelecer relações e hierarquias entre valores para se viver em sociedade. Estes critérios classificarão as ações como boas ou más, corretas ou inadequadas e orientarão, assim como serão a justifica das escolhas feitas pelos homens nas diversas situações do dia a dia. Desta forma, de acordo com critérios estabelecidos, o valor será fundamental para orientar as nossas decisões e ações.

Já que a ética é a reflexão crítica sobre a moral, fazer uma reflexão ética é questionar-se sobre a consistência e a coerência dos valores que norteiam as ações. Buscamos esclarecer e questionar os princípios que orientam as ações para que elas sejam justas e coerentes nas relações entre os indivíduos e os grupos sociais (BRASIL, 1998). A ética é crítica em tudo o que fazemos. Reflete nossos valores e quem somos definindo desta forma como nós somos percebidos pelos outros como indivíduos, como

parte de uma cultura ou parte de uma instituição (CANADIAN DEFENCE ACADEMY, 2006).

Podemos dizer então que a ética serve para verificar a coerência entre práticas e princípios e questionar, reformular ou fundamentar os valores e as normas componentes de uma moral (BRASIL, 1998). A ética, como subcampo da filosofia, visa esclarecer a natureza do certo e do errado e de como devemos viver. É um estudo ou uma reflexão sobre moralidade e, por esse motivo, é frequentemente confundida com o termo moral, que se aplica à conduta ou regras de conduta pelas quais pessoas e culturas vivem (CANADIAN DEFENCE ACADEMY, 2006).

Já segundo Morin (2005), usamos o termo ética para designar um ponto de vista individual e moral para situar-nos no nível da decisão e da ação dos indivíduos sobre esse ponto de vista. Para o autor, os dois termos “são inseparáveis e por vezes recobrem-se”. Neste sentido, concebe a ética como um ponto de vista comportando uma reflexão sobre os fundamentos e os princípios da moral.

Abbagnano (1998) complementa afirmando que a ética se fundamenta na noção de intuição emotiva, imediata e infalível dos valores e das suas relações hierárquicas, que devem ser percebidos como todo independente da escolha humana.

Os valores diferem de sociedade para sociedade e diferem de acordo com os costumes de cada grupo social. E mesmo dentro de uma sociedade, os valores diferem de indivíduo para indivíduo e cada ser humano vê seus valores de acordo com o seu entendimento e seu juízo.

Os grupos sociais reais não somente diferem um do outro, mas também encerram diversidade entre seus próprios membros. Enquanto os membros de um único grupo podem ser tomados como compartilhando alguns importantes valores eles frequentemente discordam sobre as questões morais (LYONS, 1990, p. 31).

No cotidiano, estão sempre presentes valores diferenciados, e esta diversidade pode levar a conflitos. O que é preciso considerar é que não existem normas acabadas ou regras definitivas. A moral pode sofrer transformações, principalmente quando submetida a reflexão realizada pela ética. Desta forma as nossas ações no cotidiano estão sempre acompanhadas da moral, tendo o seu caminho iluminado pela ética.

Diz-se que uma pessoa possui valores e legitima as normas dele decorrentes quando, sem controle externo, pauta sua conduta por elas, segue-as independente de ser observada, ou seja, está convicto de que essa regra representa um bem moral.

As relações sociais efetivamente vividas e experimentadas tem influência decisiva no processo de legitimação dos valores, da formação ética. Se o objetivo é contribuir para a formação de indivíduos que tenham respeito pelas diferenças do outro, não basta discursos sobre valores, é necessário que o ser humano tenha condições de vivenciá-lo no seu cotidiano.

O conceito de valores ganha relevância ao passo que, dentro das Forças Armadas, o caráter do militar é forjado pela incorporação dos valores militares. Este tema será aprofundado no capítulo seguinte no estudo sobre a educação militar. Antes disso, veremos como a ética foi abordada ao longo da história, formando conceitos e teorias que se tornaram a base do ensino da ética nas Forças Armadas de diversos países.

### **2.1.2 Ética na História**

Cabe ressaltar que ética não é um assunto novo. Pelo contrário, é um assunto que vem sendo discutido desde a antiguidade. Filósofos e pensadores abordaram o tema em seus estudos, trazendo reflexões e ensinamentos que perpetuam até hoje e formam as bases para a ética nas Forças Armadas.

A filosofia, particularmente os conceitos e teorias relacionados a ética, fazem parte da grade curricular da Escola de formação dos oficiais de carreira do Exército Brasileiro. Os conceitos e teorias dos filósofos da antiguidade servem como base teórica para aplicação da liderança e da ética nas Forças Armadas. Abordar essas teorias auxilia no entendimento de como os militares compreendem o desenvolvimento moral e ético dos integrantes das Forças Armadas.

O tema está direcionado ao desenvolvimento pessoal do indivíduo. Por diversas vezes na tese, as questões filosóficas serão retomadas, pois o assunto, mesmo sendo baseado nos desafios contemporâneos, possui fortes raízes no pensamento de filósofos que formam a base teórica que fundamenta o ensino da ética e da moral para o indivíduo,



assim como as justificativas morais do emprego da força e da violência na guerra, assunto que será abordado mais à frente.

Em termos de marcos históricos, pode-se localizar a preocupação com a ética, com a moral e com os problemas existenciais do ser humano na Grécia Antiga, em Sócrates (470-399 a.C.), Platão (428-347 a.C.) e Aristóteles (384-322 a.C.) que postulavam a necessidade dos valores éticos baseados no conhecimento de si mesmo, a bondade como resultado do saber, bem como a felicidade e a sabedoria como caminho para ser uma pessoa boa.

Existia uma preocupação dos Filósofos com o conhecimento, mas os debates sobre o assunto ética ganha força com Sócrates. O filósofo ateniense indicava a necessidade dos valores éticos baseados no conhecimento de si mesmo. Para Sócrates, o saber fundamental é o saber a respeito do ser humano. Ficou então conhecida a frase “conhece-te a ti mesmo”, que se caracteriza por três elementos: o conhecimento universal válido, o conhecimento moral e o conhecimento prático, necessários para agir corretamente (MARCONDES, 2007).

A bondade é resultado do saber. Quem faz o mal é porque não tem conhecimento. Para existir felicidade é preciso ser uma pessoa boa, porém para ser bom é preciso ser sábio. Aquele que encontra a verdade oculta em sua alma sente-se obrigado a ajustar a ela a sua conduta (CHAUI, 1999).

Para Sócrates, a virtude pode ser ensinada e transmitida. Apesar de ser necessário conhecer a virtude para poder ensinar, o que torna uma tarefa difícil (HOBUSS, 2014). O pensamento de Sócrates fundamenta a ideia defendida na tese de que o comportamento baseado em virtudes pode ser ensinado aos homens.

Platão, discípulo de Sócrates, dá continuidade a questão dos valores, quando cria a Teoria das Ideias. As Ideias de Platão são ideias de valores, haja vista o grau hierárquico que dá ao bem, valor supremo e fonte dos demais valores. Segundo Sung e Silva (1995, p. 30), a doutrina platônica, assim, equipara o ser ao valor. “Enquanto seres verdadeiros e transcendentais, modelos últimos das coisas, possuem a máxima dignidade, sendo por isso valores”.

Para Platão (2014), o homem é bom enquanto bom cidadão. O homem se realiza apenas quando em comunidade política ou Estado, desta forma, a ética está relacionada

a política, pois para ele, a polis, cidade-estado, é o terreno próprio para a vida moral. Isto nos remete ao conceito de cidadania, que traz contribuições para a compreensão da ética na profissão militar, assunto a ser explorado no próximo capítulo.

Na concepção ética do estado platônico, somente as classes superiores são beneficiadas, já que o Estado não se preocupa com o povo, cuja virtude exigida é a obediência (PLATÃO, 2014). Esta concepção de Platão diverge do proposto na tese a medida que se parte do pressuposto de que o cidadão deve ser protegido pelo estado democrático.

Aristóteles, por sua vez, substitui as ideias pelas formas em que o bem passa a ser tomado como presente nas coisas, na própria realidade. Aristóteles traz as ideias platônicas para o mundo real, histórico e natural. O bem do homem será o bem da comunidade real à qual pertence sendo o bem absoluto a felicidade (CHAUI, 1999).

Aristóteles não só organizou a ética como disciplina filosófica, como relacionou as normas e os bens e a ética individual e social. Sua concepção ética privilegia virtudes como a justiça, a caridade e a generosidade. As virtudes podem ser intelectuais ou práticas e somente através delas se alcança a felicidade.

Enquanto Platão considerava a virtude como uma qualidade que nasce com o homem, sendo assim, inata. Aristóteles acreditava que ela só pode ser adquirida com o hábito, e a sua conquista se dá com o constante exercitar de atos virtuosos, entendia que ninguém se torna virtuoso sem que pratique a virtude; e aquele que deixar de praticá-la deixará de ser virtuoso.

A existência da compreensão aristotélica de caráter e virtude está muito presente entre os militares. Para Martin L. Cook (2015), os comportamentos virtuosos desejados pelos militares serão testados nos ambientes mais estressantes em meio à incerteza e ao perigo do combate. Os militares em todo o mundo utilizam dessa concepção para educar e treinar seus pessoal por milênios.

Os militares raramente invocam Aristóteles explicitamente e tendem a formulam seus próprios conjuntos únicos de virtudes, que às vezes chamam de "valores", que estão relacionados a lista de virtudes de Aristóteles. No entanto, muitos dos elementos principais da ética aristotélica das virtudes aparece nos códigos de ética militares,

moldando como as virtudes adotadas pelas forças armadas contemporâneas são interpretadas e aplicadas (SCHULZKE, 2016).

Quando comparada a filosofia moral de Platão com a de Aristóteles, percebemos a importância da educação e treinamento em ética centrada no caráter e integridade. Platão defende a virtude da autodisciplina e da restrição pessoal, particularmente aplicada ao soldado por uma sociedade bem ordenada e desenvolvida através de rigorosos e repetidos treinamentos militares. Ele argumenta que a capacidade das pessoas de entender tanto o bem comum permite a inserção das normas culturais para orientar o bom comportamento. Já Aristóteles defende a virtude moral desenvolvida através de hábitos formados. Ele afirma que um caráter estável leva uma pessoa a sempre fazer a coisa certa, da maneira certa, no tempo certo (CARTER JUNIOR, 2015).

Percebe-se que o pensamento de Platão e Aristóteles estão muito presentes na formação dos militares, contribuindo para uma educação e treinamento voltados para a ética. Mas cabe ressaltar que somente o pensamento desses dois filósofos não é suficiente. O pensamento sobre caráter de Aristóteles e Platão mostram-se apenas parcialmente suficientes. Embora integridade e bom caráter sejam de fato importante, pesquisas indicam que fatores situacionais também exercem uma grande influência sobre comportamento (CARTER JUNIOR, 2015). Outros filósofos surgem no decorrer da história e trouxeram significativas contribuições.

Já no período da Idade Média, no qual a moral cristã predomina, ganham destaque as teorias éticas fundamentais de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Para Santo Agostinho, o objetivo da moral e da vida é encontrar a felicidade dos seres humanos, e esta somente poderá ser alcançada através do encontro com Deus. É da essência de Deus que emanam os valores morais e a partir dele que os seres e valores ganham existência e significação. Alguns séculos depois, com Tomás de Aquino, a relação entre fé e razão continua como tema para reflexão. Tomás subordina a razão a fé. Para o homem existe um soberano bem, ao qual deve tender durante sua vida terrena.

A partir do cristianismo, surgem duas novas concepções ligadas a ética. A primeira é a ideia de que a ética está relacionada com os outros, e não com a cidade. A qualidade na relação com os outros depende, segundo a ética cristã, da qualidade na relação com Deus. A segunda concepção que surge é a de que somos dotados de vontade própria.

“Nossa vontade é que impulsiona a agir voltado para o bem ou para o mal. Esta concepção introduz uma nova ideia na moral: a ideia do dever”. (CHAUI, 1999, p. 343).

Na Idade Moderna, a sociedade é marcada por mudanças do feudalismo para o capitalismo, ganhando destaque filósofos como René Descartes e John Locke. Descartes, apesar de não ter escrito sobre ética, formou para si em suas ações uma Moral Provisória que tinha como primeira máxima obedecer às leis e aos costumes do seu país (DESCARTES, 1979). Esta máxima colabora com os conceitos apresentados anteriormente e reforça a ideia de respeito as normas.

Posteriormente, a partir de Immanuel Kant (1727-1804), o estudo da ética começou a considerar a atitude interior da pessoa e as intenções como fundamental na vida moral. Não se pode considerar nada bom sem restrições, a não ser a “boa vontade”. A pessoa não é boa pelo que possa fazer, e sim pelo querer fazer. Van Baarda (2006) destaca que os princípios Kantianos formam uma base deontológica para as ações dos militares.

Kant adota o conceito de obrigação moral, distinguindo entre dois tipos de ação, as que são de acordo com o dever e ações do dever. As ações de acordo com o dever são aquelas na qual o indivíduo executa a ação correta, mas por muitas possíveis razões, incluindo medo de punição ou esperança de recompensa. Já na ação do dever o indivíduo executa a ação correta em cumprimento a fazer a coisa certa. As ações morais são derivadas de um senso intrínseco de dever resultando em um comportamento ético mais resolutivo (CARTER JUNIOR, 2015).

O que pode se extrair para as Forças Armadas da moral de Kant é que a educação e o treinamento em ética do Exército deve abordar motivações internas para o comportamento ético, além da aplicação de regras e políticas. Compreender o ímpeto subjacente ao comportamento ético e à escolha moral contribui para incutir, treinar e orientar sobre padrões éticos, bem como influenciar nas políticas e procedimentos destinados a facilitar o comportamento ético (CARTER JUNIOR, 2015).

Posteriormente a Kant, surgem dois conceitos criados por Max Weber que contribuem para a compreensão do tema e suas mudanças ao longo da história, são os conceitos de ética da convicção e ética da responsabilidade. Esses termos são utilizados

atualmente no meio jurídico e contribuem para se compreender a ética na profissão militar.

Chama-se ética da convicção as ações morais individuais, praticadas independentemente dos resultados a serem alcançados. Ética da responsabilidade, por sua vez, é a moral de grupo, muito diferente da individual, pois aquela se refere às decisões tomadas pelo governante para o bem-estar geral, embora muitas das vezes possam parecer erradas aos olhos da moral individual.

Na ética da responsabilidade, o que dá validade a um ato é o resultado e não a intenção. Desta forma, compreende-se que a ética da responsabilidade corresponde às decisões tomadas por aqueles que, investidos no poder, tudo fazem para manter a harmonia social.

Ao se pensar na profissão militar, podemos inferir ainda que o militar toma suas decisões baseadas no cumprimento da missão emanada por autoridade competente, ou seja, seu comandante imediato. Não realiza uma ação com base nas suas convicções pessoais, mas sim com base nas ações determinadas por autoridade para fins específicos, que pode ser desde vencer uma tropa adversária e acabar um conflito como prender alguém que infringe a lei, como é o caso das operações de garantia e da ordem.

Ou seja, o militar abdica da ética da convicção e segue a ética da responsabilidade, particularmente quando está no exercício de sua profissão. Quer seja em operações militares, quer seja na rotina diária em uma Organização Militar.

Por fim, abordaremos mais dois autores que trazem importantes considerações sobre a ética com aproveitamento para os estudos no campo militar. Apesar de serem citados fora da ordem cronológica, as considerações de Maquiavel e Clausewitz são relevantes para embasar o conhecimento sobre a ética e sua aplicação nas Forças Armadas, na perspectiva realista. Por este motivo, são colocadas a parte finalizando as considerações sobre ética no decorrer da história.

Em sua obra “O Príncipe”, Maquiavel (2010) considerava como virtudes as qualidades necessárias para a perpetuação do Estado e do poder nas mãos do príncipe. Para o autor, só aos príncipes, em momentos decisivos, caberia “fazer o mal” quando ele fosse necessário para salvar a república ou a si mesmo. Este pensamento nos remete as

decisões tomadas no campo militar, no qual muitas vezes a vontade própria se abstém em prol do cumprimento da missão.

Maquiavel (2010) ainda complementa que o julgamento do príncipe não é moral, depende de sua capacidade efetiva para obter resultados. Esta, por sua vez, é um jogo entre boas e más circunstâncias e as virtudes. Maquiavel reforça que atitudes podem ser tomadas pelos líderes pensando nos resultados favoráveis. Neste caso, a moral pode ser desconsiderada tendo em vista os fins de sua decisão.

Carl Von Clausewitz (1984), em seu livro intitulado “Da Guerra” faz considerações sobre os atributos necessários ao soldado para combater, segundo o autor, os elementos morais estão entre os mais importantes na guerra. Dentre os atributos, ele cita as virtudes militares como fundamentais.

Para Clausewitz (1984, p. 211),” as qualidades militares de um exército baseiam-se no indivíduo que está impregnado do espírito e da essência da sua atividade (...) que mergulha completamente a sua personalidade na tarefa que lhe é atribuída”. Mostra assim a importância da moral e dos valores na personalidade do soldado. O autor destaca a necessidade de as virtudes militares tornarem-se mais evidentes quanto maior for a área de operações e quando outros fatores tenderem a complicar a guerra e dispersar as forças.

As tradições filosóficas sobre ética fornecem uma série de marcos para guiar a educação ética e os treinamentos, assim como para promover uma cultura voltada para a ética. As correntes filosóficas direcionam a atenção para vários aspectos da filosofia moral para incluir a autodisciplina de Platão, o caráter individual nas virtudes de Aristóteles, o senso de dever estudado por Immanuel Kant e o bem coletivo de John Stuart Mill<sup>4</sup>. Juntas, essas filosofias apontam para a importância do indivíduo e da instituição na manutenção de padrões éticos (CARTER JUNIOR, 2015).

### **2.1.3 Ética Pós-Moderna e Contemporânea**

---

<sup>4</sup> John Stuart Mill (1806-1873) propôs a teoria ética do Utilitarismo. A teoria não será abordada na tese.

Ao estudar a ética contemporânea, pretende-se verificar novas abordagens e conceitos sobre o tema. Além disso, torna-se relevante refletir sobre como a moral e a ética são compreendidas no nosso tempo, o que vai ao encontro do tema da tese que também é bem atual. Apesar do propósito da ética ser o mesmo, pois o ser humano busca uma convivência justa e harmônica, as mudanças ocorridas na sociedade trouxeram novos desafios e novos dilemas a serem superados. Para isso, novas abordagens do tema devem ser consideradas a fim de proporcionar novos instrumentos de tomada de decisões pautadas na ética.

Os grandes temas da ética - como direitos humanos, justiça social, equilíbrio entre cooperação pacífica e autoafirmação pessoal, sincronização da conduta individual e do bem-estar coletivo não perderam nada de sua atualidade. Apenas precisam ser vistos e tratados de maneira nova (BAUMAN, 1993, p.8).

Para que se possa desenvolver um pensamento ético pautado nos valores da sociedade, é necessário que se compreenda como a ética e a moral são compreendidos e debatidos pela sociedade hoje. Como os pensadores, atualmente, definem e realizam reflexões sobre o assunto, são questões importantes para se tentar desenvolver uma nova abordagem na educação militar.

Anterior a pós-modernidade, para os legisladores e pensadores modernos, a moralidade, antes de ser “traço natural” da vida humana, era algo que se precisava planejar e inocular na conduta humana. Essa é a razão pela qual tentaram compor e impor uma ética na qual um código coeso de regras morais pudesse ser ensinado e as pessoas forçadas a obedecê-lo. Este modelo baseou-se em normas e leis que deveriam ser seguidas como forma de se obter uma conduta aceitável (BAUMAN, 1993).

A ética - um código moral, que pretende ser o código moral, o único conjunto de preceitos harmonicamente coerentes ao qual deve obediência toda pessoa moral — visualiza a pluralidade de caminhos e ideais humanos como um desafio, e a ambivalência dos juízos morais como um estado mórbido de coisas que se deseja corrigir (BAUMAN, 1993, p.29).

Para se educar e transformar um cidadão em uma pessoa considerada moralmente correta, ela deveria compreender e seguir aquilo que era ensinado pelos legisladores e filósofos. Primeiro, o potencial moral escondido nos seres humanos devia ser-lhes revelado; “as pessoas devem ser iluminadas quanto aos padrões que são capazes de encontrar, mas incapazes de descobrir sem ajuda.” E segundo, deviam ser ajudadas no seguimento desses padrões por um ambiente cuidadosamente planejado para favorecer e recompensar verdadeiramente a conduta moral (BAUMAN, 1993).

A única maneira em que a liberdade individual poderia ter consequências moralmente positivas (na prática, senão em teoria) é entregar aquela liberdade aos padrões heterônomos estabelecidos; ceder as agências socialmente aprovadas o direito de decidir o que é bom e sujeitar-se a seus vereditos. O que significa, em suma substituir a moralidade pelo código legal, e modelar a ética segundo o padrão da Lei (BAUMAN, 1993, p.37).

Na pós-modernidade, surge uma questão complicadora. As pessoas não mais esperam a sabedoria dos legisladores ou a perspicácia dos filósofos para sanar suas dúvidas morais e tomar suas decisões a respeito das condutas. Muitas vezes, suspeitam até que a verdade da questão seja oposta ao que é colocado pelos legisladores.

Só as normas podem ser universais. Pode-se legislar deveres universais ditados como normas, mas responsabilidade moral só existe na interpelação do indivíduo e no ser portar individualmente. Os deveres tendem a fazer os humanos iguais; a responsabilidade é o que os fazem indivíduos (BAUMAN, 1993, p.66).

A moralidade não deve ter um caráter de norma, deve ser inerente a cada indivíduo e pode-se dizer que é o que permanece quando se faz o trabalho da ética. Os questionamentos do indivíduo sobre o certo e o errado, com base no que compreende da vida em sociedade, pautará sua conduta a partir de sua responsabilidade. Ou seja, a partir dos atos pelo qual responde que são baseados no que ele convencionou como moralmente aceito. Segundo Bauman (1993, p.95), o que faz o eu moral é o ímpeto de fazer, não o conhecimento do que se deve fazer.



Outro fator que interfere na ética pós-moderna foi observado por Hans Jonas, filósofo ético, que viu as raízes do problema nos poderes da tecnologia moderna na escala das possíveis consequências das ações humanas. (BAUMAN, 1993, p.247). Uma vez que o que fazemos atinge outras pessoas, e o que fazemos com os poderes acrescidos da tecnologia tem efeito ainda mais poderoso sobre as pessoas, o significado ético de nossas ações atinge rapidez e maiores proporções.

Hans Jonas apresentou uma sistemática tentativa de fundamentar uma ética para a civilização tecnológica, o que contribuiu e tem servido de inspiração para diversas discussões. Para Hans Jonas, em face das novas dimensões espaço-temporais do agir humano, propõe um novo imperativo ético no qual o indivíduo deve agir de modo que os efeitos de sua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana no planeta (ALENCASTRO, 2009).

A ideia defendida por Jonas é que a característica principal da ética até o presente diz respeito a significação ética do relacionamento direto do homem com homem, inclusive o de cada homem consigo mesmo. Mas para o autor, a técnica moderna introduziu tamanhas modificações no homem e na natureza que temos agora novas dimensões da responsabilidade (JONAS, 2006).

Jonas (2006) entende que é necessário para uma formulação ética fazer a distinção entre meios e fins. Um fim é aquilo graças ao qual uma coisa existe e cuja produção ou conservação exigiu que algum processo ocorresse ou que alguma ação fosse empreendida. Por sua vez o meio é um dado natural e vivente, uma parte do próprio usuário vivente, mas que não se opõe a si mesmo em ação. O autor defende que há uma existência de fins na natureza o que leva a discussão de uma doutrina do valor.

Contraopondo-se a teoria de Maquiavel, para Jonas (2006), o valor da vida para o homem torna-se um dever, um imperativo, e quando o homem não cumpre o dever torna-se devedor do bem. Assim, tem-se o princípio que alicerça a teoria da responsabilidade, o fundamento racional do dever, que é o apelo do bem em si no mundo que confronta à vontade e exige obediência.

A responsabilidade do homem público quanto a dos pais é o dever da continuidade, seu exercício não pode ser interrompido, e tanto um quanto o outro se ocupam com o futuro bem mais do que com o presente imediato. Pais e Estado educam

para que a criança e o cidadão se tornem “adultos”, a autonomia é o objetivo da responsabilidade (JONAS, 2006).

Em substituição aos antigos imperativos éticos (entre os quais o imperativo kantiano, que se constitui no parâmetro exemplar “Age de tal maneira que o princípio de tua ação se transforme numa lei universal”) Jonas propõe um novo imperativo: “Age de tal maneira que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica”, ou, formulado negativamente, “não ponhas em perigo a continuidade indefinida da humanidade na Terra (SOUZA, 2010, p.174).

Dentro dessa perspectiva, a principal meta é a preservação do futuro. Mas para que as novas gerações tenham condições de sobreviver, o pensamento ético volta-se para o bem-estar comum em detrimento do bem-estar individual. Questões relacionadas ao meio ambiente e a sua preservação ganham destaque, assim como questões relacionadas aos conflitos e busca por igualdade de direitos.

Porém, ao mesmo tempo em que nos preocupamos com o bem-estar comum, há uma crescente preocupação com o bem-estar individual. Parece uma contradição, mas aparentemente é uma constatação, à medida que nos preocupamos mais com questões relacionadas ao bem-estar da sociedade e a uma melhor condição de vida, tanto ligada às condições sociais como as questões de sobrevivência mesmo, também nos voltamos mais para nossa individualidade e nosso bem-estar pessoal. Isso pode ser evidenciado quando verificamos uma crescente busca em satisfazer os desejos individuais, seja no emprego, seja na vida pessoal.

Verifica-se ainda que a moral da sociedade contemporânea, para parte dos indivíduos, é orientada pelo hedonismo e pelo poder econômico, valoriza os vícios individuais e despreza as virtudes públicas de justiça social, igualdade e liberdade e se traduz pela discrepância entre excesso de poder e escassez de orientação para utilizar esse poder. Esse quadro expressa a “crise da ética da pós-modernidade” que se justifica pela característica de ambiguidade moral da sociedade contemporânea que experimenta, em mesmas proporções, tanto liberdade de escolha quanto estado de incerteza (PASSOS, 2008; BAUMAN, 1999).

Mas é possível fazer um contraponto ao hedonismo. Se percebe um crescente envolvimento nas mídias por causas de justiça e igualdade social e preservação do meio ambiente. Além disso, comportamentos antiéticos ou condutas fora dos padrões morais rapidamente ganham notoriedade. Este tipo de comportamento é duramente reprovado nas redes sociais e muitas vezes mobilizam parcela significativa da população.

Essa mobilização tende a influenciar nos atos de governo. Muitos políticos, buscando atender o anseio de seus eleitores, lutam por aprovação de leis que vão ao encontro das causas mobilizadas. Desta forma, a opinião pública ganha força em termos de participação e influência no campo político.

Além disso, vivemos em uma sociedade em constante transformação. A velocidade das informações e as novas tecnologias são fatores que contribuem para determinar a forma com que nos relacionamos e convivemos. “Todos nós estamos, a contragosto, por desígnio ou à revelia, em movimento. Estamos em movimento mesmo que fisicamente estejamos imóveis: a imobilidade não é uma opção realista num mundo em permanente mudança.” (BAUMAN, 1999, p.8).

Estas tecnologias surgem como um componente a mais nas operações militares. Este componente será abordado novamente no capítulo seguinte. Serão apresentadas peculiaridades que influenciam diretamente nas ações dos militares, particularmente as operações militares. Situação que proporciona uma maior visibilidade dos militares, haja vista a ampla cobertura dos conflitos pela mídia.

Nos conflitos contemporâneos, cada vida passou a ter mais importância. Guerras onde morriam milhares de pessoas não tinham tanta repercussão como hoje um conflito onde um bombardeio mata dezena de civis. A participação da mídia, mas também, a arrisca-se dizer, também a participação do cidadão com seu celular, que tem a capacidade de registrar cenas muitas vezes chocante para as pessoas, transformou o campo de batalha (MACINTYRE, 2015).

Ao mesmo tempo que as pessoas estão isoladas nos seus meios eletrônicos e convivem menos, contrapondo-se a isso elas estão cada vez mais conectadas com o mundo. O que acontece num conflito pode ser visto e causar comoção em um cidadão do outro lado do mundo. Condutas antiéticas tendem a ganhar notoriedade e reprovação da sociedade. Neste sentido, a ética contemporânea é importante para entendermos a

relação dos soldados em operações com o mundo a sua volta alterando assim a nossa concepção da distinção entre estar na guerra e não estar na guerra.

## 2.2 ÉTICA NAS FORÇAS ARMADAS

As Forças Armadas de hoje operam com um pano de fundo de resoluções diferentes do século XX. Os militares precisam desenvolver táticas para novos tipos de guerra e descobrir como podem “combater o terrorismo sem se tornar terrorista”. Em recentes esforços de contra-insurgência<sup>5</sup>, foram empregados em imposição da lei e da ordem à população local. Estas mudanças sinalizam para uma crise conceitual, ou mudança de paradigma (MACINTYRE, 2015). No Brasil acontece algo semelhante, as Forças Armadas são empregadas cada vez mais em Operações de Garantia da Lei e da Ordem, trazendo os mesmos desafios aos integrantes da Instituição.

Uma nova guerra convida os militares a repensar o profissão, reavaliar suas virtudes cardeais e adicionar novos conceitos e valores ao militar ideal. De qualquer forma, as velhas virtudes marciais, que eram conquistas já difíceis, vem sendo submetidas a novos testes rigorosos (COOK P., 2015). Do militar, é exigido cada vez mais profissionalismo. As características do combate moderno exigem ações cada vez mais profissionais e dimensionadas para os danos colaterais. A seguir, serão apresentados os aspectos que mostram como a ética é fundamental para a condução das operações militares e para desenvolvimento do profissionalismo esperado das Forças Armadas em operações militares.

### 2.2.1 O Soldado e a Guerra

Alguns autores questionam se a guerra é inevitável, Gray (2016, p. 103) traz essa reflexão ao impor como condição que se a guerra for uma característica inevitável da condição humana, há muito a ser esclarecido sobre a sua limitação e “humanização”. Já

---

<sup>5</sup> Contra-insurgência é um tipo de guerra irregular. A insurgência consiste em ações de atores não estatais para derrubar a autoridade estatal existente, arrancar concessões políticas ou expulsar força militar estatal ocupante (ROBINSON, 2016).

Brochado (2001) vai além, diz que a busca de uma cultura de paz seria, na prática, a luta da humanidade contra as marcas profundas que provêm da sociabilidade de seus integrantes, que resultaria no esforço infrutífero dos homens contra sua própria natureza.

Sendo a guerra algo, no mínimo, difícil de se evitar, devemos compreender que ela é preenchida por dilemas éticos a serem decididos em todo o seu contexto. Segundo Gray (2016, p. 101), “A ética é uma dimensão da guerra e estratégia em que os argumentos são massivamente dúbios em teoria, contudo parecem funcionar bem na prática.” Isso deveria ser uma regra, haja vista que a preparação e formação dos militares é forjada pela disciplina e pelo fiel cumprimento das normas que regem a sociedade.

Porém, no mundo prático do efeito estratégico, a justiça do comportamento é julgada à luz do efeito pretendido (GRAY, 2016, p. 101). Então, na prática, quando em combate, os soldados têm a preocupação de cumprir a sua missão. Segundo Gray (2016, p. 95), “o soldado está focado apenas no sucesso no campo de batalha, como um fim em si próprio”.

“Os fins justificam os meios” é uma forma do ser humano justificar seus atos de violência, que são comuns na guerra, onde a destruição do inimigo é o efeito pretendido. O soldado vai a guerra imaginando que as vidas perdidas no campo de batalha salvarão diversas outras vidas.

Por muito tempo, múltiplos tratados, protocolos e declarações tem se empenhado em elaborar uma convenção para aperfeiçoar e aumentar a humanização da guerra. Esses esforços para impor leis de guerra com caráter humanitário podem até ter salvado vidas, porém não são capazes de impedir que a ética seja colocada de lado no campo de batalha.

O problema central com a autoridade tem sido sua aparente incapacidade de prover disciplina humana nos casos verdadeiramente difíceis, ocasião em que a dimensão cultural da guerra e estratégia ameaça sobrepujar a ética (GRAY, 2016, p. 1012). Embora alguns combatentes pareçam criminosos, muitos outros apenas lutam pela causa de seu país. Desta forma, a guerra oferece a cada um a oportunidade de impor seu direito e triunfar sobre seu adversário. A guerra, por essa visão, é uma extensão natural da diplomacia, política e negociação. Quando elas falham, as nações podem então, escolher a força das armas (GROSS, 2014, p.47).

Porém, Osinga e Lindley-French (2010) sugerem que as organizações militares atualmente operam em um ambiente cada vez mais complexo devido às novas dinâmicas dos conflitos. Para os autores, os militares devem gerenciar os riscos do uso da força, pois para algumas sociedades, a instrumentalidade de aplicar a força é objeto de intenso debate sobre sua legitimidade, que se traduz em restrições e limitações no emprego das Forças Armadas.

Pode-se dizer que os soldados de cada lado do combate possuem seu direito de autodefesa, porque há espaço para pensar que ambos os lados podem estar sendo justos (GROSS, 2014). Porém esta afirmação nos leva a outra reflexão: Mesmo sendo justo a reivindicação de um Estado, há limites para o uso da força?

A Teoria da Guerra Justa, desde muito tempo atrás, se esforça em responder essas questões. É um modelo de pensamento e um conjunto de regras de conduta que define em quais condições a guerra é uma ação moralmente aceitável. Está relacionada ao conceito de guerra preventiva, ou seja, uma ação de combate com o objetivo de antecipar-se e evitar o ataque de outra força. Para Lango (2014)<sup>6</sup>, com base no princípio de último recurso, o uso da força pode ser justificado somente depois que todos os meios para resolução de conflitos foram utilizados.

Dentre filósofos que discorreram sobre Teoria da Guerra Justa, Agostinho de Hipona esclarece que a guerra é uma extensão do ato de governar, sem que com isto todas as guerras se justifiquem moralmente. Ele distinguia duas questões fundamentais: Quando é permissível travar uma guerra? Quais as limitações na maneira de travar uma guerra? (GOLDIM, 2003).

Nesse contexto, Vicente (2006) destaca que a reflexão sobre a ética da guerra tenta aproximar as perspectivas idealistas e realistas, procurando através da Teoria da Guerra Justa legitimar a violência do Estado contra ameaças, justificando os fins e impondo limitações aos meios. Por outro lado, Lango (2014) defende que, com base na Teoria da Guerra Justa, os princípios da proporcionalidade e imunidade aos não combatentes, devem ser generalizados para que sejam aplicáveis por todos os militares

---

<sup>6</sup> Lango (2014) defende que, de acordo com teoria contemporânea sobre os princípios justos da guerra, deveria haver uma mudança de paradigma de uma abordagem centrada no estado para uma abordagem cosmopolita.

em todas as formas de conflito armado, limitando assim o uso da violência. Para o autor, os princípios, além de aplicados nas operações militares de larga escala, também deveriam ser aplicados nas ações militares de pequena escala.

A existência da profissão militar “pressupõe interesses humanos em conflito e o emprego da violência para defender esses interesses” (HUNTINGTON, 1996, p.81). Nesse sentido, a ética militar considera o conflito como um padrão universal, tal como vê a violência enraizada na natureza humana. Portanto, não há guerra sem violência, o que se busca no uso da força é minimizar os danos causados.

Nações só podiam perseguir os meios e métodos que procurassem incapacitar um exército de forma que ele não mais se constituísse em ameaça política ou militar. Isso significa incapacitar, não necessariamente matar, grandes efetivos de homens. Qualquer coisa além disso seria desnecessário e o sofrimento que traria supérfluo, cruel e desumano (GROSS, 2014).

Porém, ao se refletir sobre a evolução dos conflitos, novos aspectos devem ser considerados. Quando se torna necessário o uso da força, o ambiente operacional em que as Organizações Militares atuam passa a ser gerenciado por novas dinâmicas. Operando para atingir objetivos limitados, em ambientes frequentemente urbanos, os militares enfrentam novos tipos de violência, atores não estatais que desafiam conveniente as Forças Militares Estatais. Esses grupos estão fundamentados em uma conceituação diferente de guerra e se beneficiam da rápida difusão da tecnologia, em particular das novas mídias sociais que lhes proporcionam alavancagem sem precedentes no domínio virtual, principalmente quando a força militar utilizada parece ser desproporcional (OSINGA; LINDLEY-FRENCH, 2010).

O grande desafio torna-se assim saber qual o limite entre o necessário e o supérfluo. O que fica em questão é a avaliação do custo-benefício entre a defesa dos interesses em jogo e o nível de risco no engajamento em um confronto armado. Os recursos tecnológicos para a guerra e a valorização da vida dos combatentes terão como consequência novos desafios para os chefes militares em combate. “Vencer sem morrer” poderá ser o novo ideal para as próximas gerações (BROCHADO, 2001).

O novo ambiente internacional, a falta de interesse dos cidadãos pela política e negociação, associados a manipulação de argumentos morais para justificar o uso da

força, tornaram a atuação militar nos conflitos modernos significativamente mais complexa. As Forças Armadas estão assumindo responsabilidades que vão além de defender sua Nação e seus interesses. Acostumados a defender os interesses de seu país, os militares estão enfrentando riscos associados à proteção de pessoas em todo o mundo. A responsabilidade inclui enfrentar dilemas morais envolvendo a missão, os riscos para os soldados e os riscos para os civis inocentes (GOFFI, 2012).

Os comandantes e suas tropas devem lutar eticamente nas guerras. Para Goffi (2012), isso pode ser moralmente questionável. Eles devem economizar vidas em conflitos apresentados como humanitários, mas que muitas vezes implicam em alto grau de violência, colocando em risco a vida dos soldados e da população. Para o autor, a responsabilidade de decisões dos comandantes de usar a força no campo tático e operacional deve ser compartilhada entre militares e políticos. Apesar do pensamento de Goffi (2012) ser direcionado a países que atuam em condições extremas, em países como Iraque e Afeganistão, traz uma reflexão sobre a complexidade das ações militares e suas consequências no combate moderno que devem ser levadas em conta antes mesmo da decisão do emprego da força.

As qualidades militares de um exército baseiam-se no indivíduo que está impregnado do espírito e da essência da sua atividade, que se adentra nas aptidões que ela exige, desperta-as e torna-as suas, que aplica a sua inteligência a todos os detalhes, que obtém desenvoltura e confiança através do adestramento e que mergulha completamente a sua personalidade na tarefa que lhe é atribuída (CLAUSEWITZ, 1984, p. 211).

Neste sentido, não é suficiente olhar para as Forças Armadas. É necessário olharmos para o ser humano, para o militar, para que então tenhamos uma dimensão de como “a necessidade de virtudes militares torna-se tão maior quanto maior for o teatro de operações e quando outros fatores tenderem a complicar a guerra e a dispersar as forças” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 213).

### **2.2.2 A profissão militar**

Abordaremos, a partir de agora, aspectos relacionados às particularidades da profissão militar que fazem com que a ética militar possua componentes não observados



em outras profissões. Para isso, iniciaremos com uma abordagem a respeito de conceitos que contribuem para melhor compreensão do assunto.

Samuel Huntington (1996) destaca como características que distinguem uma profissão como um tipo especial de vocação a especialização, a responsabilidade e corporatividade. A visão de Huntington (1996), expandida por Morris Janowitz (1960), identifica os oficiais como base do profissionalismo militar.

Segundo Huntington (1996, p.36), os soldados, objeto de estudo da presente tese, não detêm nem as qualificações intelectuais nem a responsabilidade profissional do oficial. Para o autor, os soldados são “especialistas na aplicação da violência”, não na administração da violência. Porém, para fins de estudo, destacamos que os soldados são parte das Forças Armadas e, apesar de serem um efetivo significativo, não existem muitos estudos com essa abordagem.

Aqui não se pretende contrariar a abordagem de Huntington (1996), é perceptível que o grau de especialização, responsabilidade e corporatividade são distintos entre os oficiais e os soldados. A questão que se coloca é que a especialização e responsabilidade dos soldados tem aumentado no decorrer do tempo, a realidade operacional implica em maiores riscos de consequências potencialmente estratégicas pelas ações executadas pelas pequenas frações, merecendo atenção e estudo buscando atualização com os novos desafios (VISACRO, 2018).

O mundo e as pessoas estão em constante transformação, o que parecia uma perspectiva para o futuro, torna-se realidade em pouco tempo. Surgem novas características ao combate moderno, refletindo em novos desafios aos militares, a exigência de demonstrar atitudes profissionais cresce de importância perante todos os militares, incluindo os de menor graduação, particularmente no seu emprego em operações militares. Desta forma, entende-se que das graduações mais baixas das Forças Armadas, é necessário cada vez mais o profissionalismo em suas ações.

Para ilustrar o que vem sendo comentado, destaca-se o Exército dos Estados Unidos da América que, desde 2010, utiliza o conceito de soldado profissional. O soldado profissional do exército de hoje é conceitualmente distinto do cidadão-soldado, por exemplo, da Segunda Guerra Mundial. Além disso, todos os soldados, não apenas oficiais, são considerados profissionais no entendimento atual do Exército Americano.

Isto é também uma inovação conceitual. Nem todos os exércitos descrevem seus soldados alistados como profissionais. O exército alemão, que desenvolveu e defendeu o conceito de militar profissional, substituiu o conceito retornando ao conceito de cidadão-soldado (BERGHAUS; CARTAGENA, 2013).

O Exército Brasileiro inclui os soldados engajados, ou seja, aquele que permaneceu no Exército após cumprir o Serviço Militar Inicial, passando a compor o Efetivo Profissional. O Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro destaca que a profissionalização do soldado de carreira é necessário e deve possuir o embasamento afetivo capaz de criar os suportes morais, éticos e espirituais sobre os quais o soldado será habilitado nos aspectos técnico-militares. O documento do Exército destaca a necessidade desses suportes manterem o profissional fortemente vinculado à Nação e aos seus valores eternos (BRASIL, 2018c).

Sem o suporte moral, ético e espiritual a profissionalização terá uma orientação altamente alienante e poderá entrar em colapso, face aos envolvimento psicológicos aos quais estão sujeitos os soldados de uma sociedade moderna e democrática, com meios de comunicação de massa e sua influência na formação da opinião pública (BRASIL, 2018c).

Os limites éticos da ação militar legítima derivam do fato de pertencerem a uma profissão cuja própria existência e status depende da confiança contínua de sua nação. De fato, é o retorno à sociedade que traz o conceito robusto de serviço militar como atividade profissional dentro de uma profissão de confiança social. Este aspecto tem ajudado a resolver as lacunas existentes nos programas de educação e treinamento em ética existentes nas forças armadas dos EUA (COOK, M. 2015).

Lango (2014) estabelece cinco critérios de legitimidade das operações. Para o autor, a gravidade da ameaça, finalidade adequada, emprego como último recurso, utilização de meios proporcionais e equilíbrio de consequências formam um conjunto de critérios que irão estabelecer se uma ação militar é legítima ou não. Os critérios estabelecidos pelo autor, além de contribuir para a decisão de uso ou não de uma força militar, também poderão ser utilizados durante as ações, como critérios para tomada de decisão das ações em conflito, o que requer capacidade de análise de todo contexto do teatro de operações.

Na exigência cada vez maior de profissionalismo dos militares nas operações, surgem novos elementos que irão influenciar na tomada de decisão. Goffi (2012) destaca que o novo ambiente internacional, as novas formas de conflito, as novas expectativas da opinião pública e o papel desempenhado pela mídia colocaram os militares em um ambiente extremamente difícil de ser empregado com crescentes demandas de responsabilidades. Olsthoorn, Meijer e Verweij (2010) em seus estudos ampliam a dimensão do profissionalismo para a atuação dos militares. Os autores afirmam que a eficácia nas operações militares contemporâneas depende do profissionalismo moral da unidade operacional, o que implica em consciência, julgamento adequado, vontade e capacidade de agir, responsabilidade, prestação de contas e resiliência<sup>7</sup> por parte dos militares. Neste sentido, a ética surge como componente fundamental para influenciar nas ações, particularmente em relação a repercussão perante a mídia e a sociedade.

O contexto profissional militar do século XXI é marcado pelo aumento da complexidade, da incerteza e das ameaças assimétricas. Tais tendências ampliaram os requisitos de conhecimento, habilidade militar e ética: Perspectivas Internacionais para os Dirigentes. A perícia do oficial militar expandiu-se para além do militar-técnico para incluir ética moral, desenvolvimento político-cultural e humano (SANDERS et al, 2010, p.82).

### **2.2.3 A Ética na Profissão Militar**

Ao abordar o tema ética na profissão militar, o Diretor da Swiss Military Academy de Zurich destaca que:

O objetivo principal das Forças Armadas é o uso efetivo e adequado da força militar para atingir objetivos específicos. O uso da força militar influencia o bem-estar de outras pessoas, direta ou indiretamente. Assim, a ação militar está intimamente ligada à tomada de decisão moral (LÄTSCH, 2010, p.2).

Para Finney e Mayfield (2018, p.20), “o primeiro e indiscutivelmente mais importante aspecto de uma profissão militar é o senso de ética profissional”. É esse núcleo ético que fornece direção na ausência de ordens ou orientações claras. Esse fator

---

<sup>7</sup> Resiliência como a destacam os autores refere-se a capacidade de tomar decisões que envolvam dilemas éticos e suportar as consequências (OLSTHOORN; MEIJER; VERWEIJ, 2010).

crece de importância à medida que as ações passam a ocorrer de forma mais descentralizada.

Kasher (2008) afirma que a ética militar é entendida pelos membros de uma força militar em geral como uma concepção do comportamento adequado. Tal concepção passa um entendimento de que ser ético é seguir um conjunto de normas. Para o autor, esta concepção vai além, com três fatores que reforçam a busca por um comportamento ético. Inicialmente o fato de ser uma organização profissional, também o fato de possuir uma identidade organizacional e por fim, o fato das ações militares buscarem os interesses da sociedade civil de um estado democrático o qual representam (KASHER, 2008).

As forças armadas modernas, que representam as democracias liberais, são únicas na medida em que recorrem ao cidadão para servir, portanto, representam uma parte do todo. Os padrões éticos coletivos da sociedade, no entanto, são subordinados à ética militar no treinamento e desenvolvimento que os membros militares enfrentam (FINNEY; MAYFIELD, 2018).

As profissões também têm seus próprios códigos distintivos de conduta ética gerados a partir da natureza e identidade da profissão. Na profissão militar, a ética envolve o ato de matar, Finney e Mayfield (2018) tentam mostrar que a ética militar exige algo que vai contra os princípios e a moral da sociedade, trazendo legitimidade ao uso da força, aspecto que torna a profissão e seu código de ética mais complexos.

Os conhecimentos, habilidades e práticas especializadas incluem um código elaborado e aplicado por força própria. Embora a ética militar tenha raízes históricas na tradição da guerra justa e raízes filosóficas em utilidade, deontologia, virtude ética e direito natural, a profissão de armas estabeleceu-se como um árbitro autônomo de valores. Esses valores, e as práticas que lhes convêm, são constitutivos da profissão e do seu profissional (COOK, P. 2015). Isso traz uma maior complexidade às ações, pois além de cumprir ao código de ética militar, suas ações serão julgadas pelos padrões morais da sociedade, que nem sempre estão alinhados às exigências de um conflito armado.

Neste sentido, os papéis de soldado e do comandante são exemplos de papéis que envolvam obrigações especiais e únicas. Para Abbate (2014), isso significa que os

militares têm um status único que os deixa de fora do escopo da moral comum. Qualquer tentativa de fazer julgamentos normativos ou críticas aos profissionais militares, sem dar a devida reflexão ao status especial e demandas militares, serão problemáticas. Assim, a consideração do que deve ser feito, ao fazer julgamentos normativos sobre soldados e comandantes militares, deve levar em conta o papel especial do soldado e do comandante, que por sua vez segue diretrizes e normas específicas das próprias Forças Armadas (ABBATE, 2014).

Quando a ética prevalece em face de desafios morais, observamos profissionais individuais como padrão. Quando membros militares são encontrados eticamente carentes, o profissionalismo da instituição inteira e os sistemas que os sustentam são questionados (FINNEY; MAYFIELD, 2018). Isso mostra o quanto as atitudes do militar refletem a instituição. É muito comum se ouvir falar no Exército que um soldado fardado na rua representa toda uma Instituição. Se ele faz algo de errado, as pessoas não falarão que aquele cidadão tomou uma atitude errada. Falarão que o soldado do Exército Brasileiro não tomou a atitude que deveria.

Mediante a complexidade da ética na profissão militar, percebe-se que ela serve tanto para a rotina diária de trabalho e treinamentos como também como elemento para tomada de decisão em operações militares. Alguns autores destacam quais são os atributos significativos para se manter um padrão ético na profissão. Mas cabe destacar que estas características estão relacionadas principalmente às situações de combate.

Sarkesian e Gannon (1982) afirmam que os elementos básicos do profissionalismo nas forças armadas são integridade, lealdade, compromisso, confiança, honra e serviço. A honra militar é a parte crucial da ética militar profissional (SARKESIAN e GANNON, 1982; JANOWITZ, 1960).

Soldados, marinheiros e aviadores devem fazer seus próprios julgamentos individuais sobre suas responsabilidades éticas confiando em sua estrutura ética pessoal. Códigos de conduta profissional são meramente uma consideração que se une a uma multidão de outros (como moral pessoal, cultura institucional, treinamento e experiência, preconceitos pessoais, expectativas sociais e obrigações legais) para formar a estrutura de um indivíduo para a tomada de decisões éticas (FINNEY; MAYFIELD, 2018, p.44).

Nos últimos anos, o espectro de missões militares mudou gradualmente da guerra

clássica para operações de contra insurgência, operações de manutenção da paz e apoio à paz, bem como atividades de construção da nação. A ampla gama de missões das forças armadas modernas fornece um desafio para soldados e oficiais em um nível profissional e moral. “A dimensão moral relativa às intervenções militares é de vital importância tanto no nível individual quanto no organizacional e institucional” (LÄTSCH, 2010, p. 14).

A má conduta moral também tem consequências de longo alcance na instituição. Má conduta individual de soldados pode comprometer toda a missão e questionar a credibilidade de uma instituição inteira. “A dimensão moral da ação militar tem grande alcance e consequências, não apenas sobre a reflexão ética das ações militares, mas também no sucesso direto de uma missão” (LÄTSCH, 2010, p. 14).

Dado o campo de batalha caótico e acelerado de hoje, onde o inimigo não é facilmente identificável e os líderes são jovens, a necessidade de membros militares morais nunca foi tão grande. Esta afirmação não implica que não havia necessidade de um exército ético no passado, mas apenas afirma o fato óbvio de que, no mundo de hoje, o exército dos EUA exige que jovens líderes exerçam mais autonomia do que eles tiveram no passado. Por esse motivo, a conduta de um jovem militar pode ter implicações morais que não afetam somente aqueles ao seu redor, sua conduta também pode ter implicações éticas que poderiam afetar uma nação inteira (CULP, 2012, p.59).

Lições profundas de militares em operações nas últimas décadas ensinaram que a ética não pode ser tirada do campo operacional. É muito comum os militares passarem por situações moralmente desafiadoras enquanto estão participando de operações. Assim, como os dilemas morais estão continuamente presentes em operações militares, o profissionalismo moral deve ser considerado uma virtude organizacional (GRAAF; BERG, 2010).

Como uma disciplina organizada, a ética enfatiza o conhecimento sistemático das melhores razões para fazer escolhas específicas ou elaborar políticas específicas. Pode ser pensado como um guia para usar a liberdade de escolha. Estudar a ética ajuda as pessoas a distinguir entre melhores e piores motivos por trás de determinados cursos de ação e a escolher o caminho mais razoável à luz de valores como a liberdade política e fatos como a distribuição desigual do poder militar. A ética militar se aplica a um campo especializado e desenvolveu princípios apropriados a ela ao longo do tempo para ajudar

a orientar práticas futuras (ROHDES, 2009).

Os profissionais militares encontram uma quantidade considerável de pressões que podem prejudicar ou eliminar os benefícios de uma boa formação ética. Inicialmente, a natureza da guerra e das Forças Armadas em operações podem fazer com que os membros militares negligenciem a influência de seus sistemas de crença ética. Isso pode ocorrer quando um militar experimentar eventos dolorosos que causam desejo de vingança.

Outro fator complicador de uma conduta ética é o desejo irresistível de sobrevivência. A vontade de sobreviver poderia levar o militar a justificar determinada ação que seria aparentemente antiética. Além disso, o estresse imediato e a longo prazo das operações militares pode causar perda da resiliência levando a comportamentos em desacordo com os valores da sociedade.

A corporatividade de membros militares e os laços emocionais que caracterizam a operacionalidade militar provavelmente tornam os profissionais militares particularmente suscetíveis às normas do grupo. Em contrapartida, o comportamento de grupo antiético pode, assim, criar um comportamento individual antiético. O conceito de desindividualização poderia exacerbar a conformidade com comportamento antiético do grupo. A desindividualização é um processo em que valores e crenças pessoais são minimizados psicologicamente fazendo os indivíduos se conformarem mais com a pressão situacional ou grupal existente (SANDERS et al, 2010).

Operações militares fornecem vários fatores que podem criar estados elevados de desindividualização, anonimato, excitação e identificação reduzida relacionado a si mesmo como por exemplo, particularmente referente a vida pessoal e ao sistema de valores (SANDERS et al, 2010).

Em contrapartida, a desindividualização possui aspectos positivos a serem analisados e que contribuem sobremaneira com o objetivo da tese. A desindividualização do indivíduo em seguir o comportamento do grupo pode acontecer de maneira contrária ao que foi exposto anteriormente. O indivíduo pode ter uma conduta ética, mesmo não sendo sua intenção, para seguir o comportamento aceitável pelo grupo.

Veremos o conceito de desindividualização novamente na preparação do soldado para enfrentar dilemas éticos. A proposta de se expor e debater situações que envolvam

dilemas éticos faz com que o indivíduo conheça o comportamento aceito pelo grupo.

O Exército, como nas outras profissões, busca regular o comportamento e a eficácia dos profissionais e organizações militares através de sua ética. A ética do exército é o conjunto de leis, valores e crenças, profundamente enraizados no âmago da cultura profissional e praticada por seus membros para motivar e orientar os conduta dos seus integrantes unidos em um propósito moral comum (BERGHAUS; CARTAGENA, 2013).

Os militares devem observar e preservar um conjunto particular de preceitos éticos. Estes preceitos irão orientar os profissionais militares, exigindo que eles entendam explicitamente seus principais valores organizacionais fazendo com que seu comportamento seja distinto da sociedade e de outras profissões. Como os militares operam em um contexto mais amplo da sociedade que serve, seus membros devem criar espaço onde suas ações são influenciadas principalmente pelos valores da profissão de armas. Em particular, a ética militar constitui o núcleo valores para uma profissão que está envolvida em um dever muito especializado que pode exigir o sacrifício ou tirar a vida (SANDERS et al, 2010).

As normas, regulamentos e políticas estabelecem o mínimo padrão de comportamento. Já a eficácia é um resultado da ética militar, conforme aderido e praticado por membros da profissão. As partes constituintes de ética vão evoluindo de acordo com as mudanças na prática da guerra e conforme as normas sociais. Desta forma, Snider (2015, p.25) define a ética militar como “as relações norteadoras entre valores morais, princípios e as virtudes marciais que são a manifestação desejada do caráter profissional, tanto individual e institucionalmente”.

A ética, de acordo com os militares, parece ser a base sobre a qual uma boa liderança é construída. Mas a ética possui um amplo campo de atuação, foi estudada ao longo da história e de muitas formas diferentes. Enquanto diferentes abordagens da ética continuam sendo debatidas pelos estudiosos, para os militares, a essência da ética está em tomar decisões moralmente corretas em situações difíceis (CONNELLEY, 2012).

Militares moralmente conscientes precisam entender e enquadrar suas ações em termos éticos, a fim de manter a integridade moral em meio às ações e estresse do combate. Eles fazem isso como forma de justificar a si mesmos e aos outros como a morte de seres humanos é distinguível do ato criminoso de assassinato (COOK, 1951).



Considerando que as leis, assim como as normas de conduta e o próprio direito internacional dos conflitos armados fornecem os limites do comportamento aceitável para os profissionais militares, a ética fornece orientações mais detalhadas para o comportamento no ponto de decisão. Isso acontece porque nem todas as situações estão escritas em manual ou previstas em lei, fazendo com que a tomada de decisão para o militar durante uma Operação Militar tenha um caráter tão complexo.

Já para a tomada de uma decisão, o militar deve submeter-se a um conjunto de valores, bem como às normas culturais, o clima político, as leis e particularmente as implicações de suas ações contra outros militares ou cidadãos em uma área de conflito. Além disso, deve levar em conta a opinião pública sobre suas ações, haja vista a divulgação de imagens e vídeos das ações, quer por parte do cidadão comum quer por parte da imprensa, tão presentes no teatro de operações.

Importante destacar ainda que, em uma situação de stress na qual o soldado deve tomar uma decisão de forma rápida e eficaz, o tempo de ação não permite uma análise da situação. Isso faz com que a resposta a determinada situação, muitas vezes de perigo, seja mais um reflexo condicionado do que uma ação pensada e analisada a respeito de todas as consequências. Desta forma, condicionar de forma inconsciente a ação do militar contribui para uma decisão mais adequada e em conformidade com a forma como foi treinada ou conversada determinada situação.

O desenvolvimento de um pensamento crítico sobre uma situação e suas implicações deve fazer parte do treinamento militar e dos estudos militares. Desta forma, poderão ser amenizados os riscos de tomadas de decisão que comprometam a Instituição, as ações e vidas. Neste sentido, a deontologia militar passa a ser abordada no sentido de complementar os estudos sobre a ética na profissão militar (USA, 2015).

Em termos simples, a prática ou o trabalho do profissional militar é o exercício diário de seus julgamentos discricionários ao tomar decisões e tomar ações que cumpram seus princípios morais e obrigações legais sob sua capacidade de raciocinar efetivamente em tais estruturas e ter a coragem moral de colocar consistentemente as necessidades daqueles a quem servem sobre considerações. Assim, o desenvolvimento do caráter pessoal dos profissionais militares deve sempre ser tão eficaz quanto o de suas competências militares únicas (SNIDER, 2015).

## 2.2.4 Deontologia Militar

A deontologia pode ser entendida como o conjunto de princípios e regras de conduta ou deveres de uma determinada profissão. Ou seja, cada profissional deve ter a sua deontologia própria para regular o exercício da profissão, e de acordo com o Código de Ética de sua categoria.

Deontologia Militar é o estudo sistemático dos deveres que conformam o comportamento moral dos profissionais militares, quer se encontrem implícita ou explicitamente expressos em regulamentos, códigos e convenções, quer resultem de uma tradição antiga entre os militares de um país ou entre todos os militares (FRAGA, 1994).

O Capitão Capelão Joaquim Luís Cupertino (1985), dá a seguinte definição de Deontologia Militar:

É a ciência que trata da aplicação das regras gerais da moral ao caso concreto da profissão das armas, descrevendo e justificando a conduta do bom soldado, não porém ao nível das prescrições legais, mas sim das exigências da sua natureza de homem (CUPERTINO, 1985, p. 18).

Os desafios morais podem ser encontrados nos aspectos estratégicos, operacionais e níveis táticos. Em um nível estratégico, esses desafios aparecem quando os objetivos da operação são definidos ou os planos de operação são desenvolvidos. No nível operacional, eles podem influenciar nossas ações quando definimos os meios de atingir um objetivo ou quando escolhemos os meios operacionais. No nível tático, os aspectos morais, podem especialmente influenciar o trabalho de um soldado ao realizar missões específicas (LÄTSCH, 2010).

O estudo e compreensão dos conceitos da ética são fundamentais. Porém, para as Forças Armadas, particularmente para os soldados, ficava uma lacuna no sentido da aplicabilidade prática da ética. O estudo de situações que envolvem dilemas éticos preenche o vazio e auxilia os militares a enfrentarem o caos e a complexidade das

operações militares (CANADIAN DEFENCE ACADEMY, 2006). Neste sentido, a deontologia militar, ou seja, a aplicação prática da ética e da moral, serão aprofundados nos próximos capítulos.

Mas, antes de prosseguir, é importante compreender o conceito de dilema ético, formulado para o contexto militar. Neste sentido, um dilema é uma situação em que uma escolha deve ser feita entre duas alternativas igualmente desejáveis ou indesejáveis. Para que um dilema se torne um dilema ético, é necessário que as possibilidades de ação envolvam incerteza, valores conflitantes ou possibilidade de causar danos, independentemente da ação escolhida (CANADIAN DEFENCE ACADEMY, 2006). Complementado o manual das Forças Armadas Canadenses, destaca-se que os dilemas morais vão confrontar a moral, por este motivo, trazem grande dificuldade para a tomada de decisão.

Berghaus e Cartagena, (2013) defendem que a teoria da virtude<sup>8</sup> é um bom lugar para procurar recursos que ajudarão os líderes e soldados do Exército a entender e talvez atenuar o problema da fragmentação<sup>9</sup>. Os autores sugerem que o Exército compartilhe um objetivo comum com a teoria da virtude quando se trata de desenvolvimento moral. Ambos visam o cultivo de virtudes como lealdade, respeito, honra e coragem, bem como o desenvolvimento integral da pessoa em cada domínio de sua vida. (BERGHAUS; CARTAGENA, 2013). A aplicabilidade da teoria será aprofundada nos próximos capítulos.

Concluimos o capítulo com destaque ao manual americano que refere-se a dimensão humana do exército. Destaca-se a ênfase dada a ética, a moral e ao caráter do soldado. Assuntos tratados neste capítulo que reforçam a complexidade da profissão militar e a dificuldade de se manter um padrão ético adequado em situações de crise e pressão psicológica, particularmente em operações militares.

O componente moral da dimensão humana está enraizado no caráter, e no caráter vem comportamento... Portanto, a conduta militar deve envolver a prática de valores e virtudes até fazer a coisa certa se tornar uma conduta virtuosa habitual que assume a qualidades do dever. Os líderes servem como exemplos morais por sua conduta. O objetivo de desenvolvimento moral deve ser a prática

---

<sup>8</sup> O assunto será estudado no capítulo 3.

<sup>9</sup> Fragmentação é o fenômeno que envolve dividir e isolar o domínio pessoal e profissional. Pela incorporação dos valores, costumes e obrigações da profissão militar, a fragmentação representa um desafio para os militares. (BERGHAUS; CARTAGENA, 2013).

das virtudes militares e cívicas e da disposições internalizadas para viver esses valores o dia todo, todos os dias, profissionalmente e na vida privada do soldado. É disso que trata a integridade - alinhamento individual e valores profissionais de tal maneira que crenças e comportamentos sejam internamente consistentes (USA, 2008, p. 18).

### 3 DILEMAS ÉTICOS EM OPERAÇÕES MILITARES

O Teatro de Operações<sup>10</sup>, onde acontecem os conflitos modernos, é uma área com cada vez mais característica urbana, com ampla presença de civis e também da imprensa. A complexidade de se realizar operações militares neste tipo de ambiente, no qual muitos não combatentes transitam, faz com que as ações tenham repercussão elevada. Para o Exército dos Estados Unidos (EUA, 2008)<sup>11</sup>, os soldados operam em uma era de conflito persistente entre populações com diversas religiões, etnias e valores sociais. Diante do emprego contínuo em toda a gama de operações militares, o Exército exigirá força extraordinária nos componentes morais, físicos e cognitivos da dimensão humana.

As novas características do combate trazem consequências na área política, militar e estratégica do conflito (ROBINSON, 2016; MURAT, 2012). Além disso, colocam o soldado em situações muito difíceis, nas quais ele deve decidir sobre as suas ações de forma rápida e acertada. A tomada de decisão se tornará cada vez mais complexa e

---

<sup>10</sup> É a parte do território onde ocorrem as operações militares. Não se limita apenas a área geográfica, mas também a todos os componentes existentes na área como tropas, população e instalações (BRASIL, 2017c).

<sup>11</sup> Estudos sobre a dimensão humana no futuro 2015-2024.

talvez mais incerta em determinar qual é a coisa certa a fazer (CANADIAN DEFENCE ACADEMY, 2006). Pessoal capacitado e com treinamento adequado serão exigências para que as Forças Armadas cumpram suas missões constitucionais.

A evolução da guerra teve um impacto significativo e transformou o escopo das atribuições das tropas. Torna-se relevante que os membros das Forças Armadas compreendam o ambiente complexo onde a política e os assuntos militares estão interconectados (ROBINSON, 2016). Os militares devem entender e levar em conta o papel que todas as partes interessadas desempenham no Teatro de Operações e que destruir o inimigo não é o mais importante, mas sim buscar uma resolução pacífica (MURAT, 2012).

Realizar o certo em um ambiente em constante transformação e com muita pressão pelo risco constante, impõe grande dificuldade para a tomada de decisão. Os dilemas éticos acontecem quando se deve tomar decisões para resolver situações que possibilitam diferentes linhas de ação (CANADIAN DEFENCE ACADEMY, 2006). As ações devem ser o mais corretas possíveis, apesar de na maioria das ocasiões não haver informações suficientes, existir a pressão do tempo para a resposta e ter que lidar com o stress acumulado. (LOPEZ, 2013).

Apesar de claro, como afirma Lopez (2013), o cumprimento das missões está condicionado ao ajuste da conduta dos militares envolvidos no sentido de respeito ao cidadão civil, ao bem comum e aos direitos humanos. Abbate (2014) destaca que é profundamente problemático ordenar que os profissionais militares adotem princípios normativos que podem conflitar diretamente com seus papéis especiais e deveres, que muitas vezes implicam em atirar em outra pessoa.

Porém, as regras de engajamento<sup>12</sup> e normas de conduta norteiam as ações dos soldados no combate, pois definem o que o militar pode ou não fazer com base na legislação vigente. Elas, reforçadas pela intenção do comandante, que se caracteriza pela diretriz específica para determinada operação, serve de embasamento para as ações de maneira geral. Casos específicos e particulares de conduta é que irão levar os soldados a uma tomada de decisão. Muitas das vezes, decisões a respeito de situações

---

<sup>12</sup> O assunto é retomado na discussão do Capítulo 6.

em que não há o certo nem o errado. Nessas horas, o soldado irá assumir o risco pela sua decisão. Justificaria, em alguns casos, não seguir determinada norma, caso colocasse civis inocentes em risco, ou seja, o efeito colateral ser pior do que o cumprimento da missão, naquela oportunidade.

Cada vez mais, a iniciativa do soldado torna-se essencial para o cumprimento da missão. Apesar do soldado não tomar decisões táticas de emprego da tropa, em um ambiente urbano, particularmente em situações como a do Brasil, na qual são empregados em Operações de Garantia da Lei e da Ordem, existe a possibilidade do militar tomar decisões individuais, particularmente quanto ao uso da força. Em determinados momentos, devido à característica das áreas urbanas serem ruas estreitas e com pouca visibilidade, o contato entre as frações fica prejudicado e a atuação pode acontecer de forma isolada ou em pequenos grupos, pelas características da área.

Abbate (2014) complementa que em qualquer missão, os soldados recebem a intenção do comandante, que estipula a visão geral do comandante e a orientação geral de como realizar a respectiva missão. Ao fornecer orientações que abordem as questões relacionadas ao encontro com civis, o comandante ordenará que os soldados lutem assumindo os riscos para salvar vidas ou de tal maneira que concluam uma missão com riscos mínimos, inclusive os envolvidos na proteção de civis (ABBATE, 2014).

Esses fatores nos mostram o quanto complexo é a tomada de decisão em operações militares contemporâneas. Não basta apenas seguir as regras de engajamento, o soldado deve ter em mente os efeitos colaterais de suas atitudes, de maneira que se evite ao máximo os danos colaterais aos civis. Um exemplo é quando um militar está em um posto de bloqueio e não é permitida a passagem sem a revista do veículo, mas as regras de engajamento podem não abranger o caso de uma grávida em trabalho de parto querer passar para se deslocar ao hospital.

No caso do Exército Brasileiro em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO), aumenta consideravelmente o grau de complexidade. Em Op GLO não existe a caracterização de "inimigo" na forma clássica das operações militares, porém se torna importante o conhecimento e a correta caracterização das forças que deverão ser objeto de atenção e acompanhamento e, possivelmente, enfrentamento durante a condução das operações (BRASIL, 2013a).

Para compreender os dilemas éticos a serem estudados, veremos inicialmente quais são os novos desafios que os militares enfrentam nas operações militares contemporâneas. Conhecendo os desafios e as principais dificuldades, são apresentados os tipos de dilemas éticos existentes. Desta forma, é possível caracterizar de forma mais detalhada o tipo de dilema em estudo na presente tese. Por fim, o capítulo apresenta considerações sobre a educação militar e a ética, possibilitando assim como os militares compreendem que se desenvolve as competências morais para as operações.

### 3.1 OPERAÇÕES MILITARES CONTEMPORÂNEAS: NOVOS DESAFIOS

Muitos dos desafios colocados a partir deste capítulo já foram de uma forma mais superficial abordados anteriormente. Quando se pensa em profissionalização nas forças armadas de qualquer país, esse fato está diretamente ligado às capacidades para enfrentar novas dificuldades e desafios impostos aos militares. A seguir, serão apresentados estudos a respeito das operações militares contemporâneas e dos novos desafios para as Forças Armadas.

Quando se pensa em futuro dos conflitos e nas novas características e tendências, o Exército Brasileiro (BRASIL, 2014) destaca um novo ambiente no Teatro de Operações. Este novo ambiente é redefinido por extensa rede de sensores e de fluxo de dados seguros, centrada no comandante, que proporcionam vantagens decisivas ao que melhor integrar, analisar, difundir e utilizar com oportunidade a informação relevante.

Especialmente após a Guerra do Golfo do início 1990, os conflitos contemporâneos compreendem guerras locais que não são executadas de forma linear. O mundo é marcado pela proliferação de insurgências, fazendo com que os conflitos sejam dispersos e imprevisivelmente instáveis e flexíveis. Eles são dispersos no local e no tempo, de acordo com os princípios da guerra de guerrilha. Porém, as forças terrestres continuam sendo de primordial importância para a conquista dos objetivos (MICHAEL; KELLEN; BEN-ARI, 2009).

Egnell (2009) destaca que existe uma transformação nas operações militares. Em um contexto estratégico de mudanças frequentes, as Forças Armadas atuarão de

diferentes formas em operações complexas de apoio à paz. Para o autor, significa uma reversão de interesse da guerra tradicional de larga escala entre estados para diferentes formas de pequenas guerras. Uma das principais características desses conflitos é o amplo alcance a objetivos complicados de operações.

Outra característica destacada pelo Exército Brasileiro (BRASIL, 2014) relaciona-se a presença de civis e da mídia no ambiente operacional, que eleva as “Considerações Civis” ao patamar de Fator da Decisão para fins de planejamento das operações militares. Esta tendência mostra a importância da profissionalização para lidar com a crescente exposição das ações militares devido à presença, tanto da imprensa como de cidadãos comuns. Além disso, existe a possibilidade de ser mais constante a presença de civis devido às operações serem realizadas cada vez mais em área urbana. Essa exposição tende a influenciar a opinião pública local, assim como interferir na continuidade das operações militares.

No que diz respeito à opinião pública, o foco é muitas vezes legitimar a presença com o apoio da população local, algo que geralmente só pode ser alcançado limitando o número de vítimas civis tanto quanto possível. As forças armadas devem exercer o autocontrole quando empregados, tentando praticar ações caracterizadas pelo uso mínimo de força, o que demonstra respeito a população local e cria um ambiente de aceitação da presença das tropas. Desta forma, produz melhores informações e mais cooperação da população local e, como consequência, aumenta a segurança para as tropas (OLSTHOORN, 2010).

A opinião pública local pode, desta forma, ser um fator decisivo também nas ações militares no Brasil. Além de mostrar a importância da presença e os benefícios das ações em determinada comunidade, uma tropa realizando Operações de Garantia da Lei e da Ordem tende a ser aceita à medida que tem atitudes profissionais e respeitadas com a sociedade, conquistando a confiança, respeito e cooperação para condução das ações. Dandeker (2009) complementa que dado o imperativo de conquistar o povo, a arte da persuasão, a gestão da mídia e da opinião pública é tão crítica quanto a arte convencional da guerra.

Neste sentido, o Manual de Comunicação Social do Exército Brasileiro (BRASIL, 2017b) aponta que todo militar é um agente de comunicação social da Força, tendo



responsabilidade no processo de manutenção da imagem da instituição. Nesse sentido, todos os militares, homens e mulheres, fardados ou não, precisam compreender seu papel nesse contexto, como elemento fundamental da comunicação social. Goffi (2012) destaca ainda que o militar deve se preparar para as novas exigências da opinião pública e para o poderoso papel desempenhado pela mídia, que atribuem às Forças Armadas o papel de solução de todos os problemas.

Osinga e Lindley-French (2010) destacam que a presença profunda da mídia durante as operações militares criou um cenário sem precedentes de transparência. A responsabilidade do militar atuando em operações militares é importante para a legitimação das ações militares. Neste sentido, a mídia torna-se um importante meio de formação da opinião pública, tornando legítima ou não, aos olhos do cidadão, o emprego das Forças Armadas.

De acordo com o Manual Garantia da Lei e da Ordem (BRASIL, 2013a), a utilização adequada da Comunicação Social por intermédio de Relações Públicas, Informações Públicas e Divulgação Institucional, possibilitará a consecução dos objetivos permanentes, ou seja, a conquista e a manutenção do apoio da população e a preservação da imagem das forças empenhadas. Porém, os militares especializados não poderão estar em todos os lugares, possibilitando que imagens sejam realizadas a qualquer momento de qualquer militar que esteja sendo empregado em operação.

Ainda a respeito da sociedade e da opinião formada, há mais um elemento complicador, a velocidade e facilidade de transmissão das informações. O militar irá operar em um mundo altamente visível, um mundo onde os erros são visíveis. Irá operar em um mundo com uma grande visibilidade pública. Um mundo onde jornalistas e civis comuns com câmeras de vídeo estarão em todas as operações, quer goste ou não. A distância entre a linha de frente onde o militar participa de operações e a sua cidade natal vem diminuindo para zero no mundo moderno. Este fator coloca o militar sob um grau maior de obrigação de cumprir as regras (IGNATIEFFBY, 2001).

As novas tecnologias possuem um papel relevante e inserem novos componentes aos conflitos contemporâneos. O uso de aparelho celular é um exemplo, pois pode ser utilizado para realizar vídeos durante as operações militares. Existem dois aspectos a destacar, o primeiro refere-se a possibilidade do militar registrar fatos e situações

ocorridas em operações militares. O segundo aspecto refere-se a exposição das operações, pois qualquer cidadão pode fazer o registro dos acontecimentos, tendendo a ter uma forte influência na opinião pública. Osinga e Lindley-French (2010) reforçam que a "era da informação" tem transformado a maneira pela qual as ideias são propagadas na forma de palavras e imagens. A transmissão de informações pela internet influencia a opinião dos indivíduos e de pequenos grupos.

Reforçando a relevância da mídia e dos canais de comunicação como as redes sociais, existe uma tendência que se concentra na ideia de que os conflitos agora também são gerenciados e os conflitos travados através da mídia, da internet e do estágio nacional e global da opinião pública (MICHAEL; KELLEN; BEN-ARI, 2009). A grande exposição das operações militares não pode ser ignorada no planejamento político e estratégico dos conflitos.

Para ilustrar a importância das redes sociais e a sua interferência nas ações militares, destaca-se aqui o exemplo de um fato ocorrido em 2020 com um soldado do Grupamento de Fuzileiros Navais de Natal que participava da Operação de Garantia da Lei e da Ordem na cidade de Fortaleza. O militar publicou em uma rede social um vídeo filmado do seu celular chamando os policiais que estavam em greve de "vagabundos". Além da repercussão entre os policiais, alguns políticos se manifestaram e o caso tomou proporções políticas. Além disso, o caso foi explorado pela mídia interferindo na imagem das Forças Armadas.

A mídia pode ser considerada parte integrante do nível estratégico de conflito. Os níveis militar e político devem ser capazes de explicar o contexto e produzir uma narrativa convincente para públicos mais amplos. Esse elemento é intensificado devido a inovações tecnológicas que permitem relatórios instantâneos e o fato de muitos conflitos armados se tornarem eventos da mídia global (MICHAEL; KELLEN; BEN-ARI, 2009).

Os profissionais militares precisarão ter ainda mais conhecimento sobre seu papel na sociedade, sua função no conflito e sua responsabilidade perante o Estado e os cidadãos que eles servem (DEMPSEY, 2018). Existe uma obrigação moral de servir ao país e ao povo, mas torna-se um desafio distinguir entre quem deve ser protegido como cidadão e quem é a força oponente. Isso fica claro quando se tem um inimigo bem definido em uma guerra, mas nem sempre isso acontece. Em algumas situações, torna-

se difícil a identificação da força oponente, impondo restrições às ações em combate.

A diferenciação entre os civis no Teatro de Operações possui outro componente complicador. A imparcialidade deveria ser uma constante durante as ações, de forma que todo civil tivesse seus direitos assegurados. Mas Abbate (2014) destaca que a parcialidade em relação ao cidadão do seu país é muito comum no Exército dos Estados Unidos, possibilitando invocar aos soldados o dever de assumir riscos, a fim de proteger os civis de seu próprio país.

Esta ideia de que os soldados têm uma obrigação única com os pertencentes a Nação é confirmada pelo *Soldier's Creed*<sup>13</sup> (EUA, 2003), que incorpora os principais deveres e obrigações fundamentais ao papel do soldado americano como o de servir ao povo dos Estados Unidos. Ao avaliar as obrigações que o soldado voluntariamente se compromete, Abbate (2014) destaca que eles não necessariamente se comprometem em arriscar sua própria vida para proteger todos os civis, como aqueles que vivem em nação com a qual os EUA estão envolvidos em uma guerra defensiva.

Porém, o próprio Abbate (2014) complementa que a Estratégia Nacional de Segurança dos Estados Unidos (EUA, 2017) indica que os militares podem ser usados para outros objetivos, como intervenções humanitárias em que a proteção dos EUA não é o principal objetivo, mas sim o fim de violações dos direitos humanos ou a destruição de um regime corrupto e maligno. Nesses casos, a noção de civis protegidos pode ser estendida para se referir a civis de outras nações, dependendo do propósito proclamado do conflito em particular (ABBATE, 2014).

As Forças Armadas do Brasil foram empregadas por mais de 13 anos na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Naquela situação, aos militares brasileiros foi atribuída a missão de restaurar a ordem no Haiti. Os militares brasileiros colocaram em risco a sua vida para proteção de civis de uma nação amiga como se fosse defender um cidadão brasileiro.

Além disso, as Forças Armadas do Brasil vem sendo empregadas de forma mais constante em ações de Garantia da Lei e da Ordem dentro do território nacional. Destaca-se que, nesses casos, não existe uma distinção clara entre uma força oponente e os civis

---

<sup>13</sup> Código de Honra do Soldado dos Estados Unidos.

que residem na região ocupada. Esse aspecto traz um grau de complexidade e dificuldade muito grande às ações, haja vista o militar durante as operações não consegue identificar quem pode causar risco às forças militares e aos civis presentes na área de atuação.

Para minimizar os danos colaterais a civis, estabelece-se que sempre que possível, as Op GLO devem se pautar no uso progressivo da força e deverá ser priorizado o uso de armamento, munição e equipamentos especiais, não letais e de reduzido poder de destruição (BRASIL, 2013a). A dificuldade de se colocar em prática essas ações está no fato de muitas vezes as ações contra as Forças Armadas serem realizadas com emprego de armamento com alto poder de letalidade, como fuzis.

Os soldados são assim ordenados a discriminar cautelosamente entre ameaças inimigas e civis inocentes, a fim de minimizar, ou idealmente eliminar, ocasiões de danos colaterais. No entanto, apesar da cautela empregada pelos soldados, destruição de propriedades não militares e danos a civis inocentes parece ser um inevitável efeito colateral da guerra, e as decisões sobre a vida de civis inocentes devem frequentemente pesar contra os objetivos militares. Em tais situações, uma linha importante de pensamento baseia-se na doutrina de duplo efeito (DDE)<sup>14</sup>.

A doutrina de duplo efeito é uma teoria atribuída a São Tomás de Aquino e faz parte dos estudos filosóficos sobre a moral. A DDE sustenta que existem situações onde é justificado causar uma consequência ruim se o efeito colateral da ação não for intencionalmente buscado (ABBATE, 2014). Mas para os soldados em um conflito moderno, ou mesmo em uma Op GLO, uma ação que traz uma consequência ruim para a sociedade, mesmo que não intencional, pode proporcionar uma repercussão muito grande e, dependendo do caso, comprometer a missão e a credibilidade da tropa.

Destaca-se ainda a particularidade das operações militares executadas em região de fronteira. Nestes casos, é possível que o envolvimento moral de proteção de civis seja elevado. Pois estes civis não se caracterizam como pertencentes a uma força oponente, mesmo muitas vezes sendo cidadãos de outro país. Geralmente neste tipo de operação, os militares desenvolvem ações contra o contrabando de mercadorias lícitas que entram

---

<sup>14</sup> Doutrina de Duplo Efeito é uma doutrina moral que é usada para fazer uma distinção moral entre os efeitos pretendidos e os não intencionais, mas advindos de uma ação voluntária (ABBATE, 2014)

sem o pagamento do devido imposto e de mercadorias ilícitas. Identificar o transgressor é muito difícil, pois ele se confunde com um cidadão comum que utiliza aquela via para situações cotidianas.

O manual de GLO do Exército Brasileiro (BRASIL, 2013a) já prevê que a intensidade e a amplitude no tempo e no espaço do emprego da força deve se limitar ao indispensável, de modo a evitar o desgaste para as forças armadas empregadas em Op GLO. Esse desgaste tende a aumentar com o tempo em função de possíveis danos indesejáveis ao patrimônio e à integridade física, mental e moral da população civil ou da implantação de medidas que afetem a rotina da população, por força da execução da Operação.

A concepção das estruturas de combate deve privilegiar uma maior proteção coletiva, de maneira que proporcione maior velocidade e letalidade seletiva (BRASIL, 2014). A letalidade seletiva caracteriza-se pela seleção criteriosa dos alvos, de maneira que sejam causados o mínimo de danos colaterais aos não combatentes. Um exemplo que ficou na história foi a ação militar que matou Osama Bin Laden. Apesar de ser um alvo procurado por anos, a ação de invasão da casa onde ele estava foi direcionada especificamente para o alvo. As mulheres e crianças, assim como todos que não reagiram, tiveram suas vidas preservadas (OWEN, 2012).

Aliado a grande quantidade de civis nas áreas de operações, ou Teatro de Operações, existe a adaptação a cultura regional. Macintyre (2015), destaca o caso da cultura islâmica que os americanos tiveram que se adequar. O autor cita a importância da compreensão das particularidades locais de certos tipos específicos de cultura.

Para o Exército Brasileiro atuando em Op GLO, por mais que as operações sejam dentro do país, este tipo de cuidado também existe ou deve existir. O Brasil é um país com dimensões continentais e com uma grande variedade cultural com diferenças significativas entre as Regiões. Cabe destacar que quando o Exército Brasileiro foi empregado neste tipo de operação, militares de outras regiões foram designados para essas missões. A adaptação a cultura local, assim como o respeito aos hábitos culturais da Região na qual o Exército foi empregado, nos mostra que a adaptação a cultura regional citada por Macintyre (2015) também serve para a situação do Brasil.

Visacro (2018), ao descrever as ações no Complexo de favelas da Maré, pontua que naquela operação militar, mesmo sendo dentro do território nacional, os soldados encontraram barreiras culturais significativas. Essas barreiras devem ser superadas pela adaptação do militar ao ambiente, construindo laços de confiança que contribuem para o apoio às Forças Armadas.

Para que as ações sejam consideradas legítimas na operações militares, devem respeitar os limites da moral e seguir a ética, que inclui o respeito a cultura de um povo ou de uma região. É complexo e desafiador pertencer a uma profissão cuja própria existência e status depende da confiança contínua de sua nação. O retorno dado a sociedade deve ser representado por uma atividade profissional pautada pela confiança da sociedade. Esta confiança pode ser adquirida com ações enérgicas, porém sem perder o profissionalismo pautado por uma postura de respeito ao cidadão, independente de sua classe social. Além disso, o Manual de GLO (BRASIL,2013a) prevê que o planejamento e a execução das ações devem privilegiar a menor intervenção possível na rotina diária da população.

Outros autores (VOGELAAR; VAN DEN BERG; KOLDITZ, 2010; SANDERS et al, 2010; CASEY JUNIOR, 2009) discorrem sobre a crescente importância dos militares de menor graduação nas operações. Os Cabos e Soldados que a algum tempo atrás apenas cumpriam ordens, hoje são empregados em missões mais isoladas, nas quais suas condutas são importantes para não comprometer a missão.

A respeito do processo de tomada de decisão no nível individual e tático, as decisões que eram tomadas em níveis seniores estão agora dispersas por toda a hierarquia militar. Assim, todos membros militares no “campo de batalha” de hoje devem estar preparados para tomar decisões que influenciam não apenas o sucesso imediato da missão, mas a conclusão geral da missão. Por exemplo, um jovem sargento que lidera um esquadrão através de uma aldeia no Afeganistão já não pode assumir que os impactos de suas ações são limitados a essa localização geográfica. Decisões ruins, como aquelas que levam a baixas de civis, poderiam desestabilizar as relações militares-civis locais e diplomáticas afetando as relações internacionais. Assim, mesmo quando operando de forma tática, tomadas de decisão executadas de forma inadequada podem desestabilizar amplamente uma missão militar (SANDERS et al, 2010, p.80).

Falhas morais e éticas, mesmo nos níveis mais baixos, têm implicações estratégicas. À medida que o caráter do conflito no século XXI evolui, a força do Exército continuará a basear-se nos valores e no espírito militar. O sucesso pode depender das decisões que

comandantes das pequenas frações tomam em situações ambíguas e com premência de tempo. No mínimo, as ações coletivas terão repercussão no resultado das operações (CASEY JUNIOR, 2009).

O Manual de Doutrina Militar Terrestre do Exército Brasileiro (BRASIL, 2019b) destaca a importância que as operações no nível tático recebem no campo de batalha. O manual reforça que, mesmo as ações executadas por frações elementares, são fundamentais para o resultado das operações. As ações podem produzir na sociedade imediata repercussão e, conseqüentemente, na Expressão Política do país.

A importância da tomada de decisão no nível tático exige que as pequenas frações tenham condutas consistentemente baseadas nas regras de engajamento, mas também em princípios éticos e morais. Portanto, modelos antigos de simplesmente treinar um conjunto de habilidades de líder e as competências são úteis, mas não são mais suficientes. Pelo contrário, as tarefas executadas pelos integrantes de uma fração que funcionam um dia, podem não funcionar no dia seguinte. Os integrantes devem reconhecer que o fluxo situacional acelerou a um ponto que as estratégias devem estar em constante análise e revisão.

Vogelaar, Van Den Berg e Kolditz (2010), ao abordar o tema liderança, destacam que os comandantes, nas operações militares atuais, não conseguem acompanhar todas as ações de seus subordinados. Os autores destacam que é importante construir uma “consciência situacional local integrada” pelas pequenas frações de combate, pois são necessárias tomadas de decisões em curto prazo em situações críticas e urgentes, onde muitas vezes não há meios de comunicação adequados.

O Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro reconhece a importância das pequenas frações. Ao destacar o Adestramento Básico de GLO, o documento do Exército reforça a existência de características especiais neste tipo de operação, normalmente com o emprego descentralizado das pequenas frações, nível Pelotão (BRASIL, 2018c). A respeito da delegação de competências, em pesquisa realizada no Exército Holandês durante as operações militares, em resposta a situações de crise, Vogelaar e Kramer (2004) verificaram a falta de delegação para os subordinados. Os autores defendem teorias de liderança em que os comandantes assumam papel de apoio e ajuda no desenvolvimento dos subordinados em função de chefia de pequenas frações,

contribuindo para que eles tenham bom desempenho em suas atribuições.

No conflito moderno, o combate acaba por ser, na prática, muito menos hierárquico do que guerras convencionais. O cabo estratégico toma decisões táticas cruciais com implicações éticas importantes e não simplesmente executar ordens dadas por outros (por exemplo, oficiais). Isso requer importantes elementos de profissionalismo e adesão a um código moral, um grau de julgamento e discricção independentes, confiança e orientação em direção a conduta correta (SHANKS-KAURIN, 2018, p.30).

Reforçando esse pensamento, Cook, P. (2015) destaca que do profissional militar, a necessidade de conhecimento, habilidade e discernimento é cada vez maior. O autor complementa que embora seja obviamente maior para os mais altos escalões de comando, é exigida mesmo para os mais baixos níveis de comando. E o autor não se restringe apenas aos comandantes ao afirmar que “os militares que estão em escalões mais baixos também estão exercendo discricção de maneiras que seus antecessores não estivessem”.

Há uma evidente responsabilidade moral do soldado, tanto em combate como em operações militares. Os combatentes continuam sendo agentes morais, mesmo quando atuam a serviço do Estado. Não se pode dizer mais que os soldados são apenas instrumentos do Estado, sem nenhuma agência moral própria, devido a grande repercussão de seus atos (SCHOONHOVEN, 2015).

A mudança nos ambientes em que as Forças Armadas operam, suas relações com as sociedades que elas servem e a crescente interconexão do mundo exigem que olhemos novamente para o conceito de profissão.

O fim da Guerra Fria, o colapso da União Soviética, o surgimento de atores não-estatais, a proliferação de armas, e o uso de comunicações globais e sistemas de transporte por atores não-estatais para desafiar o status quo dos estados sugerem que chegou a hora de reavaliar a profissão militar (FINNEY; MAYFIELD, 2018, p.18).

A constatação desta nova realidade dos conflitos armados justifica a busca de uma apropriada concepção para o emprego das Forças Armadas Brasileira, em um contexto de contínua evolução da sociedade. Segundo o Manual de Fundamentos do Exército Brasileiro (BRASIL, 2014), os conflitos recentes apontam para algumas características e tendências comuns, das quais ao se falar da dimensão humana, destaca-se as novas



características do combatente individual. O manual destaca um novo tipo de combatente individual, definido como um sistema, utilizando instrumentos tecnológicos inovadores, atuando em rede com segurança, com ênfase em uma melhor proteção individual, dotado de armamento com letalidade seletiva e capacidade de atuar em operações continuadas.

Perecebe-se uma grande quantidade de fatores que o soldado deve analisar perante uma situação antes de tomar uma decisão. Esta complexidade de informações pode causar conflitos internos no ser humano, particularmente no militar no que pese suas ações podem resultar na perda de vidas inocentes. Neste sentido, cresce de importância o preparo, a educação e o treinamento dos militares para enfrentar esses problemas e minimizar os efeitos negativos de baixas inadequadas ou mesmo de ações que tenham uma repercussão negativa para as operações.

Quanto melhor o preparo dos militares, mais capacitado estarão para enfrentar os dilemas éticos contemporâneos. A seguir, veremos quais são os tipos de dilemas existentes. Conhecendo e aprofundando mais as situações possíveis de se enfrentar, melhor capacitado o militar poderá ser. Os treinamentos e capacitações poderão ser mais direcionados para situações possíveis de se enfrentar. Desta forma, abre-se a oportunidade de se esclarecer o que se espera do militares em situações que envolve dilemas éticos.

### **3.1.1 Tipos de Dilemas Éticos**

Na literatura sobre a ética militar, observa-se uma quantidade razoável de autores que fazem referência a dilemas morais. Porém, poucos autores ou instituições acabam classificando ou diferenciando os dilemas morais de alguma forma (GROSS, 2014; CANADIAN DEFENCE ACADEMY, 2006). A seguir, serão apresentados os principais tipos de dilemas encontrados na literatura sobre ética militar e posteriormente as especificidades dos dilemas éticos que envolve civis na área de operações, que serão mais aprofundados na tese.

Existem vários tipo de dilemas éticos contemporâneos que o militar pode enfrentar. Não existe uma classificação oficial quanto a sua especificidade. Porém, as Forças Armadas Canadenses (CANADIAN DEFENCE ACADEMY, 2006), divide os dilemas

éticos em dilema da incerteza, dilema dos valores concorrentes e dilema do dano. Além disso, apresenta também o dilema pessoal, que apesar de não ser dilema ético, representa uma situação que também impõe dificuldades para a tomada de decisão do militar.

O dilema da incerteza refere-se a uma “situação problemática em que a coisa certa a fazer não é clara. Não existe uma escolha simples entre certo e errado. Existem “razões igualmente válidas para apoiar duas ou mais soluções possíveis para resolver o dilema” (CANADIAN DEFENCE ACADEMY, 2006, p.12).

O dilema dos valores concorrentes envolve uma situação em que diferentes valores influenciam as ações (CANADIAN DEFENCE ACADEMY, 2006). Por exemplo, uma situação envolvendo a amizade com outro militar e a lealdade a um superior. Escolher entre um ou outro pode comprometer sua integridade profissional.

O dilema de dano é uma situação em que qualquer solução possível causará danos ou ferimentos a terceiros (CANADIAN DEFENCE ACADEMY, 2006). Esse tipo de dilema pode ser exemplificado pela situação apresentada na introdução da tese na qual, em uma operação militar, a possibilidade de prejudicar um civil enquanto tenta proteger a sua fração torna-se inevitável.

Outros autores também escrevem sobre dilemas morais específicos. A seguir, serão destacados alguns dilemas morais estudados, divididos por assunto, facilitando a compreensão do leitor sobre para quais temas da literatura militar envolvem dilemas éticos. O estudo é baseado nos artigos científicos encontrados na literatura que trata sobre dilemas éticos nos estudos sobre as Forças Armadas.

Um dilema muito estudado, e talvez um dos mais conhecidos, refere-se a área médica e a prioridade de atendimento para salvar vidas. O dilema de priorizar entre socorrer um ferido do seu país e um ferido grave inimigo gera diversos debates, principalmente entre os médicos. Lango (2014) destaca que a ética biomédica é o campo mais desenvolvido da ética aplicada.

Apesar do presente estudo não ser direcionado para essa área, existem situações em que o soldado brasileiro pode se deparar com feridos de forças oponente e vivenciar este tipo de dilema. Se o soldado brasileiro, em uma Op GLO, se deparar com um ferido, agrava-se a situação por não se ter o conhecimento se o cidadão faz parte de uma força

oponente ou foi atingido por uma “bala perdida”, por exemplo. Além disso, diferente do dilema do ferido na guerra, nas Op GLO a força oponente é um cidadão brasileiro, pertencente ao mesmo país das forças armadas.

Mesmo não sendo objeto do estudo, destaca-se que a medida que o Exército Brasileiro vai sendo mais empregado em Op GLO, maior deve ser o debate sobre o socorro a civis feridos em operações. O tratamento dado e os procedimentos adotados nessas situações possuem uma tendência forte de influenciar a opinião pública local, assim como trazer forte repercussão e comossão a sociedade.

Outro tipo de dilema ético que vem crescendo os estudos sobre o assunto é o uso de drones e Veículos aéreos não tripulados (VANT) como equipamentos e armas empregados no combate. Este tipo de dilema também não será aprofundado, mas já existem estudos recentes sobre as implicações do uso deste tipo de equipamento e os danos colaterais causados a população.

Ainda sobre este tipo de dilema e das ações realizadas com este tipo de tecnologia, somam-se os bombardeios realizados pela força aérea, naval e também pela Artilharia. Os efeitos colaterais causados são consideravelmente maiores quando empregados esses meios em combate, haja vista que esses bombardeios frequentemente são realizados em áreas urbanas.

Schulzke (2016) destaca que ética da virtude é adequada para regular a conduta dos soldados que precisam agir rapidamente e tomar decisões no campo de batalha, mas que sua aplicabilidade pessoal às forças armadas está ameaçada pelo crescente uso de equipamentos não tripulados como sistemas de armas. Essas armas perturbam a ética da virtude institucional e cultural, mudando o que significa exibir virtude transformando os papéis que os soldados desempenham e a natureza da própria profissão militar. O autor argumenta que os militares que operam armas não tripuladas requerem uma abordagem mais forte baseada em ética militar.

A guerra cibernética é um assunto contemporâneo que também apresenta dilemas éticos aos militares. A invasão de dados, divulgação de informações sigilosas e até mesmo divulgação de mensagens falsas nas redes sociais compõem os assuntos abordados e que são objeto de estudos. Osinga e Lindley-French (2010) destacam que a dimensão virtual merece atenção especial, pois é um importante aspecto tecnológico

dos conflitos na era pós-moderna, e pode ser um dos principais elementos na nova dinâmica estratégica.

As capacidades das forças e equipamentos militares modernos dependem cada vez mais do espectro eletromagnético para conscientização situacional estratégica, operacional e tática, bem como para emprego das comunicações e navegação com sinais de satélite em combate. As Forças Armadas, usam transmissões de rádio frequência para transportar tráfego de voz, dados e imagens para aprimorar sua percepção situacional e fornecer informações que contribuem para o comando e controle (IISS, 2020).

O Exército Brasileiro, devido ao rápido avanço da tecnologia da informação que trouxe profundas mudanças ao combate moderno, em 20 de fevereiro de 2009, ativou o Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CCOMGEX). Este setor foi responsável pelo aumento da capacidade operacional do Exército Brasileiro, particularmente nas áreas de Comunicações e Guerra Eletrônica, promovendo a evolução das técnicas e dos equipamentos de comunicação, assim como modernizando os sistemas utilizados pelos Exércitos para Comandar e Controlar as operações militares.

Um tipo de dilema ético que não diz respeito diretamente às Forças Armadas, mas que cada vez mais está relacionado com o emprego do Exército em operações militares, particularmente as de GLO, são os estudos sobre os dilemas éticos na atuação dos Policiais Militares e Civis. O crescente emprego das Forças Armadas em Op GLO possuem a peculiaridade da participação integrada dos meios dos Órgãos de Segurança Pública. Cada vez mais os dilemas vivenciados por estes órgãos acabam fazendo parte da rotina dos militares neste tipo de operação, seja ela integrada, seja em ações isoladas do Exército.

**Tabela 01 – Tipos de Dilemas**

<b>Autor</b>	<b>Tipos de Dilemas</b>
GROSS (2014)	Combatentes na guerra assimétrica
	Não Combatentes na guerra assimétrica
CANADIAN DEFENCE ACADEMY (2006)	Dilema da incerteza
	Dilema dos valores concorrentes

	Dilema do dano
ALLHOFF (2008); MARCHON (2009); e ROCHON (2015)	Ética médica em conflitos armados
ARKIN (2010); CHAPA (2015); e GALLIOT (2013)	Dilemas envolvendo uso de drones e veículos aéreos não tripulados
PREDELLI (2006); e STEINHOFF (2005)	Bombardeio em conflitos armados
BARRETT (2013); DIPERT (2010); e STRAWSER (2013)	Ética na guerra cibernética

Fonte: desenvolvido pelo autor

A repetição dos dilemas envolvendo civis, tema aprofundado na tese, destaca-se que cada vez mais os conflitos ocorrem em área urbana. A presença de civis na área de operações é um componente a ser levado em consideração para fins de planejamento e execução das ações. O soldado, durante as ações, deve tomar decisões complexas devido aos diversos fatores envolvendo civis, como por exemplo, a dificuldade de identificação do inimigo ou força oponente. A seguir, veremos quais são os fatores e porque eles levam o soldado a enfrentar dilemas.

Gross (2014) faz uma divisão básica em duas categorias de dilemas morais da guerra moderna, o autor divide em combatentes e não combatentes na guerra. Dentro dessas duas categorias o autor destaca diversos tipos de dilemas éticos advindos da interação com esses grupos. Mas surge aí um dilema inicial básico, identificar quem é a força oponente. Apesar do autor discorrer sobre conflitos assimétricos como guerra contra ocupação, guerra ao terrorismo e guerra contra regimes autoritários, o conceito de combatentes e não combatentes contribui significativamente para se compreender a complexidade dos dilemas enfrentados por militares das Forças Armadas Brasileira em Operações Militares.

Nos conflitos contemporâneos, é comum que as forças oponentes não façam uso de uniforme que os caracterize como combatentes. Pelo contrário, tentam se fazer passar por cidadãos comuns simulando atividades cotidianas, com o intuito de não serem identificados. Ou seja, os combatentes tentam se passar por não combatentes a todo

momento. O desafio para as forças armadas é saber diferenciar entre os combatentes e os não combatentes, fator decisivo para se evitar baixas desnecessárias,

Além disso, existem os civis não combatentes, aqueles que moram em determinada região e se vêem diante de um conflito sem poder fugir por motivo de não ter para onde ir ou por medo de abandonar suas casas. Estas pessoas, cidadãos locais, muitas vezes tem que se deslocar dentro da área de conflito porque dependem disso para sua sobrevivência. Estas pessoas muitas vezes saem em busca de água e comida e outros itens indispensáveis para sua sobrevivência e dos seus familiares como medicamentos por exemplo.

O Exército Brasileiro, quando empregado em operações de Garantia da Lei e da Ordem, tem como forças oponentes pessoas, grupos de pessoas ou organizações cuja atuação comprometa a preservação da ordem pública ou a incolumidade das pessoas e do patrimônio (BRASIL, 2013a). Essas forças oponentes transitam entre o conceito de combatentes e não combatentes constantemente. Um cidadão promovendo protesto pode ser considerado não combatente. Porém se o protestante usar de violência ou hostilidade contra uma tropa federal, ou mesmo contra outro cidadão, ele poderá passar à situação de combatente.

Para que o soldado consiga distinguir entre um combatente e um não combatente, ele deverá considerar a ameaça que representa aquele cidadão. O manual de GLO do Exército Brasileiro (BRASIL, 2013a) define como ameaça os atos ou tentativas potencialmente capazes de comprometer a preservação da ordem pública ou a incolumidade das pessoas e do patrimônio, praticados por forças oponentes previamente identificadas ou pela população em geral.

A indefinição entre combatente e não combatente nas operações militares torna mais complexo o dilema envolvendo população civil. A dificuldade de se identificar o combatente, aliado ao fato de um não combatente poder mudar de situação de acordo com as atitudes por ele tomadas, faz com que as ações tomadas pelos militares sejam mais precisas, de maneira que o soldado não confunda um não combatente como sendo combatente, pois as consequências causadas pelos danos colaterais podem ser graves. Neste sentido, Cook P. (2015) destaca que o profissional militar assume ativamente o risco a que suas atividades expõem os não combatentes.

O dano colateral pode ser definido como os ferimentos acidentais ou danos a pessoas ou objetos que não seriam alvos militares legais nas circunstâncias em vigor na época. Os danos colaterais podem envolver dois efeitos, o efeito direto, pretendido ou primário, que pode ser considerado o bom efeito, por exemplo, a destruição de uma fabricação de bombas. O outro efeito, o secundário, que não é intencional é geralmente um efeito ruim, como a morte ou dano de civis inocentes (ABBATE, 2014).

Existe outro componente do dilema ético que dificulta a tomada de decisão em uma situação de conflito. No combate convencional, em que ambas as partes envolvidas em conflito são formadas por Forças Armadas regulares que lutam por uma causa, os soldados não são criminosos, mas sim agentes do Estado pelo qual lutam. Desta forma, possuem os seus direitos assegurados no sentido de um tratamento digno, pois, conforme destaca Gross (2014), estabelece-se a inocência moral de combatentes de qualquer lado. Já no combate assimétrico, o autor destaca que muitas vezes o inimigo realiza ações sem preocupação nenhuma com os danos colaterais. Pelo contrário, em alguns casos, busca-se causar o maior número de baixas com o agravante que se valem, muitas vezes, do uso de crianças e de mulheres para causar danos ou hostilidades às tropas.

Gross (2014) complementa que cada vez mais civis assumem papéis de combatentes no conflito assimétrico. A seguir, o tema será aprofundado especificamente no que diz respeito a população civil presente nas operações militares.

### **3.1.2 População Civil e as Operações Militares**

Como verificado anteriormente, a presença de não combatentes às áreas de conflito implica em diversos fatores que o militar deve levar em consideração antes de tomar uma decisão sobre as suas ações (COOK. P., 2015; GROSS, 2014). Além disso, as consequências e repercussão das ações militares no campo de batalha possuem uma visibilidade cada vez maior e de rápida divulgação, implicando em um maior profissionalismo por parte de cada militar.

Serão abordados aspectos importantes na relação entre a população civil e os militares em operações. A busca da compreensão de todos os fatores que envolvem a

tomada de decisão do militar contribui para que a sua capacitação seja mais adequada a essa demanda.

As decisões em operações militares contemporâneas começam pela dificuldade de identificação e localização dos combatentes, Michael, Kellen e Ben-Ari (2009) destacam que muitas vezes não é claro onde estão, se a frente ou a retaguarda e quem são. Em um ambiente urbano, a dificuldade de localizar os envolvidos no conflito e quem são os apoiadores torna-se uma tarefa de extrema dificuldade. As forças oponentes se valem do fator surpresa, tendo em vista que as construções possibilitam o seu abrigo e também sua identificação porque se confundem com os moradores. Identificar o inimigo e realizar fogos torna-se uma tarefa complexa, a medida em que quanto maior o tempo para tomar uma decisão, maiores as chances do militar ser abatido.

Além das dificuldades apresentadas, Michael, Kellen e Ben-Ari (2009) enfatizam também a saturação no campo de batalha. Para os autores, além do combatente se confundir com o não combatente, há uma grande quantidade de pessoas inocentes, desconhecidos ou neutras que transitam pela área onde ocorrem as operações. Este fator dificulta ainda mais a tomada de decisão do militar, pois quando identificado o alvo, antes de qualquer ação, deveriam ser analisados os possíveis danos a inocentes que podem ser atingidos em um conflito.

Tradicionalmente, os militares prestam juramento profissional que os obriga a manter os padrões morais. Esses padrões são uma marca da autonomia e autorregulação profissional, apesar de tenderem a derivar da confiança de servir principalmente ao bem público, interpretado através do conhecimento especializado das melhores práticas. Mas é importante notar que a profissão das armas tem princípios que servem para efetivamente colocar o bem público à frente do seu: discriminação e proporcionalidade (COOK. P., 2015, VAN BAARDA, 2006). Esses padrões são enganosamente simples de declarar, mas, na prática, eles podem ser complexos. Sua aplicação envolvem uma certa quantidade de conhecimento especializados exigidos do profissional militar (COOK, P. 2015).

Destaca-se inicialmente o princípio da discriminação. O profissional militar deve discriminar entre aqueles que são combatentes inimigos e aqueles que não são combatentes (COOK. P., 2015, VAN BAARDA, 2006). Apesar de nunca haver uma



época na história em que essa tarefa fosse simples, a presença de guerrilheiros, insurgentes e terroristas não estatais no espaço de batalha torna a tarefa ainda mais complexa (COOK. P., 2015).

Van Baarda (2006) destaca que roupas civis podem servir como camuflagem. Mesmo que seja proibido, o método é eficaz por causa do elemento surpresa, pois os guerrilheiros disfarçados avançam em direção às tropas com suas armas escondidas até o último instante. Isso significa que os militares possuem dificuldade de discriminar entre combatentes e não combatentes. O autor destaca essa situação traz uma grave consequência, se os combatentes regulares não puderem ter certeza de que os civis em uma área de conflito são não combatentes, haverá uma forte tendência, mesmo que apenas para autopreservação, ver um inimigo em potencial em todos, uniformizados ou não.

Além da discriminação, outro princípio destacado é o da proporcionalidade. Quando as vítimas não combatentes são previsíveis, mas inevitáveis, o princípio da proporcionalidade exige que esse dano seja pesado contra a vantagem militar que está sendo buscada. O profissional militar nunca pode infligir danos colaterais para sua própria conveniência e não pode causar danos ou destruição simplesmente para aumentar sua própria segurança (COOK, P. 2015).

As avaliações de proporcionalidade são conseqüentemente complexas e não calculáveis. Isso também exemplifica uma virtude ou excelência especializada que deve ser parte do traje moral do profissional militar. Chame de “astúcia no cálculo da proporcionalidade ”: esse é um tipo especial de prudência ou sabedoria prática e não pode ser cultivado fora da profissão militar. Assim, como outras profissões, os militares têm virtudes próprias, características que só podem ser expressas e desenvolvidas no contexto da profissão em si (COOK, P. 2015).

Aumentar a precisão e a discriminação expõem os combatentes a maiores riscos. Ao realizar ações de varredura mais criteriosas e detalhadas, sem executar fogos preparatórios ou bombardeios, expõe mais os combatentes ao perigo. Pode-se melhorar a proteção da força sendo menos discriminador, porém o equilíbrio entre risco e discriminação, entre proteção da força e imunidade dos não combatentes, torna-se uma

questão extremamente difícil e delicada, ativando o status moral dos combatentes (SCHOONHOVEN, 2015).

Abbate (2014) oferece uma resposta crítica ao princípio de risco. O autor argumenta que o princípio do risco não pode ser justificado como princípio orientador para soldados no campo de batalha. O autor destaca que tal princípio não pode ser justificado por que uma vez que ocorra a adesão, exigiria que os soldados negligenciassem seus estritos deveres e obrigações, conforme exigido pelo papel dose profissional militar. Justificar as ações violentas pelo princípio do risco obrigaria os soldados a irem além do que é exigido pelo papel do soldado. Reconhece-se que os soldados têm o dever de evitar danos e salvar vidas, mesmo quando esta prática envolva um risco significativo (ABBATE, 2014).

Existem situações em que agir implica aceitar o risco de erros morais e também erros de julgamento, pois, caso contrário, nenhuma ação seria possível. Faz parte da profissão militar assumir tais riscos, pois, às vezes, eles não podem ser evitados (WERDELIS, 2008).

O dever do militar é assumir para si mesmo qualquer perigo que o conflito introduz para os não combatentes. O que é nobre é o guerreiro tomar deliberadamente o perigo sobre inocentes para si mesmo (COOK, P. 2015). Porém, enfrentar os riscos requer do militar uma virtude fundamental para colocar em prática estes princípios. A coragem é a virtude que contribui para o militar enfrentar o perigo a que é colocado nas operações militares.

Cook P. (2015) destaca a complexidade de só responder com “fogo preciso”, não puxando o gatilho quando todo instinto está sentindo perigo. O autor destaca a dificuldade de uma regra de engajamento que permita uma resposta ao disparo somente quando o atirador pode ser identificado. A excelência do caráter que permitiria a um soldado funcionar em tal situação exige a virtude da coragem.

Depois de concluir que o princípio do risco não se justifica como princípio normativo que deveria guiar a conduta dos soldados no campo de batalha, Abbate (2014) considera que o princípio do risco deve ser levado em consideração pelos comandantes durante o planejamento das missões. Ao se levantar as ameaças existentes durante o planejamento, é possível minimizar os riscos enfrentados pelos soldados evitando

situações e alvos que coloquem os militares em situações desfavoráveis. Apesar do risco ser inerente a profissão, levando em consideração o perigo, o planejamento pode ser um instrumento que contribua para evitar situações com grande exposição ao perigo.

O Estado têm uma obrigação de fornecer às suas tropas treinamento e equipamento adequado. Ao fazê-lo, não apenas aumenta a capacidade de sobrevivência das tropas, mas também freqüentemente permite que as ações sejam mais precisas, possibilitando colocar em prática os princípios do discriminação e proporcionalidade.

Na medida em que a capacidade de sobrevivência dos combatentes é aprimorada, na medida em que eles sentem menos riscos, eles podem se sentir psicologicamente mais capazes de discriminar. Se não sentirem medo diante de uma escolha entre a própria vida e a dos não combatentes, eles podem ficar mais dispostos a tomar cuidado para evitar prejudicar aqueles não combatentes (SCHOONHOVEN, 2015). Desta forma, percebe-se a importância de um treinamento e capacitação adequados, o que traz maior segurança ao militar durante as operações.

A seguir, são abordados diversos aspectos da ética na educação militar. São apresentadas teorias que ajudam na compreensão de como se desenvolve a preparação dos militares para enfrentarem dilemas morais. São abordados aspectos do desenvolvimento moral e das instituições totais com o propósito de verificar como a própria rotina dos militares contribui para a formação dos valores da instituição. São apresentadas as teorias da virtude e a crítica situacionista para entendimento de como ocorre a construção da competência moral. As teorias apresentadas contribuirão para melhor compreensão da formação do soldado do Exército Brasileiro<sup>15</sup>.

### 3.2 EDUCAÇÃO MILITAR

Antes de partir para uma reflexão mais prática buscando soluções, discorre-se sobre o pensamento de diversos autores sobre a educação militar e particularmente sobre a ética no ensino. Assim se pretende mostrar que a ética, além de ser um assunto

---

<sup>15</sup> O Capítulo 4 se refere especificamente à formação dos militares do Exército Brasileiro.

em pauta nas atividades diárias e nas operações militares, também é um assunto que está inserido no contexto da educação militar.

Um dos principais elementos que definem uma profissão é a forma como ela educa membros, tanto através da educação estruturada, como através do autodesenvolvimento (DEMPSEY, 2018). A partir dessa afirmação percebe-se a importância da capacitação para a formação do profissional competente, ou seja, aquele que possui a capacidade de resolver problemas e cumprir tarefas com eficiência. Para isso, são necessários conhecimentos, habilidades e atitudes que podem ser adquiridos através de treinamento.

A educação militar visa justamente capacitar o militar a cumprir sua missão de forma eficaz, proporcionando conhecimento e desenvolvendo atitudes que irão contribuir para seu desempenho nas operações militares. O conhecimento é adquirido por intermédio das instruções militares e consolidado nas atividades práticas e específicas da carreira militar. Cook, P. (2015) destaca que as atividades do profissional militar exigem cada vez mais conhecimento, habilidade e discernimento, que só podem ser adquiridos através de estudo e aprendizado contínuos.

Já ao se pensar na ética na educação militar, Finney e Mayfield (2018) destacam a dificuldade de se ensinar a ética, pois deve inculcar uma ideia em alguém. Incluir sua própria identidade em algo maior e mais importante do que ele próprio é uma tarefa onerosa, pois nem todos são iguais.

Esta afirmação vai de encontro ao que se busca na tese. Ou seja, não se pretende ensinar ética, mas sim pensar em uma proposta de atividade, ou seja, instrução militar capaz de direcionar as condutas dos soldados, de maneira que sigam um conjunto de valores da Instituição e do grupo, sendo suas decisões moralmente aceitas e aprovadas pela sociedade.

Mesmo com uma compreensão dos elementos de uma profissão e das restrições éticas em jogo, uma força militar não pode ser profissionalizada sem garantir que seus valores e normas sejam inculcados em cada membro do serviço. Nos dias de hoje, para uma força militar moderna, os principais métodos para assegurar a profissionalização são a orientação e educação (SHANKS-KAURIN, 2018).

A educação formal é apenas um aspecto desse processo. No entanto, ao longo da carreira militar, a profissionalização é reforçada com relacionamentos de orientação, por

meio da interação e do exemplo. Neste sentido, a liderança é um aspecto que se busca desenvolver nos comandantes das frações em todos os níveis, a fim de servirem de exemplo e possibilitar que sua orientação seja aceita e incorporada pelos seus comandados.

Percebe-se que a educação militar vai muito além dos conhecimentos teóricos e das técnicas de combate. Ao militar, é necessário incorporar atitudes relacionadas aos valores da instituição. Para isso deve desenvolver aptidão moral, de forma que as ações sejam condizentes com o que a sociedade espera de um militar.

Neste sentido, é válido a afirmação de que aptidão moral é uma atitude característica de uma pessoa que pode lidar com um aumento de questões e dilemas éticos porque ele ou ela tem a necessária vigilância moral necessária sobre suas atitudes. A aptidão moral implica que uma pessoa pratica regularmente a reflexão autocrítica (SHANKS-KAURIN,2018).

Anglin (2018) complementa destacando que em um nível mais fundamental, a ética e as virtudes dos soldados devem formar uma parte fundamental de qualquer esquema de educação militar. As virtudes estão diretamente ligadas a aptidão moral que as forças armadas buscam desenvolver nos seus integrantes.

A ética militar está intimamente alinhada e fortemente embasada pelas estruturas legais como a lei do conflito armado e a lei humanitária internacional. Esses conhecimentos compõem o embasamento teórico sobre o assunto. Porém, é o treinamento que capacita com habilidades específicas pertinentes a uma determinada situação, enquanto a educação é sobre compreender princípios mais amplos para poder entender qualquer situação em vez de apenas um específico (WHETHAM, 2015).

O Major General. McMaster (2011, p.17)<sup>16</sup>, argumenta que

Garantir a conduta ética vai além da lei de guerra e deve incluir uma consideração de nossos valores - nosso ethos". Esse ethos é cultivado por manter a cultura profissional da força militar e por meio de treinamento realista que integra a educação ética aplicada que é considerada essencial para fortalecer os membros individuais contra os aspectos psicológicos e morais das operações militares.

---

<sup>16</sup> Conselheiro Nacional de Segurança dos EUA nos anos de fevereiro de 2017 a março de 2018 durante o Governo Trump.

Para se colocar em prática nos treinamentos a “educação ética aplicada” (McMASTER, 2011), é necessária uma educação militar que englobe o desenvolvimento da aptidão moral. A seguir, será verificado como os militares aplicam, em situações cotidianas da rotina militar, teorias relacionadas ao desenvolvimento moral do indivíduo. Muitas vezes, os militares aplicam, de forma inconsciente e sem o conhecimento teórico, os fundamentos para o desenvolvimento moral dos militares a serem capacitados.

### **3.2.1 Desenvolvimento Moral**

Um problema fundamental que vem sendo objeto de pesquisas no campo do desenvolvimento humano é a busca pela compreensão de como os indivíduos chegam a assumir os valores que orientam seu comportamento, ou seja, como ocorre o desenvolvimento moral. A presente tese não tem por objetivo provar que há um desenvolvimento moral na formação do militar, particularmente do soldado, objeto do presente estudo. Mas se pretende sim compreender se é possível que o militar adote um comportamento baseado em valores próprios da Instituição Militar, de forma que sua conduta seja pautada por um comportamento ético aceitável pela sociedade.

Essa abordagem ganha relevância no presente estudo, para que se verifique quais teorias abordam o desenvolvimento moral. Essas teorias podem contribuir para professores e orientadores educacionais, no contexto da sociedade contemporânea, em relação ao que se convencionou chamar de crise de valores, bem como quando se analisa quão significativas são as considerações morais como elementos do comportamento humano. De uma forma mais especial ainda, contribuirá para reforçar ou refutar a possibilidade de se capacitar o soldado para enfrentar dilemas éticos.

O estudo do desenvolvimento moral apresenta dois autores expoentes. Jean Piaget, apesar de possuir apenas uma obra que aborda o desenvolvimento moral, traz importante contribuição ao relacionar o respeito às regras ao desenvolvimento da moralidade. Já Kohlberg, dedicou-se ao estudo do desenvolvimento moral, redefinindo os estágios de julgamento moral propostos por Piaget (1932).

Desenvolver a competência moral do soldado pode garantir condutas mais exemplares, não apenas durante operações de campo, mas também na rotina diária.

Essa competência surge dos padrões éticos moldados por códigos sociais e pela conformidade do indivíduo com padrões públicos de responsabilidade. Existe uma interdependência entre conduta pública e os padrões morais individuais de soldado que revelam uma ligação entre a conduta desejável como cidadão de uma sociedade democrática e a conduta ética e eficaz desejada no serviço militar (TEDOM, 2015).

### **3.2.1.1 A abordagem de Jean Piaget**

Em sua única obra destinada à investigação do desenvolvimento moral, Piaget (1932) apresenta uma série de experimentos que demonstram que o raciocínio moral se transforma e se desenvolve ao longo da infância e da adolescência. Através da aplicação de dilemas morais simples, Piaget investigava as concepções que crianças de diferentes idades possuíam sobre as regras dos jogos, a mentira, o roubo, a justiça, entre outras.

Piaget (1932) entende que a obediência às regras está diretamente ligada ao desenvolvimento da moralidade. Em suas pesquisas, observou diferenças entre a forma que a criança compreende os limites impostos, o que lhe permitiu concluir que existem diferenças quanto ao respeito às regras em crianças de idade diferentes, distinguindo-se as fases de anomia, heteronomia e autonomia moral.

Na fase da anomia, ou pré-moral, a criança não possui maturidade para compreender as regras, o indivíduo, caracterizado pelo egocentrismo, está centrado em atender suas necessidades básicas e não compreende os limites para suas ações. Esta fase vai do nascimento até aproximadamente quatro ou cinco anos.

Na fase de heteronomia moral a criança percebe as regras como absolutas, imutáveis, intangíveis. Considera que se um indivíduo foi punido por uma determinada ação, esta ação é errada. O bem é visto como o cumprimento da ordem, o certo é a observância da regra que não pode ser transgredida nem relativizada por interpretações flexíveis. Esta fase vai aproximadamente dos 6 aos 8 anos.

Na fase da autonomia moral, geralmente compreendida entre oito e doze anos, o propósito e consequências das regras são consideradas pela criança e a obrigação baseada na reciprocidade. A criança se caracteriza pela moral da igualdade ou de reciprocidade; percebe as regras como estabelecidas e mantidas pelo consenso social.

A criança passa a perceber a regra como o resultado de livre decisão, podendo ser modificada, e como digna de respeito, desde que mutuamente consentido.

Segundo Piaget (1932), para que as realidades morais se constituam, é necessária uma disciplina normativa, e para que essa disciplina se constitua é necessário que os indivíduos estabeleçam relações uns com os outros. Esta abordagem vai ao encontro do que se estabelece na carreira militar, que possui como pilares a disciplina e a hierarquia, estendendo-se a formação e capacitação.

Para Piaget (1932), é nas relações com outras pessoas que as normas se desenvolvem no indivíduo. São as relações que se constituem entre a criança e o adulto ou seu semelhante que a levarão a tomar consciência do dever e a colocar acima de seu “eu”. Para o autor, essa é a realidade normativa na qual a moral consiste.

Nas relações interpessoais, o respeito surge sob duas óticas a se destacar. Esse respeito, o que normalmente vem à mente das pessoas, implica em uma coação inevitável do superior sobre o inferior. É característico de uma forma de relação social caracterizada pela coação, frequente na fase de heteronomia moral de Piaget. Mas existe, em segundo lugar, o respeito que podemos qualificar de mútuo, porque os indivíduos que estão em contato se consideram como iguais e se respeitam reciprocamente. Esse respeito não implica, assim, nenhuma coação e caracteriza-se pela cooperação entre os indivíduos. Essa cooperação constitui o essencial das relações entre crianças ou entre adolescentes num jogo regulamentado, numa organização de autonomia ou numa discussão sincera e bem conduzida (Piaget, 1932).

Já sobre a educação moral proposta por Jean Piaget, Munari (2010, p.46) complementa:

Não há, portanto, moral sem educação moral, “educação” no sentido amplo do termo, que se sobrepõe à constituição inata do indivíduo. Somente - e é aqui que se coloca finalmente a questão dos procedimentos da educação moral - na medida em que a elaboração das realidades espirituais depende das relações que o indivíduo tem com seus semelhantes, não há uma única moral e nem haverá tantos tipos de reações morais quanto as formas de relações sociais ou interindividuais que ocorrerem entre a criança e seu meio ambiente. Por exemplo, a pressão exclusiva do adulto sobre a alma infantil conduz a resultados muito diversos dos da livre cooperação entre crianças e, dependendo de como a educação moral emprega uma ou outra dessas técnicas, ela moldará as consciências e determinará comportamentos de modos diferentes.



Estudando o desenvolvimento moral, Piaget trouxe reflexões sobre a obediência às regras, dentre a qual, o aspecto coação e cooperação estão relacionados. Ao se refletir sobre o tema da tese, há uma importante convergência de aspectos relacionados à profissão militar. A disciplina e a cooperação são atitudes que se busca desenvolver na formação do soldado do Exército.

Detalhando mais este aspecto, cabe destacar que a própria obediência às regras, dentro do Exército Brasileiro, segue inicialmente um caráter coercitivo, particularmente no período de adaptação dos militares que ingressam nas Forças Armadas. Há uma forte imposição das normas da instituição, lembrando a fase de heteronomia moral de Piaget.

Posteriormente, são desenvolvidas atividades nas quais a cooperação entre os militares de uma mesma fração é incentivada. Esta fase é caracterizada dentro do Exército por atividades de treinamento e tem o seu ápice no primeiro acampamento. Atividade na qual os militares ainda possuem pouca experiência e a cooperação entre os pares para superar as dificuldades ocorre de forma planejada pelos instrutores e de forma voluntária nos momentos em que os militares não estão em atividade de instrução. Possui muita semelhança com a fase do desenvolvimento moral definida por Piaget como fase da autonomia moral.

Apesar de serem em fase da vida diferente, a semelhança entre as fases do desenvolvimento moral de Piaget e a formação e desenvolvimento da disciplina são muitos. Pode-se assim inferir que o desenvolvimento atitudinal da disciplina e cooperação dentro das Forças Armadas está alinhada com as fases de Piaget e pode contribuir para reforçar a obediência às normas e condutas morais desejáveis no militar.

### **3.2.1.2 A abordagem cognitivo-desenvolvimentista da educação moral de Lawrence Kohlberg**

A teoria de Kohlberg, assim como a de Piaget, traz importantes contribuições para a compreensão do desenvolvimento moral, assim como para o preparo dos militares, especificamente do soldado brasileiro, para enfrentar dilemas éticos. Sua abordagem assim como a teoria de Piaget, possui muitas semelhanças e pontos convergentes com a formação militar.

Cabe inicialmente esclarecer que tanto a teoria de Piaget e de Kohlberg levam em consideração o desenvolvimento cognitivo. A abordagem possui o termo cognitivo em seu nome porque considera que a educação moral tem as suas bases no pensamento ativo do indivíduo e desenvolvimentista porque vê o objetivo da educação moral como um movimento através de estágios morais (VALENTE, 1989).

Com base na teoria do desenvolvimento moral de Piaget, Lawrence Kohlberg (1958) estabeleceu três níveis de desenvolvimento moral, incluindo a moral pré-convencional, a moral convencional e moral pós-convencional. Cada nível tem duas fases ou estágios de desenvolvimento.

No primeiro nível, chamado de pré-moral ou moralidade pré-convencional os estágios representam o início do desenvolvimento moral do indivíduo. O Estágio um é o da obediência e punição, as consequências das ações determinam o certo e o errado. No estágio dois, a principal característica é Hedonismo Instrumental Ingênuo. O individualismo e a transação passam a serem consideradas (KOHLBERG, 1958).

No segundo nível, denominado nível de moralidade convencional ou da conformidade com os papéis sociais, os indivíduos aprimoram o seu desenvolvimento moral. O Estágio três é o estágio das relações interpessoais, neste estágio o que agrada aos outros é considerado bom para o indivíduo. Já no Estágio quatro, a autoridade mantém a ordem social. Existe uma atitude deontológica, ou seja, cumprir os deveres (KOHLBERG, 1958).

Já no nível três conhecido como moralidade pós-convencional ou da aceitação dos princípios morais, o indivíduo está no maior grau de desenvolvimento. No estágio cinco há o contrato social onde acordos democraticamente alcançados sobre valores são bons, cabendo ao indivíduo determinar o certo e o errado dentro dos parâmetros desses valores. No estágio seis, último estágio de desenvolvimento segundo Kohlberg, os princípios de justiça e ética são parte da consciência, sendo questões de escolhas individuais dentro de princípios axiológicos universais, ou seja, dos valores predominantes da sociedade, mesmo que contra as leis e regras socialmente estabelecidas (KOHLBERG, 1958).

#### **Tabela 02 – Estágios de Kohlberg**

<b>Nível</b>	<b>Estágio</b>	<b>Característica predominante</b>
Moralidade pré-convencional	1º Estágio	obediência e punição
	2º Estágio	individualismo
Moralidade convencional	3º Estágio	relações interpessoais
	4º Estágio	cumprimento dos deveres
Moralidade pós-convencional	5º Estágio	valores institucionais
	6º Estágio	justiça e ética

Fonte: desenvolvido pelo autor

Assim como na teoria de Piaget, algumas fases do desenvolvimento propostos por Kohlberg possui muita semelhança com a formação militar. Particularmente quando o militar incorpora no Exército, ele passa por uma formação inicial na qual ele aprenderá as normas e regras específicas da carreira militar. Este período da formação possui muitas semelhanças com o período em que a criança está aprendendo a obedecer a regras.

Fazendo uma associação do desenvolvimento moral buscado com a formação do soldado que cumpre o serviço militar obrigatório, podemos compreender melhor em que fase os recrutas estão em cada período do ano. Isso nos ajuda a compreender o que mais pode ser feito em termos de capacitação para aperfeiçoar a formação moral do soldado.

Em seu período inicial no quartel, o soldado passa por um período de adaptação a vida militar. Nessa fase, eles passam grande parte do tempo nas Organizações Militares, com instruções diuturnas e também com um período de internato. Esta fase tem semelhanças ao primeiro nível do desenvolvimento moral de Kohlberg. O soldado passa por uma adaptação as normas e regras do quartel. É um período em que é exigida a obediência e ensinado que a transgressão gera uma punição.

Comparado ao segundo nível do desenvolvimento moral de Kohlberg, as semelhanças no Exército são com a fase em que o militar começa a formação das amizades e desenvolvimento do espírito de grupo. Esta fase inicia ainda no período de internato e tem seu ápice no primeiro exercício militar em campo realizado pelos

soldados, podendo se prolongar por todo período em que se formar a coesão da sua fração. Um exemplo disso é o concurso de ordem unida, uma atividade em que o erro prejudica o grupo, e não o indivíduo. Nas atividades citadas, se fortalece o espírito de grupo e coesão do pelotão, o soldado esforça-se para acertar os movimentos para que o grupo tenha um bom desempenho na atividade. Comparado ao segundo nível, pode-se dizer que o indivíduo tem uma preocupação com o bem-estar do grupo. A coesão dentro do pelotão faz com que o indivíduo cumpra as exigências para que o grupo tenha êxito na sua tarefa.

Já o terceiro nível do desenvolvimento moral vai acontecer em todo o período que segue até o final do primeiro ano. Este período passa a ser o maior objeto de estudo, porque é o nível onde se consolidam os valores morais no indivíduo. Para Kohlberg é a fase de aceitação dos princípios morais.

Mas para que eles se consolidem, no Exército, se mantém um constante diálogo entre comandantes e seus subordinados onde são explorados os assuntos referentes ao desenvolvimento de atitudes e comportamentos desejáveis dos militares. Mas até que ponto estes princípios éticos são internalizados em uma rotina de atividades intensas. Esta reflexão será retomada nos capítulos seguintes no desenvolvimento moral do soldado do exército brasileiro.

As proposições básicas de Kohlberg (1958) são de que existe uma sequência culturalmente universal de estágios de desenvolvimento moral e de que é possível estimular o desenvolvimento moral nas escolas. Este aspecto reforça o que se pretende na tese de desenvolver no soldado, por intermédio de uma capacitação, de forma que ele tenha condições de enfrentar dilemas éticos, particularmente quando empregado em operações militares.

Kohlberg (1958) ainda propõe como alvo para a Educação Moral, a estimulação do movimento para os estágios mais elevados da sequência e argumenta que a estimulação do desenvolvimento do julgamento moral do indivíduo é uma alternativa para educação moral em oposição a programas de imposição de modelos exteriores, virtudes pré-definidas pelos professores e outros adultos. Este estímulo do desenvolvimento do julgamento moral do indivíduo é o que se busca e vai ao encontro da capacitação do soldado para dilemas éticos.

### 3.3 INSTITUIÇÕES TOTAIS

Entender como a cultura institucional molda o comportamento profissional é útil para o desenvolvimento e capacitação do profissional militar. A autoconsciência no nível institucional é tão importante quanto a autoconsciência no nível individual. O que não pode ser entendido, não pode ser alterado pelos líderes apropriados em qualquer nível (SNIDER, 2015).

Cultura organizacional pode ser definida como o conjunto de estruturas, rotinas, regras e normas que guiam e restringem o comportamento. A cultura abrange a identidade da organização e de seus membros de forma duradoura. Enquanto as pessoas que ocupam os cargos mudam com o passar do tempo, a cultura organizacional tende a permanecer (CARTER JUNIOR. 2015).

A cultura do exército pode ser compreendida como um sistema de significados compartilhado mantido por seus membros individuais. Refere-se às atitudes compartilhadas, valores, metas e práticas que caracterizam a instituição ao longo do tempo. A instituição Exército possui culturas distintas e estáveis que moldam seu comportamento, embora compreenda muitos indivíduos em constante mudança. A cultura de uma organização geralmente reflete o que considera funcionalmente eficaz em tempos de forte necessidade (SNIDER, 2015).

Os integrantes das organizações militares terão maior aceitação da cultura da unidade de forma a adotar com maior facilidade as condutas determinadas pelos seus superiores quando as ordens estiverem alinhadas com os valores da instituição (COOK M., 2015).

O Exército oferece uma nova identidade para todos os que incorporam à instituição, desde o momento que entra na Organização Militar e passam a vestir uniformes. Geralmente, ao entrarem no Exército, devem cumprir um período integral ocasionando uma ruptura com outras culturas. Durante esse período, particularmente os soldados vivem nas instalações do Exército e passam a maior parte do tempo aprendendo costumes, tradições, habilidades e valores do Exército. Tudo isso contribui para o desenvolvimento da identidade profissional de um soldado. (BERGHAUS;

CARTAGENA, 2013).

Carter Junior (2015) destaca que a cultura organizacional também contribui para moldar o comportamento ético. A cultura traz informações que auxiliam no entendimento e a utilidade da ética para a instituição. O entendimento comum da profissão ajuda a moldar a autoconsciência, a identidade compartilhada, e uma aplicação mais ética dos conhecimentos (CARTER JUNIOR, 2015).

Porém, outros autores vão além da cultura organizacional. Autores como Benelli (2014) e Goffman (2001) destacam as chamadas Instituições Totais. Goffman (2001, p.11) define a instituição total “como um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”.

As instituições totais podem ser enumeradas em cinco categorias: a) as criadas para cuidar de pessoas que são consideradas incapazes e inofensivas, tais como as casas de cegos, asilos para idosos, órfãos e indigentes; b) locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça não intencional para a comunidade, como sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários; c) as criadas para proteger a comunidade contra ameaças e perigos intencionais, sem se importar muito com o bem-estar das pessoas segregadas, onde se inserem as cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra e campos de concentração; d) as erigidas com a intenção de realizar de um modo mais adequado alguma tarefa instrumental, tais como: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias; e) os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, que também podem servir como locais de instrução para religiosos, tais como: abadias, mosteiros, conventos e outros claustros (BENELLI, 2014,p.24).

Destaca-se no presente estudo a quarta categoria na qual podem ser enquadrados os militares. Benelli (2014) destaca que os estabelecimentos fechados por muros que delimitam seu território apresentam algumas características distintivas, sendo este um caso bem característico das Organizações Militares. Os militares passam considerável parte do tempo dentro dos quartéis, em períodos de internato, cumprindo expediente e em situações de prontidão para as operações militares. Parte de suas obrigações é a participação às atividades da organização, o que exige dos integrantes uma mobilização da atenção e do esforço muscular, além de submissão pessoal à atividade. Essa

participação obrigatória nas atividades da Organização Militar é considerada um símbolo do compromisso e da adesão do indivíduo ao papel da instituição.

Quando incorpora ao Exército, o militar traz consigo uma cultura cercada de costumes e hábitos que são oriundos geralmente do mundo civil e do ambiente familiar do indivíduo, caracterizando-o por uma identidade própria e adaptada a vida em sociedade. Essa identidade que traz de casa passa por um processo de adaptação e transformação, perdendo assim a sua individualidade e sendo influenciado pela cultura da organização. Goffman (2001) complementa que a vida familiar e doméstica é contrastada com a vida grupal dos internados, que dificilmente podem manter uma vida doméstica significativa.

Este processo de transformação da identidade do indivíduo é chamado de processo institucional de modelagem do comportamento. Benelli (2014) afirma que algumas ações são comuns nas diversas instituições totais. O autor destaca que a ruptura do papel social do indivíduo na sociedade através do internato, a padronização por intermédio de uniformes e condutas, a submissão total às regras da organização com possibilidade de penalização quando infringidas e a troca de seus objetos individuais por objetos padronizados e em alguns casos com a marca da instituição são ações que contribuem para a perda da individualidade.

Benelli (2014) complementa ainda que se a estada do internado for muito longa, pode ocorrer uma perda do traquejo cultural que o torna temporariamente incapaz de enfrentar alguns aspectos de sua vida diária na vida civil cotidiana. Particularmente no Brasil, em operações de GLO, o soldado deve manter postura e civilidade no trato com os civis durante as ações, sendo necessária adaptação às diferenças entre a cultura dentro da organização e a cultura em sociedade.

Porém, essa submissão do indivíduo à organização pode ser favorável na incorporação de valores da instituição. Quando os propósitos e valores da instituição buscam as virtudes nos seus integrantes, o desenvolvimento e adaptação à cultura organizacional podem ser favoráveis ao indivíduo. Um jovem que não teve educação, ao incorporar ao Exército, pode desenvolver atitudes favoráveis e aceitas pela sociedade, como responsabilidade e disciplina. Nesse caso, os aspectos das instituições totais no Exército contribuem para a capacitação do soldado para as operações.

Para que ocorram essas mudanças, existem mecanismos de transformação do indivíduo. Dentro das forças armadas, a “reorganização do eu” começa a partir da implantação de um “sistema de privilégios” (GOFFMAN, 2001). Segundo Benelli (2014), inicia com um conjunto relativamente explícito e formal de “prescrições e proibições”, que normatiza a conduta do internado. Dentro das forças armadas, desde o primeiro dia o soldado passa a cumprir normas e regras rígidas de disciplina e hierarquia, restringindo as ações do militar.

Em segundo lugar, contrastando com esse ambiente rígido, apresenta-se um pequeno número de recompensas, obtidos em troca de obediência, em ação e espírito, à equipe dirigente (BENELLI, 2014). Chamado dentro do Exército de reforço positivo, a recompensa é utilizada para valorizar as condutas corretas dentro dos padrões estabelecidos pela instituição, reforçando o comportamento desejado.

O terceiro e último aspecto do sistema de privilégios é o castigo, que pode ser definido como consequência da desobediência às regras (BENELLI, 2014). Os militares do Exército Brasileiro seguem os preceitos do Regulamento Disciplinar do Exército, de maneira que o indivíduo que comete uma transgressão disciplinar poderá sofrer diversos tipos de punição, chegando até a prisão nos casos mais graves.

Os três tipos de ações citadas anteriormente servem então para reforçar os comportamentos desejados nos soldados. Quando ele não age de acordo com os preceitos da instituição, ele recebe algum tipo de punição. Quando age de maneira correta, recebe um estímulo positivo para manter determinado tipo de comportamento, tudo dentro das normas estabelecidas pela instituição e repetidas continuamente a fim de solidificar determinadas condutas como desejáveis ou inapropriadas.

A inserção em uma instituição total não é permanente na maioria dos casos. Particularmente no Exército, pretende-se que ele mantenha os padrões nos quais foi reeducado e ressocializado na instituição. Para Benelli (2014) na prática, raramente essa mudança acontece, com exceção algumas instituições religiosas. Para o autor, os processos de despojamento e de reorganização “não parecem produzir um efeito duradouro”.

De forma contrária ao pensamento do autor, porém respeitando a individualidade do ser humano e o entendimento que cada pessoa compreende a cultura da organização



de diferentes formas, é possível sim causar transformações permanentes. Goffman (2001, p.84) esclarece que pode haver um papel de confiança com o “agressor” e assim uma aceitação dos novos padrões culturais estabelecidos. O próprio Benelli (2014) esclarece que estabelecimentos como o Exército podem causar-lhe um certo orgulho, como o Exército, ou estigma, como prisões por exemplo.

Nas Forças Armadas, a responsabilidade pela aceitação da cultura organizacional e dos valores da instituição é atribuída, em parte, a liderança. O papel dos comandantes militares, em níveis operacionais, é estabelecer um papel de confiança mútua entre o chefe e seus comandados. A partir da identificação com seu comandante, ou seja, da percepção do soldado de que o seu comandante é um modelo a ser seguido, estabelece-se uma facilidade para transformação e reeducação. Desta forma, a liderança dos comandantes é fundamental para que os valores da instituição sejam aceitos pelos militares, dentro dos fundamentos das instituições totais.

Os militares costumam aceitar melhor a fala sobre caráter e integridade quando estão alinhadas a uma conduta ética. Há também um forte reconhecimento entre militares da importância da influência da liderança para manter a ordem e disciplina nas unidades, assim como padrões de comportamento aceitáveis (COOK M., 2015).

Nem sempre acontece por parte do soldado a identificação do seu comandante imediato como “modelo” a ser seguido. Nestes casos, os soldados geralmente “escolhem” outro militar como exemplo a para se espelharem, podendo ser um sargento ou o comandante de outro pelotão, por exemplo, que exerça uma maior liderança. Ainda assim, é possível que exista uma identificação do soldado com a cultura da organização.

Além disso, Goffman (2001) destaca que algumas práticas institucionais contribuem para a aproximação entre “os internados e a equipe dirigente”. Tais práticas exprimem solidariedade, unidade e compromisso conjunto com relação à instituição, e não diferenças entre os dois níveis. Nas forças armadas os treinamentos militares têm a capacidade de aproximar os soldados de seus comandantes, no sentido de trabalharem juntos em prol de cumprir uma missão. Para executar bem essa tarefa, é necessário a confiança e o entendimento de que cada um exerce um papel fundamental para a conquista do objetivo.

Destaca-se também que a idade dos soldados que ingressam nas forças armadas é favorável a absorção de valores. O jovem com idade de 18 anos está consolidando sua personalidade. Desta forma, é possível, além de uma facilidade de aceitação cultural da organização, uma consolidação mais permanente dos valores da instituição.

### 3.4 PREPARAÇÃO DOS MILITARES PARA DILEMAS ÉTICOS

Os dilemas éticos vão além de simplesmente seguir as normas e regulamentos. As normas são regras de conduta que postulam dever, porém, nem toda regra de conduta é uma norma (NALINI, 2015). Alguns casos vão muito além de situações em que normas de conduta ou regras de engajamento definirão o que deve ser feito, o militar deverá agir de acordo com os padrões éticos que giram em torno da escolha pessoal (CARTER JUNIOR, 2015).

M. Cook (2015) destaca que muitos militares dos Estados Unidos ainda tendem a identificar a ética como sendo o respeito a regras e regulamentos. Isso é comum nas Forças Armadas de outros países e em outras instituições também. Porém, a ética trata sobre escolhas baseadas em decisões de aderir aos valores fundamentais da instituição e adotar prescrições morais aceitas pela sociedade (CARTER JUNIOR, 2015).

Os indivíduos devem ter um desejo internalizado de cumprir o que é certo, devem compreender por que o cumprimento dos requisitos legais e éticos são importantes para o eficiente desempenho da tropa em operações militares. Apenas informar dos requisitos da má conduta e tão somente punir por descumprimento de normas provavelmente não irá inibir o mau comportamento (COOK M., 2015).

Pode-se argumentar que um verdadeiro dilema moral envolve a escolha do menor de dois males. Essas decisões são ainda mais complicadas pela velocidade e pelo caos do moderno campo de batalha, onde os guerreiros às vezes precisam tomar decisões com base em informações que evoluem rapidamente sob condições em que o militar, seus pares e subordinados podem estar em perigo mortal (ANGLIN, 2018, p.150).

O objetivo principal do preparo do soldado deve ser o de internalizar valores éticos de maneira que exerçam seu poder autorizado de forma legal e ética. E no momento que

tenham que decidir sobre uma situação que exija julgamento moral, que tenha capacidade de o fazer segundo as normas aceitas pela sociedade. Este comportamento deve ser internalizado, ou seja, adotado inconscientemente, porque muitas vezes o militar não terá tempo suficiente para refletir (MAJOR, 2014).

Mas achar que este comportamento é adquirido apenas na educação familiar não é suficiente. O soldado que cumpre o serviço militar obrigatório nas Forças Armadas tem como origem diversos tipos de famílias com padrão financeiro e escolar bem variado. Segundo A. Edward Major (2014, p.83), “existe a necessidade de se fornecer de antemão uma predisposição para o processo decisório ético, melhorar sua capacidade de reconhecer e processar dilemas éticos e de pôr em prática um comportamento prudente quando defrontá-los”.

O desenvolvimento de “hábitos éticos da mente” (MAJOR, 2014, p.84) é essencial para fornecer ao militar uma capacidade individual de reagir profissionalmente de acordo com os padrões de conduta.

Partindo do princípio de que a ética é uma reflexão sobre um fato e se ele é considerado aceito por uma sociedade ou mesmo por uma Instituição, fazer com que o soldado entenda o porquê ele está executando determinada ação ou deixando de executar, gera uma maior motivação para adotar as regras, particularmente aquelas pautadas nos valores da sociedade na qual ele está inserido. Compreender os motivos para executar as ações de uma determinada maneira vai além de conhecer as normas e leis em vigor. É necessária uma visão dos valores e da missão da instituição, de forma a se sentir parte significativa para que a instituição conquiste seus objetivos.

Pensar em si mesmo como membros de uma instituição permite uma abordagem educacional que facilita a compreensão da importância da ética profissional, que vai muito além da ênfase no cumprimento da esfera legal. Fornece um contexto mais abrangente do significado moral em que o profissional está fundamentado e é parte integrante de uma melhor compreensão do papel individual na instituição (COOK M., 2015).

Sendo assim, uma orientação para a direção ética parte do ensino e da capacitação do militar antes das atividades. Desta forma, a ética inserida na formação introduz questões importantes aos militares, alertando-os sobre temas que talvez eles

não considerassem e proporcionando orientação de como tais assuntos devem ser enfrentados.

Cuidar do desenvolvimento moral de militares de forma que escolhas éticas se tornem rotina ajuda a estabelecer uma cultura ética. Ao se aplicar a moral e os valores da instituição na rotina de treinamentos, é possível que o conhecimento teórico se transforme em ações éticas aplicáveis em operações militares (CARTER JUNIOR, 2015).

Para a tomada de uma decisão ética, inicialmente o militar deve ter a disciplina de aderir aos preceitos regulamentares. Quando se está atuando em uma operação militar inserido em um grupo de combate, torna-se mais fácil o cumprimento das normas, pois há uma permanente “fiscalização” sobre os atos. Porém, durante as operações militares, o soldado pode se deparar com situações em que não haverá um superior para fiscalizar suas ações, onde o indivíduo desfruta de completo livre arbítrio em relação ao seu comportamento. O domínio pessoal de obediência ao inexecutável, ou seja, fazer o que deveria, embora não seja obrigado a fazê-lo, Carter Junior (2015) chama de esfera da liberdade absoluta.

No Exército Brasileiro, chama-se disciplina consciente a esfera em que o indivíduo deve exercer discricção e julgamento, tomando decisões quando o único executor é ele próprio. A obediência ao que é correto depende de um senso de responsabilidade internalizado e de um intrínseco núcleo ético desenvolvido. É muito comum em instruções militares a frase “o militar deve ter disciplina consciente, fazer o que é certo, mesmo que não tenha ninguém fiscalizando ou observando”. O desenvolvimento de uma disciplina consciente contribui para que os militares façam escolhas éticas no exercício da profissão.

Possuir competência moral para fazer o que é certo, em qualquer situação, vai além do medo de ser punido por transgressão às normas e leis em vigor. Ensinar o soldado a seguir o regulamento porque pode ser punido não resolve a maior parte das questões morais. Werdelis (2018) destaca que sanções legais são um último recurso, que devem ser impostas após a violação da lei. Mas a imposição de sanções não garante que o soldado irá respeitar a lei.

Abbagnano (1998) complementa que as escolhas estão relacionadas à liberdade para escolher entre as possibilidades. Para o autor, as escolhas são baseadas na

personalidade do ser e às suas experiências. Assim, a escolha realizada para cumprir o dever ou obrigação moral resulta de experiências repetidas, acumuladas e apreendidas. Esta afirmação reforça a importância do treinamento e experiências que possibilitem ao militar vivenciar situações éticas de forma a contribuir para escolhas corretas em operações.

A. Edward Major (2014, p.83) afirma que “a instrução da ética edifica soldados que não são especialistas no assunto, induzindo-os a desenvolver seu profissionalismo, autocontrole e intuição moral”. Whetham (2015) reforça que o treinamento nas forças armadas está normalmente associado ao desenvolvimento de valores militares. Da mesma forma, as virtudes referem-se aos ideais declarados que a instituição valoriza, ajudando a sustentar e apoiar a ética nas tomadas de decisão.

Mas como colocar em prática um treinamento direcionado a ética? Como inserir o tema em uma instrução militar? Talvez este seja o grande desafio, tornar um tema filosófico mais compreensível, menos teórico e com aplicação prática em operações militares.

As Forças Armadas de alguns países possuem planos de treinamento específicos sobre o assunto ética. Cada país, com suas particularidades de emprego no cenário mundial, serve de exemplo e contribui para uma visão holística da ética nas forças armadas. Desta forma, é possível a busca de ideias que podem contribuir para o aperfeiçoamento do modelo de desenvolvimento e treinamento direcionado para a ética militar no Exército Brasileiro.

Os esforços para inculcar valores e caráter além da conformidade legal recebem uma grande quantidade de atenção e recursos em todas as academias militares dos EUA e outros centros de treinamento. Nos últimos dez anos, os serviços norte americanos criaram instituições para aprimorar a ética, desenvolver líderes e aprofundar a compreensão da profissão militar (COOK M., 2015). Percebe-se assim a importância do assunto para os militares americanos.

Nas suas escolas de formação, existem cursos no currículo básico dedicados a examinar e discutir questões éticas e relacionadas ao caráter. Geralmente, esses cursos incluem uma abordagem filosoficamente que examina as principais teorias éticas, bem como questões éticas exclusivas da guerra e da profissão militar. Inclui as concepções

tradicionais de “guerra justa” e do direito internacional dos conflitos armados, assim como as relações entre os civis e os militares (COOK, M. 2015).

Em complemento ao que é ensinado nas escolas, as academias de serviço militar dos Estados Unidos criaram instituições fora das missões acadêmicas e militares normais dedicadas ao que é chamado de "desenvolvimento do caráter". Essas instituições ou centros são encarregados de envolver cadetes em uma ampla variedade de atividades destinadas a inculcar “caráter”. Essas atividades consistem em seminários de um dia para pequenos grupos de cadetes, realizados em locais distantes das academias. Durante esses seminários, os militares ouvem palestras sobre “integridade” e “bondade moral” e assistem a clipes de filmes destinados a inspirar à bondade moral e se envolver em discussões sobre os desafios éticos (COOK M., 2015).

Além disso, o exército dos Estados Unidos possui um entendimento de que o desenvolvimento moral consiste no desenvolvimento do profissionalismo e resiliência. Neste sentido, existe o programa *Comprehensive Soldier Fitness* direcionado para o desenvolvimento moral (BERGHAUS; CARTAGENA, 2013). O programa é projetado para aumentar a força psicológica, desempenho positivo e redução da incidência de respostas desadaptativas de todo o exército dos EUA (EUA, 2014).

O programa define resiliência como a capacidade mental, física, emocional e comportamental de enfrentar e lidar com as adversidades, adaptar-se a mudar, recuperar, aprender e crescer a partir de contratempos. Um indivíduo resiliente e apto é mais capaz de alavancar direitos intelectuais, habilidades e comportamentos emocionais que promovem melhor desempenho e otimizam sua saúde a longo prazo. O treinamento busca o desenvolvimento dos soldados usando um processo sistemático que expande as habilidades mentais essenciais à busca de força pessoal, excelência profissional e o Ethos do guerreiro (EUA, 2014).

O treinamento previsto no programa tem por objetivo aprimorar o desempenho do militar por meio da aplicação intencional de atividades visando desenvolver habilidades de autorregulação em circunstâncias desafiadoras. São utilizadas técnicas de avaliação e treinamento de resiliência, desempenho mental e físico visando aprimoramento de habilidades nas dimensões física, emocional, social, espiritual e força familiar, ou seja nas Cinco Dimensões da Força (EUA, 2014).

O programa *Comprehensive Soldier Fitness* é baseado nos princípios da psicologia positiva, possui uma abordagem direcionada para a saúde comportamental dos membros da organização. O programa é constituído de quatro elementos, o primeiro é a avaliação dos aspectos emocionais, sociais, familiares e aptidão espiritual. O segundo é constituído de módulos de aprendizagem individualizados para melhorar a adequação nesses domínios. O terceiro elemento é o treinamento formal de resiliência. Por fim, existe o treinamento de resiliência destinado aos comandantes, possibilitando inculcar melhores habilidades de pensamento e resiliência em seus subordinados (CORNUM; MATTHEWS; SELIGMAN, 2011).

Ou seja, o programa possui uma fase realizada à distância, que é constituída de avaliações individuais nas cinco dimensões da força e treinamento virtual personalizado com base na avaliação. Possui também uma fase presencial com treinamento em sala de aula para fornecer as habilidades necessárias para resiliência. O programa é para os militares, familiares e civis do exército norte americano. Berghaus e Cartagena (2013) afirmam que o curso em si não é o suficiente para o desenvolvimento moral, porém capacita os militares a tirar o máximo proveito da tradição da virtude.

Cornum, Matthews e Seligman (2011) destacam que em contraste com as abordagens tradicionais de ensino, o programa *Comprehensive Soldier Fitness* é proativo. Ou seja, ao invés de esperar para ver com resultado negativo após o estresse, fornece maneiras de melhorar a resiliência para todos os membros da Exército. Além do desenvolvimento da resiliência, o programa visa mover todo o espectro de respostas traumáticas às adversidades. Ainda segundo os autores, o programa pode fornecer um modelo para implementar intervenções semelhantes em outras instituições muito grandes.

Apesar dos treinamentos direcionados a ética, exaltação das virtudes militares e ameaças de punição ao comportamento antiético das Forças Armadas dos Estados Unidos, M. Cook (2015) afirma que as mudanças que causam efeitos podem ser menores do que o esperado. Os estudos de Culp (2012), reforçam que o sistema de recompensas e punições é um bom método inicial mas que traz efeitos para o julgamento moral do indivíduo. Ainda para M. Cook (2015), cada um desses elementos individualmente, assim como o conjunto deles coletivamente, nunca deixará de ter seu lugar na ética militar.

Porém, experiências recentes mostram que são apenas parciais os resultados se o objetivo for fazer todo o possível para garantir os mais altos padrões de conduta ética aos militares.

Ou seja, ao se pensar no preparo dos militares para enfrentar dilemas éticos, observando o caso das Forças Armadas dos Estados Unidos, verifica-se uma série de medidas que buscam o desenvolvimento do militar. Apesar de contribuírem para a formação e desenvolvimento, para impedir comportamentos antiéticos, torna-se necessário ampliar as abordagens sobre ética militar nas organizações militares, de forma que os resultados sejam mais efetivos.

M. Cook (2015) aponta duas oportunidades de melhoria na formação ética dos militares norte-americanos. O autor afirma que deve se desenvolver um senso de identidade profissional, de maneira que o militar tenha uma identificação com a cultura da profissão. Em segundo, o autor destaca a necessidade da educação e do treinamento em ética militar aumentarem a abordagem tradicional com ênfase na formação de hábitos e dependência de noções de caráter. Estes dois aspectos serão aprofundados no próximo capítulo ao se refletir sobre a formação dos militares do Exército Brasileiro.

Shanks-Kaurin (2018) afirma que esse senso de identidade profissional está enraizado no ethos guerreiro, na tradição e história militar, bem como o propósito dos militares em relação à sociedade democrática em que servem. Porém, fica a dúvida ao tempo necessário para o militar incorporar a identidade profissional. Particularmente a respeito do soldado, o conhecimento quanto a cultura militar e o comprometimento com os valores da instituição devem ser analisados mais profundamente, devido ao tempo mais limitado de instruções neste sentido, diferente do militar que frequentou uma escola militar durante sua formação, o que possibilita um tempo maior de ensino direcionado ao conhecimento da profissão.

Ainda a respeito da identidade profissional, Berghaus e Cartagena (2013) destacam que a identidade profissional de um soldado deve se relacionar com sua identidade pessoal. A presença de uma nova identidade, que surge a medida que o militar vai sendo inserido na instituição, deve contribuir para um comprometimento com os valores da instituição, contribuindo também para o aperfeiçoamento de sua identidade pessoal. A medida que virtudes são destacadas, não acontece apenas o aperfeiçoamento



da identidade profissional, mas também o seu desenvolvimento pessoal constituindo de uma identidade moral mais desenvolvida.

### 3.4.1 Ética das Virtudes

Como observado na seção anterior, Carter Junior (2015), Major (2014) e Whetham (2015), em seus estudos sobre a ética, argumentam que o desenvolvimento de virtudes faz com que o militar mantenha um comportamento adequado em situações diversas. Olsthoorn (2017) defende que a ética da virtude é atualmente a base mais popular para educação ética nas forças armadas. Abordaremos a teoria das virtudes, não sob a ótica da filosofia, mas com base nos apontamentos realizados por pesquisadores da ética militar.

O presente estudo ampliará a teoria das virtudes para todo tipo de desenvolvimento de comportamento com base em atitudes desejadas ou esperadas de um cidadão com comportamento baseado na ética e na moral. Desta forma, se insere os valores militares e o desenvolvimento atitudinal, assim como os “atributos da área afetiva”<sup>17</sup>.

Como visto no segundo capítulo, desde a antiguidade, filósofos como Aristóteles já colocava as virtudes como questão central para o soldado ético. Muitos praticantes e teóricos militares contemporâneos também defendem essa perspectiva. As Forças Armadas de países como Austrália, Canadá, China, França, Alemanha, Estados Unidos Reino Unido e Estados Unidos se utilizam desse conceito para o desenvolvimento de comportamento adequado para suas tropas (CARTAGENA, 2017).

Para Olsthoorn (2017), a ética da virtude está relacionada com a formação do caráter. Para o autor, a teoria pressupõe que virtudes e caráter podem ser desenvolvidos. As virtudes não devem ser entendidas como qualidades inatas, mas como disposições que podem ser adquiridas através do treinamento e da prática.

---

<sup>17</sup> Atributos da área afetiva é um termo que é ainda muito utilizado pelos militares do Exército Brasileiro para definir comportamentos que busca se desenvolver nos militares. Atualmente o termo foi substituído por área atitudinal, fazendo referência às atitudes.

Olsthoorn (2017) afirma que, atualmente, muitos militares entendem a abordagem aristotélica da ética como a melhor maneira de evitar a má conduta do militar. Para o autor, o desenvolvimento de virtudes contribui mais para o comportamento adequado do que as regras ou códigos de conduta impostos.

Porém, a teoria da ética da virtude possui aspectos que são questionados por autores que defendem outras teorias (HARMAN, 1999; DORIS, 2002), sendo o principal que ela pressupõe uma relação direta entre o caráter e conduta. Para os defensores dessa teoria, as virtudes influenciam a conduta em uma extensão muito maior do que os aspectos situacionais.

Conforme a teoria da ética da virtude, quando se diz que uma pessoa possui caráter, geralmente quer dizer que essa pessoa tem características que influenciam o seu comportamento em diferentes situações, o que é chamado de consistência inter-situacional e que são constantes ao longo do tempo, ou seja, estabilidade temporal (OLSTHOORN, 2017). O autor exemplifica com a atitude “coragem”, que pela consistência inter-situacional, se cria expectativa de que alguém que seja corajoso no campo de batalha ou no esporte demonstre a mesma coragem em seu trabalho. Já a estabilidade temporal refere-se à crença de que a pessoa será corajosa anos depois.

Ao tratar das manifestações do comportamento humano, o Exército Brasileiro se utiliza da expressão “Valores Militares”. É possível assim afirmar que o Exército Brasileiro possui forte influência da teoria da ética das virtudes. Para o Exército Brasileiro, os valores, os deveres e a ética são conceitos indissociáveis, convergentes e que se complementam, tornando-se referência moral que deve pautar o comportamento dos militares (BRASIL, 2002).<sup>18</sup>

### **3.4.2 Crítica Situacionista**

Se contrapondo a teoria das virtudes, surge a crítica situacionista, o movimento defende que características situacionais em vez de traços de caráter, como virtudes, podem explicar de forma mais adequada o comportamento humano. Olsthoorn (2017)

---

<sup>18</sup> O assunto será abordado mais detalhadamente no capítulo seguinte, no qual é estudado o Exército Brasileiro.

destaca que o assunto foi abordado por inúmeros psicólogos sociais desde o final dos anos 1960. Porém, para o autor, o que é relativamente novo é o fato de que especialistas em ética e filósofos estão cada vez mais inclinados a levar essas ideias em consideração, inclusive conduzindo pesquisas empíricas sobre o assunto.

Cartagena (2017) complementa afirmando que alguns filósofos e psicólogos contemporâneos desafiaram recentemente a adequação empírica da perspectiva da teoria das virtudes. Esses estudiosos contestam a legitimidade de qualquer teoria da virtude, enfatizando que, em vez de virtudes, as características situacionais terão influência no comportamento humano.

Olsthoorn (2017) e Cartagena (2017) destacam os estudos de autores como Gilbert Harman e John Doris, como crítica situacionista, cujo desafio é provar que teorias éticas e os programas de desenvolvimento são empiricamente duvidosos na medida em que seu foco está nas virtudes. Estes autores se contrapõem a importância das virtudes para o soldado ético.

Segundo Harman (1999) e Doris (2002), os achados experimentais na literatura situacionista mostra que a teoria das virtudes é empiricamente inadequada. Para os autores, a observação sistemática mostra falhas no pedrão de comportamento, tornando-se inadequado afirmar que o indivíduo sempre apresentará determinado tipo de atitude frente a determinadas situações.

Mischel (2013a) também argumenta contra as teorias dominantes da psicologia que defendem a existência de características da personalidade que contribuem para a consistência de padrões de comportamento, independente da situação. O autor defende que os estudos empíricos fornecem evidências de que é incompatível a posse de traços de personalidade estáveis ao longo do tempo que se manifestem de forma consistente em situações críticas.

Em seu estudo intitulado *Military Ethics and the Situationist Critique*, Cartagena (2017) avalia os méritos da crítica situacionista para as Forças Armadas modernas. O autor desenvolve argumentos para se contrapor a crítica situacionista. Defende que a teoria das virtudes possui aspectos relevantes que devem ser considerados na formação dos militares.

Da mesma forma, em seu estudo denominado "*Situations and dispositions: how to*

*rescue the military virtues from social psychology*”, Olsthoorn (2017) complementa a defesa da ética das virtudes com uma perspectiva interacionista. Para o autor, a ética militar pode e deve adotar uma abordagem eclética com aspectos das diferentes escolas, além dos pontos de vista da filosofia.

Apesar da crítica situacionista ser debatida e possuir autores que se contrapõem a ela, no último capítulo são abordados diversos aspectos dessa teoria que podem contribuir para o preparo dos militares para dilemas éticos. Determinadas críticas e reflexões sobre o tema contribuem para integrar visões diferentes possibilitando a autores como Cartagena (2017) e Olsthoorn (2017) trazerem diversos aspectos para o debate de maneira a refletirmos sobre o que pode ser aperfeiçoado nos treinamentos militares para preparar melhor os militares para a tomada de decisão em situações difíceis.

Mesmo a crítica situacionista trazendo elementos para contribuir para o estudo sobre a ética militar, ela encontra dificuldades para explicar os motivos por exemplo que levaram bons militares a cometerem atos inadequados na prisão de Abu Ghraib. Para Zimbardo (2007), a maioria dos militares quem serviram em Abu Ghraib nunca haviam mostrado sinais de estar moralmente abaixo do padrão antes do escândalo. Olsthoorn (2017) utiliza os conceitos de desengajamento moral para tentar entender o comportamento dos militares naquela situação. A seguir, aprofundaremos os estudos sobre o desengajamento moral para compreender melhor os motivos que levam a um indivíduo agir com comportamento inadequado e as formas de prevenir este tipo de situação.

### **3.4.3 Desengajamento Moral<sup>19</sup>**

Um assunto pouco conhecido e que está relacionado ao tema da tese é o desengajamento moral. Poucos estudos existem sobre o assunto ainda, mas eles ajudam na compreensão dos motivos que levam um indivíduo a agir fora dos padrões morais esperados em situações difíceis. Trazem também muitas perspectivas sobre os

---

<sup>19</sup> O texto contém partes de um capítulo de livro do autor da tese em fase de publicação.

procedimentos a serem adotados pelos comandantes em todos os níveis para prevenção de comportamentos anitéticos dentro das instituições.

Se destaca também que os estudos sobre desengajamento moral trazem importante contribuição para análise dos resultados obtidos na pesquisa, de forma a se ter um panorama da situação atual nas Forças Armadas. As ideias e teorias que envolvem o desengajamento moral cresceram de importância durante a pesquisa da tese por contribuir e trazer um novo olhar sobre a ética e sua aplicação dentro das Forças Armadas.

O desengajamento moral ganhou atenção do autor da tese a partir de um estudo direcionado para as Forças Armadas pelo qual Barnes e Leavitt (2010) destacam as aplicações dos conceitos de desengajamento moral nos militares, particularmente em operações militares. O estudo desenvolvido pelos autores busca compreender por que indivíduos possuidores de elevados padrões morais, eventualmente, se desviam de seus marcos éticos.

Este fato torna-se mais marcante nas Forças Armadas porque, de uma maneira geral, é uma instituição que busca desenvolver elevados de comportamento com base nos valores morais e nas virtudes militares. O comportamento ético é incentivado de forma institucional. Os militares possuem código de ética, regras de engajamento e instruções peculiares sobre o assunto visando submeter os integrantes da instituição a um padrão de conduta moral elevado. Por que então militares adotam condutas antiéticas?<sup>20</sup>

A partir do estudo das ideias apresentadas por Barnes e Leavitt (2010), outros estudos como Van Baarda (2006), contribuíram para a compreensão da aplicação da teoria do desengajamento moral especificamente nas Forças Armadas.

Albert Bandura foi quem primeiro utilizou os conceitos de desengajamento moral em 1977 (IGLESIAS, 2008). Bandura (1977) utiliza a expressão desengajamento do controle interno para mostrar que o indivíduo pode desrespeitar os padrões éticos e morais e cometer atos antiéticos sem se sentir culpado ou responsável por suas condutas inadequadas encontrando justificativas para sua ação.

---

<sup>20</sup> No parágrafo, o autor se refere a Forças Armadas e militares de uma maneira geral, não especificamente sobre as Forças Armadas do Brasil, mas sim sobre a formação dos militares na maioria dos países.

Para Iglesias (2008), apesar do conceito de desengajamento moral remeter a estudos anteriores a Bandura, foi a partir de suas obras que se tornou uma “teoria psicológica abrangente e sistematizada”. Os estudos de Bandura (1977) permitiram o avanço das pesquisas a respeito do comportamento humano e das condutas adotadas, particularmente em situações de crise.

Barnes e Leavitt (2010) definem o desengajamento moral como a ação de evitar a aplicação de um marco ético em determinada situação pela utilização de técnicas de racionalização distintas. Para os autores, ao remover os padrões de comportamento ético, os militares se permitem praticar atos antiéticos e desumanos que, em outras circunstâncias, não praticariam.

Iglesias (2008) complementa que como é difícil para o indivíduo negar para si mesmo um ato já realizado, torna-se mais fácil distorcer o fato e torná-lo menos negativo. Mudando o pensamento sobre um ato, o indivíduo reduz a dissonância cognitiva, ou seja, reduz a culpa pelo ato antiético racionalizando a ação de forma que para ele aquele ato é justificável.

Barnes e Leavitt (2010) destacam ainda que mesmo indivíduos possuidores de elevados padrões morais podem, eventualmente, se desviar de seus padrões éticos de conduta. Os estudos sobre desengajamento moral buscam a compreensão dos motivos que levam um indivíduo a cometer atos que não condizem com seu padrão de comportamento.

No Brasil, o emprego das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) tem aumentado significativamente. Neste sentido, o emprego dos militares em operações requer manter os elevados padrões de comportamento e conduta durante as ações, particularmente no trato com a comunidade local. O cumprimento das missões está condicionado ao ajuste da conduta dos militares na manutenção de um padrão ético de comportamento perante a sociedade.

O cidadão espera que terroristas e insurgentes se comportem de maneira inadequada, mas não espera o mesmo do Estado, para estes são mantidas expectativas do padrão mais alto de comportamento e responsabilidade social. Em termos políticos de emprego, não basta apenas agir de forma adequada, é necessário parecer ser justo e responsável nas ações para se atingir o sucesso. Isso significa que manter os mais altos

padrões éticos de comportamento é uma questão de grande importância operacional (ROBINSON, 2016).

Uma postura inadequada ou um desvio de conduta, mesmo que seja uma parcela mínima comparada com o todo, não é aceitável quando se pensa na conduta dos militares em operações. Sua repercussão tende a ser desproporcional se confrontada com as ações corretas e bem cumpridas que são vistas como obrigação da instituição. A sociedade espera condutas irreparáveis das tropas federais, o que aumenta a responsabilidade e se alcançadas faz com que as Forças Armadas tenham alto grau de confiança. Desajustes de conduta, mesmo que aparentemente leves, não são aceitos e tornam-se motivo para questionamentos sobre o emprego das tropas. Da mesma forma, a conduta adequada traz confiança, conforto e segurança à comunidade e contribui para que o apoio da população às operações seja maior, facilitando a concretização dos objetivos esperados pelo emprego das Forças Armadas neste tipo de missão.

A ética é considerada pelos militares a base sobre a qual uma boa liderança é construída. Enquanto diferentes abordagens da ética continuam sendo debatidas, para os militares, a essência da ética está em tomar decisões moralmente corretas em situações difíceis (CONNELLEY, 2012). Nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem, a identificação dos transgressores é de grande dificuldade, pois se confundem com a população local. Identificar possíveis ameaças e saber dosar o uso da força leva os militares a enfrentar situações moralmente desafiadoras.

De Graaff et al (2016) definem interações moralmente desafiadoras como aquelas situações nas quais um indivíduo é confrontado com seus valores pessoais causados por uma interação com outras pessoas. Para o autor, as interações moralmente desafiadoras podem ocorrer em todos os ambientes, mas são mais evidentes em alguns ambientes devido à fatores como a diversidade cultural e circunstâncias extremas, como o caso de militares atuando em operações.

O Teatro de Operações, onde transcorrem as operações militares, criam um ambiente suscetível a extremos, situações complexas e moralmente desafiadoras. Para De Graaff et al (2016), interações com situações moralmente desafiadoras podem evocar emoções fortes, pois decidir a melhor linha de ação a seguir pode ser considerado

extremamente difícil, quanto mais complexa for a situação. As reações emocionais terão determinante influência sobre as estratégias de resposta comportamental.

Uma estratégia de resposta em interações moralmente desafiadoras pode ser considerada uma forma de enfrentamento. As estratégias de enfrentamento (coping) referem-se a tentativa do indivíduo de adaptar-se a situações estressoras e regular a reação de forma a atender às demandas (FOLKMAN, 1984).

Barnes e Leavitt (2010) destacam que o desengajamento moral ocorre por meio de diferentes processos psicológicos de reestruturação da situação. Bandura et al (1996), complementam que os marcos éticos podem ser ignorados quando buscamos reinterpretar nossa conduta, ofuscamos a responsabilidade pessoal, deturpamos ou desconsideramos as consequências danosas de nossas próprias ações e desdenhamos as vítimas de maus-tratos ao culpá-las e desmerecê-las.

Bandura (2002) destaca também que a ativação seletiva e o desengajamento de autossanções permitem que os indivíduos adotem diferentes tipos de conduta, mesmo que possuam semelhantes padrões morais. Para o autor, o desengajamento está concentrado na absolvição de conduta prejudicial, transformando em aceitável, por intermédio de justificção moral.

Trevino e Nelson (2016) destacam que a ideia central do desengajamento moral é que grande parte dos indivíduos se comporta de maneira ética na maioria das vezes porque internalizou padrões de boa conduta e pauta suas ações com base nesses padrões. Se considerarmos o comportamento antiético, nos sentimos culpados e paramos. Porém, algumas pessoas têm uma maior propensão a desativar esse sistema de autocontrole por meio dos mecanismos de desengajamento moral. Para os autores, esses mecanismos de desengajamento moral permitem que os indivíduos se envolvam em comportamentos antiéticos sem se sentirem mal por isso.

Os mecanismos de desengajamento moral podem ser organizados em três categorias. Uma dessas categorias envolve maneiras de pensar sobre o nosso comportamento que faz com que o mau comportamento pareça mais aceitável. Uma segunda categoria de mecanismos de desengajamento moral tem a ver com consequências distorcidas ou redução da responsabilidade pessoal por maus resultados. A terceira categoria de mecanismos de desengajamento moral reduz a identificação da



pessoa com as vítimas de comportamento antiético. Com a desumanização, os indivíduos tornam aqueles que seriam prejudicados menos dignos de consideração ética, porque são considerados diferentes, estúpidos ou nem humanos (TREVINO e NELSON, 2016).

O desligamento pode centrar-se em redefinir a conduta prejudicial como honrada pela justiça moral, exonerando a comparação social e higienizando a linguagem. Pode se concentrar na agência de ação para que os perpetradores possam minimizar seu papel em causar danos por difusão e deslocamento de responsabilidade. Pode envolver minimizar ou distorcer os danos causados por ações prejudiciais; e o desligamento pode incluir desumanizar e culpar as vítimas pelos maus-tratos (BANDURA, 2002).

Barnes e Leavitt (2010) apontam estratégias para o indivíduo se manter moralmente íntegro. Para os autores, monitorar o desdém, aumentar a responsabilidade, criar um centro de controle interno, mostrar os benefícios e os prejuízos das ações presentes e monitorar a linguagem contribuem para minimizar ou evitar o desengajamento moral dos subordinados.

Monitoramento do desdém está relacionado ao Comandante estar atento ao menosprezo. Barnes e Leavitt (2010) destacam que indivíduos que exibem um elevado grau de desdém em sua personalidade, ou seja, baixa consideração pela natureza humana permanecendo estável através do tempo, têm maior probabilidade de se desengajarem moralmente.

Aumentar a responsabilidade dos subordinados é outra forma de reduzir o desengajamento moral. Barnes e Leavitt (2010) reforçam que o aumento da consciência sobre as responsabilidades pode ser realizado formalmente, aumentando as atribuições na rotina diária, ou informalmente, por meio de orientações transmitidas pelos comandantes aos integrantes de sua fração.

A criação de um centro de controle interno, ou seja, criar o entendimento que o líder pode influenciar os resultados das ações de seus subordinados e contribuir para que o indivíduo mantenha padrão de comportamento adequado. Detert, Treviño e Sweitzer (2008) descobriram que, indivíduos que não acreditam que os eventos dominantes da vida são resultado de suas ações, estão menos sujeitos a manter seu comportamento em conformidade com seus próprios padrões morais.

Mostrar aos subordinados os benefícios e os prejuízos das ações presentes também pode contribuir para evitar o desengajamento moral. Barnes e Leavitt (2010) destacam que combatentes costumam se manter moralmente íntegros quando têm a visão global das decisões que estão tomando.

Por fim, monitorar a linguagem de maneira que não tenha eufemismos contribui para evitar o desengajamento moral. Barnes e Leavitt (2010) reforçam que a linguagem que os militares usam pode influenciar suas ações. Os autores destacam que os comandantes de fração devem evitar o uso de linguagem que desumanize as pessoas.

Trevino e Nelson (2016) destacam que a partir do momento que os indivíduos tomam consciência das dimensões éticas de uma situação ou decisão, eles se envolvem em um processo de julgamento ético que vai influenciar no tipo de conduta que eles irão adotar. Para os autores, o julgamento ético está relacionado com a decisão sobre o que é a coisa certa a fazer. Neste sentido, as ações e estratégias dos comandantes podem contribuir para que as decisões levem os militares a adotar comportamento e conduta ética durante as operações.

Vogelaar, Van Den Berg e Kolditz (2010) enfatizam que os comandantes devem também dar sentido à missão. O pensamento dos autores dialoga com os estudos sobre desengajamento moral desenvolvidos por Barnes e Leavitt (2010) no sentido de que os integrantes das frações tenham consciência das consequências das ações por eles executadas. Percebe-se, assim, que a liderança e ação de comando podem contribuir para que os militares se mantenham moralmente íntegros durante as operações militares.

O conhecimento sobre desengajamento moral não ajuda a preparar diretamente os militares para enfrentar dilemas morais, mas as ações preventivas são relevantes para que os comandantes consigam evitar que seus subordinados cometam atitudes inapropriadas ou antiéticas.

Contribui também para entender por que em determinados casos, militares que foram formados com base nas virtudes e valores, em situações críticas, podem vir a cometer ações fora dos padrões morais esperados. Desta forma, o estudo auxilia na compreensão sobre a ética e a moral nas Forças Armadas e sua aplicação no preparo dos cabos e soldados para as operações militares.

No capítulo seguinte veremos como é a formação e capacitação dos militares do Exército Brasileiro. São abordados a formação do soldado, as instruções e os procedimentos para desenvolvimento da conduta moral. Além disso, poderá ser observada a aplicabilidade de algumas ideias apresentadas neste capítulo na formação do soldado do Exército Brasileiro.

#### **4 A CAPACITAÇÃO DO SOLDADO BRASILEIRO**

Como se evidenciou no capítulo três, nas últimas décadas cresceram os estudos e publicações sobre a ética militar. O que anteriormente limitava-se a liderança para os comandantes, expandiu-se para um tema mais abrangente. A ética envolve não apenas os comandantes tomadores de decisões, mas também os militares de postos e graduações menores durante as suas ações e reações nas operações militares. Os novos cenários onde acontecem as guerras, aliados à crescente e cada vez mais rápida transmissão das informações, transformou a ética militar em um campo crítico para a influência da opinião pública, trazendo desafios para o campo político e militar dos conflitos.

Apesar dos recentes estudos sobre o tema ética na profissão militar e da crescente implantação de programas e treinamentos nas Forças Armadas de diversos países, como observado no capítulo anterior, o tema ainda pode ser considerado novo ao se pensar nos dilemas éticos contemporâneos e na capacitação dos militares para estes desafios.

Especificamente sobre a capacitação dos soldados para enfrentar dilemas éticos, o tema é praticamente inexistente, com exceção de raras publicações que fazem referência aos soldados, como Royal (2015).

Basicamente, quando se estuda o desenvolvimento da ética na profissão militar, os estudos limitam-se à capacitação moral e ética dos militares em funções de comando, particularmente dos oficiais subalternos e oficiais de Estado-Maior. Pouco se estuda sobre os soldados, sendo um dos motivos o pensamento de que são “cumpridores de ordens” e que dificilmente terão que tomar decisões difíceis em combate.

Mas como observado no capítulo anterior, particularmente sobre o emprego de pequenas frações em combate e quanto a presença de civis na área de operações, percebe-se a importância das ações de cada combatente para o sucesso da missão. Neste sentido, este capítulo se propõe ao estudo da formação do soldado do Exército Brasileiro e sua capacitação ética.

Um aspecto a destacar é que o tema é mais intenso e amplamente explorado por países que possuem forças armadas empregadas em guerras. Desta forma, os estudos no Brasil limitam-se à participação em missões de Paz e às operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Devido ao crescente emprego das Forças Armadas Brasileiras nas operações de GLO, com um amplo emprego de soldados, particularmente os do Efetivo Profissional, o presente estudo limita-se a preparação dos soldados para este tipo de operação.

Pretende-se assim contribuir para a discussão sobre ética nas Forças Armadas Brasileiras, com um olhar específico para as particularidades do tipo de operações de maior emprego, assim como para o desafio de atuar com a presença de civis na área de operações. Torna-se um estudo muito específico, do qual as discussões sobre ética realizadas por países de referência são aprofundadas para um teor mais prático das ações do Exército Brasileiro.

Esta particularização, apesar de poucos estudos como referência específicas sobre o assunto, contribui para que os possíveis dilemas vivenciados pelos soldados brasileiros no dia a dia das operações possam ser pesquisados. Desta forma, busca-se, por intermédio de um tema novo, uma contribuição para o aperfeiçoamento e possíveis

sugestões de melhoria na capacitação dos soldados para enfrentar dilemas éticos, pois, cada vez mais, os militares irão enfrentar este tipo de situação.

Para compreensão do tema, é necessária inicialmente uma ambientação sobre a missão das Forças Armadas e das leis que regulam o emprego do Exército Brasileiro. Posteriormente, serão apresentados os principais desafios enfrentados pelas Forças Armadas, de forma que se compreenda a importância cada vez maior da formação do soldado brasileiro e da sua profissionalização.

Em seguida, serão abordados os aspectos da formação dos soldados e do desenvolvimento dos valores militares. Será apresentado como a ética é abordada na formação dos soldados, tanto nas instruções militares como nos treinamentos para as operações. Por fim, será abordado como é a preparação dos soldados para enfrentar dilemas éticos nas operações militares no Brasil.

#### 4.1 O EXÉRCITO BRASILEIRO E SUAS MISSÕES

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) define que as Forças Armadas se destinam à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Para tanto, torna-se necessário que o Brasil possua um poder militar terrestre adequado para prevenir eventuais agressões e estimular soluções pacíficas de controvérsias (BRASIL, 2017d).

O Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2020a) estabelece que a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) constituem marcos legais que orientam a organização e a modernização das Forças Armadas, bem como seu preparo e emprego, de forma condizente com a estatura político-estratégica do Brasil. Sustenta também que, em conformidade com as diretrizes legais, as Forças Armadas brasileiras se estruturam em torno de capacidades e não em função de inimigos.

A concepção da Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2008)<sup>21</sup>, possibilitou o desenvolvimento de programas estratégicos e a reestruturação do Ministério da Defesa.

---

<sup>21</sup> A Estratégia Nacional de Defesa foi publicada em 2008, é atualizado a cada quatro anos e teve a última atualização em 2020.

Estes processos contribuíram para o surgimento de novas estratégias, doutrinas e capacidades. Teve como conseqüências mudanças graduais nas missões militares (LIMA; MEDEIROS FILHO, 2019).

Nesse contexto, é fundamental que o Exército Brasileiro (EB) seja um instrumento dissuasório à disposição da Nação Brasileira, o que requer organização, equipamento e adestramento, visando obter resultados decisivos nas operações militares, nas operações de Garantia da Lei e da Ordem e nas demais atividades das quais participa ativamente (BRASIL, 2017d).

O EB desenvolve um processo de transformação que está em constante processo de atualização, em função da evolução da natureza dos conflitos contemporâneos, resultado das mudanças da sociedade e da evolução tecnológica aplicada aos assuntos de Defesa. O exército deve estar em constante capacitação de forma a contribuir na garantia dos interesses nacionais e dispor de capacidades compatíveis com a estatura política da Nação brasileira no cenário mundial (BRASIL, 2014).

Com o intuito de manter a permanente capacidade operacional e contribuir para cumprir os Objetivos Estratégicos do Exército, a dimensão humana é fundamental. Destaca-se entre os objetivos ampliar a capacidade operacional do Exército para atuar na proteção da sociedade, que está diretamente ligado ao objeto do presente estudo (BRASIL, 2019a).

Dotar as organizações militares do Exército Brasileiro de sistemas e materiais de emprego militar, necessários para obtenção e manutenção de capacidades operacionais adequadas para permitir sua atuação efetiva, segundo a concepção da END (BRASIL, 2008), não é possível sem uma tropa capacitada para tal. O vetor humano é imprescindível, tendo em vista que as pessoas por trás dos equipamentos são os responsáveis pelo sucesso ou fracasso da missão (BRASIL 2011a).

Para o cumprimento de suas missões e tarefas, o Exército Brasileiro se vale da Força Terrestre (F Ter), instrumento de ação, que inclui todos os elementos da instituição com capacidades geradas para atuar no ambiente operacional terrestre das operações (BRASIL, 2014). Estes elementos são os militares que compõem a instituição, que são os que efetivamente executarão as ações necessárias para o cumprimento da missão.

Desta forma, o Exército Brasileiro é preparado, adestrado e empregado de acordo com a missão do Exército, com os objetivos, orientações e diretrizes estratégicas estabelecidas pelas políticas de defesa. O preparo adequado é essencial para que as Forças Armadas cumpram seu papel de acordo com o esperado pela sociedade da instituição. Somente com profissionalismo nas ações é possível manter a confiança da Nação.

O Manual do Exército Brasileiro (BRASIL, 2014) estabelece que garantir os poderes constitucionais significa a preservação da existência e, principalmente, do livre exercício dos Poderes da República de forma independente e harmônica, no quadro de um Estado Democrático de Direito. Já a garantia da lei e da ordem está relacionado ao Exército Brasileiro assegurar o cumprimento da lei, dos direitos e deveres estabelecidos no ordenamento jurídico vigente, assumindo por determinação do Presidente da República, o encargo principal da manutenção da segurança pública, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) preconiza o emprego de forças militares em situações que não se restringem à defesa da pátria, indicando o emprego das Forças Armadas também em situações de não guerra, abrangendo significativas atribuições (BRASIL, 2018a). Desta forma, também são missões das Forças Armadas Brasileiras cooperar com o desenvolvimento nacional, cooperar com a defesa civil, participar de operações internacionais e atuar na faixa de fronteira (BRASIL, 2014).

Em complemento às missões das Forças Armadas, Villas Bôas (2019)<sup>22</sup> expõe razões para que o Brasil disponha de Forças Armadas com capacidade de defesa do Estado. O ex-comandante destaca cinco funções de defesa para fundamentar a existência das Forças Armadas Brasileiras.

A primeira função é a dissuasão, caracterizada pelo efeito psicológico a ser produzido sobre eventuais opositores de forma a inibir a agressão externa. A segunda função refere-se ao atendimento das demandas da sociedade e do território, caracterizado pelo suporte na infraestrutura para a integração regional, na segurança e

---

<sup>22</sup> Comandante do Exército Brasileiro de 5 de fevereiro de 2015 até 11 de janeiro de 2019.

ordem ou no atendimento a catástrofes. A terceira função, indução do desenvolvimento nacional, acontece através do desenvolvimento de grandes projetos que incrementam a economia. A quarta função, projeção internacional do Brasil, é buscada pelas forças armadas através da diplomacia militar e participação em operações sob a égide de organismos internacionais. A última função refere-se a guarda da identidade nacional, obtida através da preservação desse sentimento e promovendo o orgulho e amor à Pátria (VILLAS BÔAS, 2019).

Além disso, o Exército Brasileiro, junto com a Marinha e a Aeronáutica, possui o desafio de segurança da fronteira. A missão vai além da segurança e da soberania, perpassa pela segurança pública, ao desenvolvimento socioeconômico e à construção de identidade (ANDRADE et al, 2019). A atuação na faixa de fronteira implica em atuar isoladamente ou em coordenação com outros Órgãos do poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de patrulhamento, revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e prisões em flagrante delito (BRASIL, 2014). Como visto nos capítulos anteriores, essas missões, além da defesa da pátria e Garantia da Lei e da Ordem, implicam em colocar os militares frente a dilemas éticos relacionados com a profissão militar.

Lima e Medeiros Filho (2019) indicam cinco grandes missões do Exército Brasileiro. As funções de defesa *stricto sensu*, apoio a política externa, apoio ao desenvolvimento e a defesa civil, segurança nas fronteiras e GLO se assemelham ou se enquadram em mais de uma função das destacadas pelo General Villas Bôas (2019). Por exemplo, as funções defesa e segurança das fronteiras indicadas por Lima e Medeiros Filho (2019) estão inseridas na função dissuasão destacada por Villas Bôas (2019). As funções apoio ao desenvolvimento e GLO indicadas por Lima e Medeiros Filho (2019) estão inseridas na função atendimento das demandas da sociedade e do território destacada por Villas Bôas (2019).

Algumas das atribuições do Exército Brasileiro destacadas em leis e diretrizes (BRASIL, 1988; BRASIL, 1999; BRASIL, 2014) e por alguns autores (VILLAS BÔAS, 2019; LIMA; MEDEIROS FILHO, 2019) estão relacionadas às mudanças e ênfases atribuídas pelos sucessivos governos no emprego das Forças Armadas. A conjuntura do país e da continente levam as políticas de defesa a priorizar determinado tipo de missão.



Lima e Medeiros Filho (2019) destacam a reorientação das prioridades das missões militares do Brasil devido às mudanças ocorridas nos âmbitos global e regional, como o fim do conflito Leste-Oeste e a reaproximação com a Argentina. A possibilidade de emprego das Forças Armadas em disputas geoestratégicas com países vizinhos tornou-se mais improvável.

Costa Vaz (2019) destaca que uma acentuada deterioração da segurança pública na maior parte dos países da América Latina fomenta crescentes pressões pelo engajamento das Forças Armadas no enfrentamento àqueles que são, reconhecidamente, os principais desafios de segurança que a região confronta. Observa-se que as Forças Armadas Brasileiras, assim como as demais Forças Militares do Continente Sul-Americano, tem sido amplamente empregadas em ações no ambiente doméstico relacionadas à segurança pública.

Para fins de garantir os Poderes Constitucionais, a Lei e a Ordem, o Manual do Exército Brasileiro destaca que o Exército deve manter-se em condições de ser empregado em qualquer ponto do território nacional, por determinação do Presidente da República, de forma emergencial e temporária, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (BRASIL, 2014).

Dentre os condicionantes para o cumprimento da missão do Exército Brasileiro, estão o comprometimento com os valores e a ética militares, assim como a qualificação moral e profissional como fator de autoconfiança, autoestima e motivação. Desenvolvendo esses atributos, o Exército pretende reforçar o poder de dissuasão e contribuir para a formação de cidadãos soldados úteis à Nação (BRASIL, 2014).

Para que se possa estudar o preparo da Força Terrestre, particularmente a capacitação dos soldados do Exército Brasileiro, torna-se necessário compreender a evolução das missões militares como o emprego em operações de paz, as particularidades da atuação na faixa de fronteira, em garantia da lei da ordem e no apoio ao desenvolvimento nacional (DOELLINGER; BRAGA NETTO, 2019). Entender a evolução dos desafios e as transformações advindas para a Força Terrestre contribui para a identificação das diferenças entre o passado e o presente no emprego das tropas

em operações. Pensar o futuro, com base na evolução do emprego das Forças Armadas, torna possível preparar os militares para os desafios que virão.

#### **4.1.1 A Evolução das Operações Militares no Brasil**

A respeito das operações militares, o grande marco foi o emprego na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), em 1992. A participação das Forças Armadas sem incidentes na Eco-92 serviu de inspiração para o emprego na Operação Rio em 1994. Com duração de um ano, atribuiu a tropa funções de polícia no combate ao crime e foi implementada a partir de um convênio entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro (LIMA; MEDEIROS FILHO, 2019). Mas ainda carecia de amparo jurídico para as ações dos militares, o que só foi acontecer anos depois.

A Lei Complementar (LC) N° 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela LC N° 117, 02 de setembro de 2004, e pela LC N° 136, de 25 de agosto de 2010, dispõe sobre a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Esta lei é importante para os estudos porque, a partir dela, normatizou-se de forma mais clara o emprego das Forças Armadas nas operações mais comuns de emprego atualmente, na Garantia da Lei e da Ordem (LIMA; MEDEIROS FILHO, 2019).

A Doutrina Militar de Defesa preconiza que o emprego do poder militar poderá ocorrer em situações de guerra e de não guerra. O emprego em situação de guerra é a situação na qual o poder militar é empregado na plenitude de suas características para a defesa da pátria, principal e mais tradicional missão das Forças Armadas e para a qual devem estar permanentemente preparadas. Já o emprego em situação de não guerra é a situação na qual o poder militar é empregado de forma limitada, no âmbito interno e externo, sem que envolva o combate propriamente dito, exceto em circunstâncias especiais. (BRASIL, 2018a)

O emprego em situação de não guerra é o tipo de emprego mais frequente da Força Terrestre. As operações executadas nesse contexto são denominadas de operações de cooperação e coordenação com agências, indicando a necessidade de preparação peculiar para cada demanda em conjunto com órgãos de segurança pública

como Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar e os demais órgãos (BRASIL, 2018a).

As operações de cooperação e coordenação com agências são as operações que visam a garantia dos poderes constitucionais, operações de garantia da lei e da ordem (GLO), atribuições subsidiárias, prevenção e combate ao terrorismo. Também são consideradas operações ou emprego em situação de não guerra o controle de armas e produtos controlados, operações de evacuação de não combatentes e de resgate, garantia da votação e da apuração em processo eleitoral, segurança de chefes de Estado e outras menos comuns como operações de salvaguarda das pessoas, dos bens, dos recursos brasileiros ou sob jurisdição brasileira, fora do território nacional (BRASIL, 2018a).

Dentre as operações militares, em ambiente doméstico, destacam-se as operações de pacificação no Rio de Janeiro em 2010, a intervenção federal também no Estado do Rio de Janeiro em 2017 e as operações Ágata executadas na fronteira desde 2011. Temas como o narcotráfico, o crime organizado e a assistência humanitária ganham escopo cada vez maior no tocante ao emprego das Forças Armadas (IISS, 2020).

As operações terrestres visam o controle total da área onde se gerou a crise, tendo por escopo a neutralização das ações da força oponente. Para isso, as forças serão empregadas em Operações Tipo Polícia, utilizando-se de dispositivos legais e do poder de polícia a elas atribuídos para o cumprimento da missão. As Operações Tipo Polícia, como ações repressivas, são realizadas em ambiente urbano ou rural e executadas em todas as Op GLO (BRASIL, 2013a).

Operação de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO) é uma operação militar conduzida pelas Forças Armadas, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição ou em outras em que se presume ser possível a perturbação da ordem (BRASIL, 2013a, p. 14).

A decisão do emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem é de competência do Presidente da República, por iniciativa própria, ou atendendo pedido de quaisquer dos poderes constitucionais, por intermédio dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados. Os Governadores de Estado ou do Distrito Federal também podem pedir ao governo federal o emprego das Forças Armadas (BRASIL, 2001). Em caso de emprego, o controle operacional dos órgãos de segurança pública (OSP) necessários ao desenvolvimento das ações devem ser transferidos para a autoridade encarregada das operações, a qual deverá constituir um Centro de Coordenação de Operações (CCOp), composto por representantes dos órgãos públicos e/ou outros órgãos e agências, nos níveis federal, estadual e municipal, bem como empresas e ONGs, quando for o caso (BRASIL, 2013b).

A grande diferença entre as atuações militares internas anteriores e as missões de GLO contemporâneas está relacionado à finalidade, ao preparo e ao emprego. A atividade de GLO residia na iniciativa autônoma das Forças Armadas, como órgão responsável pela manutenção da existência do sistema político e da ordem nacional. A partir de fins da década de 1980, o termo tornou-se sinônimo de operações militares profissionais de cunho policial, realizadas por tempo limitado e com normas de engajamento previamente delimitadas. Desse modo, os governantes tornaram-se atores centrais, e os militares instrumentos de uma escolha e uma decisão política de emprego (LIMA; MEDEIROS FILHO, 2019).

Para Lima e Medeiros Filho (2019), predominam quatro grandes grupos de operações. O primeiro e largamente utilizada, o apoio a eleições, conhecidas como garantia a votação e apuração, envolve o emprego das Forças Armadas durante a execução de plebiscitos, eleições municipais, estaduais e federais. O segundo grupo refere-se a segurança de grandes eventos, como conferências internacionais, atividades diplomáticas destacando-se os Jogos Pan-Americanos (2009), Jornada Mundial da Juventude (2013), Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo Fifa (2014) e Olimpíadas (2016). O terceiro grupo refere-se ao apoio à segurança pública, como greves de policiais, atuação contra narcotráfico e varreduras de presídios. O último grupo diz respeito à manutenção da ordem pública, geralmente relacionada ao controle da ordem em manifestações e segurança da integridade de instalações.

Embora se assemelhem a ações de GLO, a atuação das Forças Armadas, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em cooperação com órgãos do Poder Executivo, são especificadas pela Lei Complementar nº 97 (BRASIL, 1999) como atribuição subsidiária (BRASIL, 2013a). O modo de atuação da tropa em Operações de Polícia Militar e contra delitos transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira terrestre é semelhante ao emprego em GLO. Entretanto, se destaca que são dois tipos de operações distintas (BRASIL, 2018a).

Sobre o emprego das Forças Armadas na faixa de fronteira, pode ocorrer para o monitoramento e controle das fronteiras terrestres, espaço aéreo e águas jurisdicionais em tempos de paz, para o pronto emprego em caso de ameaça de penetração do território brasileiro ou abordagem em águas jurisdicionais e como forma de participação em operações internas para suporte à justiça eleitoral ou para garantia da lei e da ordem (ANDRADE et al, 2019; BRASIL, 2016). As operações conhecidas por Ágata ganham destaque, pois tem mobilizado maior efetivo e volume de meios no emprego das tropas e forças de segurança.

As Operações Ágata consistem na execução de atividades conjuntas das Forças Armadas com órgãos de segurança federais e estaduais. Tem por objetivo intensificar a presença do Estado nas regiões da faixa de fronteira e fortalecer a prevenção, o controle, a fiscalização e a repressão aos delitos transfronteiriços, tais como tráfico de drogas, armas e munições, bem como os crimes ambientais.

As Operações Ágata foram concebidas a partir do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) em 2011 sob a coordenação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA). O Plano Estratégico de Fronteiras foi revogado em 2016 e substituído pelo Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (BRASIL, 2016). Desta forma, as Operações Ágata passam a ter uma nova dinâmica, anual e temporária. Nesse sentido, tornam-se mais efetiva as operações, pois aumenta o fator surpresa das ações que, apesar de terem como característica a regularidade, podem acontecer em qualquer período do ano, além de serem realizadas em qualquer parte da fronteira (ANDRADE et al, 2019).

Apesar de serem operações para combater as ameaças e incertezas enfrentadas nas zonas transfronteiriças, visam também contribuir para a promoção do bem-estar da população da fronteira. Andrade et al (2019) complementa que a sociedade brasileira, de modo geral, é afetada, direta ou indiretamente, pelos desafios no combate aos ilícitos transnacionais, sendo impactada pelas políticas fronteiriças. Destaca-se assim a relevância de preparar os militares, de forma que os danos colaterais à população sejam minimizados neste tipo de operação.

Além disso, as iniciativas públicas no âmbito das fronteiras provocam reflexos nas relações bilaterais e regionais do Brasil, bem como na percepção do país por parte de seus vizinhos e no tipo de inserção internacional a ser alcançado (ANDRADE et al, 2019). Nesse sentido, as operações Ágata, quando bem conduzidas, tendem a trazer um reflexo positivo nas relações bilaterais com os países vizinhos. Os reflexos do combate à violência, circulação de ilícitos, tráfico de pessoas, tráfico de animais e plantas, incluindo a biopirataria, possuem uma tendência a serem benéficos para os países vizinhos também. Pois o combate às práticas criminosas cometidas nessa região traz reflexos não somente para a população fronteiriça, mas também a toda a segurança pública dos países envolvidos, destacando-se o tráfico de armas de fogo e o tráfico de drogas.

Além das operações Ágata, ocorreram diversas outras operações em todo o território nacional, como exemplo, em 2019, destaca-se só no Estado do Rio Grande do Sul, além da operação Ágata, a Operação Fronteira Sul e Operação Guarani. Nas últimas décadas houve um aumento significativo da participação das Forças Armadas em operações de GLO na faixa de fronteira. Lima e Medeiros Filho (2019) destacam que a alteração do emprego das Forças Armadas vem ocorrendo ao longo das três últimas décadas. Conforme entendimento dos autores, fatores sistêmicos, regionais e domésticos contribuíram para as mudanças com aumento da intensidade do emprego em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e em operações de proteção e vigilância de fronteiras.

Além das operações específicas na faixa de fronteira, as Forças Armadas também estão sendo empregadas desde 2018 na Operação Acolhida, pela qual são recebidos e interiorizados em todo o Brasil os refugiados venezuelanos. Este tipo de ação faz parte da missão subsidiária das Forças Armadas de cooperar com o desenvolvimento nacional

e a defesa civil. Segundo Lima e Medeiros Filho (2019), as missões referentes ao apoio ao desenvolvimento podem ser divididas em obras de engenharia, ações cívico-sociais e apoio a defesa civil. A operação acolhida refere-se às ações cívico-sociais.

Diferentes arranjos institucionais de nível estratégico no interface civil-militar afetam a conduta operacional e a eficácia das Forças Armadas envolvidas em complexas operações que vão além da guerra convencional entre Estados (EGNELL, 2009). Desta forma, serão apresentadas a seguir as particularidades do emprego das Forças Armadas Brasileiras nas operações militares. Busca-se a compreensão de como às exigências contemporâneas e as missões na qual o Exército Brasileiro vem sendo empregado afetam as ações dos militares nas operações e a maneira de prepará-los para cumprir suas missões.

#### **4.1.2 Particularidades do Emprego das Forças Armadas Brasileiras em Operações de GLO**

As políticas de defesa são de grande relevância para Estados soberanos. Além de garantir a soberania, essas políticas públicas também oferecem contribuições para o desenvolvimento nacional e para a inserção internacional do país. Neste sentido, faz-se necessário pensar em “modelos de defesa nacional que estejam em sintonia com as demandas contemporâneas do desenvolvimento do país”, compreendendo que tipo de capacidades as Forças Armadas do Brasil necessitam nesse contexto, bem como as melhores formas de obtê-las (DOELLINGER; BRAGA NETTO, 2019).

Apesar do esforço em construir capacidades militares convencionais, na última década o Brasil tem sido impactado por uma tendência visível em toda América Latina: a mudança no perfil das missões das Forças Armadas. O predomínio de ameaças irregulares, tal como a ofensiva do crime organizado e do narcotráfico contra autoridades públicas, soma-se à permanência da ameaça guerrilheira na América Latina (TEIXEIRA JÚNIOR, 2019, p.30).

Como já observado, muitos são os desafios contemporâneos que exigem que as Forças Armadas Brasileira se adaptem às mudanças de cenário e contexto, buscando

um modelo de defesa adequado às novas demandas. Preparar os militares para os novos desafios torna-se um imperativo frente à necessidade de manutenção dos padrões de confiança e eficiência perante a sociedade.

Ao citar a evolução dos conflitos, o manual de Doutrina Militar (BRASIL, 2019b) reforça que a arte da guerra se depara com novos desafios e complexidades exigindo uma Doutrina Militar Terrestre permanentemente atualizada. O manual destaca que novas ameaças exigem que os Estados estejam capacitados para o combate ao terrorismo, para a proteção da sociedade contra armas de destruição em massa, para a participação em missões de manutenção e ou imposição da paz sob a égide de organismos internacionais. Além disso, também devem estar preparados para ajudar à população em caso de catástrofes provocadas pela natureza, controle de contingentes populacionais e falta de recursos como energia, água ou alimentos.

A imprevisibilidade e a incerteza do ambiente internacional, as indicações dos cenários prospectivos – onde se visualiza uma crescente demanda por alimentos, recursos hídricos, energéticos e minerais – as novas tecnologias presentes no mundo atual e em constante evolução, as mudanças no ambiente operacional – cada vez mais urbano e sofrendo a interferência de novos atores internacionais, governamentais e não governamentais – e as profundas mudanças nos processos de atuação das forças militares são indutores para transformação dos atuais meios militares e a construção de um novo instrumento de defesa terrestre, mais efetivo e adequado a essa nova realidade e à estatura geopolítica que o País crescentemente adquire. (BRASIL, 2014, p.61).

No Brasil, apesar do maior esforço ser para a preparação das Forças Armadas para Defesa da Pátria e dos esforços para produção de capacidades para a Guerra convencional, o Exército vem sendo empregado em operações que não a guerra (TEIXEIRA JÚNIOR, 2019). Costa Vaz (2019) complementa que, no Brasil, é crescente o envolvimento das Forças Armadas no enfrentamento ao crime organizado e ao tráfico, tanto nos espaços fronteiriços quanto nos centros urbanos.

As formas de se contrapor às ameaças têm se diversificado consideravelmente. As forças militares brasileiras orientavam sua articulação e seu preparo para combater, unicamente, ameaças identificadas por um possível Estado agressor. Esta situação evoluiu com o passar dos tempos. Os conflitos atuais tendem a ser limitados, não declarados, convencionais ou não, e de duração imprevisível, tornando as ameaças cada vez mais fluidas e difusas (BRASIL, 2019a).



Apesar da América Latina ostentar uma condição de região estável no que concerne à ocorrência de conflitos armados interestatais e domésticos, é uma das regiões mais violentas, o que decorre da forte presença do crime organizado transnacional, da violência associada aos diferentes tipos de tráfico, destacando-se o de drogas ilícitas, de armas e munições com crescente interação com a criminalidade comum. O Brasil, assim como a maior parte dos países do continente, passa por uma acentuada deterioração da segurança pública e crescentes pressões pelo engajamento das Forças Armadas no enfrentamento àqueles que são, reconhecidamente, os principais desafios de segurança (COSTA VAZ, 2019). Desta forma é possível compreender os motivos do crescente emprego das Forças Armadas neste tipo de tarefa.

Teixeira Júnior (2019) destaca ainda que, como ocorre em outros países do hemisfério ocidental, a regularidade do emprego de forças militares federais em operações de segurança pública pode impactar inclusive no perfil das forças e na composição de capacidades. O autor alerta que, no contexto de deterioração das condições de segurança no nível regional e doméstico, converter os militares em forças orientadas para segurança pública tende a retirar do Estado a possibilidade de emprego das Forças Armadas como último recurso.

O Exército Brasileiro está inserido em um cenário muito particular de emprego, devido às características das missões e do ambiente operacional. Particularmente nas ações de Garantia da Lei e da Ordem, os militares são empregados dentro do território nacional. A diversidade de ambientes e de pessoas envolvidas nas operações requerem uma constante adaptação do militar.

Além da extensa fronteira terrestre de 16.886 Km com nove países da América do Sul, as Forças Armadas atuam em também nos grandes centros urbanos como por exemplo Rio de Janeiro, Espírito Santo e Fortaleza, mais recentemente. Esta grande variedade de ambientes requer uma particularização do preparo para cada situação. As ações táticas de GLO na faixa de fronteira são completamente distintas das operações nos grandes centros urbanos, o que faz com que o militar tenha que se adaptar ao tipo de ação no qual está sendo empregado

Na faixa de fronteira também acontece isso, os pontos de vulnerabilidade variam de acordo com o contexto histórico, a região e os vizinhos fronteiriços, não podendo ser

generalizados, de modo homogêneo, para toda a extensão da fronteira brasileira. Os crimes fronteiriços que acontecem no arco norte são diferentes dos do arco sul, assim como a forma de atuação das organizações criminosas (ANDRADE et al, 2019).

Além disso, a diversidade de pessoas que circulam no ambiente onde ocorrem as operações causam dificuldade de identificação das forças oponentes. Nestes casos, a força oponente não se caracteriza por uma força militar que desafia a soberania nacional, mas sim por cidadãos brasileiros. Em alguns tipos de operações, as forças oponentes se confundem por cidadãos normais que podem ou não estar cometendo algum tipo de crime. Diferenciar cada tipo de cidadão torna-se complexo e requer habilidades no trato e nas ações.

Os militares do Exército geralmente são empregados quando o Estado passa por uma situação que sai da normalidade, ou seja, há uma dificuldade de se manter a ordem em determinada área. Van Baarda (2006)<sup>23</sup> reforça que nem sempre a população local irá apoiar a missão. A população pode ficar apreensiva com a presença das tropas. Nestes casos, as hostilidades entre a população e as forças de segurança tendem a ser maiores, mesmo antes da chegada das tropas. Um cidadão pode passar de um cidadão comum a um agressor utilizando-se da surpresa para causar danos, isso faz com que o nível de tensão entre a população e os militares seja elevada.

Michael, Kellen e Ben-Ari (2009) destacam que nos conflitos contemporâneos a luta não é restrita a setores isolados, mas pode surgir em qualquer lugar e a qualquer momento. Em alguns tipos de operações militares de GLO acontece de forma semelhante, pois a qualquer momento, as tropas podem passar de uma situação controlada para uma situação de conflito. Por exemplo, em uma missão de controle e segurança durante uma manifestação, pode estar ocorrendo pacificamente protestos e em pouco tempo surgirem manifestações mais violentas e começarem danos ao patrimônio público.

A guerra, no que diz respeito ao Teatro de Operações, se tornou de certa forma desmilitarizada, as Forças Armadas regulares perderam tanto o controle quanto o monopólio de guerra. Há uma variedade de atores na área de conflito, nem sempre

---

<sup>23</sup> Os estudos de Van Baarda têm como base as Forças Armadas da Holanda.

uniformizados e muitas vezes não comprometidos com as leis da guerra (DANDEKER; 2009).

É necessário que o militar tenha uma elevada flexibilidade de adaptar-se às incertezas do ambiente operacional contemporâneo onde a situação inesperada se torna a norma (WHETHAM, 2015). É importante que o militar brasileiro, neste tipo de operação, mantenha atitudes de apoio a população sem descuidar-se da segurança e proteção dos demais militares. Torna-se um desafio manter um nível de confiança da população ao mesmo tempo que se mantém uma atitude de repressão e controle sobre a população local.

Murat (2012) entende que por muito tempo a ética do emprego das Forças Armadas foi associada a proteção de um território ou do Estado. Para o autor, a “ética da proteção” é mais difícil de implementar em conflitos modernos em que os exércitos ocidentais são empregados em áreas distantes do território nacional que deveriam proteger. Este fato torna mais difícil justificar o emprego das tropas para a população local.

É possível fazer uma associação desta teoria com o emprego do Exército Brasileiro, que acontece na maior parte das vezes dentro do território nacional. O desafio de estabelecer conexões e apoio com os atores locais, de forma a legitimar a presença das tropas, também ocorre no Brasil, tendo em vista que muitas vezes grupos que cometem ações ilícitas possuem apoio local, pelos benefícios que trazem à população. Murat (2012) destaca que nestes casos, a guerra pela legitimidade está intimamente ligada ao comportamento ético das tropas que operam em campanha.

Uma questão fundamental é explorar como as tropas podem tomar decisões acertadas na área de operações e garantir que essas decisões sejam bem-sucedidas perante às percepções negativas dos atores locais (MURAT, 2012). Neste sentido, o autor aponta a “ética do cuidado” e a “teoria das partes interessadas” como ferramentas para que os soldados conquistem a opinião pública em conflitos. A preocupação com as partes locais interessadas através de ações moralmente aceitáveis torna-se uma condição para o sucesso de qualquer missão.

Uma crítica de Murat (2012) que vai ao encontro do presente estudo é que a ética ensinada pelas forças militares tende a se concentrar em indivíduos ou grupos da

instituição, e não de maneira holística fornecendo compreensão de toda a gama de partes interessadas em um conflito. Portanto, uma aplicação adequada da ética do cuidado deve ir além organizações militares e deve aplicar-se a todas as partes interessadas. Para o autor, é onde a teoria das partes interessadas e a ética do cuidado se complementam entre si. A ética do cuidado fornece uma estrutura que permite às tropas tentar desenvolver um sentimento de respeito, enquanto a teoria das partes interessadas permite que eles entendam que devem considerar todas as partes envolvidos no processo de tomada de decisão, se quiserem obter êxito na missão.

Em parte, entender a situação de comunidades carentes no Brasil não é tarefa difícil, tendo em vista que parte significativa dos soldados tem origem deste tipo de comunidade e residem ainda ou possuem parentes e amigos em situações semelhantes. Porém, isso não impede que o assunto seja amplamente explorado durante os preparativos das missões, de forma que haja o máximo de entendimento sobre a realidade de cada população onde irão se concentrar as ações militares.

Sobre a opinião pública ainda, o Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro destaca que:

Os soldados profissionais têm estado sob a influência de um fator muito importante para a preparação de suas forças militares: a opinião pública na era da informação. As características que esse fenômeno adquiriu nas últimas décadas, de intensidade, de extensão, de rapidez e magnitude de efeitos sobre uma nação e, por isso mesmo, de importância para qualquer empreendimento nacional, particularmente para o mais sério e trágico de todos que é a guerra, devem condicionar, marcadamente, a qualificação individual do combatente, bem como o adestramento da Força Terrestre em todos os níveis (BRASIL, 2018c, p.36).

Lima e Medeiros Filho (2019) destacam também a mudança no tempo de duração das operações. Para os autores, nos últimos anos as operações passaram a ter mandatos mais longos, tornando-se cada vez mais comum operações de mais de um mês, de seis meses e até mesmo de mais de um ano de duração, tanto pelos mandatos iniciais quanto pelas prorrogações. Destaca-se a Operação Arcanjo, de ocupação do Complexo do Alemão, em 2011 a Operação Rio de Janeiro, para restaurar a ordem pública no estado do Rio de Janeiro, em 2017 e a Operação Varredura, em 2017, para

inspeções em presídios em todo o território nacional, mas mais efetivo nos Estados do Norte e Nordeste do país.

Segundo Abbate (2014), as forças militares devem estar dispostas a se colocar em situações desconfortáveis por causa das idéias morais que pretendem promover. Para o autor, é contraditório estar motivado a se envolver em uma operação militar que tem por princípio a redução de danos a civis, alcançando o objetivo através a violação de tal princípio. Esta questão reforça a importância do tratamento adequado à população civil.

O manual do Exército sobre operações de GLO (BRASIL, 2013a) destaca que a tropa deverá restringir a sua atuação estritamente no cumprimento da missão recebida. Os militares devem utilizar equipamento adequado e fazer uso moderado dos meios de maneira que seja proporcional à infração, com a finalidade de minimizar os danos às pessoas e ao patrimônio. Desta forma, se busca aplicar os princípios do direito da proporcionalidade e da limitação nas ações dos militares (BRASIL, 2011b).

Quando se submete uma comunidade a uma restrição na qual a população local deve conviver com a presença dos militares executando ações de controle com objetivo de manter a ordem pública, não é conveniente a disseminação do medo e a imposição da força, mas sim a busca de confiança da população. Isso é um grande desafio em comunidades tomadas pelo tráfico de drogas, pois este tipo de crime traz benefícios, mesmo que ilícitos, a uma parcela dos membros da comunidade.

Este ponto é importante e serve como motivação para ações morais e legais. Se o objetivo da missão é reduzir entre outros motivos o tráfico de armas e drogas e quaisquer outros tipos de contrabando no país. Não se justifica usar da força excessiva causando violência ou obter, usando de meios impróprios, vantagem financeira aumentando assim a corrupção (ABBATE, 2014).

Porém, do ponto de vista da educação ética, tratar bem o cidadão cria grandes dificuldades se pensarmos nos valores e virtudes tradicionais associados ao "guerreiro", como coragem, camaradagem e obediência. Essas características podem ser de uso limitado para o soldado que tenta conquistar os "corações e mentes"<sup>24</sup> de um povo ou de

---

<sup>24</sup> Expressão utilizado pelas Forças Armadas dos EUA para referenciar-se a conquista da opinião pública local.

uma comunidade, cuja tarefa possa exigir padrões de conduta de respeito, educação e civilidade, com caráter de proteção ao cidadão (ROBINSON, 2016).

Pesquisar, desenvolver e modernizar os sistemas, atendendo aos conceitos de letalidade seletiva e de proteção individual e coletiva (BRASIL, 2017d) torna-se fundamental para reduzir o número de baixas e feridos. Michael, Kellen e Ben-Ari (2009) reforçam que as transformações culturais levaram a uma menor tolerância a baixas, tanto por parte dos militares em operações como dos civis, mesmo que pertencentes a um país em conflito.

Uma tropa bem equipada traz confiança aos integrantes, inferindo um maior controle sobre suas ações, haja vista sentir-se mais seguro para agir. Quanto mais precisa a arma utilizada e com menor grau de letalidade, menos danos serão causados aos não combatentes. Da mesma forma, quanto melhor os equipamentos de segurança, como o colete de proteção por exemplo, menos impulsiva será a ação de reação nos confrontos. Michael, Kellen e Ben-Ari (2009) complementam a ideia afirmando que um número mínimo de baixas está intimamente relacionado ao desenvolvimento de armas de alta tecnologia que supostamente protegem os militares e entregam uma força mais efetiva e precisa para as missões reduzindo o número de civis atingidos.

O Exército Brasileiro implementou a partir de 2013 o Projeto Combatente Brasileiro (COBRA), buscando equipar o “soldado do futuro”, termo utilizado para reforçar a intenção das Forças Armadas de equipar adequadamente os militares para os conflitos contemporâneos. O projeto contempla três necessidades fundamentais do combatente moderno: a letalidade seletiva, por intermédio da precisão do armamento; o comando e controle, por intermédio de equipamentos de comunicações mais modernos; e a sobrevivência, alcançada pela proteção individual do combatente, particularmente para ações de GLO.

Outro desafio contemporâneo para o Exército Brasileiro é a intensificação das operações em conjunto com outros órgãos de segurança. Particularmente nas operações de GLO e nas operações na fronteira, as ações de caráter policial tem evoluído substancialmente, mesmo que sob a égide da cooperação interagências. O envolvimento nas Operações Ágata, por exemplo, possuiu uma natureza repressiva e policial com o objetivo de repreender atividades ilegais, como o tráfico de mercadorias, drogas e

peças. Apesar de haver a participação de outras agências de governo, os principais efetivos têm sido das Forças Armadas, em especial do Exército Brasileiro (LIMA; MEDEIROS FILHO, 2019).

Para que todos os desafios contemporâneos sejam superados, haverá necessidade de novas competências demandadas pela aquisição de novas capacidades. Neste sentido, além do aperfeiçoamento técnico e tático, serão necessárias disposições éticas para a tomada de decisão. Para isso, a capacitação dos soldados torna-se um instrumento necessário de revisão constante de forma a preparar os militares para os novos desafios.

A seguir, serão abordados aspectos da formação do soldado brasileiro, com ênfase no desenvolvimento de valores e preparo ético dos militares.

#### 4.2 A FORMAÇÃO DOS SOLDADOS BRASILEIROS PARA OPERAÇÕES DE GLO

Para compreender a formação do soldado, inicialmente serão realizadas considerações sobre o sistema de ensino do Exército Brasileiro. Desta forma, será possível um melhor entendimento das diferenças na formação dos diversos postos e graduação do Exército. Também serão apresentadas diversas considerações sobre as instruções militares.

A partir daí, são abordados os aspectos relacionados à ética na formação do soldado. Busca-se a compreensão de como são trabalhados os valores militares e as virtudes dentro da Instituição e como se relacionam com a ética. Realizar atividades que possibilitem uma interferência no comportamento do soldado exige a compreensão de todos os ritos existentes nas Forças Armadas que regem a cultura e formam a identidade militar.

Percebe-se assim que a formação militar vai além dos aspectos técnicos e táticos ensinados nas instruções militares. O militar deve incorporar os valores militares da instituição a fim de desenvolver o ethos guerreiro. O Ethos é uma palavra com origem grega, que significa caráter moral, pode ser utilizada para descrever o conjunto de hábitos ou crenças que definem determinado grupo, comunidade ou nação. Já o ethos guerreiro está relacionado a um código de condutas e princípios do militar, relacionado às virtudes

e vícios que direcionam para ações certas ou erradas, do ponto de vista moral (PRESSFIELD, 2020).

A profissão de armas é guiada por um ethos guerreiro baseado em valores de honra, dever, coragem, lealdade e auto-sacrifício. Esse ethos liga os membros da profissão de armas a um pacto de confiança para servir a sociedade e se destina ao uso da força militar como um instrumento eficaz. (...) O ethos é cultivado pela manutenção da cultura profissional da força militar e através de treinamento realista que integra a educação ética aplicada que é considerado essencial no fortalecimento de membros individuais contra os e tensões morais das operações militares (Shanks-Kaurin,2018, p.46).

A cultura militar pode ser caracterizada como um conjunto de ideias, comportamentos, símbolos, costumes e práticas, transmitidos de geração em geração através do convívio e que se consolidam e geram os padrões culturais militares. Os padrões culturais, aprendidos e transmitidos pelos mais antigos aos novos, são compartilhados por todos e exercem variados influxos sobre o pessoal. Entre estes, os referentes à formação de atitudes predisponentes ao comportamento individual e coletivo são os que interessam ao tema dos valores militares (BRASIL, 2002).

Leirner (1997) destaca que a cultura militar, conjunto de significações específicas do militar, encontra-se subordinada a identidade militar. Ou seja, à medida que incorpora os padrões culturais da instituição, o militar forma sua identidade profissional e estreita seus laços com a organização social da instituição e com o tipo de representação do militar.

Os padrões culturais do Exército são aprendidos e transmitidos pelos mais antigos aos mais novos, são compartilhados por todos e exercem o papel de estímulo sobre o pessoal. A cultura militar se refere a formação de atitudes predisponentes ao comportamento individual e coletivo, atitudes que interessam na formação dos valores militares. Esses valores trarão suporte à unidade de uma força armada e ao seu caráter constitucional de “permanente”. Pois mantém-se em evolução, sem alterar sua essência (BRASIL, 2002).

Michael, Kellen e Ben-Ari (2009) afirmam que a transformação pela qual passam os militares das Forças Armadas dos países democráticos é muito significativa. Os



autores destacam que essas transformações vêm ocorrendo de forma mais abrupta e significativa depois do término da Guerra Fria. Adaptar-se às novas exigências do combate moderno requer constantes transformações na forma de atuar, de maneira que capacitar os militares para os conflitos modernos requer mais do que o preparo para manusear novas armas e novas tecnologias, mas também preparar os militares para novas situações em combate, como a presença de civis no campo de batalha, por exemplo.

Dentro de uma política de aperfeiçoamento da preparação dos militares, o Exército Brasileiro implantou o “Programa Proteger: proteção da sociedade”, dentre várias ações, destaca-se a capacitação e adestramento de pessoal militar. De acordo com o Programa, se intensifica e se aperfeiçoa o desenvolvimento e manutenção de habilidades individuais e coletivas frente às crescentes demandas de proteção da sociedade, decorrentes do crescimento continuado do Brasil e de sua conjuntura político-social (BRASIL, 2020b). Dentro do programa Proteger, existe o subprograma de “Proteção da Sociedade” que estabelece como prioridade a atuação articulada do Exército Brasileiro com a sociedade brasileira e suas instituições, em alinhamento com o planejamento estratégico e doutrinário da Força (BRASIL, 2018b).

O Programa Estratégico do Exército de Proteção da Sociedade (PrgEE PROTEGER) é um sistema complexo que visa ampliar a capacidade do Exército Brasileiro de coordenar operações na proteção da sociedade, destacando-se a proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Infraestruturas Críticas) em situação de crise e o apoio à defesa civil em caso de calamidades naturais ou provocadas, inclusive em áreas contaminadas por agentes químicos, biológicos, radiológicos e nucleares; coordenar a segurança e atuação em Grandes Eventos; realizar operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e Garantia da Votação e Apuração (GVA) em pleitos eleitorais e ações de prevenção e combate ao terrorismo, quando demandada pelo governo federal, entre outras operações subsidiárias (BRASIL, 2020b, p.1).

Lima e Medeiros Filho (2019) apontam a atualização de doutrina, preparo e emprego, face de demandas constantes dos sucessivos governos como resposta do Exército aos novos desafios impostos. As Forças Armadas buscam se adequar às exigências operacionais, táticas e estratégicas por intermédio da atualização da legislação de maneira a ter amparo jurídico para o emprego na faixa de fronteiras e nas operações de GLO. Além disso, desenvolve programas e atualiza as instruções de forma

a capacitar os militares para este tipo tarefa. Se destaca dentre as atualizações o manual de Garantia da Lei e da Ordem (BRASIL, 2013a) e Operações em Ambiente Interagências (BRASIL, 2013b) que trazem importantes considerações sobre o preparo e emprego nestes tipos de operação militar.

Mais especificamente sobre Garantia da Lei e da Ordem, a Estratégia Nacional de Defesa (2008) reforça a necessidade de preparar os efetivos para o cumprimento deste tipo de missão. A seguir, são abordados aspectos da formação militar, destacando como é desenvolvida a instrução militar. Além disso, é discutido como o Exército desenvolve os valores militares em seus integrantes. Por fim, é abordada a preparação dos soldados para dilemas éticos.

#### **4.2.1 A Formação do Militar do Exército Brasileiro**

O Ensino Profissional no Exército Brasileiro é realizado por meio de dois sistemas distintos, porém integrados: o Sistema de Ensino Militar, coordenado pelo Departamento de Educação e Cultura do Exército e o Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro, coordenado pelo Comando de Operações Terrestres (BRASIL, 2018c).

O Sistema de Ensino Militar é voltado para formar, aperfeiçoar, especializar e ampliar os conhecimentos profissionais dos militares de carreira, assim como para formar os oficiais temporários. Esse sistema possui uma estrutura técnica especializada na atividade de ensino que se encontram nas Escolas de Formação como por exemplo a Academia Militar das Agulhas Negras e os Centro de Preparação de Oficiais da Reserva. Já o Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro é voltado para o adestramento da Força Terrestre como instrumento de combate e para a formação das praças temporárias e acontece nas Organizações Militares (BRASIL, 2018c).

O ensino profissional no Exército é, portanto, conduzido em duas estruturas com características fundamentalmente diferentes. De um lado, uma estrutura especializada em ensino, dotada de apoio técnico, com capacidade de fixação de experiência e, conseqüentemente, com flexibilidade para absorver novas técnicas e para modernizar métodos e processos. De outro lado, uma estrutura não especializada que, além de preparar o pessoal temporário, na qual se enquadram os soldados, deve também participar

da preparação da Força Terrestre com uma estrutura voltada para operações militares (BRASIL, 2018c).

Entender as diferenças na formação de forma mais detalhada é importante para a compreensão da relevância do estudo para um segmento pouco estudado, mas com um efetivo significativo de militares com peculiaridades na formação que elevam o grau de dificuldade de se inferir uma preparação para enfrentar dilemas éticos.

O Oficial da Linha de Ensino Militar Bélico, ou seja, o Oficial Combatente de Carreira, é formado no decorrer 5 (cinco) anos em escolas militares próprias para essa finalidade. O primeiro ano, na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) em Campinas-SP e os 4 (quatro) anos seguintes na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), situada no município de Resende-RJ. Além dos diversos cursos de especialização, como Capitão, o Oficial irá cursar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e pode, mediante concurso, frequentar por dois anos a Escola de Comando e Estado-Maior.

A formação dos Sargentos Combatentes de Carreira acontece de forma semelhante, os sargentos passam por uma formação dividida em duas etapas com duração total de dois anos de formação. O primeiro ano acontece em 13 (treze) Unidades Escolares Tecnológicas do Exército (UETE), localizadas em Organizações Militares específicas espalhadas por todo o território nacional. O segundo ano acontece na Escola de Sargentos das Armas (EsSA) que é o Estabelecimento de Ensino de Nível Superior (Tecnólogo) do Exército Brasileiro, responsável pela formação e graduação de Sargentos Combatentes de Carreira das Armas.

A estrutura de ambas as escolas de formação é composta de alojamentos, refeitórios, salas de aula, laboratórios, espaços culturais, bibliotecas, auditórios, posto médico e hospital no caso da AMAN, capelania, área desportiva constituída por ginásios, campo de futebol, pista de atletismo, piscina, pista hípica e pista de corda, além dos campos de instrução. Os instrutores e monitores são escolhidos através de processo de seleção, baseado em rigorosos critérios e realizam um estágio de preparação do discente antes do início do ano letivo e posteriormente realizam atualizações pedagógicas para o desempenho da função.

Além da formação diferenciada, ao longo da vida profissional, o militar de carreira passa por um sistema de educação continuada, que lhe permite adquirir as competências específicas dos diversos níveis de exercício da profissão militar e realiza reciclagens periódicas para fins de atualização e manutenção dos padrões de desempenho (BRASIL, 2014).

Os soldados do Exército Brasileiro são incorporados nas diversas Organizações Militares espalhadas por todo o país. Apesar de existir uma padronização das instruções militares, materializada pelos “Programas Padrão”, cada quartel possui suas peculiaridades quanto a capacitação dos soldados. Diferente das escolas de formação, a estrutura para o ensino dos soldados é mais rústica e destinada a atividades práticas. Além disso, os responsáveis pela instrução nas Organizações militares geralmente são os Tenentes e Sargentos recém egressos das escolas de formação, que possuem pouca experiência em atividades de ensino.

Esta diferença fundamental, aliada à da tarefa final de preparar a Força Terrestre para o seu emprego, é determinante para que o Sistema de Instrução Militar utilize os Comando Militar de Área para fiscalização e padronização da instrução dos cabos e soldados. Desta forma, o preparo torna-se mais específico, levando em consideração às peculiaridades de cada Região. O acompanhamento e controle regionalizado contribui para suprir a ausência de especialização técnica fazendo as compensações necessárias (BRASIL, 2018c). Além disso, as instruções dos soldados são adaptadas ao tipo de missão de cada Organização Militar.

O preparo da Força Terrestre Brasileira tem dentre outros objetivos a Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional, possui a tarefa de manter a atualização dos profissionais com a evolução da arte da guerra. As atividades de preparo e de emprego são indissociáveis, pois existe a estreita ligação entre as missões a serem cumpridas e a preparação necessária para a sua efetivação (BRASIL, 2018a).

O preparo é realizado através das instruções, que são distribuídas em dois períodos: o período de instrução individual e o período de adestramento. Cada período é dividido em fases, sendo o primeiro dividido em instrução individual básica e instrução individual de qualificação. Já o adestramento, ou seja, o preparo de frações constituídas, é dividido em adestramento básico e avançado (BRASIL, 2018a).

A duração de cada fase do ano de instrução e a época de sua execução ficarão a cargo dos Comandos Militar de Área, levando em consideração as vocações específicas das Organizações Militares subordinadas, inclusive no que se refere às missões subsidiárias permanentes ou que se repetem todos os anos (BRASIL, 2018a). Pode-se destacar como exemplo o Programa Emergencial de Distribuição de Água Potável no Semiárido Brasileiro, mais conhecido como “Operação Pipa”, que ocorre no Comando Militar do Nordeste.

O planejamento do ano de instrução dos soldados é regulado pelo Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB) e pelo Programa de Instrução Militar (PIM), com a finalidade de uniformizar os conhecimentos necessários a todos os integrantes da F Ter, de maneira que os objetivos dos períodos da instrução individual e do adestramento sejam norteadores para o atingimento dos níveis de operacionalidade e de adestramento (BRASIL, 2018a).

O Programa de Instrução Militar regula as atividades que serão realizadas no ano em curso, sendo elaborado anualmente. O PIM, dentre alguns de seus objetivos, define o cronograma base do ano de instrução e regula o desenvolvimento da Instrução Individual e do Adestramento. O Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (BRASIL, 2018c) destina-se a orientar e a coordenar o planejamento, a execução e o controle das atividades relacionadas ao preparo da Força Terrestre. Os esclarecimentos e detalhes contidos no documento possuem um efeito de maior permanência no tempo.

Além desses dois documentos base para a instrução militar, existem documentos mais específicos direcionados para as instruções nas Organizações Militares. Os Programas Padrão (PP) se constituem em instrumentos fundamentais para o acionamento da instrução militar e definem o modo ideal de conduzi-la (BRASIL, 2018c). Este documento estabelece a tarefa a ser executada, em que condições deve acontecer, qual objetivo e os assuntos a serem abordados na instrução, assim como a carga horária disponível para tal. Existem diversos PP, um para cada tipo de formação, como por exemplo, PP do soldado de Infantaria, PP do soldado de Cavalaria e demais formações.

Especificamente sobre a capacitação dos soldados para as missões de GLO, Lima e Medeiros Filho (2019) destacam a evolução dos mecanismos de preparo e emprego para esse tipo de operação, seja pela criação de uma doutrina de emprego, seja pelo

aumento das instruções específicas, que são resultado das recorrentes demandas de emprego das Forças Armadas neste tipo de operação militar.

O preparo para atuar em GLO consta do planejamento do ano de instrução. As instruções de GLO estão previstas em dois Programa-Padrão. O primeiro é específico sobre o assunto e tem por finalidade regular a Instrução Individual de Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) do Período de Qualificação. Existe uma carga horária estimada de 80 horas específicas sobre GLO, sendo 68 horas diurnas e 12 horas noturnas (BRASIL, 2019c). Porém, as instruções previstas neste PP são específicas para os soldados do Efetivo Variável.

As instruções se desenvolverão no período de três semanas de instrução de forma contínua, duas destinadas às instruções e uma semana à execução do adestramento da tropa com aplicação de exercício militar. Consiste em instruções específicas sobre GLO, abordando temas como armamento e Operações Tipo Polícia na Garantia da Lei e da Ordem (BRASIL, 2019c). Neste período, é ensinado aos soldados os procedimentos adotados em um posto de bloqueio e controle de estradas, os procedimentos para operações de busca e apreensão e procedimentos para isolamento de área. Ou seja, os procedimentos técnicos executados nas operações de GLO.

O segundo PP que aborda o assunto GLO é o Programa-Padrão de Instrução da Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional, que é direcionado para os militares do Efetivo Profissional. Dentre vários assuntos previstos nas instruções, o assunto vinte e quatro é Garantia da Lei e da Ordem. A carga horária prevista é de 12 horas de instruções teóricas abordando temas específicos de GLO. Dentre as tarefas a serem aprendidas nas instruções, inicialmente é realizada uma atualização jurídica em GLO onde os instruendos devem identificar os principais artigos, leis e decretos que respaldam o emprego das Forças Armadas em Operações de GLO. É importante destacar que o documento sugere uma palestra para os oficiais, subtenentes e sargentos da OM na qual a presença dos cabos e soldados do efetivo profissional fica a critério do comandante. Posteriormente são apresentadas a finalidade e a importância da comunicação social e das operações psicológicas nas operações de GLO (BRASIL, 2017e).

A prática das instruções de GLO é realizada durante o Adestramento Básico previsto para acontecer após a Instrução Individual Básica. Na oportunidade, a

Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional é interrompida para que as atividades se desenvolvam no âmbito das frações constituídas, de maneira que tanto os soldados do Efetivo Variável como os soldados do Efetivo Profissional participem dos Exercícios Militares (BRASIL, 2018c).

Ainda no que se refere a GLO, torna-se relevante destacar que existem diversos procedimentos e leis que regem a conduta do militar neste tipo de operação. As Normas de Conduta e as Regras de Engajamento são uma parte de um conjunto de informações que irão direcionar a conduta do soldado. Entender como, quando e de que forma estes assuntos são abordados torna-se fundamental para a compreensão holística da formação do soldado e do que pode ser feito para complementar os conhecimentos adquiridos e aperfeiçoar a maneira de orientar a conduta.

Ainda sobre as leis e normas, se esclarece que o Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA), tendo em vista a natureza nacional das operações de Garantia da Lei e da Ordem, não se constitui instrumento legal adequado. As operações de GLO não se enquadram como conflito armado internacional ou conflito armado não-internacional, desta forma, cabe ao Direito Interno do Brasil reger a matéria (BRASIL, 2011b).

Reforça-se que o preparo da tropa faz parte das ações preventivas e possuem caráter permanente. Neste sentido, as instruções para o emprego da tropa terão forma e conteúdo adaptados às circunstâncias e ao depreendido da Diretriz Presidencial e da Diretriz Ministerial nas quais serão estabelecidas as Normas de Conduta e as Regras de Engajamento de forma ampla (BRASIL, 2013a).

As Normas de Conduta são prescrições estabelecidas no nível ministerial e dela devem demandar as Regras de Engajamento específicas a serem elaboradas pelas forças empregadas. As Regras de Engajamento específicas, por sua vez, deverão ser expedidas para cada operação e tipo de atuação visualizada. Para fins da execução das missões, deve-se levar em consideração a necessidade de as ações serem realizadas conforme as orientações do escalão superior seguindo os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e legalidade (BRASIL, 2013a).

As instruções de GLO seguem um programa padrão de instrução que aborda os assuntos técnicos e táticos de forma mais geral. Já as regras de engajamento específicas de cada operação serão emitidas conforme o caso e a situação. As regras específicas de

uma determinada operação serão repassadas para os soldados durante às “ordens de operações”, ou seja, no momento que for transmitida a missão e explicada as suas particularidades.

As regras de engajamento estabelecem os critérios de emprego para o gradual uso da força. Estabelece as regras de enfrentamento para diferentes situações que podem acontecer durante as operações militares. Determina critérios para o uso das armas em função da ameaça e dos efeitos colaterais produzidos. (LOPEZ, 2013).

Neste sentido, Blank (2012) destaca que as regras de engajamento geralmente são aplicadas como instruções, que muitos soldados consideram limitadoras. Porém o autor defende o uso das regras de engajamento como uma forma de expressar a intenção dos comandantes. Ou seja, a maneira que é comunicado, dentro da cadeia de comando, como deve ser cumprida a missão, tornando-se parte da liderança militar a medida que os soldados executam as ações conforme as regras estabelecidas pelo seu comandante. Desta forma o autor entende que o treinamento, a disseminação e a implementação das regras de engajamento implicam em liderança em todos os níveis.

As regras de Engajamento servem para quando os comandantes não estão presentes para tomar as decisões, fornecendo a ligação para a intenção do comandante permitindo que soldados exerçam julgamento e iniciativa de acordo com os imperativos estratégicos estabelecidos para a missão (BLANK, 2012).

As normas, como as leis da guerra e regras de engajamento, estabelecem limites claros de como os soldados podem agir por iniciativa dentro dos limites, dentro de situações hipotéticas. Estabelece o escopo da conduta permitida, porém as regras tendem a ter restrições mínimas que não direcionam as ações dos soldados tão rigidamente quanto um comportamento dominado pelo raciocínio ético (SCHULZKE, 2016).

Embora os códigos legais tenham um papel a desempenhar na manutenção da eficácia operacional por meio do uso disciplinado força, McMaster (2011) argumenta que garantir a conduta ética vai além de seguir as leis dos conflitos armados e as normas de conduta, pois deve incluir consideração a respeito dos valores militares.

Para Schullke (2016), o uso de regras de engajamento restringe a aplicação da ética da virtude porque geralmente deixa os soldados com muita liberdade de ação. Por



exemplo, uma regra de engajamento geralmente define que o soldado pode atirar se um carro ultrapassar um bloqueio, mas pode não traçar uma diretriz sobre o que fazer, caso tenha uma criança dentro do carro.

#### **4.2.2 O Ensino e a Ética no Exército Brasileiro**

A ética profissional militar é um tema contemplado em diversos documentos do Exército. Particularmente no que se refere à instrução militar, também existem diretrizes sobre a abordagem do assunto na formação dos militares. Serão analisadas às orientações sobre o tema, particularmente na formação do soldado, objeto da presente tese.

A edição do Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB), que contém esclarecimentos e diretrizes mais amplas e de caráter permanente, destaca orientações de caráter geral para as instruções, onde inclui-se a ética profissional militar. O programa traz como diretriz para os Comandantes, Chefes e Diretores, em todos os níveis e escalões da hierarquia, que devem ser ministradas a todos os seus subordinados sessões de instrução sobre Ética Profissional Militar (BRASIL, 2018c).

O documento ainda complementa a forma de abordar o assunto. Segundo documento, a ética profissional militar deve ser debatida e exemplificada da forma mais direta e franca possível (BRASIL, 2018c). Esta orientação vai ao encontro da proposta da tese, no sentido de se disponibilizar um determinado tempo para instrução sobre o assunto. Além disso, o documento destaca que o tema deve ser debatido, ou seja, que deve haver uma discussão sobre o assunto no sentido de serem expostos diversos pontos de vista sobre determinada situação. O SIMEB reforça ainda que existe a necessidade de expor exemplos sobre o tema, de maneira que a instrução tenha um caráter mais prático e menos teórico.

É importante destacar que as Organizações Militares devem compartimentar as informações dentro dos respectivos círculos hierárquicos, pois é importante a utilização de uma linguagem própria para cada posto e graduação. Ou seja, ao se debater o assunto ética, é importante que os responsáveis pela coordenação das instruções tenham em mente que os dilemas vivenciados pelos comandantes de fração, seja pelotão ou grupo

de combate, são diferentes dos dilemas vivenciados pelos cabos e soldados. Além disso, para que se tenha um ambiente adequado para o debate, é importante a separação dos círculos hierárquicos, de modo que não exista a preocupação com julgamento daqueles que expressem suas ideias durante as discussões.

Além das orientações gerais sobre ética, as Organizações Militares devem apresentar anualmente uma proposta de plano de execução do Projeto Raízes, Valores e Tradições, que deve fazer ligação com a Ética Profissional Militar nas instruções. O Projeto tem por objetivo destacar aspectos da nacionalidade brasileira, de forma a intensificar no militar o nacionalismo e o sentimento nativista, ressaltando os feitos de bravura e amor à Pátria (BRASIL, 2018c).

O Projeto Raízes, Valores e Tradições consiste na execução de palestras, visitas a sítios históricos e museus, solenidades militares alusivas e concursos de redação e fotografia visando a preservação da memória da Organização Militar. As palestras do projeto devem abordar assuntos como Convenções, Acordos e Tratados Internacionais dos quais o Brasil é signatário, Legislação Brasileira sobre Direitos Humanos e Direito Internacional dos Conflitos Armados.

Além disso, o SIMEB complementa as orientações sobre ética referenciando os Programas-Padrão (PP), documentos que irão operacionalizar o ensino da ética. A partir dessa concepção, os PP Básicos (PPB), de Qualificação (PPQ) e de Adestramento (PPA) apresentam objetivos de instrução individual referentes aos atributos da área afetiva (BRASIL, 2019b). A área afetiva é um dos componentes da formação do caráter, seu desenvolvimento inicia com a preparação do combatente básico e somente terminará com a conclusão do Ano de Instrução (BRASIL, 2018c).

Reforça-se que os documentos anteriores trazem apenas diretrizes e orientações sobre o tema. Os Programas-Padrão são os documentos que trazem diretrizes específicas para operacionalizar as orientações. Ou seja, é o documento que mostra como serão colocadas em prática as diretrizes e orientações de instrução. Neles estão contidos o assunto, a carga horária e os objetivos a serem atingidos pelos instruídos em cada instrução.

Os Programas-Padrão de Instrução do Exército, além de detalhar os assuntos a serem abordados nas instruções, trazem sugestões específicas sobre a forma de

conduzir as instruções militares. A respeito da ética profissional militar, os PP reforçam a importância do tema trazendo orientações de que a Ética Profissional Militar deve ser debatida e exemplificada de forma direta e abrangente nas formaturas e reuniões (BRASIL, 2017e).

O PP possui relevância para o estudo no sentido de mostrar como, efetivamente são abordados temas relacionados a ética na instrução militar. Mostrando o caráter prático e operacional do assunto. Destaca-se que o PP é direcionado a regular as instruções dos cabos e soldados, que são especificamente o objeto do presente estudo.

Para a compreensão de como o Exército prevê nas instruções o desenvolvimento da ética, é necessário inicialmente entender o conceito de caráter militar e desenvolvimento atitudinal. Estes conceitos transitam entre a ética e os valores militares e formam um conjunto de fatores que irão influenciar no desenvolvimento da identidade militar. Somente a partir da compreensão de como o Exército Brasileiro entende a formação moral de seus soldados, será possível entender como é o preparo para enfrentar dilemas morais.

A respeito da preparação individual do combatente, o Sistema de Instrução do Ensino Militar destaca que:

A formação e a consolidação de atitudes, valores e ideias em cada combatente, capazes de preservá-lo de influências e dúvidas que se formam em seu redor, dizem respeito, à base de sua formação. Base importante que, em última análise, dar-lhe-á as condições de sobrevivência moral e psicológica, mantendo acesa a sua chama de luta, quando for o caso (BRASIL, 2018c, p.36).

Apesar das Normas para Desenvolvimento e Avaliação dos Conteúdos Atitudinais destinarem-se aos cursos e estágios gerais das Linhas de Ensino Militar Bélico realizados nos Estabelecimentos de Ensino e Organizações Militares com encargos de ensino subordinados e/ou vinculados ao Departamento de Educação e Cultura do Exército, é o documento do Exército que possui conceito sobre atitudes. Segundo as Normas, atitudes são tendências de atuação relativamente estáveis diante de situações ou objetos que envolvem a presença de três componentes (BRASIL, 2019d).

O primeiro componente, que se destaca pela relação com o tema da tese, é o componente afetivo, que está relacionado com a maneira como a pessoa se sente em relação a uma norma ou valor. O componente cognitivo expressa ideias e opiniões que

determinam o posicionamento racional de uma pessoa em relação a uma norma ou valor. Por fim, o componente comportamental que é a expressão do comportamento ou ação relativa a uma atitude (BRASIL, 2019d).

Sarabia (1998, p.123) em estudo sobre a aprendizagem e o ensino de atitudes, define atitude como “tendências ou disposições adquiridas e relativamente duradouras a avaliar de um modo determinado um objeto, pessoa, acontecimento ou situação e a atuar de acordo com essa avaliação”.

O autor também destaca três componentes das atitudes, semelhantes aos destacados pelo Exército Brasileiro. O componente cognitivo, relacionado a conhecimento e crenças; o componente afetivo, relacionado a sentimentos e preferências; e o componente de conduta que se refere às ações manifestas e declarações de intenção (SARABIA; 1998).

O Sistema de Instrução Militar, ao referir-se ao componente afetivo, reforça sua importância capital para a formação do combatente moderno, mas também destaca que é o mais difícil de ser transformado em efeitos convenientes, de forma sistemática e eficaz (BRASIL, 2018c). Nos Programas-Padrão do Exército, o componente afetivo é denominado atributos da área afetiva.

O componente afetivo está relacionado ao caráter militar, que por sua vez contribuirá para a formação ética do indivíduo. O Sistema de Instrução Militar (BRASIL, 2018c, p.5-4) destaca que “a formação do caráter militar consiste no desenvolvimento de atributos da área afetiva e em atitudes voltadas para a aceitação de valores julgados necessários para que um indivíduo se adapte às exigências da vida militar, incluindo-se aí aquelas peculiares às situações de combate”.

Atitudes é um conceito novo que substituiu nas escolas de formação o conceito de atributos da área afetiva. Porém, nos documentos referentes às instruções nas Organizações Militares, ainda se utiliza o termo atributos da área afetiva. O Exército define 36 atitudes, que são similares aos atributos da área afetiva. Para o entendimento melhor do assunto, destaca-se como exemplo de atributos a abnegação, autoconfiança, responsabilidade, dedicação, cooperação e o zelo (BRASIL, 2019d).

O desenvolvimento dos “atributos da área afetiva” está previsto nos Programas-Padrão do Exército Brasileiro. No Programa-Padrão de Capacitação Técnico e Tático do

Efetivo Profissional existe a matéria denominada “Atributos da Área Afetiva”. No Programa existem assuntos listados com os objetivos a serem atingidos pelos soldados. Dentre os assuntos estão os princípios da ética militar, os valores militares e atitudes contrárias a vícios. (BRASIL, 2017e). Não existe carga horária prevista para abordagem dos assuntos, sendo sugerido no programa que sejam explorados em formaturas e reuniões.

No PP de qualificação de Cabos e Soldados, na parte referente a instrução comum a todos, a matéria prevista sobre o assunto é denominada “valores, deveres e ética militares” possui como objetivos individuais de instrução a “identificação e conceituação dos valores, dos deveres e dos preceitos de ética militares” (BRASIL, 2019c, p. 10-21). Apesar de existir um tempo estimado de seis horas, não há previsão de carga horária específica para a abordagem de tais assuntos em sessões formais de instrução. O programa destaca que devem ser aproveitadas todas as oportunidades nas quais os oficiais e os graduados estejam reunidos com os soldados para abordagem dos assuntos. Essas oportunidades são as sessões de instrução, formaturas, treinamento físico militar, execução de serviços de escala e tempos à disposição dos Comandantes de Companhia.

Para os cabos e soldados do efetivo profissional, existe um PP específico sobre a Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (BRASIL, 2017e). No assunto “Atributos da Área Afetiva” também estão previstas instruções sobre o conjunto de regras que compõem a ética militar e sobre os valores militares. A última tarefa se refere a atitudes e mensagens nocivas à ética exploradas pelos meios de comunicação onde são abordados os princípios da ética militar e a influência dos meios de comunicação. Porém não há carga horária prevista para estas instruções e da mesma forma sugere-se que o assunto seja abordado em formaturas e reuniões.

O Sistema de Instrução Militar, ao explorar a forma de atuação dos instrutores para desenvolver a área afetiva, sugere que seja realizado por meio de contínua ação de comando dos oficiais e dos graduados, que deverão, em todas as situações, dar o exemplo daquilo que se deseja (BRASIL, 2018c). Esta afirmação vai ao encontro de outros documentos do Exército no que se refere ao desenvolvimento da área afetiva nas instruções. No que se apresenta nos documentos do Exército, é possível observar que não há um tempo próprio para o debate do assunto. O que se sugere na presente tese,

como será mais bem argumentado e fundamentado no capítulo 6, é que o assunto seja desenvolvido de forma contínua durante o ano e que seja explorado em palestras e formaturas.

Não existindo uma carga horária específica sobre o tema, torna-se subjetivo o ensino da ética para os soldados, pois vai depender da ação dos comandantes em todos os níveis. Este aspecto reforça a importância do assunto liderança entre os comandantes, mas deixa uma lacuna sobre a pauta da ética, pois apesar de prever os assuntos a serem abordados, não deixa espaço para um debate mais prático e efetivo sobre possíveis dilemas a serem vivenciados em operações militares.

O próprio Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro destaca a importância do desenvolvimento da área afetiva e coloca a seguinte questão:

O problema que se apresenta para a Força Terrestre brasileira pode ser resumido da seguinte forma: determinados valores morais, profissionais e espirituais devem ser consolidados no combatente, com um embasamento inicial para a sua qualificação técnico-militar, de modo a vinculá-lo, solidamente, à Nação Brasileira, a qual serve como soldado (BRASIL, 2018c, p.3-37).

O mesmo documento ainda complementa que nas Organizações Militares, por não existir uma estrutura de ensino especializada como nas escolas de formação, torna-se necessário que os comandantes de todos os níveis tenham a indicação dos procedimentos adequados e práticos, capazes de provocar os resultados desejados (BRASIL, 2018c). Apesar de serem desenvolvidos na rotina militar e durante as instruções, a indicação de procedimentos adequados não é clara quanto ao preparo para dilemas éticos contemporâneos, ficando a critério de cada comandante a sua abordagem em formaturas e palestras.

Porém, mesmo que não abordado de forma padronizada e sistemática, não significa que não sejam desenvolvidos os atributos da área afetiva. Pelo contrário, durante todas as atividades militares, sejam exercícios militares, educação física ou instrução, os militares desenvolvem atitudes essenciais para a profissão militar. O Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (BRASIL, 2018c) determina que os oficiais e graduados devem acompanhar e orientar o recruta em todas as situações, agindo de forma exemplar e evidenciando as atitudes que se busca desenvolver no militar.

Os instrutores e monitores de tropa (comandantes dos diversos escalões) devem ter sempre presente que o treinamento, o exemplo, o permanente acompanhamento e a preocupação de convencer, de persuadir, de motivar, devem obter a conscientização necessária para iniciar a formação e o desenvolvimento do caráter militar do combatente, de vital importância para a eficiência da própria unidade à qual pertence. (BRASIL, 2018c, p.37).

Dentro da área afetiva na formação do combatente, dois aspectos avultam de importância: a formação do seu caráter militar e o desenvolvimento da mentalidade adequada a sua atividade profissional (BRASIL, 2018c). Estes aspectos são determinantes para a compreensão de como os militares entendem a formação ética dos militares. Pois, a partir do desenvolvimento de atitudes e atributos que irão compor o caráter, o militar constrói a sua identidade militar que deve contribuir para que suas ações sejam pautadas pela ética.

O manual do Exército dos Estados Unidos sobre Liderança (EUA, 2019) define caráter sendo a soma das qualidades morais e éticas de um indivíduo reveladas através de suas decisões e ações. Segundo o manual, a doutrina norte-americana reconhece como atributos do caráter os valores militares, a empatia, o comprometimento com a Nação, a disciplina e a humildade.

Porém, diferente do Exército Brasileiro, o Exército dos Estados Unidos entende que o desenvolvimento do caráter é responsabilidade pessoal ocasionando uma abordagem institucional “sem interferência” (MICHELSON, 2013). O autor destaca que as Forças Armadas Norte Americanas, apesar de descrevem as ações desejadas dos seus integrantes, faz de forma ampla e genérica sem mostrar como o militar deve avaliar seu desenvolvimento.

Conforme o Sistema de Instrução Militar destaca, no Exército Brasileiro:

A composição do caráter militar inclui fatores inatos e fatores adquiridos que se apresentam como atitudes de aceitação de valores julgados importantes para a Força Terrestre brasileira; esses fatores, portanto, devem ser consolidados ou desenvolvidos sob a influência do ambiente do quartel e das atividades militares, bem como do correto relacionamento entre companheiros e entre superiores e subordinados (BRASIL, 2018c, p.37).

Existe um entendimento no Exército Brasileiro que o caráter pode ser desenvolvido à medida que se desenvolvem atitudes da área afetiva interferindo no comportamento do

indivíduo. Além disso, deve ser considerado que o caráter militar do indivíduo se relaciona com o consenso de valores desenvolvido nas frações constituídas da Organização Militar, como o Pelotão por exemplo (BRASIL, 2018c).

O trabalho em equipe requerido para executar missões militares em todos os níveis, exige que os militares compartilhem certos atributos de caráter desejáveis no Exército (EUA, 2019). Sendo aceito pela maioria dos integrantes de uma Organização Militar, determinado valor incorpora-se à consciência coletiva e gera, em cada integrante, uma compulsão para os procedimentos adequados à atividade militar (BRASIL, 2018c).

Este caráter coletivo inclui valores morais, éticos e profissionais convenientes ao Exército, como Instituição Nacional. O SIMEB (BRASIL, 2018c, p.38) define caráter coletivo como “o conjunto de valores aceitos pela maioria dos integrantes de um agrupamento, capaz de conferir a esse agrupamento como um todo, reações coletivas semelhantes em termos de procedimentos e sentimentos”.

O desenvolvimento da mentalidade coletiva militar está inserido no contexto da área afetiva e exige um acompanhamento adequado e atividades preparadas para desenvolver tal mentalidade. Nesse sentido, o planejamento e a execução da instrução individual deverá proporcionar a oportunidade e assegurar as condições para a tentativa de obtenção de resultados importantes no desenvolvimento da mentalidade coletiva (BRASIL, 2018c). Eis o ponto em questão da presente tese, pois a partir de uma discussão em grupo sobre dilemas éticos, se propõem que se desenvolva a construção de uma mentalidade coletiva sobre determinadas situações, possibilitando direcionar as ações em uma situação real, particularmente naquelas que o militar não tenha muito tempo para decidir.

O espírito de corpo que se busca desenvolver nos pelotões das Organizações militares colabora para a construção de uma mentalidade coletiva. O Exército, por intermédio de diversas atividades da rotina do militar em coletividade, busca criar entre os integrantes uma crescente consciência de valor coletivo (BRASIL, 2018c). Um exemplo é a missão da Organização Militar e a visão de futuro, ao exibir em local visível a missão daquele quartel que o soldado faz parte e o projeto para o futuro, se cria uma identificação e um envolvimento com aquela missão formando um compromisso reforçado de maneira coletiva convergindo os esforços para uma situação comum a todos.



A consciência do valor coletivo e a identificação do indivíduo com essa ideia produzem no militar uma propensão à ação e à reação, superior às eventuais debilidades individuais (BRASIL, 2018c). O espírito de corpo reflete a perseverança coletiva do Exército para realizar missões mais difíceis, eticamente, com uma mentalidade comum a equipe (EUA, 2019).

Para melhor compreensão da eficácia do espírito de corpo na mentalidade coletiva, se busca explicação no campo das necessidades sociais. Reeve (2006) afirma que as necessidades sociais ativam o potencial emocional e comportamental à medida que surgem incentivos para satisfazer essas necessidades. A necessidade de realização, fazer algo para demonstrar competência; necessidade de afiliação, agradar os outros para ganhar aprovação do grupo; e necessidade de poder, ao exercer impacto sobre os outros, contribui para um modelo de comportamento que busque a aproximação do indivíduo com o grupo.

O Exército Brasileiro atribui significativa importância ao desenvolvimento do espírito de corpo. O Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (BRASIL, 2018c) destaca que o espírito de corpo não pode surgir de forma espontânea e natural. O documento reforça que a preparação coletiva deve possuir um suporte seja criado, desenvolvido e acompanhado, com orientação dos responsáveis pela coordenação das atividades de instrução nas Organizações Militares (BRASIL, 2018c).

O manual de liderança das Forças Armadas dos Estados Unidos (EUA, 2019) destaca que o espírito de corpo está incorporado na cultura do Exército, no clima organizacional e nas atividades compartilhadas dentro das Organizações Militares, refletindo nos costumes e tradições. Da mesma forma, no Exército Brasileiro, apesar de haver uma diretriz para o seu desenvolvimento de forma coordenada, o espírito de corpo se desenvolve também por intermédio das atividades de instrução e demais atividades da rotina militar.

Com base nos documentos do Exército Brasileiro que regulam as instruções, principalmente o SIMEB (BRASIL, 2018c) e os PP (BRASIL, 2019c), observa-se que a instrução sobre ética é prevista na formação dos soldados. Porém, se verifica que não existe carga horária específica, existindo orientação de que o assunto seja abordado em formaturas e palestras.

Culp (2012) ao abordar o ensino da ética aos alistados das Forças Armadas norte-americanas, destaca que após o treinamento inicial de entrada, não há treinamento formal de ética até que o membro do serviço participe de algum curso. Para o autor, durante esse período, os militares parecem adotar uma abordagem pragmática, ou seja, que a ética é assimilada sem necessidade de um ensino específico sobre o assunto aos alistados. Se assemelha de certa forma a abordagem realizada pelo Exército Brasileiro, pelo qual se entende que a rotina da instituição e a abordagem constante dos valores militares é suficiente para o desenvolvimento da ética nos soldados. A presente tese infere a necessidade de se complementar esta abordagem para fins de preparo adequado para os dilemas éticos contemporâneos.

Instrução Militar produz considerados efeitos sobre a coletividade militar à medida que, durante as atividades, desenvolve nos soldados componentes da área atitudinal. O Exército Brasileiro orienta, por intermédio dos documentos que regulam as instruções, o preparo das atividades, inserindo situações favoráveis a obtenção de alguns resultados no domínio afetivo da aprendizagem (BRASIL, 2019d). Destaca-se que o desenvolvimento dos componentes da área afetiva favorece atitudes éticas, mas não aborda aspectos desafiadores enfrentados nas operações contemporâneas, o que possibilita a inserção de novas práticas que proporcionem um preparo mais específico para os dilemas éticos.

A seguir, são apresentadas as estratégias atuais para o preparo do soldado para enfrentar os dilemas éticos contemporâneos nas operações. Com base na incorporação dos valores militares da Instituição, o soldado obtém as ferramentas necessárias para o seu desenvolvimento moral. No entanto, questiona-se se o preparo atual é suficiente, sem uma abordagem específica e clara, para enfrentar desafios tão complexos como os abordados anteriormente.

São apresentados também possibilidades de novas abordagens sobre o tema, particularmente com base em experiências adotadas em outros exércitos. Um olhar holístico, com base em possibilidades de inserção de situações mais específicas com possibilidade de direcionamento das ações colaboram para o aperfeiçoamento da capacitação.

### **4.2.3 A Capacitação do Soldado para Dilemas Éticos**

Ao abordar os desafios contemporâneos, destaca-se a necessidade de uma força militar com novas capacidades em condições de atuar com eficiência nas operações. Para isso, torna-se necessário material com alta tecnologia agregada, uma doutrina militar em constante evolução e integrada por recursos humanos com alto grau de treinamento (BRASIL, 2019d). Este treinamento não se limita aos aspectos técnicos das operações, impondo uma carga de preparação que envolve diversos aspectos do campo moral.

Para o preparo e treinamento no campo moral, o Exército Brasileiro, assim como outros Exércitos no mundo, adotam um conjunto específico de valores como parte de sua ética. Esses valores são utilizados pelas Instituições Militares como referenciais pautando o comportamento pessoal de cada membro. Segundo o Manual do Exército Brasileiro (BRASIL, 2014), são os valores militares que influenciam, de forma consciente ou inconsciente, a conduta pessoal de cada integrante da Instituição. O manual complementa ainda que a eficiência, a eficácia e mesmo a sobrevivência das Forças Armadas decorrem do culto a tais valores.

Van Baarda (2006) destaca a importância dos valores que se relacionam com o que é bom, certo, justo ou gentil, que o indivíduo adquiriu ao longo de sua vida. São os valores que ajudam em tempos de adversidade a distinguir o que é fundamental e estabelecer um vínculo com o significado pessoal da profissão militar.

Berghaus e Cartagena (2013) destacam que uma abordagem holística do desenvolvimento moral deve alinhar valores individuais e profissionais de tal maneira que crenças e comportamentos sejam internamente consistentes. Royal (2015) reforça que o comportamento de um soldado em combate deve ser constantemente influenciado pelo espírito e pelos valores fundamentais que foram ensinados. Barnes e Leavitt (2010) complementam ainda que os líderes, instrutores e educadores ajudam a inculcar os valores da Instituição nos soldados de maneira a influenciar o padrão de conduta para que seja baseado em princípios.

Para Van Baarda (2006) os valores não são impostos, mas são uma escolha pessoal pela qual se desenvolve e internalizam. Este pensamento não entra em conflito com outros autores, ao contrário, outros autores (ROYAL, 2015; BARNES E LEAVITT, 2010) complementam que esta escolha pode ser influenciada a medida que o indivíduo compreende o significado dos valores da instituição e sua aplicação. Isso é particularmente facilitado quando os valores são positivos e buscam ideias justas. Além disso, a percepção de valores incorporados pelo grupo também pode influenciar na sua escolha pessoal.

Para fins de estudo sobre a ética, leva-se em consideração o conceito existente nas Normas para Desenvolvimento e Avaliação de Conteúdos Atitudinais (BRASIL, 2019d). Apesar da norma referir-se ao desenvolvimento de atitudes em Escolas de Formação, ele traz a ideia de que estes conteúdos podem sim serem desenvolvidos nos militares, princípio defendido na presente tese. Segundo as normas, valores são “princípios éticos a partir dos quais as pessoas julgam as situações e as condutas e experimentam determinados sentimentos e emoções” (BRASIL, 2019d, p.8).

São estabelecidos como valores militares no Exército Brasileiro o patriotismo, o civismo, a fé na missão, o amor à profissão das armas, o espírito de corpo, o aprimoramento técnico-profissional e a coragem. Estes valores são a base que, quando incorporados à conduta, possibilitam o desenvolvimento do caráter militar. Ao mesmo tempo, trazem instrumentos que, associado a diversos outros fatores a serem estudados, possibilitarão o desenvolvimento moral do soldado.

O patriotismo é definido pelo Exército Brasileiro (BRASIL, 2014; BRASIL, 1980) como o amor incondicional ao país, podendo ser resumido pelo lema “servir à Pátria”. Esse sentimento deve impulsionar o militar a estar pronto a defender a soberania, integridade territorial, unidade nacional e paz social do Brasil. Caracteriza-se pela vontade inabalável do cumprimento do dever militar, mesmo que isto prescinda o sacrifício da sua própria vida.

Civismo é o culto aos símbolos nacionais, aos valores e tradições históricas, à História-Pátria, em especial a militar, aos heróis nacionais e chefes militares do passado. Deve ser exteriorizado pela participação em solenidades cívico-militares, nas comemorações de datas históricas, no culto aos patronos e heróis, na preservação da

memória militar e, sempre que oportuno, na divulgação dos valores cívicos (BRASIL, 2014; BRASIL, 1980).

Para Anglin (2018), a coragem e lealdade, a sabedoria prática e um senso de justiça podem ser desenvolvidos, em particular apresentando aos militares em formação, por intermédio de exemplos históricos de comportamento virtuoso ou perverso na guerra e incorporados em programas de treinamento e educação militar. Reforça-se assim a importância de mostrar os exemplos históricos como forma de desenvolvimento de valores.

Ainda a respeito da reverência a história militar e história dos patronos, Shanks-Kaurin (2018) destaca que a identidade dos profissionais militares é influenciada por histórias de grande sacrifício de antepassados que demonstraram certas características e virtudes militares. Para o autor, a educação militar envolve refletir sobre as histórias de sacrifício, heroísmo e coragem que estão presentes nas circunstâncias históricas nas quais elas ocorreram.

A fé na missão do Exército Brasileiro é um valor que representa a crença na missão da Instituição e das Forças Armadas. Já o amor à profissão é exteriorizado pelo culto de valores como o entusiasmo, a motivação profissional, a dedicação integral ao serviço, o trabalho por prazer, a irretocável apresentação individual, a consciência profissional, o espírito de sacrifício, o gosto pelo trabalho bem-feito, a prática consciente dos deveres e da ética militares e a satisfação do dever cumprido. O amor à profissão é representado pela satisfação de pertencer à Instituição (BRASIL, 2014; BRASIL, 1980).

O espírito de corpo é definido como o orgulho dos militares por integrar o Exército Brasileiro, atuando em uma de suas Organizações Militares, exercendo suas atividades profissionais. O espírito de corpo reflete o grau de coesão da tropa e de camaradagem entre seus integrantes. O aprimoramento técnico-profissional está relacionado à capacitação profissional. Esse aprimoramento contempla as áreas cognitiva, psicomotora e afetiva e é consolidado com o exercício profissional de suas atribuições (BRASIL, 2014) e (BRASIL, 1980).

A coragem é a característica pela qual o militar demonstra bravura e intrepidez diante dos riscos ou do perigo. É a capacidade de decidir e a iniciativa de implementar a decisão, mesmo com o risco de vida ou o sacrifício de interesses pessoais, no intuito de

cumprir o dever, assumindo a responsabilidade por sua atitude. A coragem motiva o militar a cumprir sua missão enfrentando os desafios com confiança e não se preocupando com os riscos (BRASIL, 2014; BRASIL, 1980).

Os soldados modernos não podem manifestar coragem da mesma maneira que Aristóteles descreve por causa das mudanças significativas em armas, táticas e profissão militar ao longo de dois mil e quinhentos anos de intercessão. Essas mudanças forçaram a contemporaneidade forças armadas a repensar quais ações específicas exemplificam a coragem em termos de ações que os soldados devem realizar nos campos de batalha contemporâneos (OLSTHOORN, 2007). As manifestações de coragem mudaram mesmo quando essa virtude permaneceu central às identidades dos soldados. As maneiras de demonstrar outras virtudes também mudaram substancialmente como os papéis dos soldados e os contextos de tomada de decisão ética (SCHULZKE, 2016).

Snider (2015) afirma que Exército Norte Americano também adota um conjunto específico de valores como parte de sua ética. Para o autor, existem indicações abundantes durante a última década de guerras no Oriente Médio de que os valores como meio de desenvolvimento de caráter carece de eficácia, devido ao número elevado de falhas morais observadas nos serviços. O autor indica que existe um esforço doutrinário para definir melhor quais obrigações morais, expressas como princípios éticos, contribuem para a profissão militar e para seus integrantes.

Uma versão desses princípios morais é a de que os militares do Exército Norte Americano ocupam papéis distintos, cada um dos quais com suas obrigações. Essas obrigações morais são inerentes à uma identidade que aspire confiança e o torne Profissional do Exército. Para alcançar essa aspiração, devem exercer o papel de perito militar, servidor de honra e servidor do País (SNIDER, 2015). Estes princípios morais assemelham-se ao aprimoramento técnico-profissional e ao patriotismo, valores adotados pelo Exército Brasileiro.

Compartilhando da mesma premissa adotada por Snider (2015) de que o desenvolvimento de valores carece de eficácia, em complemento aos valores o Exército Brasileiro adota também o desenvolvimento atitudinal nas escolas de formação e desenvolvimento da área afetiva para os soldados. Na instituição, o desenvolvimento dos

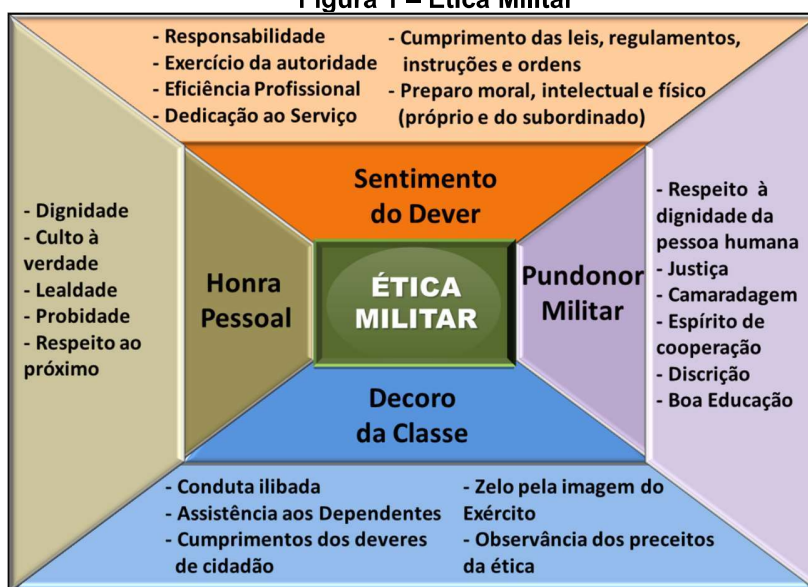
conteúdos atitudinais acontece no cotidiano do ambiente escolar, onde também se desenvolvem os valores militares (BRASIL, 2019d).

Snider (2015) chama a atenção para a importância dos programas de desenvolvimento profissional que ajude o indivíduo a inculcar tais entendimentos em sua própria identidade e, finalmente, em suas atitudes, decisões e ações virtuosas. Kasher (2008) complementa que os militares de diferentes patentes precisam de ensino e treinamento próprios, seja da ética ou de qualquer outro aspecto da vida militar. O autor reforça que grupos heterogêneos precisam de métodos de ensino e treinamento que sejam apropriados para os membros de cada subgrupo.

Já a ética militar é definida como sendo o conjunto de regras ou padrões que levam o militar a agir de acordo com o sentimento do dever, com a honra pessoal, com o pundonor militar e com o decoro da classe. A ética deve impor conduta moral irrepreensível a cada militar (BRASIL, 2014).

O sentimento do dever refere-se ao cumprimento das leis, regulamentos e ordens e da dedicação integral ao serviço. A honra pessoal diz respeito à conduta pessoal e o pundonor militar está relacionado ao esforço do militar para pautar sua conduta como a de um profissional correto, pautado pelo comportamento ético. O decoro da classe refere-se à aceitação dos valores morais da Instituição (BRASIL, 2014).

**Figura 1 – Ética Militar**



Fonte: (Brasil, 2014)

Os valores e as atitudes próprios do militar e a necessária capacitação profissional devem ser desenvolvidos por meio do serviço diário, da orientação constante, de um programa de ensino e de instrução, que abrange aulas, conferências, exercícios práticos e manobras. (BRASIL, 2014).

O Exército Brasileiro tem como visão de futuro ser constituído por pessoal altamente qualificado, motivado e coeso, que professa valores morais e éticos, que identificam, historicamente, o soldado brasileiro, e tem orgulho de servir com dignidade à Instituição e ao Brasil. (BRASIL, 2014).

Em complemento aos valores militares, M. Cook (2015) destaca a necessidade de se desenvolver um senso de identidade profissional. Essa identidade, para os militares brasileiros, está diretamente ligada a assimilação dos valores militares.

O que é necessário, por outro lado, é envolver os indivíduos no tipo de reflexão necessária para garantir que eles compreendam e incorporem a ética profissional e sua fundamentação em um entendimento completo da profissão e sua conexão com a sociedade a que servem (COOK M., 2015, p.100).

Royal (2015) destaca que o soldado comum precisa de algo diferente, mas muito mais simples, escrito na forma de comandos ou códigos, como um "código de honra" ou um "código do soldado". Essa abordagem para inculcar valores morais é muitas vezes ritualizada, mas também é diretamente compreensível pelos soldados para a complexidade das ações de combate. Para o autor, o caráter desses códigos permite que uma organização militar destaque o que é considerado essencial.

Esses documentos geralmente são condensados ou reduzidos a listas de comandos ou princípios acessíveis e compreensíveis para todos. Estes códigos são utilizados por diversos exércitos, tais como o francês com o "Código do Soldado", o britânico com o "Juramento do Soldado", o norte-americano com "Credo do Soldado" e assim por diante (ROYAL, 2015).

Segundo o Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (BRASIL, 2018c), o conhecimento integral dos fundamentos legais das operações de GLO, dos procedimentos técnicos e táticos e das Regras de Engajamento e Normas de Conduta, bem como o seu treinamento, irão direcionar o emprego da tropa dentro dos aspectos legais, facilitando as ações empreendidas. Alguns autores (WERDELIS, 2018; BARNES e



LEAVITT, 2010) já destacaram que este tipo de instrução, de forma isolada, não é suficiente para garantir comportamento adequado dos militares quando empregados em situações de conflito.

Porém o Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro, ao abordar os condicionantes do preparo, destaca que os comandantes deverão, por ocasião da implementação da instrução relativa à GLO, atentar para a concepção de emprego envolvendo técnicas e táticas em GLO. Mas também deverão abordar os fundamentos legais do emprego da tropa, limites de ação da tropa, e uso proporcional da força (BRASIL, 2018c). Esses assuntos, para um melhor entendimento devem ser contextualizados com exemplos para que o soldado realmente tenha o entendimento do tipo de conduta a adotar.

As instruções ainda preveem que as Regras de Engajamento deverão ser, exaustivamente, estudadas e praticadas, por meio de demonstrações e prática controlada de conduta da tropa frente às diversas situações hipotéticas ou de possíveis ocorrências em operações de GLO (BRASIL, 2018c).

É importante destacar que as regras de engajamento são passadas durante a exposição da ordem de operações, momento pelo qual o comandante transmite a missão aos integrantes da fração. Neste momento, devem ser transmitidas e retiradas todas as dúvidas sobre as regras de engajamento. Possivelmente são exemplificados casos, particularmente quanto mais experiente for o comandante de fração.

Além disso, o exército busca desenvolver em todos os militares as virtudes militares. Para Schulzke (2016), a ética da virtude é ideal para governar o comportamento de soldados que agem regularmente com relativa autonomia, pois dá a liberdade de adaptar seus imperativos éticos às mudanças nas circunstâncias do campo de batalha sem precisar pedir continuamente a seus comandantes para obter instruções.

As virtudes militares podem orientar os julgamentos éticos dos soldados, mesmo quando faltam as regras explícitas de conduta. A ética da virtude serve como forma de garantia de que as forças militares, por intermédio de seus integrantes, agirão de forma ética, desde que sejam capacitados. Além disso, a ética da virtude incentiva os soldados a não apenas atenderem ao mínimo padrões estabelecidos em regras, mas promove ações que vão além do escopo dos deveres morais (SCHULZKE, 2016).

Porém, para Werdelis (2018), as virtudes são pré-condições necessárias para a ação correta, mas geralmente não dizem o que é correto, do ponto de vista moral, em uma determinada situação. Infundir competência no julgamento moral, expresso na capacidade de agir de acordo com os princípios morais gerais de maneira correta e proposital, constitui outro objetivo indispensável da educação ética nas forças armadas. Desta forma, desenvolver as virtudes militares contribui, mas pode não ser suficiente para capacitar um soldado a tomar decisões práticas nas operações militares.

Murat (2012) complementa afirmando que a cultura das instituições militares baseada na ética da virtude não os prepara com precisão para os conflitos atuais. O autor defende que uma cultura militar mais apropriada para o novo ambiente estratégico inclui um espírito de camaradagem e solidariedade, que pode ir tão longe quanto sacrificar a vida para proteger as tropas e os civis. Essa teoria moral é chamada pelo autor de "ética do cuidado" e coloca as outras pessoas no centro das ações. O objetivo da ética do cuidado é criar confiança entre os indivíduos, enfatizando o que devemos um ao outro e não como devemos nos comportar como indivíduos. Essa cultura sugere que os indivíduos devem tentar atender às necessidades daqueles a quem são responsáveis.

A teoria de Murat (2012) vai ao encontro do que, em parte, já acontece no Exército Brasileiro. O sentimento de empatia dos membros da Instituição perante a população é forte, haja vista que o emprego das Forças Armadas acontece quase na sua totalidade dentro do território nacional. No caso do Haiti, também estabeleceu-se uma rápida conexão de empatia tendo em vista as condições de vida do povo haitiano. De fato, como o autor destaca, esses sentimentos permitem às tropas implantadas em um país cuidar dos atores locais no conflito. Porém, ter cuidados com a população local envolve que os militares assumam maiores riscos. Quanto maiores os riscos, maior a complexidade das situações que envolvem dilemas éticos, particularmente quando se tem pouco tempo para a tomada de decisão.

Essa teoria contribui para comportamento das tropas nas operações militares, mas não resolve o problema. Fazer que o soldado brasileiro compreenda o papel dele como agente público é responsável por reestabelecer a ordem pública e contribuir para a solução de problemas em determinada faixa do território ou em uma comunidade específica não é suficiente para evitar comportamentos inadequados.

Como observado até aqui, o Exército Brasileiro trabalha o desenvolvimento moral dos soldados por intermédio da incorporação dos valores militares do Exército Brasileiro e do desenvolvimento de virtudes militares, denominadas atributos da área afetiva. A exploração destes assuntos é realizada de forma institucional com previsão detalhada de quais assuntos devem ser explorados, porém, sem a destinação de carga horária específica. Os assuntos são abordados pelos comandantes de fração, principalmente o Comandante de Subunidade e Comandante da Organização Militar em formaturas e palestras.

Além disso, o soldado incorpora o ethos militar através de uma transformação que ocorre com o desenvolvimento de uma identidade militar. Esta transformação ocorre de forma inconsciente, tanto por parte dos instrutores como dos recém egressos na instituição, ocorre com base no contato intenso com a cultura militar, o que vai ao encontro da teoria das instituições totais.

Observa-se ainda que diversos autores, com base em estudos em países com ampla participação em conflitos internacionais, percebem que os valores e as virtudes militares direcionam a conduta moral dos soldados, mas não são suficientes para evitar problemas de caráter moral em operações militares. O assunto será retomado no capítulo final de maneira que sejam apresentadas alternativas de formas de conduzir as instruções preparando cada vez melhor os militares.

Para melhor compreensão da preparação dos militares do Exército Brasileiro para enfrentar dilemas éticos, foi realizada uma pesquisa com aplicação do questionário para cabos e soldados do efetivo profissional e entrevista com os comandantes de companhia. No capítulo seguinte são apresentadas as pesquisas e os resultados preliminares.

Desta forma, somando o estudo dos documentos e publicações sobre o ensino e a ética no Exército Brasileiro mais a percepção dos militares sobre o assunto, é possível traçar um panorama da situação nas Forças Armadas e assim possibilitar a apresentação de sugestões de aperfeiçoamento das atividades relacionadas a ética no Exército Brasileiro.

## **5 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO**

Os capítulos anteriores tiveram por objetivo a ambientação ao tema ética e sua aplicação nas Forças Armadas. Foram abordadas as teorias que contribuem para a compreensão do tema, particularmente verificando como o assunto é aplicado na capacitação dos soldados do Exército Brasileiro

Nas Forças Armadas, o tema ganha relevância pela própria atividade exercida pelos militares. O tema, direcionado às especificidades da carreira militar, foi aprofundado por diversos filósofos tornando-se base para o debate sobre a conduta e emprego das Forças Armadas, principalmente no que diz respeito a Guerra Justa.

Além disso, foram apresentados nos capítulos anteriores aspectos estudados sobre o desenvolvimento moral do ser humano, como as teorias de Piaget e Kohlberg, o que permite refletir sobre a aplicação do seu emprego na formação dos militares, possibilitando uma mudança de comportamento ou a manutenção de um comportamento adequado às exigências da sociedade. Além disso, trouxemos ao debate temas novos como o desengajamento moral, que pode contribuir para a compreensão e prevenção de condutas inadequadas.

Também foram apresentadas diversas mudanças ocorridas na guerra. Tanto a forma de combater como o ambiente onde ocorrem os conflitos estão em constante transformação. O emprego dos militares em operações militares está em constante adaptação às diversas transformações que ocorrem constantemente na sociedade.

Ao se pensar na necessidade de adaptar os estudos sobre mudança de comportamento e capacitações em ética devido aos novos desafios, é necessário se verificar qual a percepção dos militares envolvidos sobre o tema. Desta forma, é possível ter uma visão holística da formação militar, compreendendo melhor todos os fatores que podem influenciar o comportamento. Com base na percepção dos militares obtida pelos resultados da pesquisa, é possível, de uma forma mais específica, contribuir para uma capacitação mais adequada para as novas exigências das operações militares.

Destaca-se que a pesquisa não se ateve aos resultados individuais, mas sim a ter um panorama geral sobre a percepção dos militares sobre o assunto. A pesquisa concentrou-se em verificar a percepção a respeito do preparo e capacitação dos soldados para dilemas éticos de uma maneira geral. Mesmo assim é importante destacar que o comportamento dos indivíduos, mesmo com valores comuns, sempre terá um caráter particularizado.

Neste capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa aplicada em Organizações Militares subordinadas ao Comando Militar do Sul. Além disso, são

apresentados todos os aspectos que envolveram a pesquisa, mostrando a percepção do autor sobre as facilidades e dificuldades da pesquisa na instituição militar.

Ao longo deste capítulo, existem dois níveis de análise, o primeiro se refere a percepção dos soldados sobre o seu preparo, apresentando um olhar do instruído. O segundo se refere a percepção de militares em função de comando, mostrando a visão dos responsáveis pelas instruções e acompanhamento dos soldados. O objetivo de realizar a pesquisa com dois grupos diferentes é trazer duas percepções diferentes sobre o preparo dos soldados para enfrentar dilemas éticos em operações militares. Desta forma, confrontando os resultados e integrando as percepções, é possível se obter um diagnóstico mais aprofundado e holístico sobre o preparo dos soldados.

Os resultados obtidos na pesquisa não são elementos limitadores ou confirmadores do objetivo da tese, mas sim elementos que irão complementar um panorama geral sobre um assunto que, se tratando de estudos estratégicos internacionais, é um assunto extremamente novo e atual, haja vista que a grande parte das publicações específicas sobre o tema são bem recentes. Ressalta-se que algumas discussões sobre o tema foram publicadas durante o período de desenvolvimento da presente tese.

Quando se afirma que não são limitadores, é no sentido que os resultados, sendo confirmados ou não que os militares estão preparados para enfrentar dilemas éticos, não anulam a importância do tema e a necessidade de estudos para uma constante adequação da preparação dos militares aos novos elementos inseridos na complexidade de um conflito armado e de uma operação militar. Os dados referentes ao preparo dos soldados trazem um diagnóstico relevante frente às possibilidades de se incrementar novas abordagens e novas técnicas de preparo, buscando um constante aperfeiçoamento e adaptação das atividades peculiares ao preparo dos soldados para as operações militares.

## 5.1 PESQUISA EM ORGANIZAÇÕES MILITARES

Inicialmente, será realizada uma ambientação com considerações sobre a pesquisa em Organizações Militares. São apresentados os procedimentos adotados para

aplicação da pesquisa no que diz respeito a escolha dos locais, escolha do aplicador dos questionários e medidas de prevenção ao Covid-19<sup>25</sup>. Também são realizadas considerações sobre as facilidades e dificuldades encontradas para aplicação da pesquisa em Organizações Militares.

A Força Terrestre é o instrumento de ação do Comando do Exército, e está estruturada, em tempo de paz, para o cumprimento das missões operacionais terrestres em comandos militares de área, subordinados diretamente ao Comandante do Exército. Os comandos militares de área constituem o mais alto escalão de enquadramento das organizações militares (BRASIL, 2006). As Organizações Militares compõem o Comando Militar de Área.

Organização Militar (OM) é toda organização do Exército que possua denominação oficial e Quadro de Organização (QO) ao Quadro de Lotação de Pessoal Militar (QLPM), com respectivo Quadro de Distribuição de Efetivos (QDE) (BRASIL, 1990). Para fins de uma melhor compreensão, utilizando uma linguagem informal, uma Organização Militar é um quartel. As Organizações Militares podem ser de valor Unidade, Subunidade e Pelotão. Uma unidade possui três subunidades e uma subunidade possui três pelotões.

Na presente tese, ao se referir a Organização Militar, será sempre no valor unidade (Batalhão, Regimento ou Grupo), que é comandada por um Coronel ou Tenente Coronel. Ao se referir a uma subunidade (Companhia, Esquadrão ou Bateria), não se refere a uma Organização Militar valor subunidade e sim a uma das três subunidades que compõem uma Organização Militar de valor unidade.

Uma Organização Militar valor subunidade e uma subunidade subordinada a uma Organização Militar valor unidade são muito semelhantes, mas não são a mesma coisa. A principal diferença é que uma Organização Militar valor subunidade é um quartel com seu próprio Comandante, Major ou Capitão. Uma subunidade subordinada a uma Organização Militar valor unidade é uma das frações que compõem um quartel valor

---

<sup>25</sup> Novo vírus da família Sars-CoV-2 com primeiros casos em humanos a partir de dezembro de 2019 em Wuhan na China sendo declarado surto de pandemia mundial pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 pelo seu alto grau de contágio.

unidade. O comando da subunidade é de um capitão, mas ele é subordinado a um comandante de Organização Militar, ou seja, ao comandante do quartel.

Feito este esclarecimento, se destaca que as Organizações Militares que foram escolhidas para pesquisa são valor unidade. Foram escolhidas somente Organizações Militares que são empregadas em operações de Garantia da Lei e da Ordem e Operações na Faixa de Fronteira. Desta forma, os militares pesquisados fazem parte de Organizações Militares que participam deste tipo de operação. As operações militares de Garantia da Lei e da Ordem ou em operações na faixa de fronteira são distintas, mas na prática, as ações executadas pelos militares neste tipo de operação são as mesmas ou com características semelhantes<sup>26</sup>, adequando-se ao tipo de operações objeto da tese.

A primeira ação para realizar a pesquisa foi enviar um documento solicitando autorização ao Comando Militar do Sul para realizar a pesquisa em Organizações Militares. Após esclarecimentos sobre o objetivo da pesquisa e sobre o tema da tese, foi autorizado realizar a pesquisa por intermédio do Documento Interno do Exército. Neste ponto cabe um destaque que não houve nenhum tipo de restrição ou medida protetiva da instituição caso os resultados de alguma forma comprometessem a imagem do Exército, o que na prática também não aconteceu.

Optou-se por omitir quais Organizações Militares foram pesquisadas para fins de manter o sigilo e não expor a Organização Militar. Também não serão citadas as cidades porque algumas das Organizações Militares pesquisadas são o único quartel da cidade. Todas as OM fazem parte do Comando Militar do Sul. O Comando Militar do Sul engloba os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Porém, todas as OM pesquisadas localizam-se no Estado do Rio Grande do Sul.

A pesquisa foi aplicada no período de 3 de agosto a 15 de outubro de 2020<sup>27</sup> em oito Organizações Militares, sendo que o planejamento inicial era de três. Duas Organizações Militares fazem parte da Região Metropolitana de Porto Alegre, três na região centro norte, que engloba serra e região central do Estado, uma na fronteira

---

<sup>26</sup> Assunto abordado no capítulo 4 sobre emprego das Forças Armadas.

<sup>27</sup> Neste período, as Organizações Militares estavam realizando Operações Militares de prevenção ao Covid-19, inclusive com atividades na fronteira com Uruguai e Argentina.



noroeste, região das missões, duas na fronteira oeste, região da campanha. A Organização Militar mais longe estava a aproximadamente 700 km de Porto Alegre.

Das oito Organizações Militares em que foi aplicada a pesquisa, duas estão na Região Metropolitana de Porto Alegre, três estão localizadas na fronteira e três em outras regiões do interior do Estado do Rio Grande do Sul. Caracteriza-se por faixa de fronteira a faixa com extensão de 150 Km de largura ao longo da fronteira.

Ainda sobre as Organizações Militares, a amostra teve uma variedade de arma, quadro e serviço<sup>28</sup>. Foram duas Organizações Militares de Infantaria, duas de Cavalaria, três de Artilharia e uma de Comunicações.

O Comando Militar do Sul possui 158 Organizações Militares<sup>29</sup>, sendo que oito quartéis são uma amostra de 5%. Mas se considerarmos apenas as Organizações Militares do Rio Grande do Sul, haja vista a pesquisa ser realizada apenas em um Estado, a amostra é de 7,3%, tendo em vista que no Rio Grande do Sul existem 109 Organizações Militares.

Mas ainda se considerarmos a quantidade de quartéis operacionais, ou seja, que são vocacionados para as operações militares, sem contabilizar Organizações Militares voltadas para atividades administrativas, como hospitais militares, campos de instrução, base de administração e apoio, por exemplo, a amostra torna-se maior ainda. Considerando apenas os quartéis operacionais do Rio Grande do Sul, a amostra passa a ser de aproximadamente 15%.

Outro apontamento relevante se refere ao fato de o aplicador da pesquisa ser o próprio autor da tese, militar da ativa do Exército Brasileiro, atualmente no Posto de Tenente Coronel. Este fato trouxe implicações para a pesquisa, algumas positivas e outras negativas, que serão exploradas mais profundamente a seguir.

Inicialmente, cabe salientar que o fato de o aplicador da pesquisa ser militar, ou seja, integrante da instituição pesquisada, facilitou a aplicação da pesquisa. O simples fato de usar uniforme igual ao dos pesquisados já traz uma identificação dos militares

---

<sup>28</sup> As armas, quadros e serviços são conjuntos de pessoal e meios organizados em unidades, de acordo com as suas funcionalidades, que desenvolvem atividades específicas nas operações. As armas-base são Infantaria e Cavalaria, armas de apoio são Artilharia, Engenharia e Comunicações. Os quadros são de Material Bélico, de Engenheiros Militares, Complementar de Oficiais e Auxiliar de Oficiais. Os serviços são de Intendência, de Saúde (médicos, dentistas e farmacêuticos) e de Assistência Religiosa.

<sup>29</sup> Dados obtidos no Comando Militar do Sul.

com o pesquisador. O integrante da instituição Exército Brasileiro, que possui características próprias, quando percebe que a pesquisa é aplicada por alguém de dentro da instituição, tem maior confiança em prestar informações porque tem a percepção que a pessoa que aplica a pesquisa e estuda o tema tem conhecimento das especificidades da profissão<sup>30</sup>.

Outro fator relevante foi que, pelo posto e pela antiguidade<sup>31</sup>, o pesquisador obteve facilidade de acesso ao Comandante da Organização Militar para solicitar autorização para aplicar a pesquisa. Apesar de existir uma autorização formal do Comando Militar do Sul, é também uma formalidade necessária, assim como uma questão de respeito e educação, solicitar autorização ao Comandante da Organização Militar para aplicar a pesquisa nos militares integrantes do quartel sob seu comando.

Em duas oportunidades, o Comandante da Organização Militar era da turma de formação do pesquisador, sendo um facilitador para aplicação da pesquisa, haja vista que é necessária uma mobilização dos militares, no sentido de reunir os grupos em local e horário que não atrapalhasse a rotina de atividades da OM. Os soldados e os oficiais entrevistados das Organizações Militares seguem uma rotina de atividades planejada com antecedência. Além disso, particularmente os oficiais possuem atividades administrativas e atribuições que ocupam o dia. O fato de o pesquisador possuir ascensão hierárquica e ser militar da ativa facilitou a compreensão dos militares de disponibilizarem tempo para preenchimento da pesquisa. Mesmo com essa facilidade, algumas atividades das Organizações Militares não permitiram um comparecimento maior de militares para aplicação da pesquisa.

A data marcada para realização das entrevistas foi realizada com antecedência, mas com significativas limitações de dia e horário tanto do pesquisador como das Organizações Militares. As limitações se deram pelo fato de o aplicador da pesquisa ser militar da ativa e possuir também suas atribuições funcionais no trabalho. Foram aproveitadas oportunidades de viagem do pesquisador para realização de Visita Técnica em Organizações Militares do interior do Estado para também realizar a aplicação da

---

<sup>30</sup> O aplicador da pesquisa possui mais de 25 anos de serviço no Exército Brasileiro reforçando ainda mais possuir conhecimento da instituição.

<sup>31</sup> Expressão utilizada no Exército para enquadrar hierarquicamente os militares na instituição. Quanto mais antigo, mais alta é a hierarquia do militar no Exército Brasileiro.

pesquisa. Em alguns casos, as datas marcadas para entrevista coincidiam com atividades de rotina da Organização Militar que não possibilitava um número significativo de entrevistados. Em três oportunidades não foi possível aplicar a pesquisa porque os militares estavam em operações militares fora da Guarnição<sup>32</sup>. Em uma oportunidade, somente foi possível entrevistar dois soldados, pois os militares estavam em atividades (instrução e serviço de escala) que impossibilitava a reunião para aplicação da pesquisa.

A principal atividade que impossibilitou um maior número de pesquisados foi as operações militares referentes ao combate ao Covid-19. Diversas Organizações Militares pelas quais estava planejado aplicar a pesquisa estavam empregando os militares do Efetivo Profissional em Operações Militares, particularmente na região de fronteira.

Apresentadas as dificuldades de aplicar a pesquisa, surge a questão: Por que não foi aplicada a pesquisa por meio digital, por intermédio do envio de formulário de pesquisa por e-mail? Esta hipótese foi levantada e diversos aspectos foram analisados para a tomada de decisão de como aplicar a pesquisa, que serão apresentados a seguir.

Inicialmente surge a questão da complexidade do tema. Mesmo sendo elaborado um breve texto com introdução do assunto e objetivo da tese, o tema é muito complexo para que o soldado tenha o entendimento e compromisso de responder de maneira adequada às respostas apenas com a leitura de pequenos parágrafos para esclarecimentos. Mesmo os oficiais entrevistados, também foi necessário uma introdução e ambientação com o tema para depois iniciar a entrevista.

Outra questão é a pessoalidade. Quando o pesquisador, sendo militar, realizando os esclarecimentos necessários, está presente, as respostas tendem a ganhar valor. Este pesquisador entende que a quantidade de militares que iriam se propor a responder a um questionário por e-mail seria menor por falta de esclarecimento e pela impessoalidade. Além disso, para a entrevista com comandantes de subunidade, as informações se limitariam as respostas do questionário, o que não permitiria informações adicionais recebidas através das conversas com os entrevistados.

Um fator que poderia inibir os militares durante a pesquisa seria a antiguidade do aplicador. Quanto a este aspecto, foi minimizado pelo fato de o aplicador possuir dois

---

<sup>32</sup> Município no qual há uma ou mais Organizações Militares. Exemplo: Guarnição de Porto Alegre.

Cursos de Psicopedagogia e Curso de Coordenação Pedagógica, habilitando para aplicação de pesquisas. Além disso, o aplicador possui dez anos de serviço em escolas de formação do Exército e quatro anos de experiência aplicando dinâmicas de grupos em cadetes<sup>33</sup>. Então o aplicador teve os cuidados para que a sua antiguidade não atrapalhasse, inibisse ou direcionasse as respostas<sup>34</sup>.

Então, de maneira geral, apesar das dificuldades impostas pela rotina de atividades das Organizações Militares, o fato de o aplicador da pesquisa ser militar foi um facilitador significativo da aplicação da pesquisa. Além disso, os cursos e experiências na área de ensino contribuíram para a isenção no processo, por mais que o aplicador fosse autor da tese e militar da instituição.

Por fim, salienta-se que tiveram que ser tomadas as medidas de prevenção ao Covid-19. O uso da máscara, distanciamento social e aplicação da pesquisa em locais arejados foi uma preocupação constante durante todos os procedimentos de aplicação do questionário e da entrevista.

## 5.2 PESQUISA COM SOLDADOS

Optou-se pela aplicação de pesquisa quantitativa aos cabos e soldados do efetivo profissional. Foi aplicado um questionário a 328 cabos e soldados do efetivo profissional de oito Organizações Militares diferentes com sete perguntas simples nas quais o militar teve que optar entre cinco opções.

Os resultados obtidos foram utilizados para quantificar os resultados de forma numérica e estatística, trazendo resultados conclusivos sobre o tema, que serão abordados na discussão dos resultados.

### 5.2.1 Amostra

---

<sup>33</sup> Cadete é a designação dos militares em formação na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) para se tornarem oficiais combatentes de carreira do Exército Brasileiro.

<sup>34</sup> As orientações para aplicação da pesquisa realizadas pelo aplicador foram mais detalhadas na descrição da pesquisa dos grupos ainda neste capítulo.

A pesquisa delimita-se ao estudo do cabo e do soldado do “efetivo profissional” do Exército Brasileiro, ou seja, aquele soldado que cumpriu o serviço militar obrigatório e engajou, quer dizer, permaneceu nas Forças Armadas. O cabo é um soldado do efetivo profissional que foi promovido durante o serviço militar. A escolha se deve ao fato de o soldado do “efetivo variável” não ser habitualmente empregado nas operações militares enquanto cumprindo o serviço militar obrigatório. A maior participação de cabos e soldados do efetivo profissional em operações militares se deve a maior tempo de treinamento para este tipo de missão.

Os soldados pesquisados já cumpriram o serviço militar inicial e foram selecionados dentre os militares que tinham interesse em permanecer nas Forças Armadas. Ou seja, fazem parte de um grupo que passou por uma seleção para permanecer na instituição. Aspectos como disciplina, dedicação e responsabilidade são avaliados para a continuidade na profissão. Desta forma, os soldados que preferencialmente participam de operações militares são aqueles que já passaram por uma seleção pela qual permaneceram os mais capacitados.

Os soldados do efetivo profissional participam da capacitação técnica e tática do efetivo profissional, que é uma capacitação continuada que vai além dos aspectos básicos ensinados no primeiro ano de instrução nas Forças Armadas. Então é relevante destacar que este militar passa por uma capacitação mais avançada, refletindo na sua percepção sobre a preparação para as operações militares<sup>35</sup>.

As Organizações Militares que os soldados fazem parte são aquelas voltadas para o emprego operacional. Não foi aplicado questionário em quartéis voltados para a administração ou apoio como por exemplo Base Administrativa ou Comando de Região Militar. Além disso, dentro da Organização Militar, priorizou-se a aplicação do questionário em frações que estão voltadas para o emprego. Desta forma, priorizou-se a amostra de militares que efetivamente são empregados nas operações militares. Buscou-se a qualidade da amostra em detrimento da quantidade.

Nas 158 Organizações Militares existentes no Comando Militar do Sul, o efetivo de cabos e soldados do efetivo profissional é de 16.387 militares, sendo os 328 cabos e

---

<sup>35</sup> Assunto aprofundado no Capítulo seguinte.

soldados pesquisados uma amostra de 2%. Mas se considerarmos apenas os cabos e soldados que servem em Organizações Militares do Rio Grande do Sul, haja vista a pesquisa ser realizada apenas em um Estado, a amostra é de 2,7%, pois o efetivo de cabos e soldados do efetivo profissional que serve no Rio Grande do Sul é de 11.094 militares.

Mas ainda se considerarmos a quantidade de quartéis operacionais, ou seja, que são vocacionados para as operações militares, sem contabilizar Organizações Militares voltadas para atividades administrativas, como hospitais militares, base de administração e apoio, por exemplo, a amostra torna-se maior ainda. Considerando apenas os 48 quartéis operacionais do Rio Grande do Sul, a amostra fica próximo de 5%.

Mas ainda pensando que mesmo dentro de uma Organização Militar operacional, há uma Companhia voltada para as atividades Administrativas, como almoxarifado e aprovisionamento, por exemplo, podemos reduzir o efetivo de militares empregados em operações militares para 3/4 do efetivo das Organizações Militares. Desta forma, a amostra de cabos e soldados pesquisados fica próximo de 7%.

Ainda sobre a amostra de soldados que responderam à pesquisa, dividimos inicialmente em dois grupos, os que servem no interior e os que servem na Região Metropolitana de Porto Alegre. Dos 328 soldados que responderam ao questionário, 226 soldados, 69% dos soldados, são do interior e 102, 31% dos soldados, são da Região Metropolitana.

Mas dos militares que são do interior, ainda podemos fazer outra divisão, os que servem em quartel de fronteira e os que servem em quartel que não é na fronteira. Dos militares que servem em quartéis localizados na faixa de fronteira são 130 soldados, 40% do total de soldados.

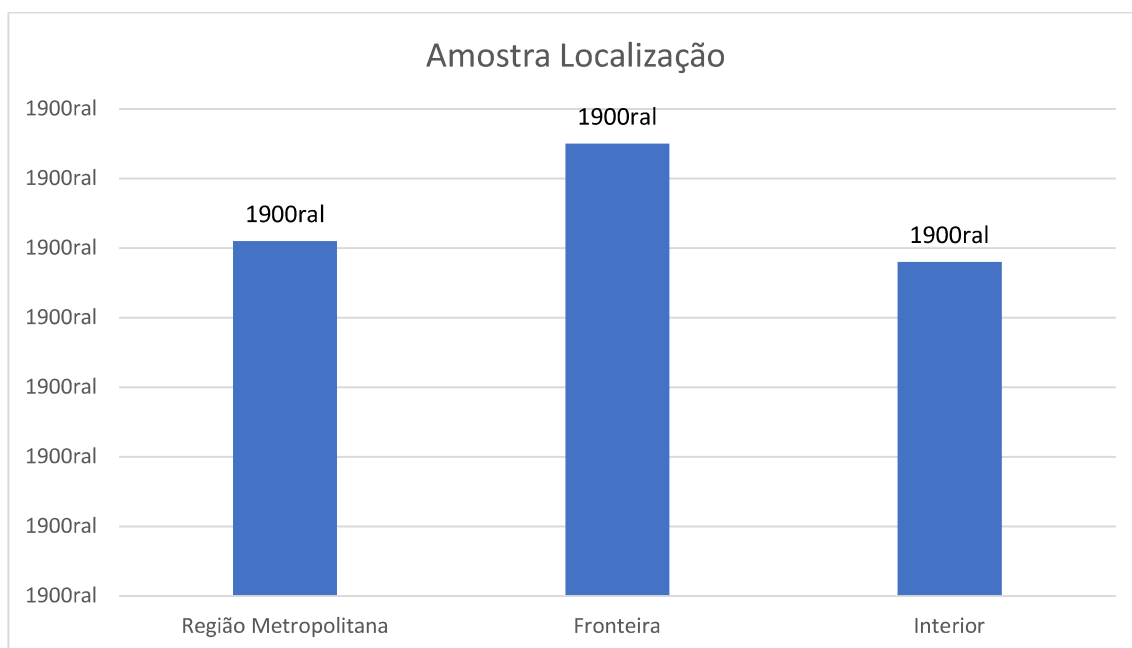
Desta forma, chega-se a uma amostra de 40 % de soldados que servem na faixa de fronteira, 31% na Região Metropolitana de Porto Alegre e 29% em outras cidades do interior do Rio Grande do Sul. Esta proporção é importante para compreender o tipo de missão que os soldados são mais empregados. Apesar de não ser uma regra, os soldados que servem na Região Metropolitana, 31% da amostra, é mais empregada em operações em região predominantemente urbana com maior população nos municípios. Já os 69% restantes da amostra também são empregados em área urbana, mas em

regiões com menor população nos municípios onde ocorrem as operações. Destaca-se apenas que não é uma regra, pois uma das características da profissão militar é a mobilidade geográfica<sup>36</sup>.

#### **Gráfico 01 – Amostra Localização**

---

<sup>36</sup> Destaca-se como exemplos que militares que servem no Rio Grande do Sul foram designados para Operação Acolhida em Roraima em 2020 e também designados para Força de Pacificação no Complexo da Maré no Rio de Janeiro em 2014.

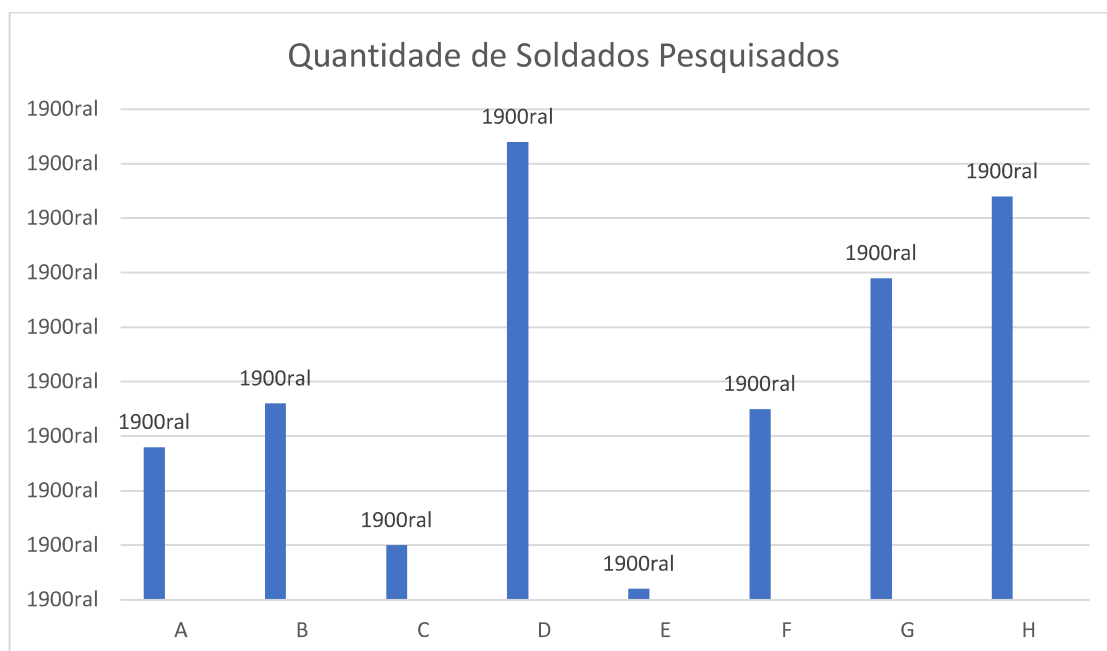


Fonte: desenvolvido pelo autor

Sobre a quantidade de militares de cada Organização Militar que responderam ao questionário, variou muito em decorrência das atividades e operações militares em curso na data da aplicação da pesquisa. A seguir, são apresentados os efetivos que responderam ao questionário em cada Organização Militar. Os quartéis foram denominados por letra para especificar cada um. No gráfico 02 abaixo, as Organizações Militares foram colocadas na ordem de aplicação da pesquisa.

**Gráfico 02 – Quantidade de Soldados Pesquisados**





Fonte: desenvolvido pelo autor

## 5.2.2 Procedimentos

Os procedimentos para aplicação da pesquisa começaram com a designação de um local que geralmente era feita pelo subcomandante da Organização Militar. O local para reunião em todos os casos foram locais arejados devido a pandemia do Covid-19. Outra orientação que foi passada é que cada soldado trouxesse sua caneta para responder ao questionário, para evitar assim a possibilidade de algum tipo de transmissão do vírus. Todos permaneciam de máscara durante todo o tempo de aplicação da pesquisa.

Após reunidos os militares, foi realizada uma conversa introdutória sobre o assunto. Inicialmente foi realizada a apresentação do pesquisador e o objetivo da pesquisa. Após isso, foram realizados os comentários sobre o sigilo da pesquisa, informando que o questionário não era identificado e que o termo de consentimento ficava em folha separada da pesquisa e que era uma formalidade para comprovação da aplicação da pesquisa. Posteriormente, foi esclarecido que a pesquisa não era obrigatória

e sim de caráter voluntário. Aqueles que não quisessem responder poderiam deixar a pesquisa em branco e não assinar o termo de consentimento.

Feito os esclarecimentos iniciais, foi realizada uma pequena ambientação sobre o contexto das operações de Garantia da Lei e da Ordem e o crescente emprego das Forças Armadas. Foi também realizadas considerações sobre o que eram dilemas éticos e perguntado se alguém tinha alguma dúvida. Por fim, antes de responderem, era destacado que as respostas poderiam contribuir para aperfeiçoar a formação dos soldados para os novos desafios.

Realizadas as considerações, que demoravam em média dez minutos, os soldados poderiam responder ao questionário e assim que assinassem o termo de consentimento, poderiam sair e retornar as atividades do quartel. Não havia tempo limite para responder ao questionário, porém o tempo médio de resposta era de no máximo dez minutos. A aplicação do questionário, do momento que chegavam na sala até a saída do último militar, demorou entre 20 e 30 minutos, dependendo da quantidade de soldados no local. Apesar de todos responderem juntos e ao mesmo tempo, o que mais demorava era a assinatura do termo de consentimento e a entrega do questionário.

Em algumas situações, os soldados permaneciam na sala e conversavam com o aplicador sobre a pesquisa. Alguns militares relataram achar o tema interessante e que nunca tinham pensado no assunto sob aquela perspectiva. Que o tema os levou a refletir sobre o assunto e sob suas responsabilidades.

### **5.2.3 Questionário**

A pesquisa com soldados consistiu na aplicação de questionário para escolha de respostas entre cinco opções possíveis, conforme escala de Likert, que permite medir as atitudes e conhecer o grau de conformidade do entrevistado com qualquer afirmação proposta (Likert, 1932).

As duas primeiras perguntas (perguntas 1 e 2) eram introdutórias e tiveram por objetivo inicialmente ambientar o indivíduo que responde ao questionário com o tipo de resposta, assinalar a opção que acha mais adequada, assim como estimular o foco e a concentração para as respostas do questionário. Foi perguntado qual o nível de

escolaridade (pergunta 1), sendo fornecidas as opções que começavam com ensino fundamental completo até graduação completo. Desta forma, foi possível obter um panorama da escolaridade dos pesquisados.

Outra pergunta introdutória foi a respeito do tempo de serviço no Exército Brasileiro do soldado (pergunta 2), tendo como opções de entre 1 a 2 anos até 5 a 6 anos de serviço. Desta maneira foi possível verificar o tempo de experiência como militar dos pesquisados.

A seguir foi perguntado como o soldado se sentia para enfrentar situações difíceis e inesperadas em operações militares (pergunta 3). Optou-se por não usar o termo dilemas éticos e sim parte do conceito utilizado para explicar o seu conceito. O objetivo da pergunta foi verificar a percepção do soldado sobre o seu preparo. A pergunta está diretamente relacionada ao objetivo da tese de analisar a capacitação dos soldados para enfrentar dilemas éticos em operações militares. O soldado poderia optar entre sentir-se despreparado, pouco preparado, preparado, bem preparado e muito preparado.

A pergunta seguinte (pergunta 4) foi referente ao grau de importância que o soldado atribui às instruções militares que participou para enfrentar situações inesperadas nas operações. O objetivo foi verificar a percepção do soldado quanto a importância das instruções. O militar poderia optar por informar que a instrução não é importante, é pouco importante, razoavelmente importante, importante e muito importante. Entender a percepção do soldado sobre a importância das instruções contribui para buscar uma solução para o problema de pesquisa de compreender como podemos aprimorar a capacitação do soldado para enfrentar dilemas éticos em operações militares.

As duas perguntas seguintes (perguntas 5 e 6) referentes às instruções e regras de engajamento tinham por objetivo traçar um panorama da percepção dos soldados sobre essas atividades, desta forma, buscou uma compreensão de como o soldado percebe a sua capacitação para enfrentar situações difíceis que envolvam dilemas éticos. A partir desta percepção é possível concentrar os esforços de preparo e capacitação em áreas que eles atribuem importância para seu preparo. As perguntas não tinham por objetivo avaliar se as instruções e regras de engajamento são necessárias ou não.

A pergunta 5 foi sobre se os soldados achavam que as instruções que participaram contribuem para enfrentar dilema éticos durante as operações. A pergunta seguinte foi se eles achavam que as regras de engajamento contribuem para enfrentar situações complexas durante as operações. Foi dada a opção em ambas as perguntas (5 e 6) de responderem que nunca, raramente, ocasionalmente, frequentemente e com muita frequência.

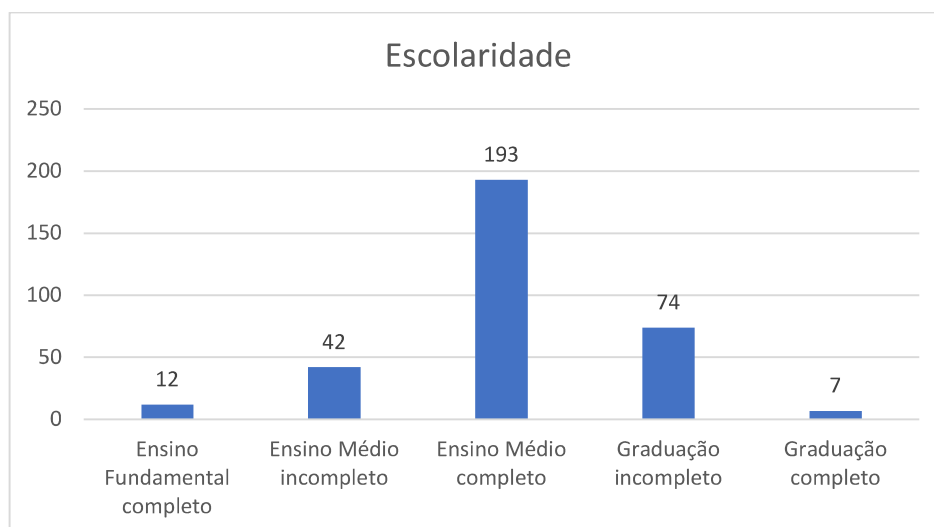
A última pergunta (pergunta 7) refere-se ao grau de importância atribuído às próprias ações e a sua postura individual para o sucesso de uma operação. A pergunta tem por objetivo verificar a percepção do soldado referente às suas ações e as consequências dela nas operações. Desta forma, é possível verificar se a percepção do soldado está compatível com o que foi escrito em capítulos anteriores sobre a importância das ações individuais dos militares nas operações militares.

#### **5.2.4 Resultados**

A seguir, são apresentados os resultados iniciais sobre o questionário aplicado a 328 soldados do Efetivo Profissional do Exército Brasileiro. Os resultados são apresentados em porcentagem dos dados obtidos e em formato gráfico para visualização dos resultados.

Sobre o nível de escolaridade (pergunta 1), 12 soldados, 3,7% do total, responderam que possuem o ensino fundamental completo, 42 soldados, 12,8%, possui ensino médio incompleto, 193 soldados, 58,8%, possui ensino médio completo, 74 soldados, 22,6%, possui graduação incompleto e sete soldados, 2,1%, possui graduação completo.

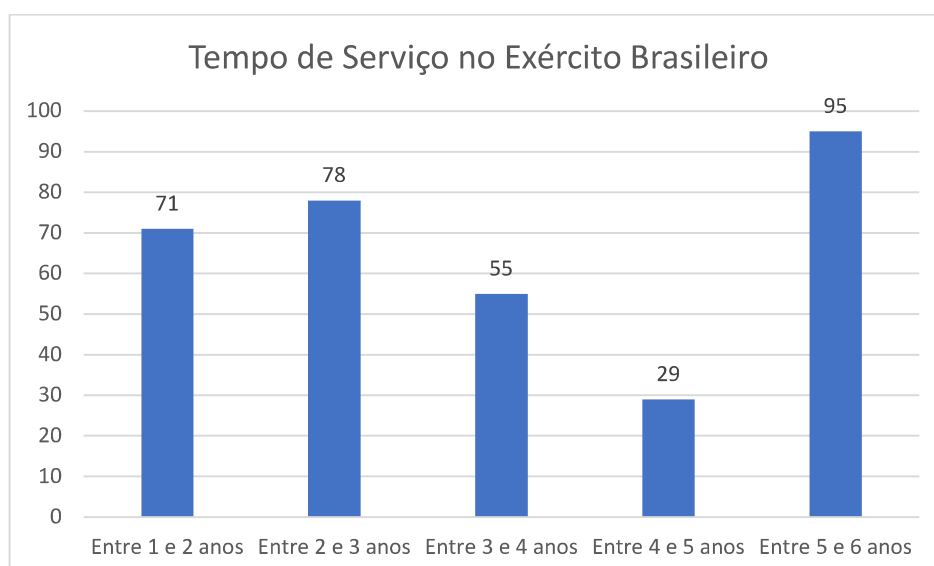
**Gráfico 03 – Escolaridade**



Fonte: desenvolvido pelo autor

Sobre a pergunta a respeito do tempo de serviço no Exército Brasileiro (pergunta 2), 71 soldados, 21,6% do total, informaram que possuem entre 1 a 2 anos de serviço, 78 soldados, 23,8%, informaram que possuem entre 2 e 3 anos de serviço. 55 soldados, 16,8%, informaram possuir entre 3 e 4 anos de serviço. 29 soldados, 8,8%, informaram possuir entre 4 e 5 anos de serviço e 95 soldados, 29%, informaram possuir entre 5 e 6 anos de serviço.

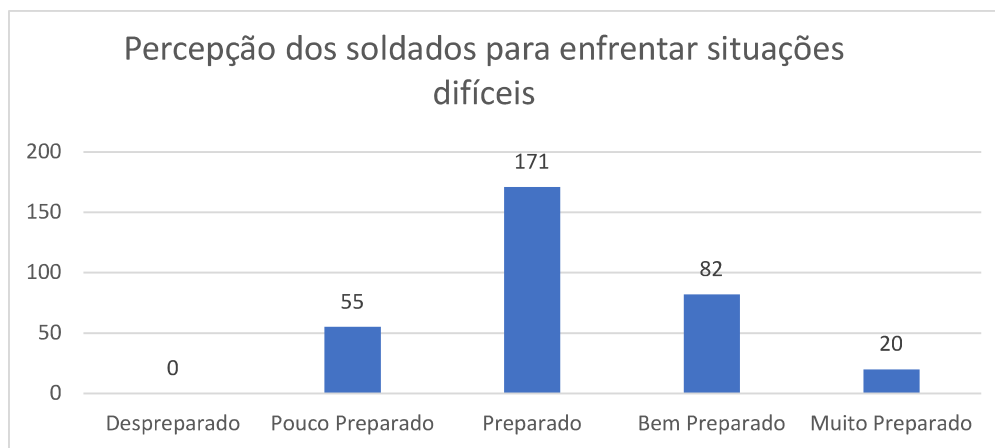
**Gráfico 04 – Tempo de Serviço no Exército Brasileiro**



Fonte: desenvolvido pelo autor

Em resposta à pergunta sobre como o soldado se sente para enfrentar situações difíceis e inesperadas em operações militares (pergunta 3), os soldados responderam de maneira que 0% dos militares sentem-se despreparados, ou seja, nenhum militar sente-se despreparado. De todas as opções do questionário todo, foi a única opção que não foi assinalada por nenhum soldado. 55 soldados, 16,8% sentem-se pouco preparados, 171 soldados, 52,1%, sentem-se preparados. 82 soldados, 25% sentem-se bem preparados e 20 soldados, 6,1% sentem-se muito preparados.

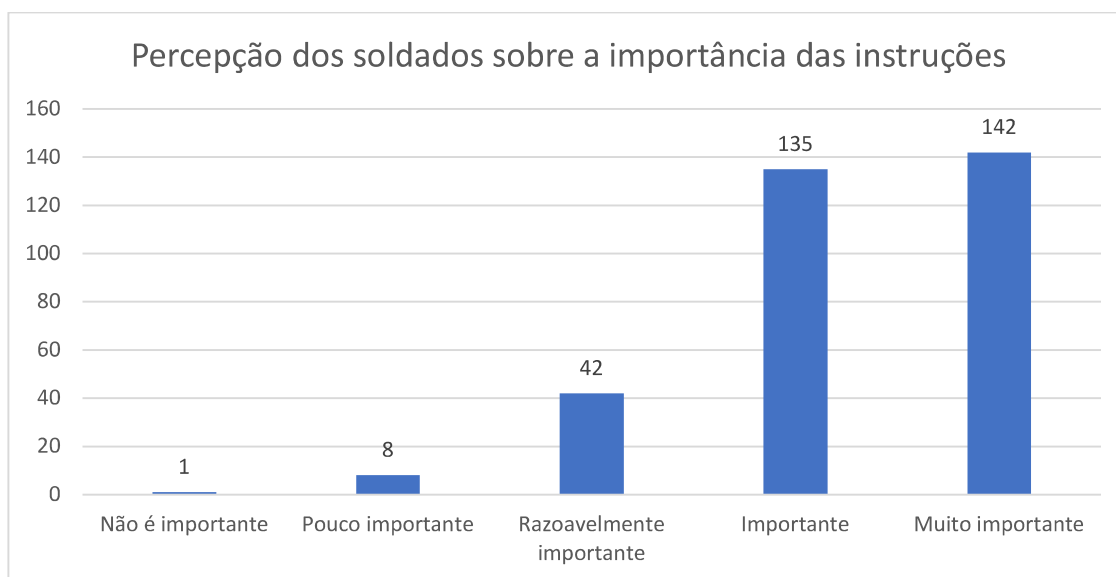
**Gráfico 05 - – Percepção dos soldados para enfrentar situações difíceis**



Fonte: desenvolvido pelo autor

As respostas à pergunta seguinte (pergunta 4) referentes ao grau de importância que o soldado atribui às instruções militares que participou para enfrentar situações inesperadas nas operações, os militares que respondera, ao questionário apenas um soldado, 0,3%, declarou não achar importante as instruções militares. oito soldados, 2,4% atribuíram pouca importância às instruções. 42 soldados, 12,8% atribuíram razoável importância. Já a maior parte dos militares informou que a instrução militar é importante, 135 soldados, 41,2% ou muito importante, 142 soldados, 43,3%, para enfrentar situações inesperadas em operações militares.

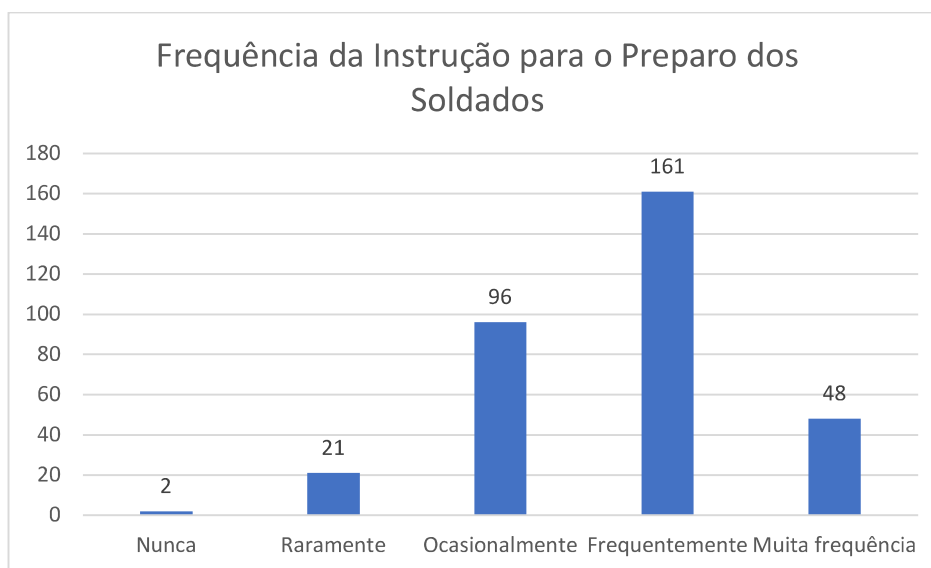
**Gráfico 06 – Percepção dos soldados sobre a importância das instruções**



Fonte: desenvolvido pelo autor

Em resposta à pergunta 5 sobre se os soldados acham que as instruções que participaram contribuem para enfrentar dilema éticos durante as operações, dois soldados, 0,6%, responderam que nunca contribuem, 21 soldados, 6,4%, responderam que raramente contribuem. 96 soldados, 29%, responderam que contribuem ocasionalmente, 161 soldados, 49%, um pouco menos da metade, responderam que contribuem frequentemente e 48 soldados, 14,6%, responderam que as instruções com muita frequência contribuem para enfrentar dilema éticos durante as operações.

**Gráfico 07 – Frequência da instrução para o preparo dos soldados**

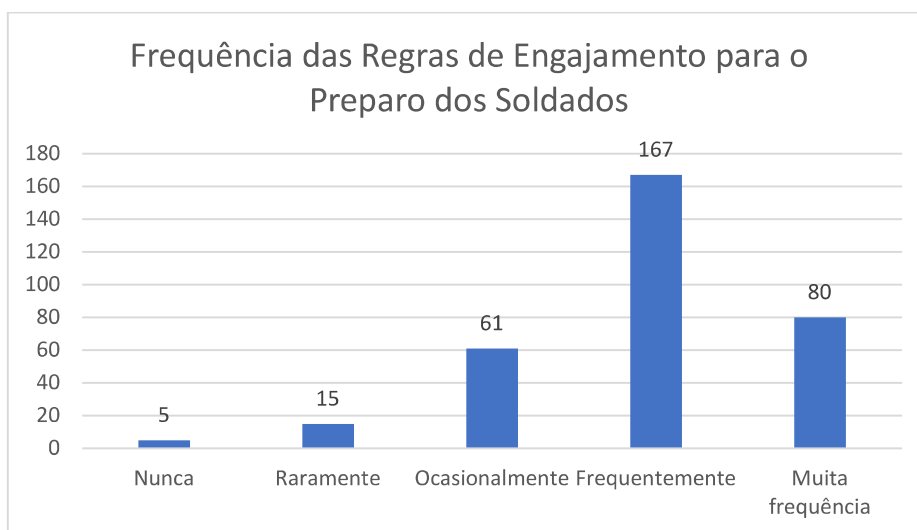


Fonte: desenvolvido pelo autor

Em resposta à pergunta 6 sobre se os soldados acham que as regras de engajamento que participaram contribuem para enfrentar dilema éticos durante as operações, cinco soldados, 1,5%, responderam que nunca contribuem, 15 soldados, 4,6%, responderam que raramente contribuem. 61 soldados, 18,6%, responderam que contribuem ocasionalmente, 167 soldados, 50,9%, um pouco mais da metade, responderam que contribuem frequentemente e 80 soldados, 24,4%, responderam que as regras de engajamento com muita frequência contribuem para enfrentar dilema éticos durante as operações.

**Gráfico 08 – Frequência das regras de engajamento para o preparo dos soldados**

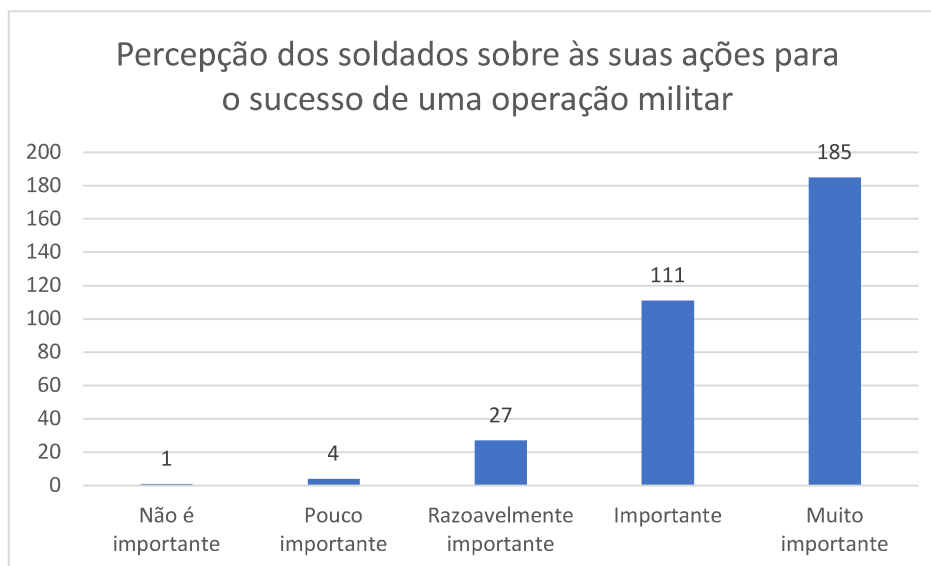




Fonte: desenvolvido pelo autor

Referente às respostas da última pergunta (pergunta 7) sobre o grau de importância atribuído às próprias ações e a sua postura individual para o sucesso de uma operação, apenas um soldado, 0,3%, respondeu que não é importante. Quatro soldados, 1,2% responderam que é pouco importante e 27 soldados, 8,2%, responderam que é razoavelmente importante. A ampla maioria, 90,3 % dos soldados atribuiu que é importante ou muito importante. 111 soldados, 33,9%, disse que suas ações são importantes e 185 soldados, 56,4%, disse que suas ações são muito importantes para o sucesso de uma operação militar.

**Gráfico 09 – Percepção dos soldados sobre as suas ações para o sucesso de uma operação militar**



Fonte: desenvolvido pelo autor

### 5.3 PESQUISA COM COMANDANTES DE SUBUNIDADE

Optou-se pela aplicação de pesquisa qualitativa aos Comandantes de Subunidade, possibilitando uma maior interação com os militares pesquisados. A pesquisa foi aplicada em 15 Comandantes de Subunidade de sete Organizações Militares diferentes com cinco perguntas simples nas quais o militar teve que optar entre cinco opções e três perguntas abertas que o militar poderia responder a sua opinião sobre o assunto.

Particularmente sobre as questões fechadas, os resultados obtidos também foram utilizados de forma numérica e estatística, trazendo resultados conclusivos sobre o tema, que serão abordados na discussão dos resultados. Além disso, as observações e opiniões expressas pelos participantes da pesquisa nas respostas abertas são colocadas à discussão no capítulo seguinte.

### 5.3.1 Amostra

A pesquisa foi aplicada a 15 Comandantes de Subunidade, três da arma de Infantaria, um de Cavalaria, cinco de Artilharia e seis de Comunicações. Os militares são de sete Organizações Militares diferentes, duas de Infantaria, uma de Cavalaria, três de Artilharia e uma de Comunicações.

Os Comandantes de Subunidade possuem entre 25 a 35 anos de idade com uma média de 12 anos de serviço. A idade varia porque Tenentes sem o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais podem comandar Subunidade, assim como Capitães com Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Dez capitães e quatro Tenentes participaram da pesquisa. Além disso, um Major Oficial de Operações também participou. A pesquisa do Major também foi contabilizada pelo fato do militar, funcionalmente, ter como atribuição planejar, organizar e coordenar toda a instrução da Organização Militar.

Os Comandantes de Subunidade são os militares no posto de Capitão ou Tenente que são subordinados a um Comandante da Organização Militar e são responsáveis pelos militares de sua Subunidade. Conforme o Regulamento Interno de Serviços Gerais (BRASIL, 2003) compete ao Comandante de Subunidade dentre tantas atribuições educar militarmente, cuidar da educação moral e cívica de seus comandados e fiscalizar a instrução militar.

Mas a principal competência que levou o pesquisador a buscar a percepção do Comandante de Subunidade refere-se ao inciso III do art. 110 do Regulamento Interno de Serviços Gerais que diz que o Comandante de Subunidade deve:

Procurar conhecer, com segurança, a personalidade, a capacidade e o preparo profissional de cada um dos seus oficiais e praças, a fim de melhor orientar-se no cumprimento de sua missão, como educador, instrutor, disciplinador e avaliador, exigindo-lhes esforços compatíveis com as suas possibilidades morais, intelectuais e físicas (BRASIL, 2003, p. 32).

O universo de militares que participaram da entrevista é bem diferente dos soldados que responderam ao questionário. Além das responsabilidades e atribuições,

outra diferença dos oficiais de carreira responsáveis pelas instruções é que, diferente dos soldados que geralmente são do município ou de regiões próximas ao quartel, os Comandantes de Subunidade são de diversos lugares do Brasil. Além de, na maioria dos casos não serem naturais da cidade, muitas vezes sua origem não é nem do Estado onde estão servindo. Isso se deve a formação de todos os oficiais de carreira combatentes ser centralizada em Resende-RJ na Academia Militar das Agulhas Negras e a partir da conclusão de sua formação, eles são transferidos para servir em qualquer guarnição de sua arma quadro ou serviço, sendo característica marcante da profissão militar a mobilidade geográfica.

Outra característica dos Comandantes de Subunidade, é que muitos deles participaram de operações militares em outros locais que serviram, como por exemplo a operação de Pacificação da Maré, no Rio de Janeiro. Isso trouxe uma maior qualidade nas respostas porque os militares lembravam de situações que tinham vivenciado ao longo das operações militares que participaram. Foi perceptível a experiência dos Comandantes de Subunidade em diversas operações militares durante a sua carreira.

Apesar de o responsável pela entrevista ter deixado claro que o universo da pesquisa eram os militares que serviam no seu quartel, é possível que alguns tenham respondido com base também nas suas vivências profissionais passadas, particularmente aquelas em experiências em comunidades do Rio de Janeiro. Esta percepção se deve ao fato de que durante as entrevistas, muitas vezes os militares citavam como exemplo situações vivenciadas em operações militares em outros quartéis em que haviam servido anteriormente.

### **5.3.2 Procedimentos**

Os procedimentos para aplicação da pesquisa com os Comandantes de Subunidade, da mesma forma que com os soldados, iniciaram com a designação de um local que geralmente era feito pelo subcomandante da Organização Militar. Foram designados locais arejados para entrevista, devido a pandemia do Covid-19. Todos permaneceram de máscara durante todo o tempo de aplicação da pesquisa.

O planejamento inicial foi de realização de entrevista de forma individual e particular. Em algumas oportunidades, foi possível fazer a entrevista desta forma, porque havia apenas um Comandante de Subunidade disponível na Organização Militar ou eles vinham um de cada vez. Porém, em algumas oportunidades, que havia mais de um militar para entrevista e eles apareciam juntos, a aplicação da entrevista teve que ser com ambos os militares ao mesmo tempo, devido ao pouco tempo disponível. Os comandantes de Subunidade, em algumas ocasiões, tinham tarefas e missões para executar que o impossibilitavam de retornar mais tarde para entrevista. Além disso, o aplicador da pesquisa também não dispunha de muito tempo, pois também tinha que realizar a aplicação do questionário nos soldados.

Da mesma forma que com os soldados, era realizada uma conversa introdutória sobre o assunto. Inicialmente foi realizada a apresentação do pesquisador e o objetivo da pesquisa. Após isso, foram realizados os comentários sobre o sigilo da pesquisa, informando que a entrevista não era identificadora e que o termo de consentimento ficava em folha separada da pesquisa e que era uma formalidade para comprovação da aplicação da pesquisa. Posteriormente, foi esclarecido que a pesquisa não era obrigatória e sim de caráter voluntário. Aquele militar que não quisesse responder tinha liberdade de não participar. Ressalta-se que todos que foram ao encontro do pesquisador e ouviram o tema e objetivo da pesquisa participaram da entrevista.

Feitos os esclarecimentos iniciais, foi realizada uma pequena ambientação sobre o contexto das operações de Garantia da Lei e da Ordem e o crescente emprego das Forças Armadas. Foi também realizada considerações sobre o que eram dilemas éticos e perguntado se alguém tinha alguma dúvida. Por fim, antes do início da entrevista, era destacado que as respostas poderiam contribuir para aperfeiçoar a formação dos soldados para os novos desafios.

Não foi estipulado tempo mínimo ou tempo limite para concluir a entrevista, porém o tempo médio de conversa foi de 20 minutos. Ao término da entrevista era assinado o termo de consentimento pelo entrevistado.

Ao término dos procedimentos formais, muitos militares entrevistados expressaram o interesse pelo tema. Relataram que a entrevista os levava a refletir sobre um assunto que nunca haviam pensado sobre aquela perspectiva.

### 5.3.3 Perguntas da Entrevista

A pesquisa com os Comandantes de Subunidade consistiu na aplicação de três perguntas abertas com registro de respostas pelo aplicador e cinco perguntas para escolha de respostas entre cinco opções possíveis, conforme escala de Likert, que permite medir as atitudes e conhecer o grau de conformidade do entrevistado com qualquer afirmação proposta (Likert, 1932).

Diferente do que aconteceu com os soldados, não foram realizadas perguntas introdutórias com objetivo de ambientar o indivíduo que responde ao questionário. Após os esclarecimentos, a pergunta inicial tinha por objetivo verificar a percepção geral do Comandante de Subunidade sobre a preparação do soldado para enfrentar dilemas éticos. A pergunta está diretamente relacionada ao objetivo da tese de analisar a capacitação dos soldados para enfrentar dilemas éticos em operações militares. O militar poderia escolher que os soldados estão despreparados, pouco preparados, preparados, bem preparados e muito preparados.

A segunda pergunta refere-se à intensidade que o Comandante de Subunidade acredita que as instruções militares ministradas aos soldados contribuem para enfrentar dilemas éticos durante as operações. Foi dada a opção de responder que nunca, raramente, ocasionalmente, frequentemente e com muita frequência.

A seguir foi perguntado o grau de importância atribuído às instruções militares que os soldados participam no sentido de prepará-los para enfrentar esses dilemas éticos durante as operações (pergunta 3). Foi dada a opção de responder que não é importante, que é pouco importante, razoavelmente importante, importante e muito importante.

A pergunta seguinte (pergunta 4) foi referente a maneira que os soldados, sob seu comando, são preparados para enfrentar esse tipo de situação. A pergunta aberta permitiu ao militar explicar, sob o seu ponto de vista, como os soldados, sob seu comando, são preparados para enfrentar esse tipo de situação.

A próxima pergunta (pergunta 5) refere-se à percepção do Comandante de Subunidade se em uma ação que envolva um dilema moral, caso o militar souber que o

grupo aceita uma determinada ação como válida, se acha que ele agiria conforme o grupo. Esta pergunta teve por objetivo verificar a possibilidade de implementar atividades de discussão em grupo, analisando a percepção dos comandantes se o soldado agiria de acordo com as ações expressadas pelo grupo como a mais adequada. Foi dada a opção de responder que nunca, raramente, ocasionalmente, frequentemente e com muita frequência.

A pergunta seguinte complementa a anterior, no sentido de verificar se atualmente já são realizadas atividades em que os soldados de sua Companhia/Esquadrão/Bateria participam de atividades/instruções/treinamentos em que há oportunidade de falar e discutir dilemas éticos. Foi dada a opção de responder que nunca, raramente, ocasionalmente, frequentemente e com muita frequência.

Na pergunta seguinte (pergunta 7) foi questionado se acredita que uma atividade/instrução/treinamento em que os soldados têm oportunidade de falar e discutir dilemas éticos pode contribuir para eles enfrentarem esses dilemas em operações militares. Também foi perguntado por que, de maneira que o Comandante de Subunidade explicasse por que razão ele acredita ou não que este tipo de abordagem irá, ou não interferir nas atitudes tomadas pelos seus subordinados.

A última pergunta (pergunta 8) refere-se a opinião particular do Comandante de Subunidade sobre como podemos aperfeiçoar a capacitação dos soldados para enfrentar dilemas éticos em operações militares. A pergunta tinha por objetivo levantar novas ideias e impressões sobre o que é possível fazer para aperfeiçoar a capacitação dos soldados. Com base da resposta apresentada, e pelo fato de ser a última pergunta, foi possível estender o assunto da pesquisa obtendo ideias e comentários complementares, trazendo assim o máximo de impressões possíveis sobre o assunto.

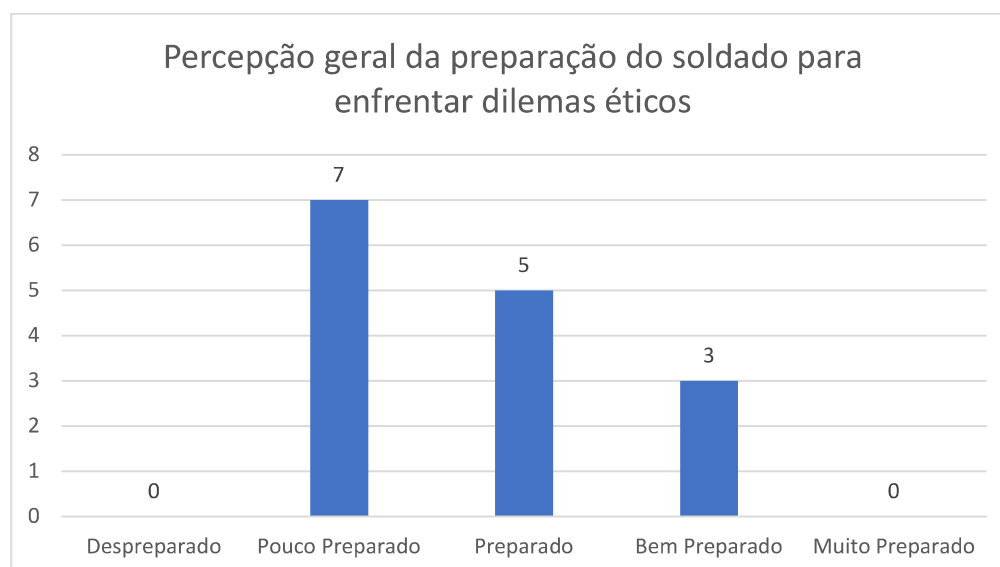
#### **5.3.4 Resultados**

A seguir, são apresentados os resultados iniciais sobre a entrevista realizada com 15 Comandantes de Subunidade de sete Organizações Militares diferentes do Exército Brasileiro. Os resultados das questões fechadas são apresentados em porcentagem dos

dados obtidos e em formato gráfico para visualização dos resultados. E os resultados das questões abertas são apresentados descrevendo as respostas obtidas.

Em resposta à pergunta inicial sobre a percepção geral do Comandante de Subunidade sobre a preparação do soldado para enfrentar dilemas éticos, nenhum dos comandantes respondeu que os soldados estão despreparados. Sete militares, 46,7%, responderam que os soldados estão pouco preparados, cinco militares, 33,3%, responderam que os soldados estão preparados. Três militares e 20% responderam que os soldados estão bem preparados. Também nenhum dos comandantes respondeu que os soldados estão muito preparados.

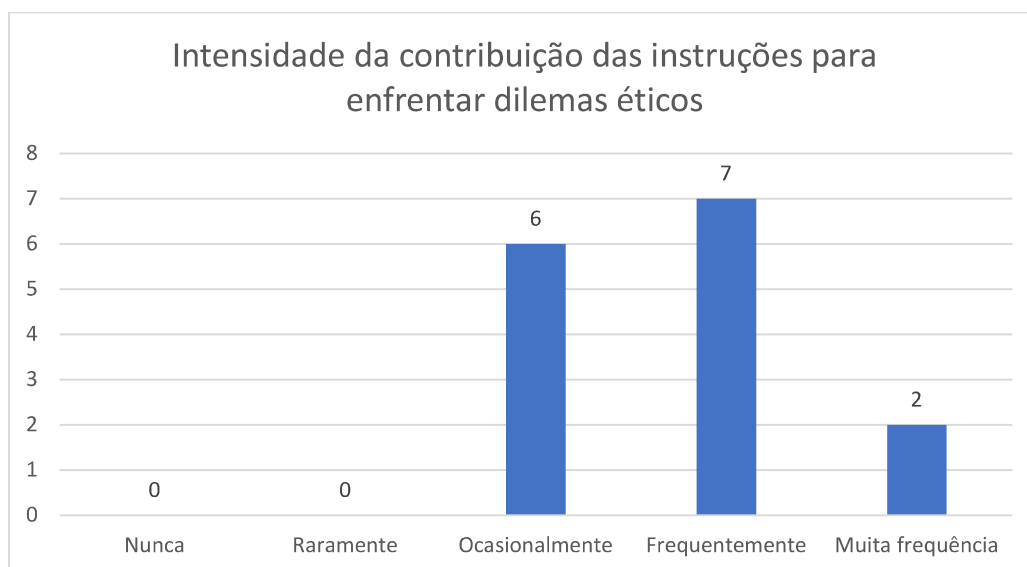
**Gráfico 10 – Percepção geral da preparação dos soldados para enfrentar dilemas éticos**



Fonte: desenvolvido pelo autor

Em resposta à pergunta 2 sobre a intensidade que o Comandante de Subunidade acredita que as instruções militares ministradas aos soldados contribuem para enfrentar dilemas éticos durante as operações, nenhum militar respondeu que nunca contribui ou que raramente contribui. Seis militares, 40%, responderam que contribuem ocasionalmente, sete militares, 46,7%, responderam que contribuem frequentemente e dois militares, 13,3%, responderam que as instruções com muita frequência contribuem para os soldados enfrentarem dilemas éticos durante as operações.

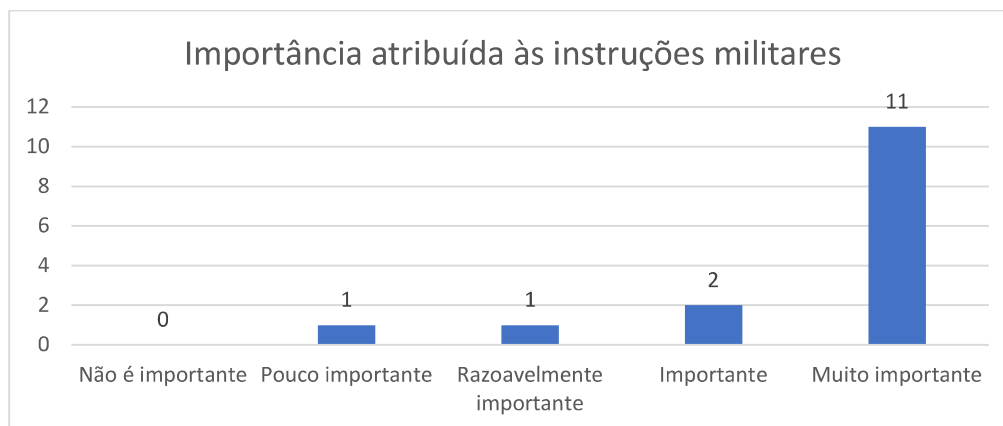


**Gráfico 11 – Intensidade da contribuição das instruções para enfrentar dilemas éticos**

Fonte: desenvolvido pelo autor

Referente a resposta da pergunta 3 sobre o grau de importância atribuído às instruções militares que os soldados participam no sentido de prepará-los para enfrentar esses dilemas éticos durante as operações, nenhum militar respondeu que não é importante. Um militar, 6,7% respondeu que é pouco importante e mais um militar, novamente 6,7%, respondeu que é razoavelmente importante. Dois militares, 13,3%, disse que são importantes e 11 militares, 73,3%, a maioria, acha que as instruções são muito importantes para preparação dos soldados para enfrentar esses dilemas éticos durante as operações.

**Gráfico 12 – Importância atribuída às instruções militares**



Fonte: desenvolvido pelo autor

A pergunta seguinte (pergunta 4), referente a maneira que os soldados, sob comando do Comandante de Subunidade, são preparados para enfrentar esse tipo de situação foi pergunta aberta. Dentre as atividades informadas pelos comandantes de Subunidade, atividades práticas nas instruções, orientações verbais nas formaturas, estudo de caso antes da missão, instruções de regras de engajamento, conversas ocasionais, desenvolvimento de atributos da área afetiva<sup>37</sup> e transmissão de experiências foram as formas citadas pelos militares de como preparar os soldados para enfrentar dilemas éticos.

Foi dada ênfase às instruções ministradas por ocasião da preparação específica antes da missão e da ambientação para a operação militar. Além disso, a maior parte dos militares entrevistados ressaltou a importância das instruções para o preparo do soldado.

Dois entrevistados deram ênfase a preparação do Pelotão de Operações Especiais (PELOPES)<sup>38</sup>. Destacaram que os militares deste pelotão estão melhor preparados para atuar em ambiente com presença de civis.

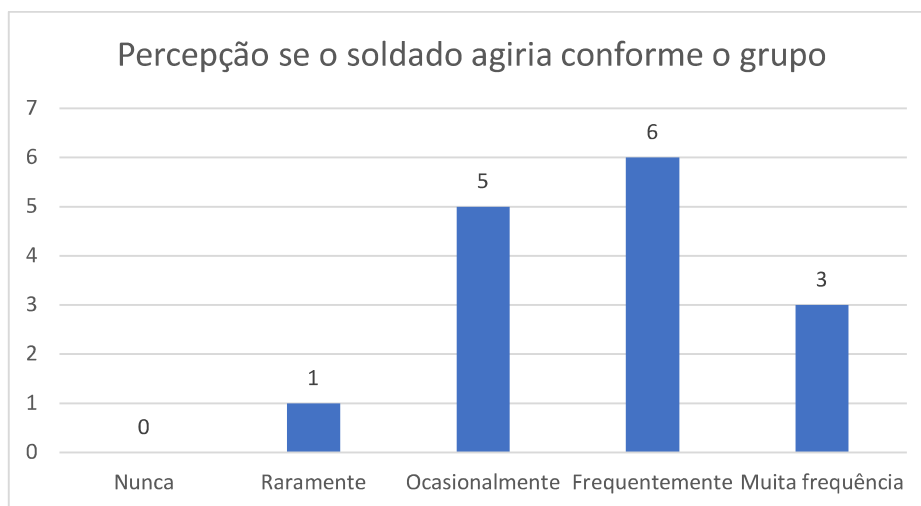
Em resposta à pergunta 5 sobre a percepção do Comandante de Subunidade se em uma ação que envolva um dilema moral, caso o militar saiba que o grupo aceita uma determinada ação como válida, se acha que ele agiria conforme o grupo, nenhum militar respondeu que nunca. Um militar, 6,7%, respondeu que raramente, cinco militares,

<sup>37</sup> Expressão abordada e desenvolvida no capítulo 4.

<sup>38</sup> O PELOPES é um pelotão existente em uma Organização Militar em condições de pronto emprego com capacidade para cumprir missões não convencionais. Pelotão formado apenas por soldados do Efetivo Profissional e selecionados, possui adestramento específico.

33,3%, responderam que ocasionalmente, seis militares, 40%, responderam que frequentemente e por fim três militares, 20%, responderam que com muita frequência o soldado agiria conforme o grupo, caso o grupo aceite uma determinada ação como válida.

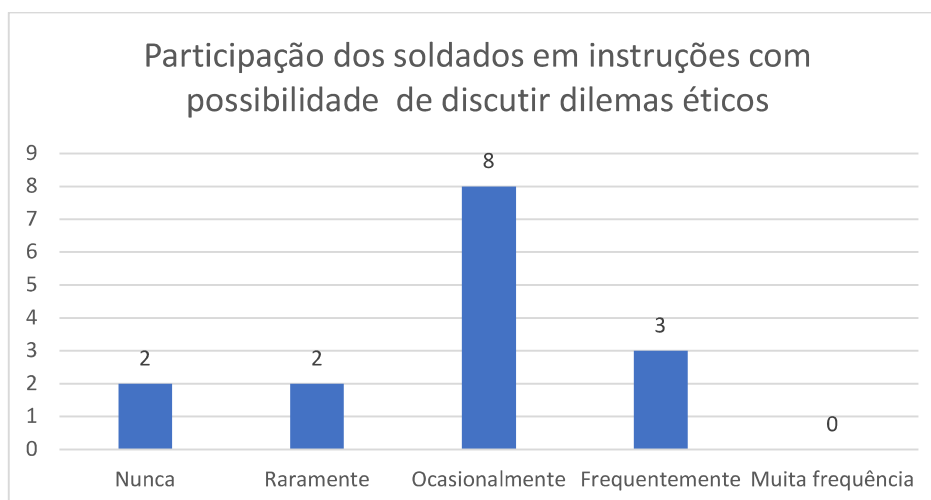
**Gráfico 13 – Percepção se o soldado agiria conforme o grupo**



Fonte: desenvolvido pelo autor

Em resposta à pergunta 6 sobre a participação dos soldados em atividades/instruções/treinamentos em que há oportunidade de falar e discutir dilemas éticos, dois Comandantes de Subunidade, 13,3% responderam que os soldados nunca participam deste tipo de atividade, instrução ou treinamento. Mais dois comandantes, novamente 13,3%, responderam que raramente, oito militares, 53,4%, responderam que ocasionalmente, três militares, 20%, responderam que frequentemente e nenhum militar respondeu que os soldados participam com muita frequência.

**Gráfico 14 – Participação do soldado em instruções com possibilidade de discutir dilemas éticos**



Fonte: desenvolvido pelo autor

A pergunta seguinte (pergunta 7), referente a percepção dos Comandantes de Subunidade se uma atividade/instrução/treinamento em que os soldados tenham oportunidade de falar e discutir dilemas éticos pode contribuir para eles enfrentem esses dilemas em operações militares foi pergunta aberta. Referente a pergunta, 100% dos entrevistados responderam que sim. Os motivos apresentados para concordar são a troca de experiências, a exploração de exemplos práticos e a possibilidade de reflexão sobre as situações a enfrentar.

Foi destacado por um entrevistado que o debate possibilita também ao instrutor expor suas experiências pessoais em operações militares e as lições aprendidas. Outro militar respondeu que as instruções que possibilitam falar e discutir dilemas propicia que seja externado a experiência de vida de cada um dos participantes.

Outro entrevistado destacou que mesmo sendo muito difícil explorar todos os casos possíveis de acontecer, é muito importante o debate de alguns exemplos possibilitando que uma situação nova e inesperada seja mais difícil de ocorrer. O militar destacou ainda que a dúvida e a incerteza de como agir é crucial para a tomada de decisão malsucedida.

Foi ainda destacado por outro entrevistado que se o militar tem oportunidade de falar e participar mais da instrução, ele se envolverá mais com a atividade. Quanto mais o soldado estiver participativo e envolvido na instrução, maior será a aprendizagem e assimilação do conhecimento.

A última pergunta (pergunta 8) referente a opinião particular do Comandante de Subunidade sobre como podemos aperfeiçoar a capacitação dos soldados para enfrentar dilemas éticos em operações militares também foi aberta. Dentre as respostas apresentadas, palestras, apoio psicológico e jurídico, desenvolvimento de atributos da área afetiva, orientação frequente e exposição a situações simuladas foram atividades citadas para aperfeiçoar a capacitação.

Foi destacado a possibilidade de aproveitar as experiências de militares mais antigos que já participaram de diversas operações militares dessa natureza. Reforçou-se a ideia de rotatividade dos instrutores para que sejam passadas mais experiências<sup>39</sup>.

Um entrevistado destacou a necessidade de começar a preparação nas escolas de formação dos Oficiais e Sargentos. Desta forma, os instrutores seriam mais capacitados a utilizar diversas técnicas nas instruções preparando assim os militares com novas abordagens, especificamente sobre dilemas éticos.

Dois entrevistados deram ênfase a instruções práticas com simulação de situações que envolvam tomada de decisão para situações difíceis. Estas situações exigem uma reflexão e análise da situação para a tomada de decisão.

Um entrevistado destacou a necessidade de desenvolver um perfil de militar com maior autonomia. O militar afirmou que a instrução militar, por vezes, limita as ações a serem tomadas. Em operações de GLO não é possível prever todos os possíveis acontecimentos.

Houve um consenso entre todos os Comandantes de Subunidade entrevistados que ressaltaram a importância da instrução na preparação dos soldados para dilemas éticos. Os militares destacaram a necessidade do constante aperfeiçoamento da preparação frente aos novos desafios que se apresentam nas operações militares. Além disso, apesar de as instruções já serem eminentemente práticas, principalmente na capacitação dos soldados, reforçaram a importância da inserção de simulação com novas situações em que seja exigida a rápida tomada de decisão do militar.

---

<sup>39</sup> Os militares responsáveis pela instrução são os oficiais e Sargentos integrantes da Subunidade.

#### 5.4 ANÁLISE PRELIMINAR DOS RESULTADOS

A tese tem por objetivo principal analisar a capacitação dos soldados para enfrentar dilemas éticos em operações militares. Para isso, a pesquisa com os cabos e soldados do efetivo profissional e com os comandantes de subunidade teve por objetivo trazer uma percepção geral sobre o preparo para enfrentar dilemas éticos. Confrontando a percepção dos cabos e soldados com a dos comandantes de subunidade, que acompanham a rotina e a formação dos seus subordinados, se obtém duas visões sobre o preparo para enfrentar dilemas éticos.

Ressalta-se que o termo “dilemas éticos” é um termo pouco usual na profissão militar. O Exército Brasileiro se utiliza do conceito de valores militares para tratar do desenvolvimento de atitudes e comportamento adequado pelos militares. Foi necessário ambientar ambos os grupos pesquisados para a compreensão do tema investigado. Após as explicações, o tema despertou bastante interesse por parte dos militares, trazendo um “*feedback*” positivo ao autor.

As observações positivas realizadas nas conversas ao término da pesquisa, somado ao fato de não ser identificado nem o militar nem a Organização Militar, fazem com que o autor tenha a percepção de que não houve tendência de valorizar para mais ou para menos a percepção, tanto dos cabos e soldados como dos Comandantes de Subunidade. Somado a isso está o fato de se ter exteriorizado nos esclarecimentos iniciais da aplicação da pesquisa que o objetivo do autor aplicar a pesquisa é estudar formas de prepara cada vez melhor os militares para enfrentar dilemas éticos. A percepção é de que todos sentiram-se à vontade para expressar sua opinião sem tendências.

Os resultados apresentados no capítulo mostram percepções diferentes, porém não conflitantes. Ao verificar os cabos e soldados que se sentem pouco preparados, chega-se à porcentagem de 16,8%, e os que se sentem preparados, bem preparados ou muito preparados são 83,2%. Já os comandantes que possuem a percepção que os cabos e soldados estão pouco preparados são 46,7%, porém os que possuem a percepção de que os soldados estão preparados ou bem preparados também é a maioria,

53,3%. Isso mostra que, de uma maneira geral, a percepção é de que os soldados estão preparados para enfrentar dilemas éticos em operações militares.

As respostas sobre o preparo para enfrentar dilemas éticos apresentadas pelos cabos e soldados concentram-se na percepção de estarem preparados, com 52,1%. Além disso, 25% sentem-se bem preparados e 16,8% sentem-se pouco preparados. Já 46,7% dos comandantes de subunidade responderam que os soldados estão pouco preparados, porcentagem maior que a dos cabos e soldados. Mas 33,3%, responderam que os soldados estão preparados, 20% responderam que os soldados estão bem preparados. Estes resultados mostram uma percepção um pouco mais negativa, comparado a percepção dos soldados, o que já era esperado pelo autor.

No decorrer das entrevistas com Comandantes de Subunidade, o autor percebeu que muitos deles tinham bastante vivência em operações militares de Garantia da Lei e da Ordem. Os militares tinham passado por diversas experiências e situações difíceis. Desta forma, torna-se natural que alguns militares, tendo mais consciência de que um dilema ético é uma situação de grande dificuldade para tomada de decisão, tenham uma percepção menor quanto ao preparo dos soldados para este tipo de situação.

Além disso, os militares na função de comando tendem a se sentir responsáveis por tudo que acontece com sua fração. Este pensamento se deve ao fato de o comandante da fração participar das instruções e capacitação e emitir as ordens para as operações, assim como transmitir as informações sobre as regras de engajamento. Desta forma, é muito provável que os comandantes de fração, no caso em estudo os Comandantes de Subunidade, tenham uma percepção que sempre devem preparar melhor suas tropas, pois as atitudes positivas e negativas refletem no seu comando.

Quando a fração atinge um certo grau de adestramento, o Comandante vai exigir um grau maior de perfeição, de maneira que o preparo seja cada vez maior. Entendo assim como esperado o Comandante de Subunidade ter uma percepção menor quando comparada com a percepção dos subordinados. Então, não se entende como uma contradição as diferenças entre a percepção dos Comandantes de Subunidade e a dos cabos e soldados do Efetivo Profissional.

Outro fato relevante, que foi ponto de convergência entre as percepções, é que nenhum militar, seja Comandante de Subunidade, cabo ou soldado teve a percepção

despreparado. Se esperava que, dentro de uma quantidade significativa de militares, algum, ou alguns deles, tivesse a percepção de que os cabos e soldados do efetivo profissional estão despreparados para enfrentar dilemas éticos, o que não aconteceu.

Destaca-se também que estar preparado abre caminho para o estudo de formas de se aperfeiçoar o preparo dos militares. Apesar do resultado da pesquisa ser favorável, entende-se que existe ainda um caminho a seguir na busca de adequações da formação para preparar os militares, cada vez melhor, para novos elementos inseridos na complexidade dos conflitos armados e das operações militares.

Como registrado no início do capítulo, se reforça que existe a necessidade de estudos para uma adequação da preparação dos militares. A constante inserção, e cada vez mais rápida, de novos elementos e situações que irão interferir nas decisões, deve ser motivo de constante atualização da capacitação e do preparo dos militares, em todos os níveis, para agir de maneira correta e de acordo com o esperado dos militares em situações difíceis.

A seguir, no próximo capítulo, são discutidos os resultados com uma análise mais criteriosa de cada questão abordada na pesquisa. Desta forma, se pretende traçar um panorama da percepção dos militares para temas como as instruções e as regras de engajamento, possibilitando uma reflexão sobre as possibilidades de aperfeiçoamento da capacitação dos cabos e soldados do efetivo profissional.



## 6 RESULTADO E DISCUSSÃO

A presente tese se propõe a estudar como aprimorar a capacitação do soldado para enfrentar dilemas éticos em operações militares. Para responder ao referido problema, tem como objetivo principal analisar a capacitação dos soldados para enfrentar dilemas éticos em operações militares. Para contribuir com a solução, no capítulo 5 foram apresentados os resultados da pesquisa de campo e uma discussão preliminar sobre os resultados. Neste último capítulo, são apresentadas considerações mais detalhadas sobre os resultados do estudo com o intuito de chegar a uma resposta ao problema da pesquisa, ou seja, o que pode ser implementado no Exército Brasileiro de maneira a aperfeiçoar a capacitação dos cabos e soldados do efetivo profissional para enfrentar dilemas éticos em operações militares, particularmente nas operações de Garantia da Lei e da Ordem.

O presente capítulo está dividido em três partes. Na primeira parte, são discutidos os resultados obtidos na pesquisa de campo com o objetivo de trazer apontamentos relevantes sobre como a capacitação pode ser aprimorada. Com base nas respostas obtidas na pesquisa com os cabos e soldados e com os comandantes de subunidade, é possível pontuar que atividades são percebidas como relevantes para a capacitação dos militares para enfrentar dilemas éticos. Desta forma, se direciona o estudo para o aperfeiçoamento dessa capacitação.

Em um segundo momento, são discutidas as possibilidades de aperfeiçoamento das atividades consideradas relevantes na capacitação e na rotina militar que contribuam para o comportamento desejado durante as operações militares. Com base na literatura estudada e na percepção dos militares, é proposto a inserção da técnica de ensino do estudo de caso para abordagem do assunto, possibilitando que as atividades relacionadas a capacitação dos militares para enfrentar dilemas éticos seja cada vez mais efetiva. Desta forma, se pretende propor uma solução que não é definitiva, mas que pode contribuir para preparar cada vez melhor os militares para enfrentar os desafios contemporâneos das operações militares, particularmente nas de GLO.

Por fim, são apresentadas sugestões de mudança nos Programas Padrão de forma adequar e aperfeiçoar o ensino de ética no Exército Brasileiro. A preparação dos

militares deve estar em constante atualização para as mudanças e novas exigências das operações militares. Cresce de importância o estudo sobre a preparação dos militares frente a, cada vez mais rápida, transformação da dinâmica dos conflitos e das operações militares. Desta forma, ao término do presente capítulo, se pretende trazer, de forma específica, uma proposta de aperfeiçoamento da capacitação dos cabos e soldados do efetivo profissional do Exército Brasileiro.

## 6.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Na presente seção, são discutidos os resultados obtidos na pesquisa de campo com o objetivo de pontuar quais atividades são percebidas como relevantes para a capacitação dos militares para enfrentar dilemas éticos. A análise se concentra nas instruções e regras de engajamento, temas abordados tanto nas questões apresentadas aos cabos e soldados como aos comandantes de subunidade. Além disso, outras atividades desenvolvidas e destacadas pelos comandantes de subunidade também serão pontuadas.

Desta forma, se direciona o estudo para quais atividades tendem a trazer melhores resultados, caso sofram algum tipo de aperfeiçoamento. Determinada atividade, sendo percebida como relevante para os militares, implica que a atividade possui uma receptividade maior e que os possíveis conhecimentos adquiridos contribuem para a capacitação. Ou seja, a inserção do tema “dilemas éticos” em atividades percebidas pelos militares como relevantes para o seu preparo, tende a ser mais favorável para sua capacitação.

A seguir, serão analisados três tipos de atividades: instruções militares, regras de engajamento e atributos da área afetiva.

### 6.1.1 Instruções Militares

Como observado no capítulo 4, as instruções para os militares do efetivo profissional estão previstas nos Programas Padrão. O Programa-Padrão (PP) de Instrução da Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (BRASIL, 2017e),

contém as instruções previstas para os cabos e soldados do efetivo profissional. O objetivo deste PP é aperfeiçoar e manter os padrões individuais do Efetivo Profissional e manter o militar em condições de ser empregado em qualquer época do ano, quer em operações de defesa externa, quer em operações de Garantia da Lei e da Ordem. Ou seja, o programa é destinado ao preparo dos militares para todo tipo de operação, sendo GLO um dos assuntos explorados.

Dentre os assuntos abordados na pesquisa de campo, tanto para os cabos e soldados como para os comandantes de subunidade, foi perguntado sobre a importância das instruções militares e com que intensidade elas contribuem para enfrentar dilemas éticos em operações militares. Ambas as percepções convergem para um alto grau de importância das instruções militares. Somando os cabos e soldados que acham que as instruções são “importante” ou “muito importante” para enfrentar dilemas éticos, chega-se a um percentual de 84,5%<sup>40</sup>. Já os comandantes de companhia que atribuem o mesmo grau de importância às instruções são 86,6%<sup>41</sup>, muito próximo do percentual de cabos e soldados.

Analisando esses dados, se deduz que uma parcela significativa dos militares, tanto os cabos e soldados como comandantes de companhia, atribui ser importante ou muito importante a contribuição das instruções militares para preparar os militares para enfrentar dilemas éticos em operações militares. Desta forma, para se aperfeiçoar o preparo dos cabos e soldados para enfrentar os dilemas éticos, deve-se priorizar o aperfeiçoamento das instruções militares, pois são as instruções um importante meio de preparar os militares para as operações de GLO.

O Programa-Padrão de Instrução da Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (BRASIL, 2017e), no assunto GLO, contém três instruções a serem ministradas. A primeira se refere a atualização jurídica em GLO, que tem como tarefa identificar os principais artigos, leis e decretos que respaldam o emprego das Forças Armadas em Operações de GLO. É importante destacar que o documento sugere uma palestra para os oficiais, subtenentes e sargentos da OM. Para os cabos e soldados do efetivo profissional, fica a critério do comandante decidir se é ministrada uma palestra ou

---

<sup>40</sup> Gráfico 6 do Capítulo 5.

<sup>41</sup> Gráfico 12 do Capítulo 5.

não. A tarefa seguinte se refere a apresentação da finalidade e da importância da comunicação social e das operações psicológicas para as operações de GLO. A outra instrução está relacionada ao planejamento das operações e só participam militares do Estado-Maior da Organização Militar. A carga horária prevista para essas atividades é de 12 horas.

Mas no mesmo PP, referente à Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (BRASIL, 2017e), no assunto “Atributos da Área Afetiva” estão previstas instruções sobre a ética e os valores militares. A última tarefa se refere a atitudes e mensagens nocivas à ética exploradas pelos meios de comunicação onde são abordados os princípios da ética militar e a influência dos meios de comunicação. Porém não há carga horária prevista para estas instruções e da mesma forma, o documento apresenta a sugestão que o assunto seja abordado em formaturas e reuniões.

Ressalta-se que, em se tratando de virtudes, o tema é tratado de forma subjetiva nas instruções. Não há uma abordagem específica sobre a tomada de decisão dos cabos e soldados em operações militares. Existe sim, o que ficou muito claro nas entrevistas com os comandantes de subunidade, uma forte cultura de desenvolvimento dos valores e das virtudes militares durante as instruções. Desta forma, os militares entendem contribuir para que os cabos e soldados possam agir de maneira adequada durante as operações militares. Para incorporar valores e virtudes, os militares entendem que devem instruir seus subordinados buscando desenvolver atitudes e comportamentos éticos, que nos PP é chamado de atributos da área afetiva.

O desenvolvimento de atributos da área afetiva faz com que os militares tenham condições de agir de maneira adequada a partir do treinamento e desenvolvimento de comportamentos esperados. Como exemplo, destaca-se a instrução de rapel, na qual o soldado deve superar o medo de descer pela corda e desta forma desenvolver a atitude coragem. Pela teoria da ética das virtudes, ao desenvolver a coragem para descer por uma corda de determinada altura, o militar desenvolve a atitude que pode contribuir para enfrentar outras situações em que o militar tenha que ter coragem, como se expor ao perigo em um deslocamento sob fogos. Já pela crítica situacionista, o que vai determinar a atitude do militar é a situação, mesmo que ele tenha coragem para descer o rapel, não

quer dizer que ele terá coragem para se deslocar sob disparos de armas realizadas por forças adversas.

O assunto “desenvolvimento de atributos da área afetiva” será retomado mais a frente, pois para os militares, o assunto é desenvolvido não apenas nas instruções, mas também durante as diversas atividades da rotina militar como formaturas e serviço de guarda.

Quanto a participação dos cabos e soldados nas instruções com oportunidade de falar e discutir dilemas éticos, 53,3% afirmaram que ocasionalmente acontece e 26,6% afirmaram que raramente ou nunca isso acontece<sup>42</sup>. Este fato abre uma possibilidade de aperfeiçoamento das instruções com uma maior oportunidade de discussão dos fatos que envolvam dilemas éticos<sup>43</sup>.

Percebe-se que a instrução é a base da preparação dos cabos e soldados para as operações militares, seja pelo suporte de conhecimento teórico, seja pelo treinamento prático para uma situação real. O que surge como oportunidade de melhoria para as instruções, pontuado por comandantes de subunidade, é a inserção de situações que envolvam dilemas durante as instruções práticas. Além disso, para as instruções sobre as leis e legislação em vigor, foi apresentado como sugestão a instrução ser ministrada por militares especializados no assunto.

Durante as entrevistas, se mostrou muito significativo o conhecimento das leis e normas para as operações de Garantia da Lei e da Ordem. Quanto maior o conhecimento sobre as leis e normas, maior segurança os cabos e soldados terão para agir. Da mesma forma, terão maior segurança para tomar decisões que envolvam dilemas éticos, pois o conhecimento das leis e regras de engajamento irão respaldar suas ações, assim como deixar de agir, quando necessário.

A instrução pode ser considerada um importante instrumento de desenvolvimento dos cabos e soldados. Ela fornece o suporte teórico para a preparação para enfrentar situações difíceis em operações militares. Pela importância atribuída às instruções, como observado na pesquisa com cabos e soldados, assim como comandantes de subunidade,

---

<sup>42</sup> Gráfico 14 do Capítulo 5.

<sup>43</sup> O assunto será aprofundado na seção 6.2.2 do Capítulo 6.

se aperfeiçoada, a instrução militar pode se tornar uma ferramenta efetiva no preparo dos militares para enfrentar dilemas éticos em operações militares.

### **6.1.2 Regras de Engajamento**

Pela relevância do assunto, as regras de engajamento foram pontuadas nos diversos capítulos da tese, tendo em vista que é um dos instrumentos utilizados, não apenas pelo Exército Brasileiro, mas também por diversos outros exércitos na preparação dos militares para as operações militares. As regras de engajamento são transmitidas geralmente durante a emissão das ordens específicas para determinada operação. Consiste em regras de como agir em determinada situação.

Apesar de algumas críticas, pois segundo Blanck (2012) e Schulzke (2016) as regras de engajamento são restritivas, pois limitam a forma de agir, nenhum deles é contra elas. Os autores entendem que elas devem ser transmitidas, pois balizam o comportamento dos militares.

Os comandantes de subunidade destacaram durante a entrevista a importância das regras de engajamento. As regras, apesar de imporem limites, são extremamente importantes para os cabos e soldados porque definem a forma de agir para determinados casos. Elas devem ser simples e de fácil entendimento, pois não haverá tempo de consulta para o militar agir. Elas devem ser de fácil memorização, pois o tempo de resposta para a ação não permite a consulta a qualquer tipo de manual.

Por serem simples e referirem-se a casos como, por exemplo, quando o militar deve reagir, não conseguem ser específicas para a complexidade de cada situação. Pois, em uma situação real, haverá uma série de fatores externos que estarão envolvidos em um caso, que nunca é igual a outro. Isso não diminui a importância das regras de engajamento. Elas podem ser consideradas uma direção de conduta a ser seguida.

Os cabos e soldados, nas respostas do questionário, reforçam a importância das regras de engajamento. 75,3% dos militares que responderam ao questionário acham que as regras de engajamento contribuem para enfrentar situações complexas durante

as operações de maneira frequente ou muito frequente<sup>44</sup>. Alguns comandantes de subunidade também pontuaram as regras de engajamento como fator importante na preparação dos cabos e soldados para enfrentar dilemas éticos.

Mesmo que durante a emissão da ordem de operações, situação na qual são transmitidas as regras de engajamento para a missão, seja aberta a possibilidade de retirada de dúvidas, o momento exige que as ordens sejam eminentemente práticas. Os militares recebem naquele momento uma grande quantidade de informações sobre a missão, o que não permite que sejam explorados muitos exemplos de casos e possibilidade de debate sobre situações hipotéticas. Autores como McMaster (2011), Werdelis (2008), Schoonhoven (2015) e Murat (2012) defendem a necessidade de atividades complementares para melhor preparar os militares para enfrentar situações complexas em operações militares.

Em termos de instrução sobre regras de engajamento, o Programa-Padrão de Instrução da Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (BRASIL, 2017e), contém, na tarefa que se refere a atualização jurídica em GLO, como sugestão de objetivo intermediário “citar as normas de conduta e as regras de engajamento” (BRASIL, 2017e, p. 39).

Lopez (2013) reforça que a importância das regras de engajamento para as Organizações Militares. O autor afirma que as regras contribuem para que as Organizações Militares atuem de maneira adequada, não apenas evidenciando quando usar a força, mas também limitando o uso da força para evitar excessos e abusos de poder.

O Exército Brasileiro salienta sua importância no manual de Liderança Militar, ao abordar a importância das normas como fator preponderante para as condutas em operações, pois permitem aos militares estabelecerem os parâmetros que vão guiar os seus julgamentos. As normas são padrões, regras e diretrizes que deverão guiar o comportamento dos militares em situações diversas, definindo aquilo que é ou o que não é permitido. Ainda segundo o manual de liderança, as regras de engajamento também se incluem nesse grupo (BRASIL, 2011a).

---

<sup>44</sup> Gráfico 08 do Capítulo 5.

Desta forma, se compreende que as regras de engajamento também são fundamentais para a preparação dos militares para as operações de GLO. Porém, assim como as instruções, a emissão das regras por si só não é suficiente para preparar os militares para enfrentar situações difíceis nas quais tenham que tomar decisões sobre dilemas éticos. A seguir, são pontuadas outras atividades consideradas complementares que auxiliam na preparação.

### **6.1.3 Desenvolvimento de Atributos da Área Afetiva**

O desenvolvimento de atributos da área afetiva, denominação que se refere aos conteúdos atitudinais (BRASIL, 2019d), é o processo pelo qual os militares desenvolvem valores e virtudes, exteriorizando atitudes e comportamentos éticos. Os programas-padrão trazem o assunto a pauta, porém não estabelecem carga horária. Apenas sugerem que seja abordado em formaturas e reuniões, a critério do comandante da Organização Militar.

O desenvolvimento de atributos da área afetiva foi citado nas entrevistas. Foi manifestado a importância de desenvolver o assunto nas formaturas. Se torna relevante esta questão porque insere uma constância na educação militar. Goffman (2001) e Benelli (2014) ao abordar as Instituições Totais reforça a ideia da transformação da identidade do indivíduo ou modelagem do comportamento.

A submissão do militar à cultura institucional do Exército contribui para que ele incorpore os valores da instituição. Ao explorar constantemente durante as formaturas e reuniões os valores e virtudes importantes para a instituição, trazendo exemplos de comportamentos adequados às exigências da profissão, os cabos e soldados incorporam a cultura militar.

O propósito do desenvolvimento dos atributos da área afetiva é o desenvolvimento do caráter do militar, incentivando e exigindo um comportamento pautado pela ética e pela moral. A ética da virtude, destacada por autores como Olsthoorn (2017) e Cartagena (2017), com influência da filosofia, faz parte da cultura militar e é a base do pensamento para o desenvolvimento da área afetiva no Exército Brasileiro.



A rotina militar, assim como os treinamentos militares propiciam que os cabos e soldados desenvolvam e coloquem em prática valores e virtudes adequados às exigências e ao que se espera de um militar. Será apresentado um exemplo prático, para facilitar a compreensão, de como os militares entendem que são desenvolvidos os atributos da área afetiva. O exemplo se refere ao serviço de guarda ao quartel, situação em que os cabos e soldados concorrem a uma escala que, quando chega o dia do militar tirar o serviço, ele é responsável, junto com outros militares, pela segurança das instalações do quartel.

A preparação para o serviço começa no dia anterior com a arrumação do material e do uniforme, assim como do descanso necessário, tendo em vista que é uma atividade desgastante. Nesta oportunidade, ele já começa a desenvolver a responsabilidade, pois deve sozinho se preparar adequadamente para o serviço no dia seguinte. Durante o decorrer do serviço, o militar deve demonstrar zelo com as pessoas e com o material atentando para as medidas de segurança com seu armamento. No período que está de sentinela, deve ter atenção com a segurança do quartel, exigindo responsabilidade, resistência física, iniciativa e coragem.

Este é um exemplo de uma atividade rotineira em que o militar deve adotar determinado tipo de comportamento pelas exigências da atividade que ele executa. Cada soldado terá comportamento diferente, sendo que alguns irão assimilar mais o comportamento desejado. Porém, é importante destacar que deverá haver um superior cobrando e fiscalizando o desempenho durante o serviço, “forçando” o comportamento necessário para o bom desempenho de suas atribuições durante o serviço.

É possível recordar os níveis de desenvolvimento moral de Kohlberg (1958), que em seu primeiro estágio, o indivíduo executa a tarefa por medo da punição. Em outro estágio, o que agrada aos outros é considerado bom para o indivíduo e por fim ele consegue determinar o que é certo e o que é errado pelos valores. Nas atividades dos soldados ocorre de forma semelhante, inicialmente ele adota determinada conduta da forma determinada porque tem receio de ser punido, posteriormente ele age de maneira correta porque assim tem a aprovação do grupo e por fim ele compreende os motivos e a importância de agir corretamente. Certamente este desenvolvimento ocorrerá de forma diferenciada para cada indivíduo, assim como dependerá de diversos fatores externos,

como a capacidade dos comandantes de liderar suas frações, por exemplo. Aqui tenta se explicar, de uma maneira geral, como se entende o desenvolvimento do militar dentro da rotina no Exército.

Retomando o que foi pontuado pelos comandantes de subunidade sobre a preparação para enfrentar dilemas éticos, se pontuou as formaturas, palestras e instruções como oportunidades de desenvolver estas virtudes, particularmente citando exemplos e contextualizando com situações hipotéticas. Desta forma, surge mais um fator que será abordado a seguir, a liderança militar.

## 6.2 DISCUSSÃO SOBRE O ENSINO DA ÉTICA NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Nesta seção, são apresentadas análises sobre os ensinamentos do estudo e da pesquisa e sua possível aplicação prática na rotina militar, particularmente na preparação para as operações militares de GLO. Aspectos considerados relevantes e ensinamentos que podem ser de valia para os integrantes da profissão militar, contribuindo para o entendimento e aperfeiçoamento do preparo dos cabos e soldados para os novos desafios das operações militares, são explorados de forma detalhada.

Inicialmente, para maior entendimento dos aspectos do desenvolvimento dos atributos da área afetiva, pontuados pelos comandantes, são destacados aspectos da liderança militar importantes para o tema. Após serem abordados aspectos sobre a influência dos comandantes no comportamento dos cabos e soldados, serão abordados aspectos relacionados ao desengajamento moral e a ação dos comandantes para prevenir que militares cometam atitudes anitéticas em operações militares.

Posteriormente, são apresentados aspectos sobre a aplicação do estudo de caso nas instruções e como a técnica de estudo vem sendo aplicada em outros exércitos. O tema pode contribuir de forma inovadora e mais eficiente para a preparação para enfrentar dilemas éticos. É um tema complexo que requer estudos aprofundados e aplicação experimental para uma melhor aferição de sua eficácia, apesar de existirem estudos e já ser aplicado em escolas de formação como demonstra Wederlis (2008), Desjardins (2008), Schoonhoven (2015) e Royal (2015).

### 6.2.1 Liderança Militar

O assunto liderança não foi pontuado diretamente pelos entrevistados e também não foi abordado na presente tese. Porém, de uma maneira indireta, esteve presente em diversas “falas” dos comandantes de subunidade. Além disso, é preconizado pelas Forças Armadas como um dos fatores que poderão influenciar a conduta dos cabos e soldados, como se observa pelo próprio conceito apresentado no manual de liderança militar do Exército Brasileiro:

A liderança militar consiste em um processo de influência interpessoal do líder militar sobre seus liderados, na medida em que implica o estabelecimento de vínculos afetivos entre os indivíduos, de modo a favorecer o logro dos objetivos da organização militar em uma dada situação (BRASIL, 2011a, p.23).

Os estudos e instruções sobre liderança militar são direcionados para os militares em função de comando. Nas escolas de formação, o assunto faz parte do currículo, assim como são constantemente abordados em palestras para os oficiais, subtenentes e sargentos nas Organizações Militares. Como a tese é direcionada para a preparação dos cabos e soldados, o tema liderança é abordado de forma superficial, para que se tenha o entendimento de sua influência sobre o preparo dos militares.

Do ponto de vista da liderança, o respeito aos valores morais é fundamental, pois, em todos os escalões hierárquicos, o líder militar deve estar permanentemente atento às implicações morais de suas decisões, ordens e diretrizes. A percepção, por parte dos liderados, de que o líder possui uma conduta moral correta contribuirá sobremaneira para o estabelecimento de laços de confiança mútua (BRASIL, 2011a, p.27).

Para Desjardins (2008), o envolvimento da liderança é a chave para criar e implementar uma estratégia bem-sucedida em um programa de ética em qualquer organização. Talvez seja ainda mais importante dentro uma Organização Militar em que geralmente os subordinados procuram orientação e suporte de seus líderes.

Ao abordar o tema liderança na tese, são apresentados três aspectos importantes de serem desenvolvidos para a compreensão de como a liderança pode influenciar o comportamento dos cabos e soldados. O primeiro aspecto diz respeito a influência do exemplo e das orientações corretas dos comandantes nos diversos níveis para o desenvolvimento de um comportamento adequado.

O manual de liderança militar do Exército Brasileiro preconiza que cada militar possui traços de personalidades distintos e complexos que interferem no modo como vai agir e como será cumprida sua missão. Ao lidar com estes aspectos humanos, o comandante em todos os níveis passa a atuar também na esfera informal do relacionamento interpessoal. Quando o comandante manifesta interesse em orientar e educar seus subordinados e o faz com profissionalismo e senso de justiça, provavelmente estabelecerá um vínculo com seus comandados. Desta forma, os subordinados passam a considerá-lo não apenas pela autoridade formal de comandante, mas desenvolvem respeito à sua pessoa. Pode-se dizer, então, que a partir de um vínculo de confiança começa a emergir a liderança, que se bem conduzida, pode contribuir para influenciar o comportamento dos subordinados (BRASIL, 2011a).

O líder militar precisa saber comunicar os valores da instituição e servir de exemplo para seus liderados, por meio de ações coerentes com os valores que procura transmitir, pois a sua credibilidade é de vital importância para o exercício de sua liderança. Os subordinados tendem a imitar as características demonstradas pelo líder. Isso evidencia a importância da conduta moral de quem pretende exercer a liderança militar, pois as atitudes são mais facilmente imitadas do que aprendidas. (BRASIL, 2011a, p.28)

Vogelaar, A., Van Den Berg, C., e Kolditz, T. (2010) reforçam a ideia de que é responsabilidade do líder motivar os soldados a controlar suas atitudes, percepções e comportamento de maneira profissional. Pela própria missão das Forças Armadas, a liderança impõe aos comandantes a responsabilidade pelas ações dos subordinados, fazendo com que os comandantes tenham a preocupação de orientar e preparar adequadamente os militares sob seu comando para as operações.

O segundo aspecto diz respeito ao fato de que muitas das orientações referentes à ética previstas nos PP não possuem carga horária prevista. Os PP (BRASIL, 2019c;

BRASIL, 2017e) sugerem que seja abordado o assunto em formaturas e reuniões. Desta forma, o envolvimento do comandante é fator fundamental na educação militar. Como observado anteriormente, quanto maior o vínculo afetivo do comandante com sua tropa, maior a possibilidade de seu discurso ser aceito.

Quanto maior a credibilidade que um comandante possuir, maior as chances de os militares sob seu comando acatarem atitudes e comportamento compatível com suas orientações. Se reforça que a influência ocorre não apenas pelo discurso, mas também pelo exemplo de seu comandante. Quando o líder serve de exemplo por manter um padrão de conduta ético, se torna uma ferramenta de apoio para os soldados por intermédio de um modelo de conduta de como agir corretamente, externando os padrões profissionais desejados.

Durante as entrevistas, ficou claro que os comandantes de subunidade entendem como fundamental o papel do líder. Apesar de não falarem sobre liderança, pontuaram diversas vezes sobre as ações que o líder deve executar para preparar seus comandados para enfrentar dilemas éticos. Dentre elas, destacaram a orientação a ser realizada em formaturas, o desenvolvimento da área afetiva nos cabos e soldados, a abordagem do assunto com casos contextualizados e a frequente orientação dos militares.

Desta forma, seria uma falha grave tratar da mudança de comportamento e não pontuar como a liderança afeta e influencia neste processo. O assunto é complexo, porém mesmo sendo tratado de forma superficial, se pontua aspectos relevantes para o entendimento, particularmente com o que pontua o manual de liderança utilizado pelo Exército Brasileiro, para que fique claro a forma como os militares compreendem e assimilam os aspectos relacionados ao comportamento e a sua influência nos subordinados.

Sugere-se ainda que sejam aprofundados os estudos sobre liderança em situações extremas, termo que vem sendo utilizado e traz novos ensinamentos. Estes ensinamentos podem contribuir para a tomada de decisão em situações díceis que envolvam dilemas éticos.

### **6.2.2 Desengajamento Moral**

O assunto desengajamento moral se mostrou importante nos estudos sobre dilemas éticos porque contribui para a compreensão de possíveis causas que levam um indivíduo a apresentar um comportamento antiético. Desta forma, é possível agir na prevenção, de forma que se consiga manter o militar, particularmente em operações militares, em um padrão de comportamento adequado.

Aqui são abordados dois aspectos importantes sobre desengajamento moral. Inicialmente é importante destacar que os estudos apresentados por De Graaff et al (2016), Reichert (2019) e Vogelaar, Van Den Berg e Kolditz (2010) mostram que a liderança e a ação de comando são decisivas para o controle das ações e manutenção de comportamento adequado e ético nas operações militares. O segundo aspecto diz respeito aos ensinamentos obtidos sobre o assunto e que podem ser difundidos para estudos futuros. A teoria sobre desengajamento moral explica muitas situações que outras teorias não cobrem. O tema é pouco conhecido e seus estudos são incipientes no Exército Brasileiro. Os estudos sobre desengajamento moral são relativamente novos e apenas recentemente passaram a ser estudados no contexto militar.

Vogelaar, Van Den Berg e Kolditz (2010) destacam que os comandantes, além de orientar procedimentos e prevenir erros, devem enfatizar a aprendizagem por experiência de seus subordinados. Na seção final do capítulo, é apresentada a proposta de inserção, nas atividades práticas de preparação para operações de GLO, de situações que envolvam dilemas éticos para que os cabos e soldados tenham que tomar decisões.

Ainda nas ações de prevenção do desengajamento moral, Vogelaar, Van Den Berg e Kolditz (2010) enfatizam que os comandantes devem também dar sentido a missão. O pensamento dos autores vai ao encontro dos estudos sobre desengajamento moral apresentados por De Graaff et al (2016) e Reichert (2019) no contexto militar. Se entende dar sentido à missão mostrar a finalidade e os motivos pelos quais ocorre a intervenção militar. Para este fim, a teoria da Guerra Justa contribui para tornar mais compreensível aos militares as razões que levam ao uso da força.

Se observou que muitas das ações necessárias pelos comandantes para se evitar o desengajamento moral são aplicadas na prática pelos comandantes de forma empírica. Ou seja, os militares em função de comando, de uma maneira geral, executam ações

para evitar o desengajamento sem perceber que estão executando ações que trazem este benefício.

É bem provável que sempre existam soldados com tendência a cometerem atos que não condizem com o esperado eticamente dos militares, ou mesmo ações aceitáveis, mas diferente da forma que a maioria do grupo agiria. Van Baarda (2006) destaca que sempre existirá os que permanecem insensíveis, mas que a grande maioria fica motivada e concentram os esforços em colocar a ética em prática.

O grande desafio é minimizar ou, se possível, anular as ações de comportamentos antiéticos. Do soldado, como representante do Estado, é esperado pela sociedade que tenha atitudes compatíveis com os valores da instituição (ROBINSON, 2016). Os erros, mesmo que sejam um desvio mínimo ou que sejam uma parcela mínima quando comparado com o todo, não são aceitáveis. Sua repercussão tende a ser desproporcional se comparado com as ações corretas e bem cumpridas, mas que são vistas como a obrigação da instituição.

Qualquer militar que ocupa uma função de comando sobre outros indivíduos tem a obrigação moral de dedicar-se à proteção e à orientação daqueles que lhe são subordinados. Eles estão sob sua responsabilidade e dependem, quase que inteiramente, do seu senso de justiça e de suas decisões (BRASIL, 2011a).

Para se evitar o desengajamento moral, Barnes e Leavitt (2010) defendem que se deve oportunizar maior iniciativa e responsabilidade dos militares durante os treinamentos e atividades de rotina. Isto envolve uma mudança de cultura, o que vai de encontro ao que é preconizado. Achar a coerência entre ser responsável, mas também oportunizar que os subordinados possam desenvolver a responsabilidade é um grande desafio.

Visacro (2018) pontua que, devido em parte ao avanço tecnológico, há uma tendência dos comandantes em diversos níveis de exercerem um controle excessivo sob seus subordinados. Ao se envolver em demasia, o comandante pode tirar a iniciativa da tropa, o que também pode reduzir a responsabilidade de cada indivíduo, pois tende a aguardar a ordem do comandante para agir, caso não seja treinado para ter responsabilidade e iniciativa nas ações.

O assunto desengajamento moral carece de mais estudos. Importante pontuar que a aplicação das ações de prevenção não anula tudo que foi exposto sobre a importância do desenvolvimento de virtudes, assim como das instruções e regras de engajamento para o preparo dos militares. Porém é uma importante ferramenta para que os soldados mantenham comportamento adequado em situações difíceis que envolvam dilemas.

### **6.2.3 O Estudo de Caso na Capacitação do Soldado para Dilemas Éticos**

A educação militar requer uma constante adaptação às novas exigências da profissão. O estudo sobre a ética nas Forças Armadas buscou soluções para as novas exigências das operações e para aumentar a capacidade de enfrentamento dos dilemas éticos contemporâneos. A seguir, é apresentado o embasamento teórico para implementação do estudo de caso na preparação dos militares para enfrentar dilemas éticos.

O tema surge como alternativa de aperfeiçoamento das instruções, possibilitando uma maior interação dos instruendos. Além disso, permite o debate sobre as possíveis ações em situações hipotéticas apresentadas. O estudo com base em situações possíveis de acontecer nas operações pode contribuir para uma melhor preparação dos cabos e soldados para tomar decisões frente a situações que envolvam dilemas éticos em operações militares.

Olsthoorn, Meijer e Verweij (2010) reforçam que a educação direcionada para a ética é importante porque a reflexão necessária não ocorre no tempo em que uma decisão deve ser tomada. A discussão sobre como lidar com dilemas éticos parte da reflexão de qual é o método mais adequado para garantir que o profissionalismo moral prevaleça quando necessário.

Werdelis (2008), em estudo sobre a ética nas Forças Armadas da Alemanha, destaca que todo soldado é um cidadão, ainda que uniformizado e armado. Esta descrição se encaixa no modelo de soldado que age com responsabilidade, demonstrando tanto a competência do julgamento moral como a capacidade de agir de acordo com as normas. Para o autor, esse modelo de ética profissional, combinado com



uma imagem institucional do militar ético, não é suficiente para garantir que funcione na prática, simplesmente pela entrega de ordens ou por ameaças de sanções e punições.

Werdelis (2008) destaca ainda que o livre reconhecimento e lealdade moral aos valores e princípios da ordem democrática constitui o objetivo dos processos educacionais das Forças Armadas alemãs. Para o autor, a lealdade moral e a competência moral dos soldados são resultado de um processo de desenvolvimento e reflexão ética.

Para o Exército Brasileiro (BRASIL, 2011a), desenvolver competência moral para resolver dilemas éticos contemporâneos de forma eficiente é um desafio constante. O pouco tempo de formação e a diversidade cultural e intelectual dos soldados impõem às Forças Armadas uma constante busca pelo aperfeiçoamento da capacitação dos soldados. O estudo de caso surge assim como uma opção de técnica de instrução que possibilita o debate sobre situações hipotéticas fazendo com que o soldado reflita sobre as diversas possibilidades e a aplicação da ética no comportamento.

Murat (2012) destaca a necessidade de uma estrutura que ajude as tropas a lidar com mais eficácia com dilemas difíceis. Para o autor, experiência é a chave para lidar com uma grande variedade de situações. Essa experiência pode ser adquiridas através de programas de treinamento e educação que devem fornecer aos militares as habilidades necessárias para operar com sucesso em operações assimétricas ambientes de guerra, ou em operações de Garantia da Lei e da Ordem no caso do Exército Brasileiro.

Aprender as regras do engajamento é importante para entender o contexto e os objetivos da missão. No entanto, Murat (2012) destaca que durante as operações, muitas vezes, não há informações suficientes com as quais seja possível tomar uma boa decisão. Neste ambiente complexo, experiências advindas de um debate sobre possíveis situações podem ajudar os militares a analisar a situação de maneira que as ações sejam eficazes.

O ensino ético real requer o envolvimento com os problemas de maneira crítica (SCHOONHOVEN, 2015). A reflexão crítica sobre determinada situação dá ênfase a um processo de análise e julgamento das possíveis ações a se adotar. A análise e julgamento

realizado da situação tendem a sofrer a interferência dos valores pessoais, seja eles adquiridos na instituição ou previamente adquiridos.

Em complemento, Olsthoorn, Meijer e Verweij (2010) reforçam que os treinamentos fornecem informações sobre os dilemas morais pelos quais o combatente pode ser confrontado. Para os autores, os militares precisam da oportunidade de experimentar dilemas em um ambiente simulado que se assemelha à realidade.

Treinamento para aptidão moral deve, portanto, incluir cenários éticos que os membros individuais possam enfrentar durante as operações. As unidades de treinamento devem projetar cenários que incluam problemas éticos desafiadores, como um método para preparar indivíduos e para mitigar danos morais (Shanks-Kaurin, 2018, p.47).

Royal (2015), ao treinar os militares franceses, utilizou um método de estudo de caso, no qual fornecia resumos de 10 casos reais. O autor então convidava os participantes a discutir e votar entre si em uma solução específica. Os militares realizavam suas escolhas pela solução que achavam mais adequada e, em seguida, mostrava-se a eles a solução que foi escolhida na realidade. O autor mostrava a eles as conseqüências dessas decisões e eram discutidas as circunstâncias dos fatos ainda mais.

Na França, costuma-se oferecer essas sessões de discussão e estudos de caso para os oficiais juniores e seniores, mas não fazem o suficiente nos outros níveis de comando como subtenente e fileiras alistadas (ROYAL, 2015). O estudo de caso não é realizado de maneira significativa para os soldados, embora o autor considere que este tipo de treinamento seja essencial para eles também.

Ainda na reflexão sobre o estudo de caso, observa-se o exemplo da Força Aérea Canadense na qual o soldado recruta recebe no treinamento básico uma breve introdução ao tema ética. Posteriormente, participam de atividades que incluem palestras e discussões em grupo sobre o comportamento ético. Em cursos mais avançados, o treinamento se concentra em atividades de aprendizagem em que discussões em grupo e estudos de caso se tornam os principais métodos para discutir e promover o comportamento ético na organização, especialmente nos escalões inferiores da cadeia de comando (DESJARDINS, 2008).

Desjardins (2008) traz ainda dois ensinamentos relevantes sobre o ensino da ética. O primeiro diz respeito às discussões serem realizadas em pequenos grupos. Desta forma, é possivelmente uma abordagem melhor para inculcar bons princípios éticos. A segunda lição refere-se ao ensino de teoria sobre ética ser mais aprofundado quanto maior for o nível de comando. Os soldados e os militares mais jovens não devem se aprofundar no campo teórico, mas sim aprender a pensar sobre suas ações.

Royal (2015) defende que toda organização ou serviço militar deve ter uma base sólida na teoria fundamental em níveis diferentes. Porém o autor destaca que os estudos teóricos sobre a ética e filosofia podem não ser suficientes por si só, a educação ética deve ser complementada pelo estudo de casos históricos e contemporâneos em três níveis da hierarquia militar: o oficial, o suboficial e os alistados. O autor defende ainda que a educação ética deve ser removida da sala de aula para infundir e nutrir todos os aspectos da prontidão operacional no local.

Werdellis (2008) complementa que a ética profissional no campo da instrução militar não deve apenas fornecer uma introdução a teorias éticas e, de maneira alguma, deve se concentrar ou se aprofundar em detalhes sobre as complexidades da deontologia. Para o autor, o objetivo da educação ética é oferecer ajuda na elaboração de decisões em tempos e casos de conflito. O autor ainda destaca que toda a educação moral e ética deveria ter o objetivo de desenvolver e promover habilidades, atitudes e qualidades pessoais.

Na atual conjuntura do Exército Brasileiro, ensinar ética no campo teórico da filosofia torna-se uma tarefa muito complexa devido a diversidade de escolaridade dos soldados e a uma carga horária repleta de atividades. O ensino da ética deve sair do campo teórico e buscar o campo prático de aplicação. Particularmente para os soldados, a abordagem da ética por estudo de caso tende a ser de mais fácil entendimento.

O estudo de caso em sala de aula pode fornecer a oportunidade de reflexão sobre uma tomada de situação que em uma situação real seria tomada sob pressão e com pouco tempo de reação. Para Royal (2015), isso deixa o ambiente de sala de aula confortável, pois todos têm a oportunidade de refletir sobre os casos apresentados, tirando um tempo para pensar além de toda pressão operacional.

As Forças Armadas Canadenses utilizam o estudo de caso com o objetivo de envolver os militares no desenvolvimento de sua capacidade de reconhecer os fatores que envolvem um dilema ético, analisar possíveis opções e entender seu processo de raciocínio moral. Ao aplicar o método do estudo de caso, os militares são confrontados com a questão do que eles fariam em uma situação semelhante, colocando-os na posição de principal tomador de decisão (CANADIAN DEFENCE ACADEMY, 2006).

Apesar de afirmar que o estudo de caso é um método eficaz, Culp (2012) traz duas críticas ao método. A primeira crítica refere-se à aplicação da teoria no caso, que segundo o autor resulta em aplicação inadequada ou rasa da teoria em particular. A segunda crítica refere-se a discussão em grupo, pela qual a resposta muitas vezes pode depender do indivíduo dominante dentro de um grupo e não do raciocínio moral de cada indivíduo.

Trazendo as críticas de Culp (2012) para o caso dos soldados brasileiros, é possível fazer um contraponto. Ao se pensar no estudo de caso para os soldados, não há necessidade de ligação com o campo teórico da filosofia para resolução de dilemas, indo ao encontro do pensamento do próprio autor quando destaca que atividades direcionadas para habilidades de pensamento crítico produzem mais efeito que aulas abrangentes sobre teoria da ética.

Já referente a segunda crítica, é importante que os instrutores estimulem a participação efetiva de todos promovendo um amplo debate sobre possíveis soluções. Provocar um debate no qual são apresentados diversos pontos de vista envolvidos na situação contribui para se desenvolver o pensamento crítico para a tomada de decisão. Culp (2012) destaca que quando um grupo facilmente concorda e busca aplicar as regras para um caso específico sem fazer as perguntas difíceis do "por que", o aprendizado que ocorre dentro do grupo é de pouco benefício.

Além da reflexão crítica individual sobre alguma situação que envolva ética no estudo de caso, a solução apresentada por outro indivíduo do grupo torna-se importante para o desenvolvimento da moral. Ao debater o assunto em grupo, é possível que o soldado observe como pensam os outros soldados. Muitas vezes, o soldado vendo que muitos adotam determinado tipo de solução, pode mudar a sua forma de pensar e agir de acordo com os argumentos que são apresentados para a escolha da solução diferente da sua.

Berghaus e Cartagena (2013) destacam a necessidade do debate entre os militares sobre os meios para relacionar as múltiplas identidades a fim de desenvolver um eu moral comum a todos. Os autores reforçam a necessidade de se considerar uma maneira de relacionar inúmeras identidades dos soldados (por exemplo, soldado, cônjuge, pai, etc.) entre si por meio de objetivos pessoais, de modo que constituam um eu moral comum. Neste sentido, o estudo de caso pode permitir que os militares cheguem a uma solução moral comum a todos ou a maioria.

Sempre haverá casos específicos em que uma boa solução nunca pode ser encontrada, mas em que uma solução será, em vez disso, a “solução menos ruim”. Está bem garantir que equipamos nossos militares para se preparar para essas situações difíceis e permitir desenvolva soluções ou respostas cujas consequências serão capazes de suportar. O quanto mais eles enfrentarem tais situações antecipadamente, melhor eles serão equipados e treinados para responder, e quanto mais fácil eles encontrarem para criar uma consciência e decisão quando chegar a hora (ROYAL, 2015).

Para Royal (2015), os valores como pilares do comportamento, que ajudarão a construir a consciência dos soldados, se desenvolvem mais rapidamente se estiverem fundamentados em três pilares. O primeiro refere-se a uma educação voltada para a compreensão filosófica e implementação prática, bem como o cumprimento das disposições estabelecidas pelos códigos de conduta. O segundo, em complemento ao primeiro, fundamenta-se em uma educação que incorpora o estudo de casos históricos e outros exemplos concretos que demonstram a melhor aplicação possível de princípios teóricos. Por fim, a educação realizada em campo, onde é realizada sob pressão de eventos para que o militar tenha condições de se ajustar à prontidão operacional diária necessária às forças armadas.

Qualquer exploração da ética militar seria incompleta sem um exame realista de como os combatentes reais enfrentam o desafio de manter os padrões e observar regras diante de ameaças diretas às suas vidas, às vidas de seus companheiros e ao sucesso de sua missão. (FRENCH, 2015). Os exercícios militares são treinamentos realizados para aproximar os soldados o máximo possível de situações que eles poderão enfrentar em combate.

Royal (2015) defende que não deve haver um único exercício de campo sem pelo menos um estudo de caso em ética incluído dentro desse exercício. O objetivo é acostumar o pessoal militar a incorporar esses princípios morais. reflexões na execução de ações táticas em campo, em meio a dificuldades, sob a pressão do tempo, clima e estresse real.

Colocar uma situação em todos os treinamentos militares envolvendo um dilema ético talvez seja a situação ideal, como defendem alguns autores (FRENCH, 2015; ROYAL, 2015). Porém, torna-se muito difícil de colocar em prática, pois deve ser disponibilizado um tempo para a reflexão e para o debate sobre as ações que poderiam ser executadas na situação que envolve dilema ético no treinamento. Apenas colocar uma situação sem que se realize uma reflexão sobre as possibilidades não traz os efeitos desejados.

Apesar disso, é possível sim que em alguns treinamentos específicos ou em algum exercício militar seja colocada uma situação envolvendo dilemas éticos. Neste caso, deve ser disponibilizado um tempo para a discussão sobre as possíveis linhas de ação a se tomar e suas implicações. Desta forma, o soldado passa a ter a compreensão das consequências positivas e negativas de cada decisão tomada para determinado dilema enfrentado.

Vivenciar um dilema moral na prática possibilita aos soldados uma experiência que contribui para um amplo debate sobre situações críticas que podem ser vivenciadas em operações. Como os dilemas muitas vezes não possuem uma solução pronta e definitiva, o relato do soldado que vivenciou aquela situação torna muito mais intenso e proveitoso o debate e o aprendizado para todos os integrantes da fração.

O que se pretende com a discussão de caso é que o soldado pratique e desenvolva capacidade de pensar sobre as consequências de suas ações e exercite o julgamento. Desta forma, a medida que se depara com algum dilema ético, o soldado tenha condições de tomar a iniciativa adequada a situação (DESJARDINS, 2008). Ao encontro dessa ideia, Culp (2012) complementa que os estudos de caso devem enfatizar habilidades básicas de raciocínio moral como a capacidade de pensar criticamente.

O responsável pela atividade deve deixar que os soldados tomem as decisões sem a sua interferência. Desta forma, ao se deparar com uma situação hipotética em sala de

aula, o soldado começa um processo interno de análise do dilema para chegar a sua decisão. Os conflitos morais apresentados devem ser o mais próximo possível de uma situação possível de ele se deparar. A complexidade dos dilemas éticos estão geralmente abaixo da realidade dos fatos, pois na vida real, dificilmente um militar terá todas informações possíveis para a tomada de decisão (CANADIAN DEFENCE ACADEMY, 2006)<sup>45</sup>.

Destaca-se que a tomada de decisão envolve um processo de raciocínio moral que está ligado aos valores pessoais. As respostas devem ser usadas pela equipe de instrução como orientação ou ponto de partida para que os soldados se envolvam mais nas discussões sobre ética, alinhando as decisões tomadas com os valores da instituição. Alinhado com este pensamento, *Ethics in Canadian Forces: Making Tough Choices* (CANADIAN DEFENCE ACADEMY, 2006) reforça diversas vezes nas instruções de aplicação do estudo de caso que a abordagem deve ser baseada nos valores das Forças Armadas, contribuindo assim para a formação do ethos militar.

Em seu estudo e avaliação do ensino da ética nas Forças Armadas dos Estados Unidos, Culp (2012) aponta aspectos que contribuem para uma abordagem mais eficaz do assunto. O autor sugere a mudança do local da atividade de estudo de caso da sala de instrução para outro ambiente, o que proporciona condições mais favoráveis para uma discussão mais “informal”. Além disso o autor destaca que a conduta em sala de aula do instrutor como mediador das discussões promove o desenvolvimento do raciocínio moral, mas também é um aspecto desafiador para mudar, tendo em vista que, em grande parte das instruções, o soldado apenas executa as tarefas.

A atividade dialética pode ser um problema, pois existe uma forte tendência de o soldado não desafiar a autoridade militar, particularmente os soldados. Para que a atividade atinja o objetivo é necessário que o instrutor propicie um ambiente de segurança e liberdade para que o soldado exponha sua opinião. Se os instruendos não confiam no educador, a aprendizagem não irá ocorrer. Dependendo da postura adotada pelo

---

<sup>45</sup> *Ethics in Canadian Forces: Making Tough Choices* (CANADIAN DEFENCE ACADEMY, 2006) é um manual para os instrutores aplicarem aulas de ética militar nas Forças Armadas Canadenses. O Manual é direcionado para as Escolas de Formação.

instrutor, pode gerar uma barreira contra o diálogo aberto e honesto. Para que isso não aconteça, o educador precisa estar aberto a diferentes pontos de vista (CULP, 2012).

Na guerra, quando uma decisão é necessária com urgência, a solução que emerge é, em si mesma, uma reminiscência das lições aprendidas, das ações realizadas e dos valores morais que todos cultivaram (ROYAL, 2015). Desta forma, desenvolver mecanismos para o estudo e compreensão de uma ética aplicada pode aumentar as habilidades para agir de maneira adequada e garantir que sejam tomadas decisões certas (DESJARDINS, 2008). Explorar a ética, de forma adequada e de fácil compreensão da sua aplicabilidade, contribui para o entendimento de todos os militares sobre a necessidade de agir eticamente em todos os momentos.

Desta forma, se verifica que a técnica estudo de caso pode ser um importante instrumento utilizado nas instruções que reparam os militares para enfrentar dilemas éticos. A seguir, são apresentadas as propostas de inserção desta técnica nas instruções no Exército Brasileiro.

### 6.3 PROPOSTAS DE MUDANÇAS NO ENSINO DA ÉTICA NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Cabe esclarecer que se tinha a ideia de inicialmente propor a inserção de uma atividade específica para o preparo dos cabos e soldados para enfrentar dilemas éticos. No decorrer dos estudos sobre o tema, especificamente no Exército Brasileiro, percebeu-se a dificuldade de inserção de uma nova atividade específica para os fins propostos na tese por quatro motivos principais.

O primeiro diz respeito a uma carga horária de instruções completamente preenchida. As instruções seguem o Programa Padrão de Instrução<sup>46</sup> e são padronizadas para todo o Exército. A inserção de uma nova atividade implicaria em retirada de alguma atividade já existente ou aumento de carga horária, o que tornaria mais complexo a sua aprovação e implementação no Exército Brasileiro.

---

<sup>46</sup> Assunto desenvolvido no Capítulo 4.



O segundo motivo refere-se à percepção do autor da tese de que, apenas a inserção de uma atividade, não seria o suficiente para preparar os cabos e soldados para enfrentar dilemas éticos. Pela complexidade do assunto, percebe-se a necessidade de uma constância na preparação dos cabos e soldados. Desta forma, são propostas algumas modificações nos PP de forma a complementar e aperfeiçoar instruções já previstas.

Como terceiro motivo, o autor entende que a técnica proposta para abordar o assunto pode ser aplicada em diversas atividades. Isto implica que não há a necessidade de implementação de uma instrução específica para abordar o tema ética, mas sim a inserção do estudo de caso em instruções previstas.

O quarto motivo diz respeito a todas as ferramentas necessárias para aplicação de novas técnicas já estão previstas em manuais. Ou seja, é possível inserção e mudanças nos documentos existente, de maneira que mesmo com as modificações, os militares possuem documentos que regulam a nova maneira de proceder na instrução.

A seguir, são apresentadas as propostas de mudanças, de maneira que possibilitem o aperfeiçoamento do preparo dos cabos e soldados para enfrentar dilemas éticos em operações militares. Cabe ainda esclarecer que se optou pela simplicidade nas propostas. Propor mudanças na instrução no Exército Brasileiro implica em modificar atividades de ensino que são padronizadas em todo território nacional. Ou seja, as mudanças que porventura ocorram, irão acontecer em todos os quartéis do Exército Brasileiro.

Além disso, o tema apresentado não é simples, pois a ética envolve os valores permanentes da instituição. Então, se torna necessário a compreensão de que não há margem para grandes mudanças. O que se pretende é propor pequenos ajustes, que sejam de fácil compreensão e que tenham plenas condições de serem aplicados nas diversas Organizações Militares do Brasil.

### **6.3.1 Proposta de inserção do estudo de caso nas instruções**

Com base no que foi exposto anteriormente sobre o estudo de caso, a primeira proposta que se apresenta é a introdução da técnica de ensino estudo de caso nas

instruções. Challans (2010), em seu estudo sobre o ensino da ética nas Forças Armadas norte-americanas, reforça a necessidade de aplicação de novos métodos de ensino para que o preparo dos militares seja eficaz no desenvolvimento moral dos militares. O pensamento do autor converge com autores como Culp (2012), Wederlis (2008), Desjardins (2008), Schoonhoven (2015) e Royal (2015) que apresentam o estudo de caso como um bom método para se debater a aplicação da ética nas atividades relacionadas às Forças Armadas.

Apesar de previsto no manual de instrutor do Exército Brasileiro (BRASIL, 1997), o método é pouco utilizado nas Organizações Militares, particularmente nas instruções para cabos e soldados que são eminentemente práticas. Para sua aplicação de maneira eficiente, se destaca aqui como oportunidade de melhoria a inserção no PP da sugestão de aplicação deste método em instruções específicas.

Se sugere que no Programa-Padrão de Instrução da Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (BRASIL, 2017e), no bloco de assunto quatro, atributos da área afetiva, no Objetivo Individual de Instrução (OII)<sup>47</sup> 04-05, cujo objetivo da instrução é identificar atitudes e mensagens nocivas à ética exploradas pelos meios de comunicação, que seja realizada a mudança da condição<sup>48</sup> de “palestra, pesquisa, estudo e responder questionário” para “estudo de caso”. Na mesma instrução, na coluna referente a “sugestão de objetivos intermediários”, se sugere a inserção do objetivo “tomar decisão frente a situações que envolvam dilemas éticos”.

Se sugere também que no mesmo Programa-Padrão de Instrução da Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (BRASIL, 2017e), no bloco de assunto 24, Garantia da Lei e da Ordem, no Objetivo Individual de Instrução (OII) 24-01, cujo objetivo da instrução é identificar os principais artigos, leis e decretos que respaldam o emprego das Forças Armadas em Operações de GLO, que seja realizada a mudança da condição de “Realizar uma palestra sobre o assunto aos Of, ST e Sgt da OM. Os Cb e Sd do EP, a critério do Cmt” para “realizar uma palestra e estudo de caso sobre o assunto, em instrução específica e distinta para os Of, ST e Sgt e para os Cb e Sd do EP da OM”.

---

<sup>47</sup> Nos PP do Exército Brasileiro, os blocos de assuntos se referem ao equivalente a uma disciplina. Cada bloco de assuntos possui Objetivos Individuais de Instrução (OII) com assuntos específicos de determinado bloco de assuntos. Para cada OII é ministrada uma instrução militar.

<sup>48</sup> A “condição” traz sugestões de técnicas de instrução e atividades para determinada instrução.

Se percebe que além da inserção da técnica estudo de caso para os militares, tanto para os oficiais, subtenentes e sargentos da OM, como para os cabos e soldados, outra mudança inserida no texto foi a instrução para os cabos e soldados sobre atualização jurídica em GLO passar a ser prevista e não ficar a critério do comandante. Dessa forma, a atualização jurídica em GLO passaria a ser obrigatória também para os cabos e soldados do efetivo profissional, inclusive com a inserção do estudo de caso na instrução.

Importante se faz esclarecer que, para que a aplicação do estudo de caso seja uma técnica eficiente, é necessária uma pré-disposição do instrutor para ouvir as ideias dos instruendos. Apesar de ainda não ser comum a aplicação desta técnica de ensino, é possível a sua aplicação, o que acarreta em uma mudança da maneira de ensinar, de forma que durante a apresentação de situações hipotéticas os cabos e soldados tenham oportunidade de expor seu pensamento. A partir do debate, é possível compreender a forma que os instruendos pensam, o que possibilita que sejam apresentadas razões para não se tomar uma conduta antiética, assim como também reforçar as condutas adequadas como exemplo e decisão a ser seguida por todos.

O Manual do Instrutor do Exército Brasileiro (BRASIL, 1997) preve esta técnica de instrução. Nas orientações sobre a aplicação da técnica, o manual destaca que no decorrer dos trabalhos, o instrutor solicita a apresentação das soluções aos grupos ou indivíduos, ouve-as atentamente, comenta-as ou atribui essa tarefa aos diversos grupos. O manual ainda recomenda que os comentários devem ser feitos sem desvalorizar as soluções menos adequadas e que devem ser destacadas as soluções mais pertinentes e procedentes para as situações apresentadas. Desta forma, já existem orientações de como proceder em documentos do Exército. Sendo modificado a técnica de instrução, os militares responsáveis pelas instruções terão condições de consultar documento que oriente a forma de proceder.

Além disso, as características da liderança são importantes na dinâmica da instrução com a técnica do estudo de caso, a medida que o instrutor conquista a confiança dos soldados, possibilita que os instruendos se expressem de forma mais verdadeira. Um soldado que não tiver confiança no instrutor, possui uma tendência a se omitir ou responder apenas aquilo que é “politicamente correto”. Já um soldado que se

sente seguro para expressar o que realmente faria, vai fazê-lo a media que percebe que não será reprimido por expressar sua opinião.

### **6.3.2 Proposta de mudanças nos Programa-Padrão**

Para fins de aplicação da técnica de estudo de caso em situações práticas, o que vai ao encontro de autores como Culp (2012), Royal (2015) e Shanks-Kaurin (2018), que pontuam a importância do militar de deparar com problemas éticos em treinamentos militares de forma a desenvolver aptidão moral para tomar decisões.

Neste sentido, se sugere inserção no Programa-Padrão de Instrução da Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (BRASIL, 2017e), no item “1.4 tempo estimado”, no subitem “b” que se refere às condicionantes do tempo estimado para o período, na semana 11, que se faz referência ao regime ampliado, ou seja, semana em que deverá ser executado o Adestramento Básico em GLO, atividade eminentemente prática onde são realizados exercícios militares aplicando as técnicas de GLO.

Se sugere a mudança do texto de “nesta semana será executado o Adestramento Básico. A instrução deverá ser eminentemente prática, coroando o período” (BRASIL, 2017e, p.3) para “nesta semana será executado o Adestramento Básico. As instruções deverão ser eminentemente práticas, com inserção de situações que os militares tenham que tomar decisões que envolvam conhecimento das leis e normas de GLO e a aplicação da ética e dos valores militares, particularmente quanto ao uso da força, coroando o período”.

Desta forma, se insere situações que os militares tenham que tomar decisões que envolvam conhecimento das leis e normas de GLO e a aplicação da ética e dos valores no exercício militar que prepara os soldados para as operações de GLO. A recomendação serve para todas as atividades práticas do exercício militar. Desta forma, vivenciando o problema nos treinamentos, o militar terá mais ferramentas cognitivas e afetivas para tomar a decisão em uma situação real.

Apesar da tese ser direcionada para as atividades dos cabos e soldados do efetivo profissional, se sugere também a inserção de texto na orientação para a instrução sobre valores e deveres militares, constantes do assunto onze, “Valores, Deveres e Ética

Militares” da instrução comum do Programa-Padrão de Instrução de Qualificação do Cabo e do Soldado - Instrução de Garantia da Lei e da Ordem e Instrução Comum (BRASIL, 2019c).

Sugere-se a inserção da seguinte orientação: “Apesar de não haver previsão de carga horária específica para a abordagem de tais assuntos em sessões formais de instrução, sugere-se que sejam realizados estudos de caso de situações que os militares tenham que tomar decisões que envolvam conhecimento das leis e normas de GLO e a aplicação da ética e dos valores militares”. Desta forma, estaria previsto a utilização da técnica em mais de uma oportunidade, de maneira que passe a fazer parte da cultura militar o debate sobre dilemas éticos.

#### 6.4 DESAFIOS DA CAPACITAÇÃO ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES MILITARES

Mais que uma mudança nas técnicas aplicadas nas instruções, é necessária uma constante reflexão e adaptação da cultura organizacional de instituição. Como tratado nos capítulos iniciais, passamos por uma constante, a cada vez mais rápida, mudança na sociedade. As Forças Armadas devem estar em constante transformação, de forma a manter os altos índices de credibilidade perante a sociedade.

Para isso, devemos cultivar e perpetuar os valores permanentes da instituição. Porém é preciso acompanhar a evolução das exigências dos conflitos, de forma que os militares mantenham um comportamento ético. A conduta dos militares deve estar de acordo com o que a sociedade espera de seu exército. A instrução se mostra como fundamental para o preparo dos militares, não apenas pelos conhecimentos teóricos adquiridos, mas também por ser um importante instrumento para moldar o comportamento ético.

Desenvolver nos militares a habilidade de tomada de decisão ética é cada vez mais necessária, a medida que as ações nos escalões mais baixos crescem de importância. O uso da força faz parte da missão dos militares, mas deve ser utilizada dentro dos padrões de proporcionalidade e legitimidade.

Adaptar a instrução é um primeiro passo, a medida que proporciona a inserção de situações difíceis que podem acontecer em operações militares. Além disso, possibilita que o indivíduo desenvolva novas habilidades, como a partir do momento que deve tomar decisões de acordo com sua esfera de atribuição. Porém, desenvolver a capacidade de reflexão e tomada de decisão nos cabos e soldados do efetivo profissional não é tarefa simples, pois exige uma mudança cultural dos militares em função de comando.

Além disso, implica em lidar com diversos tipos de situações e com pessoas que possuem valores e crenças diversos. Alinhar a conduta dos militares dentro dessa diversidade de fatores situacionais é um desafio a ser superado com preparação que envolve diversas atividades. A instrução, as regras de engajamento e o desenvolvimento dos valores militares de forma isolada não são suficientes. Porém, utilizando as diversas ferramentas de forma integrada e contínua contribui de forma significativa para o preparo dos militares para dilemas éticos.

As propostas que são apresentadas na tese não foram experimentadas na prática pelo Exército Brasileiro. Porém, os exemplos positivos de outros exércitos devem ser levados em consideração para a aplicação do estudo de caso nas instruções do Exército Brasileiro. Os estudos apresentados vão ao encontro das diretrizes do próprio Exército Brasileiro, se tornando um complemento das atividades já executadas.

O que é importante se implementar em conjunto com as instruções é a avaliação. O Exército Brasileiro realiza a avaliação dos instruendos na instrução, sob supervisão do Oficial de Operações, conhecido como S/3 nas Organizações Militares. Como o tema ética é previsto de se abordar apenas nas formaturas e reuniões, ao se adotar o estudo de caso em instrução, a avaliação passa a fazer parte do processo de aprendizagem e deve ser implementado neste tipo de atividade também.

Além da avaliação nas instruções, surge também a possibilidade de uma avaliação mais sistematizada dos atributos da área afetiva. Este tipo de avaliação já existe no Exército Brasileiro, particularmente utilizado nos oficiais e sargentos. Esta avaliação inicia nas escolas de formação, nas quais acontece uma contínua avaliação, com nota e possibilidade de reprovação, e prossegue durante toda a carreira do militar, por intermédio do sistema de gestão de desempenho (SGD). Implementar a avaliação do desempenho dos cabos e soldados se torna exequível, tendo em vista que os militares

reponsáveis pela capacitação estão acostumados com este tipo de avaliação. Desta forma, se sugere estudos futuros no sentido de implementar avaliação das atitudes nos cabos e soldados.

Apesar da inserção de pequenas mudanças, os PP terem uma repercução em todo o Exército Brasileiro, destaca-se que o que se propõem na tese não fere os valores da instituição e não vai de encontro a nenhuma norma ou diretriz, pelo contrário, está alinhada às diretrizes de documentos estratégicos do Ministério da Defesa, como o Livro Branco de Defesa (BRASIL, 2020a) e documentos específicos do Exército referentes ao preparo dos cabos e soldados para as operações de GLO (BRASIL, 2019c; BRASIL, 2017e).

## 7 CONCLUSÃO

As operações militares passam por uma transformação significativa, particularmente nas últimas décadas, com a crescente participação das Forças Armadas em conflitos em ambiente urbano. Os militares atuam em um cenário complexo e indefinido, onde a identificação do oponente é prejudicada pela participação cada vez maior de civis no teatro de operações, fazendo com que o militar se depare cada vez mais com dilemas éticos.

Além disso, a crescente e cada vez mais rápida transmissão das informações, seja pela mídia, seja pela população presente no Teatro de Operações, transformaram a postura e ações do militar em um campo estratégico para a influência da opinião pública, trazendo desafios na esfera política e militar dos conflitos.

As novas hipóteses de emprego exigem novas capacidades para as Forças Armadas, seja para atuar em guerras convencionais, seja para atuar em ambiente doméstico em Operações de Garantia da Lei e da Ordem. A constante transformação da sociedade e dos conflitos exige uma adequação às novas circunstâncias.

Os novos cenários trazem novos desafios. Os combatentes em operações militares se deparam cada vez mais com situações desafiadoras e complexas, nas quais deve decidir com rapidez frente as incertezas. Esse militar deverá saber obedecer a um comando e, ao mesmo tempo, exercer a iniciativa na ausência de ordens específicas frente às situações inesperadas e complexas dos conflitos.

Para cumprir a sua missão, o militar deve possuir competências técnicas e táticas que serão a base de suas ações. Porém, cada vez mais, a qualificação moral e a conduta profissional devem pautar seu comportamento e suas decisões durante as operações. Desta forma, a ética ganha relevância no preparo dos militares para os novos desafios.

Neste sentido, surge o problema de como aprimorar a capacitação do soldado para enfrentar dilemas éticos em operações militares, frente aos desafios contemporâneos. A presente tese se propõe a estudar a capacitação do soldado para enfrentar dilemas éticos em operações militares.

O tema é inédito porque não existe nenhum trabalho que estude a capacitação dos cabos e soldados do Exército Brasileiro, particularmente analisando as atividades



desenvolvidas para o preparo para enfrentar dilemas éticos. Além disso, trabalhos com pesquisas de campo dentro das Forças Armadas são raros.

Os estudos desenvolvidos na presente tese sobre dilemas éticos, particularmente sobre a capacitação dos cabos e soldados do efetivo profissional, com aplicação de pesquisa quantitativa e entrevista de comandantes de subunidade, apresentam originalidade e grande contribuição por trazerem uma visão nunca pesquisada nesta perspectiva. Se destaca que a pesquisa de campo foi aplicada em oito Organizações Militares de regiões distintas como campanha e missões. Além disso, tanto quartéis localizados na faixa de fronteira como na região metropolitana da capital contribuíram para trazer um panorama geral do preparo dos soldados no Estado do Rio Grande do Sul.

A tese se limitou e direcionou o estudo às atividades desenvolvidas para os cabos e soldados do efetivo profissional, o que contribui para a originalidade do trabalho. Com formação e capacitação distinta dos cabos e soldados, a preparação dos oficiais e sargentos é bem desenvolvida. Se inicia nas escolas de formação, com avaliação dos atributos da área afetiva como disciplina com nota e possibilidade de reprovação, prosseguindo com avaliação contínua no decorrer da carreira. Já a formação dos cabos e soldados permite maiores inserções e possibilidades de aperfeiçoamento, o que faz com que as contribuições sejam mais significativas, pela pouca ou inexistente pesquisa deste segmento.

Quando se lida com vidas, se potencializam as consequências dos erros cometidos. As ações antiéticas, mesmo que de uma minoria, mesmo que não representem os valores da instituição, se sobressaem sobre a conduta correta, pois é o esperado de quem representa a lei e a ordem. Mesmo diante de tantos desafios, comportamento adequado e ético é o que a sociedade espera do agente do estado.

O desafio é fazer com que os poucos que são propensos a cometer erros não o façam, seja por uma imposição moral interior ou por uma imposição moral do grupo, de forma que este tipo de conduta seja reprimido. Uma conduta correta envolve muito mais que uma simples capacitação dos soldados e desenvolvimento de liderança nos comandantes das frações. Envolve fatores relacionados a educação, cultura organizacional e aplicação de técnicas efetivas no preparo moral das tropas. O estudo

da ética no preparo dos cabos e soldados visa contribuir para uma melhor capacitação frente às novas exigências.

Após a introdução realizada no capítulo um, o capítulo dois apresentou os principais conceitos referentes ao assunto. A compreensão de conceitos como moral, ética e valores é fundamental para o entendimento de todos os componentes que interferem na esfera comportamental. Esses conceitos dizem respeito às reflexões sobre as condutas humanas. Particularmente a ética, no contexto militar, traz a reflexão sobre a relação entre as ações e comportamento dos militares e os limites do uso da violência.

Além disso, também foram pontuados aspectos da ética na filosofia. A base do pensamento e ensino de ética no Exército Brasileiro perpassa pela compreensão de conceitos como caráter e virtude propostos por filósofos como Aristóteles. Abordar essas teorias auxiliou no entendimento de como os militares compreendem o desenvolvimento moral e ético dos integrantes das Forças Armadas.

Como o tema da tese se refere a atualidade, também foram apresentadas ideias de filósofos contemporâneos. Mesmo as pessoas estando mais afastadas, não apenas pela pandemia, mas também pela imersão nas tecnologias, estamos mais interconectados. As pessoas sabem cada vez mais o que acontece no mundo e participam de forma mais ativa, principalmente nas mídias sociais, atuando por causas como preservação do meio ambiente, luta por igualdade e justiça social. Ao mesmo tempo, comportamento antiéticos ganham notoriedade avassaladora. Desta forma, a opinião pública ganha uma dimensão maior nos conflitos, à medida que o comportamento e ações dos militares tem uma exposição maior.

No capítulo três, foi tratado especificamente sobre dilema éticos em operações militares. Tomar decisões certas em um ambiente de incertezas e imprevisibilidade é um desafio para os integrantes das Forças Armadas em operações militares. Os dilemas éticos acontecem quando se deve tomar decisões para resolver situações complexas que possibilitam diferentes soluções.

Para um entendimento correto a respeito dos dilemas, importante reforçar a ideia de que os cabos e soldados possuem uma unidade de comando. Geralmente estão subordinados a um Sargento. A tomada de decisão perpassa pela cadeia de comando.

Porém, quando se coloca que o soldado deve tomar decisões em situações complexas, se refere a situações do cotidiano em uma operação militar.

Situações em que ameaças são identificadas e a situação exige a iniciativa do militar, o soldado deverá tomar uma decisão, seja de se defender ou evitar um mal maior a outrem. Por exemplo, durante uma troca de tiros com traficantes, o soldado não deverá perguntar se pode ou não atirar. Muitas vezes, a sua iniciativa pode salvaguardar a vida de outros militares, assim como de civis em uma área de conflito. A reação e uso da força em situações inesperadas envolve a tomada de decisão por parte dos cabos e soldados.

Para melhor caracterizar os dilemas éticos enfrentados pelos militares, foram apresentados os principais desafios em operações militares contemporâneas. A conduta e o comportamento adequado irão legitimar as ações militares. A presença da imprensa e o uso de celulares pelo cidadão, aliado a utilização das mídias sociais como difusores de informação, faz com que as ações entrem em outro patamar de importância. Condutas antiéticas tendem a ter rápida e abrangente repercussão negativa.

Além disso, diferenciar o combatente do não combatente durante uma operação militar é uma tarefa extremamente difícil, principalmente quando se deve tomar decisões rápidas, porém tarefa essencial para se evitar danos colaterais. Essa tarefa é cada vez mais frequente nas operações, pois a presença de moradores locais, Organizações não Governamentais e Imprensa faz parte da rotina nas operações de GLO. Aliado a isso, se destaca a dificuldade de identificar a força oponente, pois não fazem uso de uniformes e se misturam com os moradores locais.

Dessa forma, se restringiu os tipos de dilemas éticos em estudo para os dilemas envolvendo combatentes e não combatentes em operações militares. Devido as Operações de GLO serem em ambiente urbano, a presença de civis em operações e todas as implicações para as ações é um dos desafios mais frequentes para os militares.

Ainda no capítulo três, foram abordados aspectos da educação militar direcionada para a ética. Foram apresentadas teorias que, quando analisadas no contexto militar, trazem contribuições que vão ao encontro do entendimento de que na profissão militar é possível moldar o comportamento e desenvolver atributos que irão formar o caráter do militar.

Nesse sentido, a abordagem de Piaget e Kohlberg sobre desenvolvimento moral mostram a possibilidade do desenvolvimento moral do indivíduo. Ao realizar a comparação com as ações desenvolvidas na rotina militar, foram encontradas semelhanças que sugerem a possibilidade de as ações praticadas na rotina militar desempenharem um papel de moldar e influenciar o comportamento. Estes aspectos foram reforçados pela teoria das instituições totais, o que infere que é possível que o militar adote um comportamento baseado em valores próprios da Instituição Militar.

Ao abordar a preparação dos militares para dilemas éticos, foram apresentadas as teorias de referência para o contexto atual de preparação das Forças Armadas em diversos países. A ética das virtudes basicamente é a teoria base de todas as Forças Armadas estudadas. Consiste no desenvolvimento de virtudes que irão pautar o comportamento dos militares.

Muitos dos críticos da ética das virtudes não descartam a sua aplicabilidade e sua eficácia. Porém, inferem importância significativa ao contexto situacional. Desta forma, características situacionais explicariam o comportamento do militar em determinada situação. A crítica situacionista traz importantes reflexões para o contexto das condutas em operações militares e sugere que outras atividades podem ser realizadas além do desenvolvimento de virtudes, possibilitando um maior preparo para enfrentar situações difíceis.

Em complemento a ética da virtude e crítica situacionista, foram apresentados, ainda no capítulo três, considerações sobre o desengajamento moral. Os estudos sobre o assunto apresentam possíveis ações a serem adotadas pelos comandantes em todos os níveis para evitar que aconteça o desengajamento moral. Desta forma, é possível prevenir o comportamento antiético ou reduzir as chances de acontecer.

No capítulo quatro, foi apresentada a atual capacitação dos soldados do Exército Brasileiro. Para melhor compreensão do tema da tese, foi apresentada uma síntese da evolução do emprego do Exército Brasileiro, particularmente a partir da Eco-92. Se destaca a participação das Forças Armadas na Copa do Mundo e Olimpíadas, além de atividades como a visita do Papa Francisco ao Brasil em 2013. Também participou de diversas operações militares na faixa de fronteira e em comunidades do Rio de Janeiro. Se destacam as Operações Ágata na faixa de fronteira e GLO no Complexo de favelas

da Maré e do Alemão, assim como participação na intervenção federal de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro em 2018, também com ações de GLO.

Em 2020, o Exército foi empregado nas ações contra Covid-19 e na Operação Acolhida, além de ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais na Amazonia. Devido ao aumentado da participação das Forças Armadas em Operações de GLO no Brasil, se torna necessário repensar a capacitação dos militares adequando-se frente aos novos desafios que se apresentam neste tipo de operação militar.

Mesmo não sendo unânime o emprego das Forças Armadas em ações de segurança pública, percebe-se uma crescente participação. A tese não se propõem a debater a participação, mas sim formas de contribuir para a capacitação dos cabos e soldados, tendo em vista o crescente emprego dos militares em operações de GLO. A particularidade do emprego das Forças Armadas neste novo cenário requer novas habilidades como capacidade de avaliar a situação tática e decidir com rapidez frente às incertezas e imprevisibilidade. Além disso, deve conquistar o apoio da população e legitimar a ação militar pela conduta exemplar perante a sociedade.

Foi apresentada a formação do soldado do Exército Brasileiro e as ações de capacitação ética dos militares. Os valores militares são, de maneira institucional, a forma de desenvolver ética nos cabos e soldados. Está relacionado a ética das virtudes.

Apesar de ser amplamente difundido no Exército Brasileiro, os valores militares não possuem carga horária específica em instrução. São explorados em formaturas e reuniões, a critério dos comandantes. As instruções militares tratam da legislação em vigor para emprego nas operações.

Portanto, sobre dilemas éticos, particularmente frente aos novos desafios, o tema é pouco explorado de forma direta. Isso não quer dizer que os militares estão despreparados. A pesquisa aplicada mostra que a percepção quanto ao preparo para enfrentar dilemas éticos em operações militares é muito boa. O que se sugere é a inserção de uma nova técnica para tratar sobre o assunto, de forma que as atividades de capacitação sejam aperfeiçoadas e mais efetivas.

O capítulo cinco trouxe de forma detalhada informações sobre a aplicação da pesquisa dentro das Organizações Militares. Quanto a aplicação de pesquisa dentro da instituição, é possível inferir que as dificuldades encontradas para aplicação da pesquisa

não foram por dificuldade de acesso. As dificuldades encontradas se devem a rotina de atividades impostas aos militares, particularmente devido à execução de operações de prevenção ao Covid-19.

Porém, a medida que eram realizadas as considerações iniciais sobre o assunto e objetivo da pesquisa e se iniciava a aplicação do questionário e das entrevistas, a receptividade foi muito boa. Houve diversas manifestações espontâneas de interesse pelo tema pesquisado, o que mostra que as respostas demonstram a opinião dos pesquisados sobre o tema.

Os resultados apresentados mostram percepções diferentes, porém não conflitantes. Os cabos e soldados que se sentem bem preparados ou muito preparados são ampla maioria. A percepção dos comandantes, apesar de ser mais distribuída, mostra que a maioria também entende que os cabos e soldados estão preparados ou bem preparados para enfrentar situações difíceis. Isso mostra que, de uma maneira geral, a percepção é de que os soldados estão preparados para enfrentar dilemas éticos em operações militares.

As diferentes percepções dos Comandantes de Subunidade ocorreram por dois fatores. Primeiro, devido a maioria deles possuir vivência em operações militares de Garantia da Lei e da Ordem passando por experiências envolvendo situações difíceis, mostrando que tinham uma real compreensão da dificuldade de tomar decisões que envolvam um dilema ético. Segundo que, os militares na função de comando tendem a se sentir responsáveis por tudo que acontece com sua fração. Desta forma, é muito provável que os Comandantes de Subunidade tenham uma percepção que devem preparar melhor suas tropas, pois as atitudes dos comandados refletem no seu comando.

O capítulo seis trouxe considerações sobre as instruções militares, as regras de engajamento e o desenvolvimento de atributos da área afetiva. Mesmo a pesquisa mostrando uma percepção positiva quanto ao preparo dos cabos e soldados, não anula a importância de realizar adaptações nas atividades, frente aos novos desafios que se apresentam. Neste sentido, as instruções e as regras de engajamento, por serem reconhecidas como relevantes para a capacitação dos cabos e soldados, implicam que o esforço de aperfeiçoamento do preparo deve ser direcionado a este tipo de atividade.

Isso vai ao encontro do que se propõem a tese, a inserção do estudo de caso no preparo dos militares.

O estudo de caso em sala de aula possibilita a reflexão sobre a tomada de decisão em situações hipotéticas ou situações que já aconteceram em operações. O debate gera a reflexão crítica sobre determinada situação, o que permite a análise e julgamento das possíveis ações a se adotar. A reflexão dos cabos e soldados sobre a linha de ação que adotaria e as escolhas dos companheiros, por intermédio de uma discussão baseada nos valores e na legislação em vigor, contribui para o desenvolvimento da competência moral necessária para a tomada de decisão em operações.

Ao aplicar o método do estudo de caso, os cabos e soldados são estimulados a pensar sobre a linha de ação, colocando-os na posição de tomador de decisão. Desta forma, os dilemas éticos são apresentados e trabalhados na instrução de forma prática, o que vai ao encontro das diretrizes e orientações a respeito da instrução para o efetivo profissional no Exército Brasileiro.

Além disso, a implementação do estudo de caso não é uma técnica nova no Exército Brasileiro. A sua utilização e a forma de aplicar a técnica está prevista em manual do Exército, sendo mais aplicada em escolas de formação. Neste sentido, as propostas apresentadas no capítulo seis são possíveis de aplicação nas Organizações Militares, sem que ocorram inserções de atividades completamente novas, o que dificultaria a sua aplicação prática.

Além disso, importante ressaltar que a aplicação de estudo de caso pode ser utilizado por outras instituições com o mesmo objetivo. Pode ser utilizado pela Polícia Militar para preparo de seus integrantes para situações complexas que exigem o uso da força, por exemplo. Também pode ser aplicado a técnica para outros tipos de dilemas éticos, como para operadores de drone por exemplo. A metodologia para aplicação do estudo de caso para outras situações é a mesma e os efeitos são semelhantes, pois promovem o debate e a reflexão sobre situações particulares que cada profissão pode enfrentar.

A tese fornece também informações a respeito de liderança e desengajamento moral, possibilitando avanços de uma agenda de pesquisa relacionada aos temas. Sugere-se estudos relacionados a liderança em situações extremas, pois é um assunto

que, apesar de liderança já ser um tema estudado nas Forças Armadas, novos aspectos relacionados a situações de pressão com alta intensidade de stress para a tomada de decisão são pauta de novos estudos.

O desengajamento moral é um assunto que também merece atenção e estudos futuros devido a sua relevância para a profissão militar, particularmente nas operações. O tema também está relacionado à liderança, como fator de prevenção frente ao desengajamento moral. O assunto, aplicado no contexto das Forças Armadas, chama a atenção pela aplicabilidade para evitar atitudes incompatíveis com a profissão militar, particularmente durante as operações.

Por fim, ressalta-se que a doutrina militar do Exército Brasileiro está em constante processo de atualização de acordo com as novas exigências do contexto na qual estão se desenvolvendo as operações militares. O ensino, principalmente nas escolas de formação, deve acompanhar as mudanças, assim como a capacitação dos cabos e soldados, de maneira que toda a tropa esteja em condições de ser empregada conforme o esperado pela sociedade. As transformações aumentaram e acontecessem cada vez mais rápido, o que faz com que os desafios sejam cada vez maiores.

O conjunto de atividades desenvolvidas durante a capacitação contribui significativamente para que o militar esteja bem preparado. As instruções, Regras de Engajamento e o desenvolvimento dos atributos da área afetiva são necessários e, quando aplicados de forma contínua na rotina militar, permitem que os militares desenvolvam os valores da instituição.

A tese traz sugestões de mudanças nos documentos do Exército Brasileiro no sentido de complementar e inserir nova técnica de abordagem do assunto, de maneira que o militar possua maior capacidade de aplicação prática dos valores internalizados no Exército. Desta forma, debatendo situações complexas em ambiente de aprendizagem, os cabos e soldados terão maior compreensão das implicações e consequências de suas ações, possibilitando tomarem decisões mais acertadas em situações difíceis que envolvam dilemas éticos, particularmente em operações militares de Garantia da Lei e da Ordem.

Estudar a preparação e o emprego das Forças Armadas demanda que se compreenda os rumos do ambiente estratégico global e regional de segurança, nos quais



os militares deverão atuar. Mesmo não sendo consenso o emprego das Forças Armadas em ambiente doméstico, à medida que se intensificam as participações do Exército Brasileiro em operações de GLO, torna-se necessário prepara-se adequadamente frente ao grande desafio de cumprir sua tarefa a favor das demandas da sociedade.

O esforço de manter as Forças Armadas em constante adaptação às novas exigências do combate moderno implica em formular constante revisão e adaptação da instrução militar. Os estudos acadêmicos contribuem no sentido de inserção de caráter científico, utilização de metodologia adequada e integração de diferentes visões e perspectivas. Sair do campo do conhecimento empírico para ações baseadas em pesquisas faz com que as medidas adotadas proporcionem maior efetividade.

Para isso, a relação entre a Universidade e as Forças Armadas deve manter estreitos laços de relacionamento. Pesquisar nas Forças Armadas sem conhecer a instituição, impõe dificuldades e maiores desafios para se chegar a resultados confiáveis e efetivamente produtivos. Da mesma forma, aos militares não basta conhecer a instituição, é necessário o embasamento científico proporcionado pela Academia. Desta forma, estaremos em constante aperfeiçoamento do ensino nas Forças Armadas e na Universidade. O grande beneficiário desta integração é o Brasil. Quando se integra Forças Armadas e Universidade, se produz conhecimento de cunho científico com resultados de caráter prático que contribuirão para melhores resultados para as Forças Armadas e para a capacitação do soldado brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ABBATE, C. Assuming Risk: a critical analysis of a soldier's duty to prevent collateral casualties. **Journal of Military Ethics**, v. 13, n.1, p. 70-93, 2014.
- ANDRADE, I. O. et al. Políticas Públicas para as Fronteiras Brasileiras: Limites e Potencialidades. *In*: ANDRADE, I. O. et al. (org.). **Desafios Contemporâneos para o Exército Brasileiro**. Brasília: Ipea, 2019. p 22-22
- ANGLIN, S. An Educated Military: professional education and the profession of arms. *In*: FINNEY, N. K.; MAYFIELD, T. O. **Redefining the modern military**: the intersection of profession and ethics. Annapolis: Naval Institute Press, 2018.
- ALENCASTRO, M. S. Hans Jonas e a proposta de uma ética para a civilização tecnológica. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 19, p. 13-27, jan./jun. 2009.
- ALLHOFF, F. Physicians at War: The Dual-Loyalties Challenge. *In*: ALLHOFF F. (ed.). **Physicians at war**. Dordrecht: Springer, 2008. p. 3-11.
- ARKIN, R. C. The case for ethical autonomy in unmanned systems. **Journal of Military Ethics**, v. 9, n. 4, p. 332-341, 2010.
- BANDURA, A. Selective Moral Disengagement in the Exercise of Moral Agency. **Journal of moral education**, v. 31, n.2, p. 101-119, 2002.
- BANDURA, A.; BARBARANELLI, C.; CAPRARA, G. V.; PASTORELLI, C. Mechanisms of moral disengagement in the exercise of moral agency. **Journal of personality and social psychology**, v. 71, n. 2, p. 364, 1996.
- BANDURA, Albert. **Social Learning Teory**. Prentice Hall: Englewood cliffs, 1977.
- BARNES, C. M.; LEAVITT, K. Desengajamento Moral: Por que Bons Soldados Cometem Más Ações? **Military Review**, nov.-dez. 2010.
- BARRETT, Edward T. Warfare in a new domain: the ethics of military cyber-operations. **Journal of Military Ethics**, v. 12, n.1, p. 4-17, 2013.
- BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.
- BAUMAN, Z. **Ética Pós-Moderna**. Tradução João Rezende Costa. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paulus, 1993.

BENELLI, S. J. Goffman e as instituições totais em análise. *In*: BENELLI, S. J. **A lógica da internação**: instituições totais e disciplinares (des)educativas. São Paulo: Editora UNESP, 2014. p. 23-62,

BERGHAUS, P. T.; CARTAGENA, N. L. Developing Good Soldiers: the problem of fragmentation within the army, **Journal of Military Ethics**, v. 12, n. 4, p. 287-303, 2013.

BLANK, L. R. Rules of Engagement. *In*: CONNELLEY, C.; TRIPODI, P. **Aspects of leadership ethics, law, and spirituality**. Quantico, Virginia: Marine Corps University Press, 2012.

BOYATZIS, R. E. **The Competent Manager**: a model for effective performance. New York: John Wiley & Sons, 1982.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 26 jan 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Diretrizes para o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem**. Brasília, 2001.

BRASIL. Presidência da República. **Normas Gerais para a Organização, o Preparo e o Emprego das Forças Armadas**. Brasília, 1999.

BRASIL. Presidência da República. **Programa de Proteção Integrada de Fronteiras**. 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Concepção de Preparo e Emprego da Força Terrestre**. Brasília: EGGCF, 2018a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) nas Forças Armadas**. Brasília: EGGCF, 2011b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Diretriz de Implantação da Nova Sistemática de Formação do Oficial de Carreira do Exército Brasileiro da Linha de Ensino Militar Bélico**. Brasília: 2010. Disponível em: [http://www.decex.eb.mil.br/port\\_/leg\\_ensino/2\\_educacao\\_eb-decex/31\\_port\\_152\\_EME\\_16Nov2010\\_DtzImplemNovaFormacaoOfCarreiraEnsMilBelico.pdf](http://www.decex.eb.mil.br/port_/leg_ensino/2_educacao_eb-decex/31_port_152_EME_16Nov2010_DtzImplemNovaFormacaoOfCarreiraEnsMilBelico.pdf). Acesso em: 22 Jan. 2021

BRASIL. Ministério da Defesa. **Diretriz de Implantação do Programa Estratégico do Exército Obtenção da Capacidade Operacional Plena**. Brasília: EGGCF, 2017d.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Diretriz de Implantação do Programa Estratégico do Exército Proteção da Sociedade**. Brasília: EGGCF, 2018b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar Terrestre** (EB20-MF-10.102). 2. ed. Brasília: EGGCF, 2019b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estatuto dos Militares**. Brasília: EGGCF, 1980.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: EGGCF, 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Garantia da Lei e da Ordem**. Brasília: EGGCF, 2013a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Instruções Reguladoras do Ensino por Competências: Currículo e Avaliação**. Brasília: 2017a. Disponível em: <http://www.ceadex.eb.mil.br/images/legislacao/VII/6.pdf>. Acesso em: 22 jan. 21

BRASIL. Ministério da Defesa. **Liderança Militar**. Brasília: EGGCF, 2011a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: EGGCF, 2020a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Comunicação Social**. Brasília: EGGCF 2017b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **O Exército Brasileiro**. Brasília: EGGCF 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual do Instrutor**. Brasília: EGGCF, 1997.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Normas para Desenvolvimento e Avaliação dos Conteúdos Atitudinais**. Brasília: EGGCF, 2019d.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Operações**. Brasília: EGGCF, 2017c.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Operações em Ambiente Interagências**. Brasília: EGGCF, 2013b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Plano Estratégico do Exército 2020-2023**. Brasília: EGGCF, 2019a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Programa Estratégico do Exército Proteger**. 2020b. Disponível em <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/proteger/escopoproteger>. Acesso em: 03 maio de 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Programa-Padrão de Instrução de Qualificação do Cabo e do Soldado - Instrução de Garantia da Lei e da Ordem e Instrução Comum** (EB70-PP-11.012). 2. Ed. Brasília: EGGCF, 2019c.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Programa-Padrão de Programa-Padrão de Instrução da Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (CTTP)**. Brasília: EGGCF, 2017e.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Regulamento de Administração do Exército (RAE)-(R-3)**. Brasília: EGGCF, 1990.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Regulamento Interno dos Serviços Gerais**. Brasília: EGGCF, 2003.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB)**. Brasília: EGGCF, 2018c. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Valores, Deveres e Ética Militares (VM 10)**. Brasília: EGGCF, 2002.

BROCHADO, S.; MANOEL, J. **O Caráter dos Soldados**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

CANADIAN DEFENCE ACADEMY. **Ethics in Canadian Forces: making tough choices**. Toronto: Canadian Forces Leadership Institute, 2006. E-book.

CANIVEZ, P. **Educar o Cidadão?** 2. ed. Campinas: Papirus, 1991.

CARRICK, D.; CONNELLY, J.; ROBINSON, P. (ed.). **Ethics education for irregular warfare**. London: Routledge, 2016.

CARTAGENA, N. L. Military Ethics and the Situationist Critique. **Journal of Military Ethics**, v. 16, n. 3-4, p. 157-172, 2017.

CARTER JUNIOR, W. E. Ethics in the U.S. Navy. *In*: LUCAS JR., G. R. **Routledge Handbook Of Military Ethics**. Devon, Reino Unido: Taylor e Francis, 2015.

CASEY JUNIOR, G. W. Advancing the Army Professional Military Ethic. **Joint Force Quarterly**, v. 54, 3. quarter 2009.

CHALLANS, T. L. **Awakening Warrior: revolution in the ethics of warfare**. [S.I.]: SUNY Press, 2010.

CHAPA, J. O. Drones and the Ethics of Targeted Killing. **Journal of Military Ethics**, v. 14, n. 3-4, p. 284-286, 2015.

CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 1999.

CLAUSEWITZ, C. V. **Da Guerra**. Tradução de Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

CONNELLY, C. Introduction. *In*: CONNELLY, C.; TRIPODI, P. **Aspects of leadership ethics, law, and spirituality**. Quantico, Virginia: Marine Corps University Press, 2012.

COOK, M. L. Military Ethics and Character Development. *In*: LUCAS JR., G. R. **Routledge Handbook Of Military Ethics**. Devon, Reino Unido: Taylor e Francis Group, 2015.

COOK, M. L. **The moral warrior**: ethics and service in the U.S. military. Albany: State University of New York Press, 1951.

COOK, P. A Profession Like No Other. *In*: LUCAS JR., G. R. **Routledge Handbook Of Military Ethics**. Devon, Reino Unido: Taylor e Francis Group, 2015.

CORNUM, R.; MATTHEWS, M. D.; SELIGMAN, M. E. P. Comprehensive soldier fitness: building resilience in a challenging institutional context. **American Psychologist**, v. 66, n. 1, p. 4–9, 2011.

COSTA VAZ, A. Tendências e perspectivas sobre gastos militares dos países amazônicos: implicações para os objetivos e interesses de defesa do Brasil. *In*: ANDRADE, I. O. et al. **Desafios contemporâneos para o Exército Brasileiro**. Brasília: Ipea, 2019.

CULP, C. A. A pedagogy of practical military ethics. *In*: CONNELLEY, C.; TRIPODI, P. **Aspects of leadership ethics, law, and spirituality**. Quantico, Virginia: Marine Corps University Press, 2012.

CUPERTINO, J. L. **Deontologia militar**. Lisboa: Academia Militar Portuguesa, 1985.

DANDEKER, C. The end of war? the use of force in the twenty-first century. *In*: MICHAEL, K.; KELLEN, D.; BEN-ARI E. **The transformation of the world of war and peace support operations**. London: Praeger Security International, 2009.

DEMPSEY, M. E. Prefácio. *In*: FINNEY, N. K.; MAYFIELD, T. O. **Redefining the modern military**: the intersection of profession and ethics. Annapolis: Naval Institute Press, 2018.

DE GRAAFF, M. C.; SCHUT, M.; VERWEIJ, D. E.; VERMETTEN, E.; GIEBELS, E. Reações emocionais e julgamento moral: os efeitos de interações moralmente desafiadoras em operações militares. **Ética e comportamento**, v. 26, n. 1, p. 14-31. 2016.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Tradução de Jacob Guinsburg e Bento Prado Jr e Notas de Gérard Lebrun. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção “Os Pensadores”.)

DESJARDINS, Y. Canada’s Defence Ethics Programme and Ethics Training. *In*: ROBINSON, P.; DE LEE, N.; CARRICK, D. **Ethics Education in the Military**. London: Ashgate Publishing Company, 2008.

DEPERT, J. R., TREVIÑO, L. K., SWEITZER, V. L. Moral disengagement in ethical decision making: a study of antecedents and outcomes. **Journal of Applied Psychology**, v. 93, n. 2, p. 374. 2008.

DIPERT, R. R. The Ethics of Cyberwarfare. **Journal of Military Ethics**, v. 9, n. 4, p. 384-410, 2010.

DOELLINGER, C. V.; BRAGA NETTO, W. S. Apresentação dos Desafios Contemporâneos para o Exército Brasileiro. *In*: ANDRADE, I. O. et al. **Desafios Contemporâneos para o Exército Brasileiro**. Brasília: Ipea, 2019.

DORIS, J. M. **Lack of character**: personality and moral behavior. Cambridge University Press, 2002.

EGNELL, R. **Complex peace operations and civil-military relations**: winning the peace. London: Routledge, 2009.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. U.S.ARMY. **Army Doctrine Reference Publication nº1 : the army profession**. Headquarters. Department of the Army. Washington, 2015.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. U.S.ARMY. **Army Leadership and the Profession**. Department of the Army. Washington, 2019.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. U.S.ARMY. **Army Study of the Human Dimension in the Future 2015-2024**. Headquarters. Department of the Army, Training and Doctrine Command, Fort Monroe. Virginia, 2008.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. U.S.ARMY. **Comprehensive Soldier and Family Fitness**. Headquarters. Department of the Army. Washington, 2014.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. U.S.ARMY. **Soldier's Creed**. 2003. Disponível em: <https://www.army.mil/values/soldiers.html>. Acesso em 17 mar. 2020.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. SEAL OF THE PRESIDENT OF THE UNITED STATES. **National Security Strategy of The United States of América**. Disponível em <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Capturado em 17 de março de 2020. 2017

FINNEY, N. K.; MAYFIELD, T. O. **Redefining the modern military: the intersection of profession and ethics**. Annapolis: Naval Institute Press, 2018. p. 20

FOLKMAN, S. Personal control and stress and coping processes: a theoretical analysis. **Journal of personality and social psychology**, v. 46, n. 4, p. 839, 1984.

FRAGA, L. M. A. S. **Lições de Deontologia Militar**. Lisboa: Academia da Força Aérea Portuguesa, 1994.

FRENCH, S. E. Military Ethics In Variant Cultural Traditions. *In*: LUCAS JR., G. R. **Routledge Handbook Of Military Ethics**. Devon, Reino Unido: Taylor e Francis, 2015.

GALLIOTT, J. C. Viewpoint Article Closing With Completeness: the Asymmetric Drone Warfare Debate. **Journal of Military Ethics**, v. 11, n. 4, pág. 353-356, 2013.

GOFFI, E. R. Leadership in a World of Blurred Responsibilities. *In*: CONNELLEY, C.; TRIPODI, P. **Aspects of Leadership Ethics, Law, and Spirituality**. Quantico, Virginia: Marine Corps University Press, 2012.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GOLDIM, J. R. **Teoria da Guerra Justa**. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/guerra.htm>. Acesso em: 10 jan. 2018.

GRAAF, M. C. De; BERG, L.-C. C.E. van den. Moral Professionalism within the Royal Netherlands Armed Forces. *In*: STOUFFER J.; SEILER, S. **Military ethics: international perspectives**. Kingston: Canadian Defence Academy Press, 2010.

GRAY, C. S. **Estratégia Moderna**. Tradução Geraldo Alves Portilho Junior. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 2016.

GROSS, M. L. **Dilemas Morais da Guerra Moderna**. Tradução Geraldo Alves Portilho Junior. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 2014.

HARMAN, G. Moral Philosophy Meets Social Psychology: Virtue Ethics and the Fundamental Attribution Error. **Proceedings of the Aristotelian Society**, Aristotelian Society, v. 99, p. 315-331, 1999.

IGLESIAS, F. Desengajamento moral. *In*: BANDURA, A.; AZZI, R. G.; POLYDORO, S. **Teoria social cognitiva: conceitos básicos**. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 165-176

HOBUSS, J. F. N. **Introdução à História da Filosofia Antiga**. Pelotas: NEPFIL online, 2014.

HUNTINGTON, S. P. **O Soldado e o Estado: teoria política das relações entre civis e militares**. Tradução José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

IGNATIEFFBY, M. Ethics and the New War. **Canadian Military Journal Winter**, v. 2, n. 4, 2001

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES - IISS. **The Annual Assessment of the Military Capabilities and Defense Economics: The Military Balance**. Londres, 2020.



JANOWITZ, M. **The Professional Soldier**: a social and political portrait. Glencoe, The Free Press, 1960.

JANS, N. Getting on the same net: how the theory-driven academic can better communicate with the pragmatic military cliente. *In*: SOETERS, J.; SHIELDS, P. M; RIETJENS, S. **Routledge Handbook of Research Methods in Military Studies**. New York: Routledge, 2014.

JANS, N.; SCHMIDTCHEN, D. The Real C-Cubed: culture, careers and climate and how they affect military capability. **Canberra Papers on Strategy and Defence**, Australian National University, n. 143, 2002.

JONAS, H. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.

KASHER, A. **Teaching and training military ethics**: an Israeli experience. London: Routledge, 2008.

KOHLBERG, L. **The development of modes of moral thinking and choice in the years ten to sixteen**. Chicago: University of Chicago, 1958.

LANGO, J. W. **The Ethics of Armed Conflict-A Cosmopolitan Just War Theory**. Edinburgo: Edinburgh University Press, 2014.

LÄTSCH, B. D. Prefácio. *In*: STOUFFER J.; SEILER, S. **Military ethics**: international perspectives. Kingston: Canadian Defence Academy Press, 2010.

LEIRNER, P. C. **Meia-volta volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: FGV, 1997. 124p.

LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. **Archives of psychology**, v. 22, n. 40, p. 1-55, 1932.

LIMA, R. C.; MEDEIROS FILHO, O. O papel do Exército Brasileiro no setor de segurança: implicações para a defesa e o emprego das forças armadas. *In*: ANDRADE, I. O. *et al.* **Desafios Contemporâneos para o Exército Brasileiro**. Brasília: Ipea, 2019.

LOPEZ, C. M. G.-G. La Ética en la Organización Militar y em Operaciones. **Documento Opinión**, Instituto Español de Estudios Estratégicos, n. 29, p. 1-18, 2013.

LYONS, D. **As Regras Morais e a Ética**. Tradução Luís Alberto Peluso. Campinas: Papirus, 1990.

MACINTYRE, A. C. Military Ethics: A Discipline In Crisis. *In*: LUCAS JR., G. R. **Routledge Handbook Of Military Ethics**. Devon, Reino Unido: Taylor e Francis, 2015.

MAJOR, A. E. O ensino da ética para comandantes militares. **Revista Military Review**, p. 82-88, maio-ago. 2014.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo: Pinguin Companhia das Letras, 2010.

MARCHON, C. R. **As relações entre a ética médica e a ética da medicina militar em conflitos armados**. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2009.

MARCONDES, D. **Textos básicos de ética: de Platão a Foucault**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

McMASTER, H. R. Moral, ethical, and psychological preparation of soldiers and units for combat. **Naval War College Review**, v. 64, 2011.

MICHAEL, K.; KELLEN, D; BEN-ARI E. **The transformation of the world of war and peace support operations**. London: Praeger Security International, 2009.

MISCHEL, W. **Personalidade e Avaliação**. [S.l.]: Psychology Press, 2013a.

MICHELSON, B. M. Desenvolvimento do Atributo Caráter no Exército dos EUA: a Abordagem Laissez-Faire. **Military Review**, p.68-78, nov.-dez. 2013.

MORIN, E. **O Método 6: ética**. Tradução Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MUNARI, A. **Jean Piaget**. Tradução Daniele Saheb. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

MURAT, G. Ethics and Irregular Warfare. *In*: CONNELLEY, C.; TRIPODI, P. **Aspects of Leadership Ethics, Law, and Spirituality**. Quantico, Virginia: Marine Corps University Press, 2012.

NALINI, J. R. **Ética Geral e Profissional**. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2015.

OLSTHOORN, P. Courage in the military: physical and moral. **Journal of Military Ethics**, v. 6, n. 4, p. 270–279, 2007.

OLSTHOORN, P. **Military Ethics and Virtues: an interdisciplinary approach for the 21st century**. New York: Taylor & Francis e-Library. 2010.

OLSTHOORN, P. Situations and dispositions: how to rescue the military virtues from social psychology. **Journal of Military Ethics**, v. 16, n. 1-2, p. 78-93, 2017.

OLSTHOORN, P.; MEIJER, M.; VERWEIJ, D. Managing moral professionalism in military operations. *In*: SOETERS, J.; VAN FENEMA, P. C.; BEERES, R.(Ed.). **Managing Military Organisations: Theory and Practice**. London: Routledge, 2010. p. 138.

OSINGA, F.; LINDLEY-FRENCH, J. Leading military organizations in the Risk Society. *In*: SOETERS, J.; VAN FENEMA, P. C.; BEERES, R. (Ed.). **Managing Military Organisations: Theory and Practice**. London: Routledge, 2010. V. 1642, p. 17.

OWEN, M. **Não Há Dia Fácil**. Tradução de Donadson M. Gerschehen e Berilo Vargas. Virgínia, 2012.

PASSOS, E. **Ética nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2008.

PERI, E. M. O Exército Brasileiro e seu processo de transformação. **Revista Justiça e Cidadania**, v. 149, jan. 2013. Disponível em: [https://www.editorajc.com.br/wp-content/uploads/2017/11/Ed\\_149.pdf](https://www.editorajc.com.br/wp-content/uploads/2017/11/Ed_149.pdf). Acesso em: 10 de outubro de 2019.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. 1977.

PLATÃO. **A República**. Tradução Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2004. (Coleção Obra-Prima de cada autor).

PREDELLI, Stefano. Bombers: Some comments on double effect and harmful involvement. **Journal of Military Ethics**, v. 3, n. 1, p.16-26, 2004.

PRESSFIELD, S. **O espírito do guerreiro**. Tradução Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2020.

REEVE, J. **Motivação e emoção**. Trad. Luís Antônio Fajardo Pontes, Stella Machado. Rio de Janeiro: LTC. 2006.

REICHERT, B. Desengajamento Moral e o apoio à força militar: uma revisão. **Business and Public Administration Studies**, v.13, n. 1, p. 37-41, 2019.

RHODES, B. **An introduction to military ethics: a reference handbook**. Santa Bárbara: Greenwood publishing group. 2009.

ROBINSON, P. Introduction: Ethics Education for Irregular Warfare. *In*: CARRICK, D.; CONNELLY, J.; ROBINSON, P. (Ed.). **Ethics education for irregular warfare**. London: Routledge, 2016.

ROBINSON, P.; DE LEE, N.; CARRICK, D. **Ethics Education in the Military**. London: Ashgate Publishing Company, 2008.

ROCHON, C. Dilemmas in military medical ethics: a call for conceptual clarity. **BioéthiqueOnline**, v. 4, n. 26, p. 1-15, 2015.

- ROYAL, Brigadier General Benoit. From Theory to Practice. *In*: LUCAS JR., G. R. **Routledge Handbook Of Military Ethics**. Devon, Reino Unido: Taylor e Francis, 2015.
- SANDERS, J.; LINDSAY, D.; FOSTER, C. A. Colonel James Cook et al. *In*: STOUFFER J.; SEILER, S. **Military ethics: international perspectives**. Kingston: Canadian Defence Academy Press, 2010.
- SARABIA, Bernabé. A Aprendizagem e o Ensino de Atitudes. *In*: COLL, C. **Os Conteúdos na Reforma**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- SARKESIAN, S.C.; GANNON, T.M. Professionalism: Problems and Challenges, *In*: Malham M. Wakin (ed.) **War, morality, and the military profession**. Colorado: Westview Press, 1982.
- SAVATER, F. **Ética Para Meu Filho**. Tradução Monica Sthael. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- SCHEIN, E. H. **Organizational Culture and Leadership**. 4. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2010.
- SCHMITT M. F. **Exército Brasileiro e comunidades carentes: capacitação do soldado como agente de legitimação das Operações de Pacificação**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2014.
- SCHOONHOVEN, R. The Ethics of Military Ethics Education. *In*: LUCAS JR., George R. **Routledge Handbook Of Military Ethics**. Devon, Reino Unido: Taylor e Francis, 2015.
- SCHULZKE, M. Rethinking Military Virtue Ethics in an Age of Unmanned Weapons, **Journal of Military Ethics**, v.15, n. 3, p.187-204, 2016.
- SHANKS-KAURI, P. Questioning Military Professionalism. *In*: DEMPSEY, M. E. Prefácio. *In*: FINNEY, N. K.; MAYFIELD, T. O. **Redefining the modern military: the intersection of profession and ethics**. Annapolis: Naval Institute Press, 2018.
- SNIDER, C. D. M. American Military Professions and Their Ethics. *In*: LUCAS JR., G. R. **Routledge Handbook Of Military Ethics**. Devon, Reino Unido: Taylor e Francis, 2015.
- SOETERS, J. Culture in uniformed organizations. *In*: Ashkanasy, N.M.; Wilderom, C.P.M.; Peterson, M.F. (orgs) **Handbook of Organizational Culture and Climate**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2000. P. 465–483.
- SOETERS, J.; SHIELDS, P. M.; RIETJENS, S. **Routledge Handbook of Research Methods in Military Studies**. New York: Routledge, 2014.

- SOETERS, J.; VAN FENEMA, P. C.; BEERES, R. (ed.). **Managing Military Organisations: Theory and Practice**. London: Routledge, 2010.
- SOUZA, V. O Princípio responsabilidade em Hans Jonas. Um desafio para a bioética numa contínua transcendência. **Revista do Departamento de Teologia da PUC-Rio-Brasil**, v. 14, n. 35, maio a agosto 2010.
- STEINHOFF, U. Moral ambiguities in the bombing of Monte Cassino. **Journal of Military Ethics**, v. 4, n.2, p.142-143, 2005.
- STRAWSER, B. J. Guest editor's introduction the ethical debate over cyberwar. **Journal of Military Ethics**, v. 12, n. 1, p. 1-3, 2013.
- SUNG, J. M.; SILVA, J. C. **Conversando Sobre Ética e Sociedade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TEDOM, A. F. Effective Democretization and the Development of Moral Competencies in the Armed Forces African States. *In*: LUCAS JR., G. R. **Routledge Handbook Of Military Ethics**. Devon, Reino Unido: Taylor e Francis, 2015.
- TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M. Brasil e o Ambiente Global de Segurança. *In*: ANDRADE, I. O. et al. **Desafios Contemporâneos para o Exército Brasileiro**. Brasília: Ipea, 2019.
- TREVINO, LK; NELSON, KA. **Gerenciando a ética nos negócios: conversa direta sobre como fazer isso da maneira certa**. Londres: John Wiley & Sons, 2016.
- VALENTE, M. O. **A educação para os valores: o ensino básico em Portugal**. Porto: Edições ASA, 1989.
- VAN BAARDA, Th A. Ethics, Command Responsibility and Dilemmas in Military Operations. *In*: VAN BAARDA, Th A.; VERWEIJ, D. E. M. (Ed.). **Military ethics: the dutch approach: a practical guide**. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2006.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- VICENTE, João Paulo Nunes. O Direito à Guerra Justa. **Revista Militar**, n. 2451, p 363, abr. 2006. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/72>. Acesso em: 14 jan. 2018
- VILLAS BÔAS, Eduardo Dias da Costa. A Funções de Defesa. *In*: ANDRADE, Israel de Oliveira et al. (org.). **Desafios contemporâneos para o Exército Brasileiro**. Brasília: Ipea, 2019. p 09-10.
- VISACRO, Alessandro. **A Guerra na era da informação**. São Paulo: Contexto, 2018.
- VOGELAAR, Ad LW; KRAMER, Eric-Hans. Mission command in Dutch peace support missions. **Armed Forces & Society**, v. 30, n. 3, p. 409-431, 2004.

VOGELAAR, Ad; VAN DEN BERG, Coen; KOLDITZ, Thomas. Leadership in the face of chaos and danger. *In*: SOETERS, Joseph; VAN FENEMA, Paul C.; BEERES, Robert (Ed.). **Managing Military Organisations: theory and practice**. Londres: Routledge, 2010. p. 113-125.

WERDELIS, Stefan. Ethical Education and Character Development in the Armed Forces of the Federal Republic of Germany. *In*: ROBINSON, Paul; DE LEE, Nigel; CARRICK, Don. **Ethics Education in the Military**. London: Ashgate Publishing Company, 2008.

WHETHAM, David. Expeditionary Ethics Education. *In*: LUCAS JR., George R. **Routledge Handbook Of Military Ethics**. Devon, Reino Unido: Taylor e Francis, 2015.

WILLIAMS, Kenneth R. An Assessment of Moral and Character Education in Initial Entry Training (IET). **Journal of Military Ethics**, v. 9, n. 1, p. 41- 56, 2010

ZIMBARDO, Philip G. **The Lucifer Effect: understanding how good people turn evil**. New York: Random House. 2007.